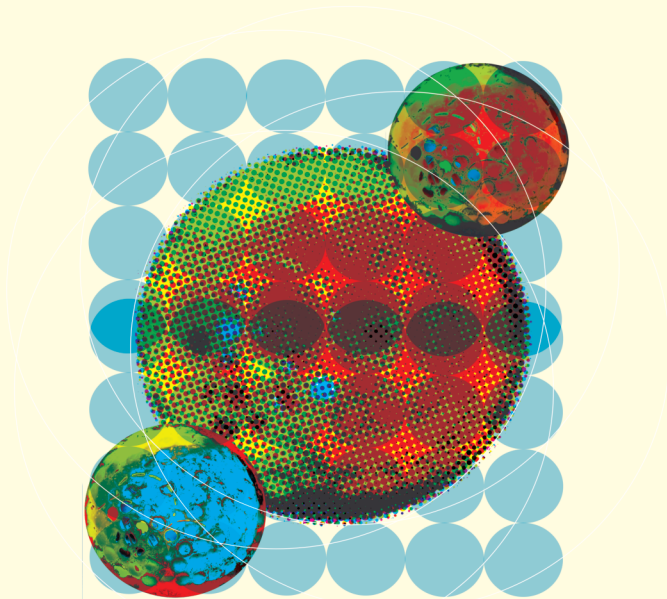
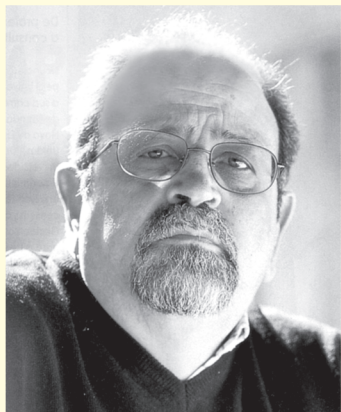




globalização **produção,** **capital fictício** **e redistribuição**

Carlos Pimenta

*A globalização e as suas muitas faces estão,
ou não, em rota de colisão com os valores?*



Carlos Pimenta

Economista e professor catedrático da Faculdade de Economia do Porto. Leccionando nesta Faculdade e no Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, tem a «Mundialização» e o «Desenvolvimento» como duas das suas áreas de investigação. É autor de diversos livros sobre a economia portuguesa e ensino da Economia e de mais de duas centenas de artigos de Economia, Epistemologia, Pedagogia, e Política. É gestor de projectos de âmbito regional, nacional e internacional. Foi dirigente associativo estudantil durante a crise académica de 1968/70.



Texto correspondente às segundas provas
tipográficas.

globalização -produção, capital fictício e redistribuição

Carlos Pimenta



globalização

-produção, capital fictício e redistribuição

Carlos Pimenta



**globalização
-produção,
capital fictício
e redistribuição**

Carlos Pimenta

pimenta@fep.cp.pt

revisão de texto: Mariana Avelãs

coleção: Ideias-Economia

direcção gráfica e capa: Rui A. Pereira

pré-impressão: Pedro Felgueiras

impressão e acabamentos: Papelmunde, V.N. de Famalicão

primeira edição: Setembro 2004

ISBN: 972-8610-27-0

depósito legal: 215067/04

código de edição: 040705

todos os direitos reservados

© **Campo da Comunicação, 2004**

Av. 5 de Outubro, 176, 4.º Dto

1064-004 Lisboa

Tel.: 21 7613210/4

Fax: 21 7613219

e-mail: ccomunicacao@campocomunicacao.com

sítio: www.campocomunicacao.com

Índice

Agradecimentos	9
introdução	11
precauções e preocupações iniciais. posturas	19
precauções	21
Terminologia a adoptar	22
Um certo capitalismo	25
Globalização ou globalizações?	36
Valores e teoria do valor	39
Qual futuro?	42
preocupações	45
Para além dos fenómenos	47
Destruição das evidências	53
Dos mitos às realidades	57
Mercado é uma realidade social	59
Postura científica	74
caracterização da globalização	75
subentendidos a questionar	77
ambiguidades do termo «globalização»	97
multiplicidade de sentidos	99
uma certa mundialização económica	105
Importações / exportações	106
Investimento directo estrangeiro	116
Deslocações da força de trabalho	121
Mercados financeiros	123
Desigualdades internacionais	129

Empresas multinacionais	134
a globalização também é Estado	137
esta mundialização é poder regional	145
síntese	149
 produção e capital fictício	151
conceitos iniciais	153
história do conceito de «produto»	177
financiarização	193
crítica da crítica	205
 globalização e redistribuição	211
trabalhadores, um mal necessário	217
economias subdesenvolvidas, pobreza feita riqueza	227
gestão à escala mundial	235
contribuições das populações	237
posse da segurança social	241
entrelaçamento com economia subterrânea	247
 conclusão	255
 bibliografia	263
bibliografia citada	267
outra bibliografia utilizada	273

Índice dos Gráficos

gráfico 1: rendimento <i>per capita</i> , valores absolutos	56
gráfico 2: rendimento <i>per capita</i> , variações percentuais	56
gráfico 3: rendimento <i>per capita</i> , taxa de variação em função da taxa de variação anterior	57
gráfico 4: exportações mundiais (% do PIB) em 1960-1999	110
gráfico 5: percentagem de variação do peso das exportações no PIB (1961/1999)	111
gráfico 6: tendência de evolução das exportações do mundo em % do PIB	111
gráfico 7: dinâmica conjuntural da evolução das exportações em % do PIB	112
gráfico 8: diferença da importância relativa (% do PIB) das exportações e importações nos países de alto rendimento (1961/1999)	113
gráfico 9: diferença da importância relativa (% do PIB) das exportações e importações nos países de baixo rendimento (1961/1999)	114
gráfico 10: exportações dos países de alto rendimento (% do PIB) em 1960- 1999	115
gráfico 11: exportações dos países de baixo rendimento (% do PIB) em 1960-1999	115
gráfico 12: investimento directo estrangeiro no mundo (1970-2000)	117
gráfico 13: investimento directo estrangeiro nos países de alto rendimento (1970-2000)	118
gráfico 14: investimento directo estrangeiro nos países de baixo rendimento (1970-2000)	119
gráfico 15: migrações líquidas nas principais áreas da OCDE	123
gráfico 16: desigualdades relativas do PIB <i>per capita</i> entre países (1975/2001)	131
gráfico 17: desigualdades relativas do PIB <i>per capita</i> entre países de maior e menor rendimento (1975/2001)	132
gráfico 18: rendimento <i>per capita</i> anual (1960-2000) para cada um dos países da África subsariana	231
gráfico 19: esperança de vida à nascença (1960-2000) para cada um dos países da África Subsariana	231

Agradecimentos

Em 1999 fui convidado para participar no colóquio *Portugal Moderno e Globalização*, na Universidade do Minho e assim comecei a estudar de uma forma sistemática a mundialização e a globalização. Aos seus organizadores o meu primeiro agradecimento.

Depois os convites e as participações foram múltiplos, devendo destacar o que me foi formulado pelo NEAL - Núcleo de Estudos para América Latina da Universidade Católica de Pernambuco, os primeiros a lançarem-me o desafio de elaborar um livro baseado no curso que então proferi.

A realização de um curso breve na Universidade Popular do Porto foi o estímulo final para a elaboração do texto que agora se apresenta, pois há muito considerava importante que esta instituição retomassem a sua linha editorial, seja por imperativos da sua missão seja por homenagem a Armando Castro, homem de cultura sempre aberto aos desafios científicos e à inovação, cujo reconhecimento nacional e local ainda está por fazer.

Certamente que a minha actividade pedagógica e científica na Faculdade de Economia do Porto foi o enquadramento institucional permissivo ao estudo desta e de outras temáticas. Também o foi o usufruto do ano sabático em 2002/2003 em Dijon, na Universidade de Bourgogne, durante o qual redigi grande parte do presente livro, na sua versão final.

No que se refere ao período passado em Dijon impõe-se, por imperativo ético e legal, recordar que tal só foi possível pelo facto de ter usufruído de uma bolsa da FCT no âmbito do POCTI - Formar e Qualificar - Medida 1.1. Impõe-se igualmente um agradecimento muito especial ao IREDU - Institut de Recherche sur l'Éducation do CNRS/Université de Bourgogne e ao seu director Jean-Jacques Paul que nos proporcionou instalações, enquadramento e amizade.

Introdução



«Globalização» não é a designação adequada para o que eu e o leitor estamos a pensar. Quase de certeza estamos a pensar em coisas diferentes.

É exactamente por isso que utilizamos esta palavra como ponto de partida da nossa investigação.

Ela transporta multiplicidade de sentidos, construídos na história dos acontecimentos e das suas leituras, na ignorância científica da sua utilização e na banalização de que foi alvo. Ela é o símbolo de um vasto conjunto de acontecimentos que gera novas rupturas no tecido social. Apresenta o desafio de ser um conceito a destruir, enquanto evidência social, para que das suas cinzas possamos reconstruir a compreensão da realidade por ele encoberta.

Tratar a «globalização» é levar até aos limites da resistência intelectual a análise, a capacidade de fazer a crítica das ciências sociais como reconstrução dessas ciências. É procurar interstício inexplorado capaz de refazer o sentido, é reinterpretar os factos para além das suas aparentes explicitações. É o que se pretende com esta «crítica da economia política», com esta «filosofia do não» enquanto momento da superação dialéctica dos entendidos e mal-entendidos iniciais.

A «globalização» está em todo o lado. Reproduce-se na onnipresença tradicionalmente atribuída às divindades. Dos usos e costumes quotidianos dos cidadãos às práticas, demoníacas ou messiânicas, dos políticos; das manifestações de rua pelos motivos mais diversos ao discurso informativo rodopiando por esta pequena «aldeia global»; da enorme capacidade transformadora das tecnologias e dos saberes em mutação acelerada às manchas de literacia que deterioram harmonias sociais; das fabulosas fortunas construídas na fluidez dos mercados internacionais à persistência da fome como dura realidade de grandes espaços económico-sociais deste imenso e ainda desconhecido planeta; da visibilidade da Internet à obscuridade da «economia subterrânea». De tudo isso é possível filtrar a «globalização».

Os apontamentos expressos neste pequeno livro não podem, não pretendem, talvez queiram, destruir a inadequada utilização dessa terminologia, combater o que há a combater na «globalização», apoiar

o que há a apoiar na «globalização», esclarecer sempre e sempre. O objectivo é bem mais modesto.

Se eu e o leitor começámos este livro com ideias, sentimentos e vontades diferentes sobre a «globalização», que o terminemos com ideias iguais. Quanto aos sentimento e vontades cada um de nós continuará os seus percursos de vida, com as idiossincrasias que em si mesmo são um obstáculo à uniformização da «globalização» de alguns.

Se conseguirmos esse entendimento, essas convergências catalisadoras de uma leitura crítica, de uma vida desperta, de uma vontade construída em saberes, este livro atingiu os seus objectivos.

Deixemos à agudização das contradições, para a qual contribuímos, nós os dois, o campo de batalha da transformação social.

Para entendermos a globalização para além das aparências em que mergulhamos é importante o conceito de «valor», também ele «nómada» e polissémico.

No «valor» das coisas encontramos a importância que lhe atribuímos expressa na sua utilidade, na satisfação que nos proporcionam, nos sentimentos que nos despertam, eventualmente nos sacrifícios que nos exigem. Ao sabor dos acontecimentos esse «valor» flutua na descontinuidade dos segundos, na catadupa de acontecimentos, nos encontros e desencontros da vida.

No «valor» das coisas encontramos tudo que foi necessário para que elas existissem, desde a sagacidade e iniciativa de alguns às permissões e contrariedades sociais, desde a evolução secular das formas de organização social que garantem a reprodução da sobrevivência da espécie às matérias utilizadas na sua confecção, desde o trabalho de quantos nelas labutam à inércia dos que se apropriam de uma parte do rendimento criado.

Na simultaneidade da apreciação individual e colectiva, do trajecto pessoal e social, do processo económico e da prática social, do simbolismo e dos fenómenos defrontamo-nos com «valores» que são uma síntese de apreciações morais, da reprodução social e dos (des)contentamentos individuais. «Valores» que têm, ou podem ter,

apreciações diferentes conforme os contextos culturais e históricos, multiplicidade de leituras que se defrontam no próprio terreno da «globalização».

Seja o que for a «globalização», seja o que forem os «valores», um e outros articulam-se, digladiam-se, harmonizam-se no instantâneo do presente, reproduzem-se e contradizem-se na (re)construção de um futuro.

Gostaríamos de explorar até à saciedade os «valores» presentes na globalização, mas uma leitura predominantemente económico-social, esperemos que não exclusiva, fragmento do estilhaçamento cultural pela via da construção científica disciplinar, surgirá das considerações que traçaremos.

Globalização é um processo complexo: infinidade de acontecimentos e agentes interagindo reciprocamente em que nenhum é independente ou autónomo dos restantes, acção e retroacção recíprocas, o todo (contexto histórico, formas de organização, usos e costumes, etc.) contido em cada uma das suas partes (num acontecimento, num comportamento) e estas sendo mais que elas próprias na construção do todo. O jogo das probabilidades a permitir sempre que variações infinitesimais nas partes se repercutam intensamente na situação global, fazendo-o assumir novas configurações.

Uma situação complexa pode ter explicações simples.

A «globalização» e os «valores» são elementos dessa totalidade em transformação cujos resultados finais estão em aberto. Não podemos do estudo daquele e destes tirar conclusões sobre o futuro do processo histórico que vivemos. À luz de novos conhecimentos científicos as velhas problemáticas da relação Homem-Sociedade, estrutura-conjuntura, determinismo-livre arbítrio, massas-elites, renascem na apreciação do processo de que somos todos assistentes, actores, encenadores e escritores.

Apesar dessa complexidade e de sabermos não poder confiar no determinismo alheado da vontade humana, quão força sobrenatural que a todos se imporia como fúria dos deuses ansiando por uma qualquer justiça, não deixaremos de colocar lado a lado «globalização» e «valores», de acareá-los para daí exprimirmos algumas referências em relação ao futuro.

Se a «globalização» é o que diremos ser, se o «valores» são o que consideramos serem, «globalização» e «valores» estão em rota de colisão. Poderão haver desvios de um ou outro, poderão haver manobras muito diversas de mudança de rumo ou poderá haver choque frontal. Se admitirmos alguma capacidade de resistência e de subsistência às instituições, mais do que esta destruição mútua será de admitir metamorfoses, rupturas e desvios. Se a História vier a demonstrar que nada disto que poderemos admitir aconteceu, então as nossas hipóteses de partida estão erradas e no futuro a humanidade ainda terá o desafio adicional de encontrar o sentido conceptual da sua existência.

É sobre estes e outros problemas que pretendemos dialogar com o leitor. Não lhe pretendemos impor nenhum conceito, nenhuma verdade, nenhuma crença, nenhuma miragem. Antes pelo contrário. Apenas pretendemos manifestar-lhe as nossas inquietudes, as nossas dúvidas, o nosso anseio de pensar criticamente.

Na verdade não somos tão «liberais» como lhe estamos a anunciar. Pretendemos convencê-lo de uma coisa, uma simples coisa: a importância da crítica, chamemo-lhe «dúvida metódica», «destruição e reconstrução conceptual», «corte epistemológico» ou tão simplesmente liberdade individual, capacidade de pensar e decidir.

Para tal vamos dividir este trabalho em três partes principais. Numa primeira trataremos da «globalização» («Caracterização da globalização»). Na segunda, aparentemente totalmente autónoma, falaremos dos «valores» («Produção e capital fictício»). Numa terceira parte articularemos os dois elementos em colisão, procurando antever rumos futuros («Globalização e redistribuição»).

Antes de tudo isso o enunciado de um conjunto de preocupações iniciais, para que não viajemos em conjunto, o leitor e eu, com subentendidos ou com «cartas na manga».

Quem se inscreve num curso é para obter conhecimentos e estes são considerados como certezas. Quem compra um livro é para atingir os mesmos objectivos, muitas vezes mais preocupado em encontrar a

confirmação das suas certezas que a contraposição de outras leituras. Compramos o livro que nos agrada, deixamos de lado o que nos desagrade.

A certeza é sempre muito mais terna, aconchegante, amorosa, reconfortante, amigável. A dúvida angustia, perturba, interroga-nos. É desconfortante.

Aqui estamos nesta ambiguidade. Não o queremos convencer de nada, mas teremos de o fazer. Não estamos preocupados com o seu bem-estar intelectual, mas comungamos da mesma vontade de construir um mundo melhor na nossa, minha e sua, perspectiva.

Assim seja. Dir-lhe-ei o que penso. Não esconderei as minhas claras opções filosóficas, económicas, políticas, ideológicas. Mas para que tal aconteça temos que reflectir em conjunto sobre esses meus pontos de partida. Se eu lhe fornecer as hipóteses adoptadas no início do percurso saberá porque penso de determinada forma, não aceitará como evidências o que mais não é do que uma opção cultural sem prévia, possível ou não, demonstração.

Eis a justificação para começarmos por um conjunto de reflexões metodológicas.

Ao mesmo tempo atraso-lhe o momento de percepção dos conceitos, de crítica das evidências, criando-lhe uma angústia que ajudará a não cair na armadilha das «evidências».

Aqui está o percurso que conto percorrer consigo: a construção de um não capaz de transformar dialecticamente a afirmação do nosso futuro.

**precauções e
preocupações iniciais.
posturas.**



precauções

«Globalização», «mundialização», «internacionalização» são três denominações que surgem frequentemente para designar uma determinada realidade social actual que todos admitem conhecer e interpretar. Em algumas circunstâncias, em alguns trabalhos começa a surgir uma quarta designação: «metanacionalização».

Ainda estamos a algumas páginas de distância de nos entendermos sobre o significado atribuído a essas designações, da «definição» a atribuir ao objecto desta nossa reflexão, mas podemos estabelecer algumas pontes de entendimento explicitando um pouco o que está subjacente ao nosso entendimento.

Isso mesmo, estamos a falar das formas de relacionamento entre homens, isolados ou agrupados de alguma forma, que se vivem nos últimos quinze a vinte anos. Talvez há mais tempo, mas esse reduzido horizonte temporal permite-nos entender-nos. Preocupa-nos essencialmente o que há de novo nessas relações, o que nos permite diferenciar a situação dessa década e meia da vivida em épocas anteriores. Tomemos como referências possíveis, o fim da primeira metade do século XIX, em que as especificidades nacionais e sectoriais das crises económicas revelavam uma autonomia de funcionamento de diversos segmentos¹, o fim desse mesmo século em que

¹ As crises de sobreprodução são específicas do capitalismo. A sua dimensão geográfica e sectorial é um resultado das relações económicas que se estabelecem, do «nível de mundialização» da economia. Durante a primeira metade do século XIX as crises restringiam-se a alguns sectores de actividade ou a alguns países, exactamente aqueles em que o capitalismo era o modo de produção dominante. Frequentemente falamos da mundialização como um processo que existe desde os primórdios da humanidade e que teve ao longo dos séculos diversas manifestações de intensificação abrupta, mas se falarmos em mundialização capitalista (o que dá sentido a um termo excessivamente vago) e assumirmos o «alastramento das crises de subprodução» como um seu indicador, somos levados a localizar esse processo num período bastante mais recente.

se começam a construir novas hegemonias empresariais e nacionais capazes de dar sentido a um mercado mundial². Comparemos com os anos 20/30 do século xx, em que o mundo se divide em dois campos antagónicos³ e se caminha na euforia comercial e industrial para o desespero da grande depressão⁴, ou com as novas hierarquias construídas após a II Grande Guerra⁵ e com a «descoberta» de uma vasta zona de economias subdesenvolvidas⁶. Se pretendermos ficar em épocas mais recentes comparemos esta situação actual com o início da construção europeia ou com a «crise do petróleo»⁷ do início do último quarto de século passado.

Analisarmos a «globalização» é, pois, falar das especificidades das formas de relacionamento humano vivido nos últimos anos. Na base deste entendimento mínimo podemos avançar na apresentação das nossas preocupações iniciais.

Terminologia a adoptar

A opção entre os três termos inicialmente apresentados não é fácil. Em diversas conferências e cursos realizados sobre estes problemas tive opiniões diversas sobre a designação a adoptar. Não se trata apenas de uma minha fragilidade intelectual ou uma mudança de situação ou de preocupações, mas essencialmente o reconhecimento de que nenhuma das designações é imune à crítica, à ambiguidade interpretativa, à fragilidade conceptual.

² É durante esse período que as primeiras crises assumem dimensão mais mundial e que se passa do «capitalismo de concorrência» para o «capitalismo monopolista».

³ A Revolução Russa de 1917 é um momento decisivo da história da humanidade.

⁴ A euforia dos negócios na década 20 do século passado, o entusiasmo bolsista quando os negócios já começavam a ter dificuldades em realizar-se, depois a profunda crise de 1929/33 espalhando-se quase instantaneamente em todos os países capitalistas, não foram acontecimentos esporádicos. Transformaram-se em símbolos dramáticos. Inscreveram-se na própria caracterização do capitalismo, conduziram a modificações estruturais no seu funcionamento futuro.

⁵ No mundo capitalista os EUA, poupados da guerra no seu território, assumem a hegemonia mundial incontestável.

⁶ As sociedades subdesenvolvidas há muito que existiam: desde que o crescimento capitalista de uns exigia a dominação sobre outros. O colonialismo foi o seu reconhecimento. A conferência de Berlim (1885) e a partilha do mundo pelas potências político-económicas europeias é o aproveitamento imperial do subdesenvolvimento e a sua utilização em benefício próprio. Contudo, só depois da II Grande Guerra os EUA, em plena expansão capitalista, carentes de mercados e necessitando do acesso a matérias-primas, descobriram a importância de uma «política de desenvolvimento», de «cooperação internacional».

⁷ A «crise do petróleo» é a designação dada a um período bastante crítico do capitalismo (início da década de 70 do século xx) que tem múltiplas causas, essencialmente endógenas. A designação consagrada e que nós aqui utilizamos não é adequada por três razões: (1) remete para uma única causa, aumento do preço do petróleo; (2) atribui a responsabilidade aos países árabes com simultâneo esquecimento das dinâmicas endógenas ao capitalismo; (3) transmite a ideia de que o aumento do preço do petróleo foi contra natura, quando provavelmente assim não foi.

Galbraith, uma grande figura da intelectualidade mundial, de nacionalidade americana, afirmava numa entrevista:

«sou conselheiro do American Heritage Dictionary em matéria de utilização linguística e eu não autorizo a palavra «globalização» que é demasiado imprecisa» (1999).

Tem toda a razão. Quando um fenómeno tem forte relevância social e o assunto passa a ser objecto de tratamento pelo conhecimento corrente, incluindo pelos meios de informação, há tendência para ser utilizado numa multiplicidade de sentidos, dando-se mais importância ao significante que ao seu significado. Quando o conhecimento científico quer (re)tomar o estudo do fenómeno, e do que está para além dele, encontra-se numa encruzilhada: ou utiliza um termos impreciso consagrado, o que é útil para o debate de ideias, mas tem a carga dos significados errados, ou cria uma nova palavra que pode ter maior rigor mas «desliga» a reflexão científica de um contexto social que pretende influenciar. É assim com a globalização. «Globalização» é a «acção de globalizar» e «globalizar» é «tornar global».

Qual é o objecto desta acção de se tornar global? Quais são as características desta acção? Qual é o universo de referência a que se aplica a designação de global? Qual é a periodização dessa acção? Quais são os contextos sociais em que se processa?

Não havendo a formulação destas questões de delimitação do campo de aplicação, e as suas respectivas respostas, a utilização do termo faz-se nas condições mais variadas. E quando a palavra está associada a paixões, a sua simples audição desencadeia espontaneamente um conjunto de sentimentos que condicionam e orientam as ideias. São claras as razões para a ambiguidade da palavra «globalização» mas as alternativas não estão isentas de dificuldades.

Internacionalização: acção de tornar internacional.

Poderíamos reproduzir diversas das perguntas anteriormente colocadas: Qual o objecto, quais as características, etc. Levanta-se um problema adicional: inter-nacional é «entre nações», acarretando a dicotomia nação-Estado, e sobretudo uma questão, cuja resposta só poderá ser dada numa fase mais avançada de estudo do problema: as especificidades das formas de relacionamento entre homens, isolados ou

agrupados de alguma forma, que se vivem nos últimos anos faz-se no e com o reconhecimento do primado dos Estados, dos países, ou é antes uma alternativa à forma tradicional de organização das comunidades? Não são os processos de integração social e política uma das componentes mais visíveis dessa «internacionalização»?

A «internacionalização» pressupõe que a estrutura principal de suporte desse alargamento planetário sejam os países enquanto realidades autónomas, nomeadamente no plano económico.

Por isso alguns autores, ao estudarem determinadas realidades actuais, parecem apontar para uma terminologia diferente: metanacionalização, «além da acção nacional». Esta terminologia tem algumas virtudes: reconhece uma acção de âmbito nacional e uma outra que está para além daquela, concentrando nesta a sua atenção. Por outras palavras, as novas formas de relacionamento entre homens têm a sua especificidade nesse ir além da forma geo-política de organização social que são os países, os Estados e as nações. Certamente que também neste caso podemos colocar a questão do tempo e espaço de verificação, pois nacional e metanacional há séculos que existem, mas essas dificuldades parecem de mais fácil resolução: o que está em jogo é a importância relativa de um e outro. O que caracterizaria o «antes» seria a subordinação do «metanacional» ao «nacional» e o que caracteriza o agora é a hierarquização inversa. Adivinha-se para o futuro uma alteração da importância relativa do termos da relação: aumento da importância do metanacional nas relações entre os homens e correspondente redução do nacional.

Existe ainda outra alternativa terminológica de uso habitual: mundialização.

Mundialização: acção de se tornar mundial.

Parece inegável que uma das características da realidade actual é esta tendência das relações entre os homens se fazerem crescentemente em espaços geográficos mais amplos, caminhando tendencialmente para a construção de uma intrincada malha de relações independente do local ocupado por cada um.

Mundialização é uma designação que não levanta as dificuldades dos termos anteriores, até porque este processo não nega nem contradiz outras

dimensões geográfico-sociais dos acontecimentos, das relações entre indivíduos e instituições.

Contudo esta adequação, quase neutralidade, do termo, é ilusória. Sobretudo porque acarreta uma certa intemporalidade. Podemos dizer que desde os primórdios da humanidade que espontaneamente se iniciou um processo de mundialização, que conheceu períodos de intensa aceleração, em relação aos ritmos da época: o império de Alexandre, o Grande; a construção do Império Romano, as rotas comerciais entre Ocidente e Oriente, as navegações portuguesas e espanholas nos séculos xv e xvi ou, mais recentemente, a construção do avião, o telefone, o telégrafo, etc.

Falar em «mundialização» para caracterizar a situação mais recente transporta implicitamente a ideia de continuidade, de «processo natural».⁸

Podemos, pois, concluir desta breve incursão terminológica que qualquer palavra que utilizemos levanta problemas, transporta ideias e sentimentos subjacentes.

A utilização de «globalização» tem a vantagem de demarcar claramente o terreno do objecto deste trabalho, mesmo que as imagens que cada um de nós tenha dele esteja «personalizado», seja uma leitura muito própria, carecendo de entendimento com as dos outros.

Falemos, pois da globalização! Isso mesmo, seja lá o que for.

Um certo capitalismo

É indubitável que a globalização é uma fase do capitalismo.

Uma das características do capitalismo é a produção de mercadorias, isto é, de bens cuja finalidade da produção é a troca, e não, como em fases históricas anteriores, o seu consumo por quem as produziu⁹. No período que

⁸ Recorde-se o que se disse na nota 1.

⁹ É necessário recordar o conceito de «produção mercantil». Marx utiliza essa designação para estudar a produção e troca de mercadorias. Se faz sentido localizar historicamente um conceito de tão elevada abstracção, podemos dizer que corresponde a toda a fase de existência da humanidade em que há alguma forma de divisão social do trabalho. Mas esse conceito não surge para permitir um estudo transversal dos diversos modos de produção, mas para estudar o que é «essencial» no capitalismo. Esta conceptualização «semi-histórica», ao mesmo tempo que se cria a ideia que o socialismo não seria uma forma de produção mercantil, levantou diversos problemas. Contudo, aceite aquele conceito, é indubitável que o capitalismo é um modo de produção que comporta a «produção mercantil», assumindo este tal crescimento que as «leis» daquela se aplicam plenamente a este.

vivemos essa mercantilização dos bens atingiu níveis nunca antes verificados. A quantidade de bens¹⁰, aumentou, acontecendo o mesmo como espaço geográfico-social em que tal acontece e a velocidade da troca. Muitos bens assumidos como colectivos, públicos, sociais – aos quais os cidadãos tinham livre acesso ou que não exigiam pagamento porque a utilização por uns não impedia a simultânea utilização pelos outros – ou simplesmente ignorados, privatizam-se (tornam-se «escassos») e passam a mercadorias, passam a ser objectos de troca.

Outra das suas características, estreitamente associada à anterior, é a propriedade privada dos meios de produção – dos activos de produção, na terminologia de outros. Na globalização não só continua essa propriedade privada, frequentemente levada a extremos, como teremos oportunidade de analisar, como se reforça.

As relações económicas entre os indivíduos são contratuais: cada um é livre de comprar e vender, de estabelecer contratos com os outros, admitindo-se que o façam de forma a garantir para si as condições mais favoráveis, traduza-se tal em melhor consumo, maior salário ou maior lucro. Durante a globalização não só se continua a verificar essa contratualidade, implícita ou expressa, como há a ampliação da informação, o alargamento do espaço geográfico da sua difusão, a maior diversidade de mercadorias e a maior quantidade das mesmas, o que garante a cada interveniente no processo uma maior possibilidade de escolha, uma maior opção contratual.

Teremos oportunidade de constatar que esta maior liberdade de escolha apresenta manifestações de contratendência, seja pelos impactos sobre o emprego, seja pela alteração da correlação de forças económico-sociais, seja pela estandardização, seja pelo agravamento das desigualdades na distribuição do rendimento, mas tais dinâmicas de sinal contrário não invalidam a existência dessa «liberdade» individual nas relações económicas.

Finalmente, em consequência da referida propriedade dos meios de produção, uma fracção importante dos indivíduos têm de exercer uma

¹⁰ Utilizamos a palavra «bens» para designar «bens económicos», dispensando-nos de precisar o seu significado exacto, o que nos poderia deslocar do essencial. Assumamos tão somente que os bens económicos têm de ser produzidos através do trabalho humano. Quando estes são para troca, o que acontece dominantemente em capitalismo, podem ser designados de mercadorias.

actividade gerida por outrem, recebendo como contrapartida uma remuneração. É a existência do «mercado de trabalho», é a obrigatoriedade de «venda de força de trabalho», é a existência de «mão-de-obra», é o que por vezes sofisticadamente se designa por «capital humano»¹¹. Durante a globalização verificaram-se significativas alterações no funcionamento desse «mercado de trabalho» e nas relações contratuais entre «patrões» e «trabalhadores» mas esta relação social específica do capitalismo continua a existir plenamente.

Não há dúvida que globalização é capitalismo, que globalização é uma fase específica do modo de produção capitalista, sempre mesclado com outros modos de produção passados e rasgado por situações que poderão conduzir a rumos futuros. A globalização após o desaparecimento da URSS e um outro conjunto de países socialistas é, muito provavelmente, a fase a fase histórica do capitalismo em que este surge como mais hegemónico.

Uma hegemonia marcada por fortes manifestações de inovação.

Na fase inicial do capitalismo, ao impor-se como modo de produção dominante – comportando desde a uma profunda alteração na relação campo-cidade, a uma mudança da hierarquia das classes sociais, comportando desde a Revolução Industrial à Revolução Francesa, comportando desde o desenvolvimento científico e tecnológico até às novas correntes filosóficas – assumia características revolucionárias, a sua atitude era ofensiva, mas vencidas as resistências iniciais a sua reprodução faz-se pela reconstituição da sua tradição, pela repetição dos procedimentos. Desde a Revolução Russa (1917) até aos anos oitenta o capitalismo assumia frequentemente uma postura defensiva. Ora o quadro que hoje vivemos é bastante diferente: o capitalismo está na ofensiva económica, social, política e ideológica e as inovações sucedem-se a velocidades nunca atingidas anteriormente.

Mas se a globalização é capitalismo em que fase deste se engloba?

Sabemos que o capitalismo tem fases de crescimento mais intenso, tem fases de dinâmica mais moderada e outras com diminuição da

¹¹ Podem escrever-se tratados sobre este conceito, sobre os seus significados económico e simbólico. Ao longo deste estudo faremos aqui e além referências. Aqui, porque ainda estamos numa fase introdutória, limitamo-nos a dizer que é uma forma eufemística de designar a força de trabalho, ora analisando esta exclusivamente do lado do capitalista ora considerando que o trabalhador assalariado também é «capitalista» na medida em que possui uma forma de «capital».

produção ou das taxas de variação. Por isso se falam em ciclos do capitalismo. Os estudos desenvolvidos desde o século XIX permitem, com maior ou menor autoridade, falar de ciclos infra-curtos (que podem ir nos mercados bolsistas a mudança de rumo ao longo de um dia), curtos (de diversas durações, conforme o objecto concreto de análise), médios, longos (com alternâncias de cerca de vinte e cinco anos) e ultra-longos. Foram objecto de mais cuidado estudo, pela importância social que têm, os ciclos médios, de Juglar, englobando as «crises de sobreprodução» conduzindo à «miséria na opulência»¹². Esses ciclos mudaram ao longo da história – em «periodicidade», em amplitude, em sincronismo, em especificidade, etc. – mas apresentam uma certa frequência, uma tendência à reprodução, sendo cada fase do ciclo capaz de «automaticamente» reconstruir a seguinte.

Não são estas fases que nos interessam analisar, mas as estruturais, as que caracterizam mudanças qualitativas na organização e funcionamento do capitalismo.

É sobretudo às análises marxistas que devemos ir buscar os maiores contributos nesta área. A clara consciência de que o capitalismo é uma fase da história da humanidade, que não há o fim da história enquanto a humanidade não for destruída (auto-destruída), faz com que tenha havido uma particular preocupação em detectar as fases de mudança qualitativa. O imperialismo representa uma mudança qualitativa, «imperialismo, fase última do capitalismo» e, segundo outros, o neocolonialismo ou o capitalismo monopolista de Estado, surgem como a «fase última do imperialismo».

A globalização é parte do imperialismo ou uma nova fase o capitalismo? A globalização enquadra-se nas características do neocolonialismo ou do capitalismo monopolista de Estado?

É um início de resposta a estas questões que vamos tentar de seguida. Se uma resposta completa exigirá eventualmente uma prévia caracterização científica da globalização, muito se poderá avançar desde já.

¹² Esta formulação é de Keynes. É muito feliz porque exprime com exactidão o que se passa. Enquanto as crises pré-capitalistas eram o resultado da falta de bens (por catástrofe natural, por peste, por guerras, etc.), em capitalismo a crise é uma expressão da «abundância»: «excesso» de bens em relação às possibilidades de venda, «excesso» de capital em relação às possibilidades de lucro, «excesso» de dinheiro em relação às possibilidades de aplicação.

A primeira referência é com o «imperialismo». Em Política e em Economia, sobretudo depois da grande influência das obras marxistas nas áreas científicas daquelas duas disciplinas, o significado atribuído a este termo não é exactamente aquele que os dicionários apresentam e que corresponde ao seu primeiro significado:

«Forma de governo em que a nação é um império. Governo que preconiza a monarquia chefiado por um imperador. Partido político favorável ao regime imperial. A política que tem por objectivo criar, organizar e manter um império, isto é, um Estado de grande extensão, composto de várias unidades nacionais mais *ou* menos distintas, sujeitas a uma única vontade centralizada» (Machado, 1981).

Na análise marxista é habitual considerarem-se três estádios do capitalismo:

- «– acumulação primitiva e formas primárias do capitalismo
- capitalismo clássico analisado por Marx no *Capital*
- capitalismo financeiro e imperialismo, analisados principalmente por Hilferding e Lenine.» (Brunhoff, 1974, 65).

Uma mesma realidade, capitalismo, três fases históricas da sua manifestação. Continuidade e ruptura que colocam o problema da determinação dos «momentos» de passagem de um para outro estádio, fazendo todo o sentido a prevenção de Herzog:

«É preciso, sobretudo, não ver a história do modo de produção capitalista como uma sucessão de modelos de funcionamento da sociedade divididos em «estádios», mas como *uma espécie de sobreposição e de transformação das formas concretas de reprodução do capital e da relação de exploração* (desenvolvimento de novas formas até se tornarem dominantes, relação e corrosão das formas antigas com as novas, transformação ou desaparecimento das formas antigas). A análise marxista reflecte esta génese complexa das formas concretas de produção, de acumulação, de reprodução das forças de trabalho, e genericamente do conjunto dos aspectos renovados e adicionados das formações sociais, ao distinguir «estádios» do modo de produção (núcleo central da análise das formações sociais) e fases nestes estádios, nos quais as principais *manifestações* da reprodução e do movimento no plano social são qualitativamente diferentes, sem que a relação de produção fundamental se altere. Se na análise dos

«estádios» o acento é colocado nos aspectos novos da dialéctica entre forças produtivas e relações de produção, logo na evidenciação de novas formas «dominantes» do ciclo de reprodução do capital, não se pode omitir a realidade da renovação contraditória das formas antigas» (1972, 51/2).

É Lenine que, na sua obra *O Imperialismo, Estádio Supremo do Capitalismo*, sintetiza a sua investigação «definindo» o imperialismo através de cinco características fundamentais:

«1) concentração da produção e do capital, tendo atingido um grau de desenvolvimento tão grande que criou os monopólios, cujo papel é decisivo na vida económica; 2) fusão do capital bancário e do capital industrial e criação, na base deste «capital financeiro», de uma oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferente da exportação de mercadorias, assume uma importância muito particular; 4) formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas partilhando entre si o mundo; 5) fim da partilha territorial do globo entre as mais importantes potências capitalistas» (1968a, 726).

As sínteses têm sempre perigos, e o parágrafo anterior está repleto de conceitos que têm sido bastantes discutidos ou cuja utilização pode comportar múltiplos sentidos, mas, para as nossas preocupações, apenas merecerá salientar uma clarificação apresentada por Brunhoff:

«Produz-se, assim, por ocasião daquilo que Lenine chama o estágio imperialista do capitalismo, *simultaneamente* uma «fusão» do capital *bancário* e do capital industrial e uma «separação» do *capital-dinheiro* e do capital produtivo, separação *contemporânea do capitalismo* mas muito maior aqui. Se Lenine tivesse desenvolvido a análise desse processo contraditório, por um lado retomando as ideias de Marx (Lenine aponta claramente no começo da sua obra, “um erro” de Hilferding “na teoria do dinheiro e numa certa tendência a conciliar o marxismo e o oportunismo”, mas não tira daí, directamente, as consequências teóricas), por outro tomando precauções com a ideia de “fusão”, ter-se-ia podido ver, certamente, como as formas da circulação financeira e do capital financeiro definidas por *Marx* se modificaram, sem terem para isso, muito pelo contrário, de perder a sua importância» (1974, 69).

Mesmo sem recorrer a exemplos ilustrativos ou estatísticas sobre a situação actual, a que procederemos em fase mais avançada deste trabalho, não é difícil apercebermo-nos da grande concentração,

resultante da produção de mais-valia, e sua aplicação na reprodução alargada, e centralização, articulação e fusão de capitais diversos, do capital. Em grande parte dos sectores de actividade económica é possível com os dedos das mãos identificar o conjunto das empresas que possuem a maioria do mercado. E se isso acontece de uma forma generalizada também acontece nos sectores nevrálgicos do funcionamento da sociedade actual: informática, telecomunicações, informação, aviação, petróleo, etc. Nesses «conglomerados» do capital encontram-se empresas dos mais diversos sectores, com destaque para a indústria, os serviços não-financeiros e a banca e seguros.

A globalização continuou o processo de monopolização, com as correspondentes desigualdades na distribuição do rendimento. A «exportação» (termo a que associamos frequentemente uma base geográfica nacional, mas que não tem inevitavelmente esse sentido) de capitais assume-se como um elemento caracterizador fundamental, a que está associada a referida autonomia do capital-dinheiro.

Se a penetração do capital em todos os interstícios da sociedade (estando todos os aspectos da vida humana subordinados ao económico) e a destruição de resquícios de modos de produção anteriores são formas de dominação económica, social e política, a quarta característica anteriormente referida também está presente, assim como uma repartilha das influências dos países ou grupos de países capitalistas.

Podemos pois afirmar inequivocamente que a globalização é parte integrante do imperialismo, embora também seja inequívoco que apresenta um conjunto de especificidades: os sectores estratégicos da acumulação capitalista são diferentes, os «monopólios» têm constituição, formas de organização e funcionamento adaptadas às tecnologias e mercados actuais, as bases nacionais ampliam-se em comunidades económicas, as «exportações» de capitais têm uma dimensão geográfica menos precisa, outros aspectos do funcionamento da economia, como a informação, assume outra importância.

A globalização é uma fase do imperialismo, empolando algumas das suas características, continuando outras como anteriormente.

Não subestimemos, no entanto, a sua força e capacidade, não esqueçamos as características inovadoras que tem apresentado – obviamente ao serviço dos seus objectivos e da reprodução das

desigualdades – e não associemos o facto a algumas interpretações mais adjectivadas e ideológicas dessa mesma realidade. A associação do imperialismo à «putrefacção do capitalismo», à aplicação mecanicista da tendência à diminuição da taxa média de lucro, poderão conduzir a leituras pouco rigorosas da realidade. Essa terminologia e a ideia do fim «imediato» do capitalismo, pode ser instrumento fácil para a luta política, mas não é certamente para um estudo científico da realidade e uma clara consciência da situação em cada momento. É por isso que afirmações como

«O imperialismo é impotente para reassumir a iniciativa histórica que perdeu, para mudar o sentido da evolução do mundo moderno. O que determina o sentido geral da evolução da humanidade é o sistema socialista mundial, é a classe operária internacional, são todas as forças revolucionárias» (Cipco, 1969, 13)

por muita verdade conjuntural que apresentem, como poderá ser o caso, têm o sabor amargo de aparecerem como erros estratégicos decisivos.

A partilha do mundo pelos centros de poder capitalista é uma das características do imperialismo, segundo a definição que acabámos de apresentar. O colonialismo era então, e durante muitos anos depois, uma das vias dessa «apropriação do alheio».

Depois da II Grande Guerra, em meados do século XX, houve um forte movimento independentista e os impérios coloniais estilçaram-se, irreversivelmente:

«Uma vez um território se tornando nominalmente independente, não é mais possível, como no século passado, inverter o processo. As colónias existentes podem continuar por mais tempo, mas não serão criadas novas colónias» (N’Krumah, 1967, i).

No entanto o fim do colonialismo não significou o fim dessa partilha. Surgiram novas formas de relacionamento entre os países do centro e das periferias¹³, ocupadas também pelas antigas colónias:

¹³ Utilizamos aqui, propositadamente a terminologia de Amin:

«as relações entre as formações do mundo desenvolvido (*o centro*) [itálico nosso] e as do mundo “subdesenvolvido” (*a periferia*) [idem] exprimem-se em fluxos de transferências de valor, que constituem a essência do problema da acumulação à escala mundial» (1976, 14)

fundamentalmente porque, até prova em contrário, admitimos que possam ter existido formas de capitalismo encapotado nas relações entre os novos países independentes e os países socialistas.

«A essência do neocolonialismo é de que o Estado que a ele está sujeito é, teoricamente, independente e tem todos os adornos exteriores de soberania internacional. Na realidade, seu sistema económico e portanto seu sistema político é dirigido do exterior» (N’Krumah, 1967, i).

Algumas análises sobrevalorizaram este aspecto do imperialismo e admitiram que o neocolonialismo seria uma subfase do imperialismo, o que é manifestamente incorrecto. Aliás essa periodização qualitativa nunca teve aceitação significativa, carecendo de interesse analisar a globalização nesse contexto. Basta constataremos que, sendo imperialismo, não deixa de utilizar o «neocolonialismo» como instrumento de actuação.

Mais interessante é verificar as semelhanças e diferenças entre o Capitalismo Monopolista de Estado (CME) e a globalização.

Desde finais do século XIX que se acentuava a importância dos monopólios na economia de cada um dos países e a nível mundial. Essa monopolização da economia é exactamente uma das características do imperialismo. Outra face deste mesmo processo é o aumento das desigualdades económicas e sociais, é a posição subalterna (sem capacidade de influenciar o mercado, sujeito às actuações das empresas dominantes, etc.) de um número crescente de empresas (frequentemente designadas de pequenas e médias empresas – PME – independentemente da caracterização legal que cada país possa ter dessa realidade) às regras de funcionamento dos monopólios (as quais também englobam processos de apropriação da mais-valia criada nas pequenas empresas, processo automaticamente desencadeado pela imposição do preço de mercado para todos e pelas diferenças de produtividade).

Também é sobejamente conhecido da análise marxista a estreita relação entre os capitalistas, em geral, e os monopólios, em particular, e o Estado.

Afirma-se a propósito do nascimento do Estado:

«Faltava apenas uma coisa. Uma instituição que não só assegurasse as novas riquezas individuais contra as tradições comunistas da constituição gentílica, que não só consagrasse a propriedade privada, antes tão pouco

estimada, e fizesse dessa consagração santificadora o objectivo mais elevado da comunidade humana, mas também imprimisse o selo geral do reconhecimento da sociedade às novas formas de aquisição da propriedade, que se desenvolviam umas sobre as outras – a acumulação, portanto, cada vez mais acelerada, das riquezas –; uma instituição que, em uma palavra, não só perpetuasse a nascente divisão da sociedade em classes, mas também o direito de a classe possuidora explorar a não-possuidora e o domínio da primeira sobre a segunda.

E essa instituição nasceu. Inventou-se o *Estado*.» (Engels, sd, 87/8)

Afirma-se a propósito do capitalismo:

«O executivo do Estado moderno não é mais que uma comissão para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa» (Marx, 1975a, 62)

e reafirma-se em diversas obras¹⁴.

Apresentado de uma forma simplificada ou num contexto de estudo científico – o Estado ou como «produto de contradições» (Lenine, 1968b, 291), ou como «factor de coesão e de manutenção das estruturas de uma formação [social]» (Poulantzas, 1977, 352), ou como expressão da correlação de forças sociais –, o Estado exprime sempre (política, ideologicamente, também economicamente) os interesses fundamentais das classes economicamente dominantes.

Pareceria desnecessário considerar no imperialismo uma período próprio caracterizado pela

«união directa do domínio dos monopólios capitalistas com a gigantesca força do Estado» (Kusin, 1966, 245),

mas tal aconteceu, teve consagração política e designou-se Capitalismo Monopolista de Estado. Apresentado como expressão da «crise geral do capitalismo», é tendencialmente apresentado como fase última do imperialismo.

Entre a globalização e o conceito de capitalismo monopolista de Estado apenas há de comum o que é típico de toda a fase do imperialismo. Se o capitalismo monopolista de estado pressupõe uma ideologia e prática capitalista de fortalecimento do Estado e da sua

¹⁴ Recorde-se as de Lenine, em particular em *O Estado e a Revolução - A Doutrina Marxista do Estado e As Tarefas do Proletariado na Revolução*.

gestão/política¹⁵ económica, a globalização defende o seu enfraquecimento e uma intervenção minimalista. Se o capitalismo monopolista de estado tem no espaço da nação a principal forma de união entre o político e o económico, a globalização representa uma ruptura relativa com essa dimensão geográfico-social, podendo-se falar de domínio de empresas metanacionais.

A globalização não é capitalismo monopolista de Estado.

Utilizando uma terminologia diferente podemos dizer que a globalização é uma expressão do liberalismo e um combate ao keynesianismo¹⁶. Este – consolidado com a crise de 1929-33, num ambiente fortemente marcado pela revolução russa e a intensa luta de classes – reconhece que a reprodução do sistema económico não garante por si só o bem-estar global e individual e a estabilidade, defende uma intervenção do Estado, uma acção do político sobre o económico. Muito diferente é a postura do liberalismo, que não podendo abdicar da sobredeterminação política do económico, defende ideologicamente a ausência de Estado e pretende reduzir a política económica. O keynesianismo pressupõe um Estado «economicamente forte» enquanto o liberalismo prefere a sua «fraqueza».

Se a diferença é condicionada,

«O Estado não é um produto social exterior ao económico, também se forja e manifesta nas próprias relações económicas. Produção, distribuição, troca e consumo são esferas indestrutivelmente interligadas, tendo como categorias centrais a força de trabalho (no cerne da produção, consumo

¹⁵ O Estado intervém na economia. É um facto. Pode fazê-lo «no sentido do mercado» (ex. se legalmente o Banco Central tiver a função de fixar a taxa de câmbio, se houver uma diminuição de procura da moeda desse país há uma tendência para a diminuição da sua cotação expressa nas outras moedas, e o Estado ou o Banco Central actua dessa forma). Também pode fazê-lo «contra o sentido do mercado» para preservar determinados aspectos do funcionamento do capitalismo (ex. numa situação de crise os investimentos são menos rentáveis e as receitas fiscais do Estado tenderão a curto prazo a diminuir, mas o Estado pode lançar um conjunto de investimentos para ajudar o relançamento económico, atenuar o desemprego e a degradação das condições de vida). No primeiro caso temos uma «gestão económica» e no segundo uma «política económica».

¹⁶ Antes da crise 1929/33 já os governos capitalistas tinham reconhecido a necessidade social e política de, em certas circunstâncias, aplicarem políticas económicas anticíclicas. Com aquela reforçou-se esse reconhecimento e necessidade. Para além do Estado ser a expressão de uma correlação de forças, os níveis de 50% da taxa de desemprego exigiam opções políticas, a revolução russa e as lutas operárias exigiam opções claras: antes reformas que revoluções. A obra de John Maynard Keynes assumiu tal importância nesse contexto que as políticas económicas anticíclicas e de reforma social aparecem associadas ao seu nome. Orçamento do Estado deficitário nos períodos de crise, subsídio de desemprego e outras medidas deste tipo são frequentemente designadas de keynesianas.

produtivo e distribuição) e a moeda (categoria da troca). Falar de capitalismo é referir força de trabalho numa economia necessariamente monetária. A força de trabalho e a moeda são sobredeterminadas politicamente e, por isso mesmo, não existe em capitalismo – a mais livre das economias – uma economia pura, escudada da intervenção do Estado. A diferença entre keynesianismo e monetarismo é a escolha privilegiada de uma dessas duas categorias para o processamento da ruptura» (Pimenta, 1987, 7)

não podemos deixar de reconhecer que estamos perante formas diferentes de reprodução do sistema, com diferentes impactos sobre as economias centrais e periféricas.

Sinteticamente: globalização é parte integrante do imperialismo, mas não o é do chamado capitalismo monopolista de Estado.

Globalização ou globalizações?

Este processo de inter-relacionamento entre cidadãos num quadro de mudança do espaço-tempo existente entre eles deve ser considerado como uma realidade única ou como um conjunto de realidades suficientemente diferentes e autónomas para serem tratadas cada uma *per si*? Estamos perante uma globalização que tem múltiplas facetas e partes constitutivas, uma totalidade que contem e está contida nas partes, ou perante um conjunto de processos de inter-relacionamentos específicos e autónomos que exigem um tratamento separado. Deveríamos falar de «globalização» ou de «globalizações»?

Somos tentados a admitir que há uma tendência para utilizar este termo no plural.

«Não há só uma mas muitas mundializações: a da informação, a das drogas, das epidemias, do ambiente e, claro, sobretudo a das finanças. Além disso surgem grandes dificuldades, porque as globalizações avançam a ritmos muito diferentes» (Martin & Schumann, 1999, 198).

afirmava Butros-Ghali, então Secretário Geral da Organização das Nações Unidas, conduzindo a resultado semelhante uma análise sociológica:

«Aquilo que habitualmente designamos por globalização são, de facto, conjuntos diferenciados de relações sociais; diferentes conjuntos de relações sociais dão origem a diferentes fenómenos de globalização. Nestes termos,

não existe estritamente uma entidade única chamada globalização; existem, em vez disso, globalizações; em rigor, este termo só deveria ser usado no plural» (B. S. Santos, 2001)

De facto é cómodo falarmos de cada um destes processos autonomamente. De alguma forma nós próprios o vamos fazer ao tratarmos essencialmente, não exclusivamente, das vertentes económicas.

Há um estreitamento da inter-relação entre os homens na produção e circulação da informação? Eis a «globalização da informação». Há novos impactos sobre a natureza e nas relações entre esta, a que o homem pertence, e a sociedade? Eis a «globalização ecológica». Com o aumento da mobilidade dos cidadãos as doenças, incluindo as epidemias, propagam-se de novas formas? Eis a «globalização das epidemias». Há uma tendência para a uniformização cultural, para a generalização de alguns símbolos? Eis a «globalização cultural».

A segmentação pode ser feita de outra forma. Há uma tendência para um mais rápido estreitamento de relações entre cidadãos geograficamente distanciados? Há tendência para se gerarem novas formas de relação entre as instituições e os indivíduos? São cada vez mais comuns os processos de integração entre diversos países? Podemos também aqui tratar de forma autónoma estes diversos processos.

Provavelmente estaremos de acordo que grande parte destes *aspectos* da realidade actual existem, têm especificidades, exibem alguns traços próprios. Poderemos até ir mais longe, reconhecendo com Bachelard, que

«o mundo é descontínuo e o contínuo é uma construção mental» (Parinaud, 1996, 96).

Também veremos que existem áreas comuns entre estes diversos aspectos. A droga e as novas formas da sua propagação mundial são uma questão moral, cultural e social mas têm tudo a ver, como teremos oportunidade de referir com muito mais cuidado, com o mundo dos negócios, com a «globalização económica» em geral ou até mais especificamente com a «globalização financeira». Muito provavelmente as questões ecológicas hoje, em que há o comportamento dos homens para com a natureza mas também a consciência desse mesmo

comportamento e a assunção de atitudes morais e políticas, não podem ser dissociadas da informação e da cultura.

A questão é saber se estamos perante realidades suficientemente autónomas para podermos tratar cientificamente de diversas globalizações ou se estamos perante aspectos da mesma realidade. A opção é essencialmente epistemológica, isto é, a opção depende da postura que tenhamos sobre a melhor forma da ciência abordar o mundo a que pertencemos, a melhor forma de transformar essa realidade em objecto científico. A opção é caminhar da compreensão do todo para o das partes ou das partes para o todo.

O que a ciência faz tradicionalmente é estudar as partes e pela sua junção estudar o todo. Os estudos da complexidade alertaram que esse procedimento «destrói» um conjunto de relações entre as «partes», «despreza» os «ruídos»¹⁷ que se podem tornar essenciais.

Porque a globalização gera interrelações mais rápidas e evidencia a interligação entre todos os «elementos» constitutivos da realidade (um pequeno acontecimento ampliado pelos meios de comunicação torna-se informação mundial e desencadeia um conjunto de reacções em cadeia noutros locais e em outras esferas da sociedade), porque pequenos acontecimentos aparentemente irrelevantes podem provocar profundas alterações sociais que marcarão decididamente o futuro da humanidade¹⁸, porque diversas «ciências da complexidade» têm revelado a importância do todo, preferimos falar em globalização, no singular.

Eis uma muito breve justificação de uma opção que certamente exigiria outro tipo de esclarecimentos.

¹⁷ A fragmentação metodológica do todo faz com que alguns aspectos das relações entre as partes sejam considerados anormais, esporádicos, acidentais, resultado de influências externas. O modelo de oscilação do pêndulo diz-nos que ele oscilará eternamente mas sabemos que o nosso pêndulo acaba por parar. Sabemos que o modelo conduziria ao desenvolvimento mas na realidade assim não aconteceu. É de admitir que eu influencie e seja influenciado nos comportamentos económicos, mas considera-se irrelevante, admitindo-se que o comportamento do agregado é a soma dos comportamentos individuais. Enfim, em múltiplas situações filtramos as nossas análises considerando que dos resultados obtidos uma parte é normal (o que se ajusta ao nosso modelo) e outra é anormal, interferência, ruído. Mas teremos bases científicas sérias para proceder a essa qualificação? Raramente. Não será que «as quantificações do ruído» são desprezíveis? Nada é desprezível a partir do momento em que se sabe que variações infinitesimais no ponto de partida podem conduzir a resultados radicalmente diferentes.

¹⁸ Exemplo: uma avaria na electricidade numa aldeia impede os seus habitantes de assistirem a um debate político entre candidatos à presidência, levando a uma sua votação que faz com que um dos candidatos seja eleito por uma diferença de votos inferior ao número de eleitores daquela aldeia, mudando os destinos de uma pais e do mundo.

O que é importante percebermos é que não se trata de uma questão de palavras. Está em jogo uma postura cultural face ao entendimento da realidade, uma diferente metodologia científica. Em muitas situações conduzirá a resultados similares a outras metodologias, mas noutras diferirá inequivocamente.

Estreitamente relacionada com esta questão impõe-se alertar para outra: a globalização gera novas realidades mas também permite a continuidade das antigas. Nestas existirá uma grande probabilidade de as formas concretas que assumem sejam diferentes, sejam influenciadas pela globalização, mas também pode não acontecer. Por outras palavras, existirão realidades que são da globalização e que não existiriam fora desta fase histórica, e existirão outras que são do capitalismo e assumem na globalidade especificidades. Existirão ainda outras que continuarão a manifestar-se na actual fase histórica como sempre fizeram.

Seria abusivo englobar na globalização tudo o que hoje acontece (como tende a aparecer em muita matéria informativa e de divulgação!), mas as fronteiras são muito difíceis de traçar. Por exemplo, quando se começou a estudar a integração económica, quando se começaram a dar os primeiros passos da actual União Europeia, seria abusivo falar de globalização. Provavelmente porque o vocábulo ainda não existiria, certamente porque a realidade tecnológica, económica e social então existente pouco tinha em comum com a actual, não tinha as características do que hoje se designa por globalização. E, no entanto, não é a existência da União Europeia, e a sua organização e funcionamento, parte integrante da globalização, um dos seus traços característicos? Não o é a própria integração económica?

Valores e Teoria do Valor

Os valores em que acreditamos, fazendo parte do nosso pensar e agir espontâneos, são balizas do nosso comportamento. A estreita relação entre a cultura europeia da Revolução Industrial e da Revolução Francesa e o Kantismo¹⁹ permite-nos ainda hoje associar os «valores» a referências morais:

¹⁹ Corrente filosófica também designada de criticismo, iniciada por Emmanuel Kant, que viveu entre 1724-1804. Apesar de na sua época ter passado despercebido é um dos grandes vultos do pensamento ocidental. Repensou a metafísica à luz dos avanços da ciência e do aparecimento desta como referência fundamental dos homens. A moral e a ciência passam a ter os seus campos claramente delimitados.

Kant identificara o bem com o valor em geral:

«Cada um chama de bem aquilo que aprecia e aprova, isto é; aquilo em que há um V[alores] objetivo»; e acrescentava que nesse sentido o bem é bem para todos os seres racionais (Crít. do Juízo, § 5). No entanto, limitava-se a designar com a palavra V[alor] o ‘bem objetivo, excluindo o agradável e o belo. A extensão do termo para indicar não só o bem, mas também o verdadeiro e o belo, se deve aos Kantianos, principalmente à corrente psicologista do Kantismo. Polemizando contra o próprio Kant, Beneke afirmava que a moralidade não pode determinar uma lei universal da conduta, mas pode e deve determinar a ordem dos V[alor] que devem ser preferidos nas escolhas individuais; os próprios V[alores] são determinados pelo sentimento (Grundlinien der Sittenlehre, 1837, I, pp. 231 ss; Grundlinien des Naturrechtes 1838, I, pp. 41 ss.) (Abbagnano, 1998, «Valor»).

A «expectativa normativa», «o guia da escolha» aparecem habitualmente associados ao conceito de valor. Escolha de diversos tipos, também é económica:

«a melhor definição de V[alor] é a que o considera como possibilidade de escolha, isto é, como uma disciplina inteligente das escolhas, que pode conduzir a eliminar algumas delas ou a declará-las irracionais ou nocivas, e pode conduzir (e conduz) a privilegiar outras, ditando a sua repetição sempre que determinadas condições se verifiquem. Em outros termos, uma teoria do V[alores], como crítica dos V[alor], tende a determinar as autênticas possibilidades de escolha, ou seja, as escolhas que, podendo aparecer como possíveis sempre nas mesmas circunstâncias, constituem pretensão do V[alor] à universalidade e à permanência.» (Abbagnano, 1998, «Valor»).

A acreditar neste autor, retomamos de alguma forma às origens, pois esse era o sentido habitualmente atribuído na «Antiguidade», tendendo a identificar-se com o «preço».

Entre os conceitos económico e ético de «valor» existem continuidades e rupturas, mas nem umas nem outras podem ser ignoradas na análise da «questão do valor», tanto mais que algumas concepções estão espontaneamente dependentes desse entendimento do conhecimento corrente. Esta uma primeira razão para falarmos em «valores», no plural.

Estudar, no contexto da Economia Política, o valor é tentar compreender os fundamentos da dinâmica económica, em que os conceitos de bem económico (mercadoria) e preço (de mercado) são aspectos particularmente analisados. É construir uma categoria científica, é promover o corte epistemológico que permite a ruptura com as «evidências», o encontro com os «metafenómenos»²⁰. Sem termos a possibilidade neste livro de explorarmos até às últimas consequências este assunto, teremos que ter cuidados suficientes para fornecer aos leitores as opções que se apresentam e os caminhos que nos parecem mais promissores para outras investigações.

Estas preocupações aconselham, desde logo, a considerar três aspectos:

a) O contexto histórico da lei do valor é o das sociedades em que a troca de bens existe como parte integrante dos seus modos de funcionamento, de reprodução do modo de produção. Analisá-la para compreender a globalização ou alguns dos seus aspectos é simultaneamente reconhecer a continuidade do seu funcionamento, e a sua estreita relação com as leis da globalização, e a ruptura que o novo contexto histórico impõe. Por outras palavras,

«o valor refere-se à organização, ao funcionamento e à evolução da sociedade» (Dostaler, 1978, 7).

b) Nenhum apelo ao pragmatismo permite silenciar estas problemáticas, remetendo para os axiomas iniciais não explicitados o que poderia, e deve, ser objecto de um estudo, e de opções.

c) Não nos devemos enclausurar numa leitura estritamente económica, que embora não economicista, pode ser excessivamente redutora. Permanecendo exclusivamente nos limites da Economia corremos o risco de uma excessiva interligação entre valor e preço²¹.

²⁰ O termo «fenómeno» tem sido muito discutido ao longo dos séculos, mas podemos dizer que fenómeno é o que conhecemos através da actividade perceptiva. O fenómeno está, pois, muito associado ao «dado primeiro», à «evidência», ao «conhecimento corrente». Uma leitura científica exige «ampliar a actividade perceptiva», combater as evidências, exercer a crítica, proceder ao «corte epistemológico». «A nossa percepção é...» não chega para se fazer ciência. É preciso interpretar, criticar, confrontar (utilizando instrumentos adicionais de observação, técnicas e métodos). É preciso ir ao encontro desse desconhecido, ir para além dos fenómenos, caminhar ao encontro dos metafenómenos, mesmo que os metafenómenos de hoje possam ser os fenómenos de amanhã, exigindo futuramente novas «rupturas».

²¹ O problema da correspondência entre «valores» e «preços de produção» é normalmente conhecido como o «problema da transformação». É um problema porque segundo muitos autores há um erro na obra de Marx ao tratar destas questões. Marxistas, não-marxistas e anti-marxistas têm-no debatido veementemente. Ainda hoje é interessante ler sobre o assunto Dumenil (1980).

É necessário colocar as problemáticas nos terrenos epistemológico e filosófico.

Quando tratamos este assunto no plano estritamente económico defrontamo-nos sistematicamente com duas teorias alternativas essenciais: «teoria do valor-trabalho» e «teoria do valor-utilidade», expressões económicas do «homem-ser-social» e do «homem-indivíduo», respectivamente. As posições que os diversos autores defendem, num determinado contexto de problemas sociais e de evolução da ciência, são casos particulares destas opções.

Se pretendemos caminhar entre a Epistemologia e a Economia, entre o económico e o moral, entre o conhecimento corrente e o científico, entre as diversas correntes alternativas, para se compreender as problemáticas em que estas questões se inserem (para permitir ao leitor este caminhar racional na plenitude do conhecimento das alternativas que se colocam, confiantes de que então possamos chegar a similares portos de abrigo intelectual que nos permitam novas rotas de compreensão da globalização), se pretendemos tudo isto é preferível falarmos em valores, as várias encruzilhadas por onde vamos passar. Logo, «valores», não «valor».

Uma abordagem que incidirá, como dissemos, no Económico e que se concentrará, apesar das preocupações anteriormente enunciadas, na teoria do valor-trabalho muito dirigido para o entendimento da globalização como fase específica do capitalismo²².

Qual Futuro?

Cada sociedade terá um único futuro. Será ele que permitirá modelizar o presente, certamente de uma forma diferente da que hoje é feita. Entre «construído pelos homens» e o «a Deus pertence», entre o «previsível» e o «imprevisível», entre o «livre-arbítrio» e o «determinismo», entre o «construído nas conjunturas» e o «moldado nas estruturas», entre diversas leituras e esperanças, ele é único. Por isso designamo-lo no singular.

Contudo não existem certezas, nem probabilidades quantificadas da exequibilidade de cada um dos cenários.

²² A nossa análise será certamente limitada, quiçá um pouco reducionista, mas é importante não perdermos de vista a pluralidade dos valores.

A globalização é uma realidade complexa. Já explicámos porquê. Como tal muitos dos processos que a constituem têm o resultado final em aberto. Não se pode prever o quê, quando e como acontecerá esse resultado. Será admissível admitir alguns aspectos do que acontecerá, mas tais afirmações desligadas do tempo (quando) e do processo (como) terão pouca importância, para além de alimentar fé e vontade. Perante esses resultados em aberto todos somos assistentes, actores, encenadores e escritores.

Não falaremos do futuro, apenas deixaremos em aberto um raciocínio hipotético-dedutivo que poderá ajudar a traçar cenários:

*se «globalização» é a financiarização extrema do capitalismo,
se valor-trabalho é o reconhecimento que o valor resulta do trabalho humano,*

então globalização e valor estão em rota de colisão

Mais nada do que isso. Tanto quanto isso.

preocupações

«Deixemos os entretantos e vamos aos finalmentes» foi uma frase na moda após o sucesso de uma telenovela brasileira. As pessoas reproduziam esta expressão, em parte pela sua ressonância pouco habitual, mas certamente também porque «de discursos estamos nós fartos» e os resultados é que contam.

Seguindo esse princípio este capítulo não deveria existir. É um prolongamento dos «entretantos» e, aparentemente, um significativo atraso para alcançarmos os «finalmentes».

Quem procure um conjunto de conclusões que sirvam para a sua compreensão da globalização, sem significativas preocupações em aprofundar o assunto, sem a necessidade de robustecer os seus argumentos de forma a resistir a uma boa polémica com defensores de ideias diferentes, escusa de ler este capítulo. Ignore-o ou retome-o depois de ter chegado ao fim do último capítulo, se entretanto lhe surgir alguma dificuldade.

Se pretende avançar neste exercício intelectual, suporte de acções e transformações sociais, com um conhecimento pormenorizado dos porquês das situações, com um conhecimento das hipóteses em que se baseia, e daí extrapolando a força e a fraqueza das suas ideias e os campos em que a discussão se tem de processar, então aconselhamos a leitura deste capítulo, varrendo dúvidas que muito provavelmente surgiriam numa fase mais avançada da leitura.

O nosso compromisso é não explorarmos integralmente as questões que de seguida se levantam, procurando que o texto seja o mais sintético possível.

Um exemplo poderá ajudar a esclarecer o que pretendemos com este ponto. Considerem o seguinte texto:

«Por mais de uma década, o crescimento do comércio mundial suplantou o do PIB mundial. Foram grandes os benefícios para os países que adoptaram políticas orientadas para o exterior. As economias de alto desempenho do Leste asiático, por exemplo, aumentaram bastante sua participação nas importações mundiais de manufacturados, enquanto apresentavam índices de crescimento do PIB em 1965-1990 quase três vezes maiores que os da América Latina e do Sul da Ásia e cinco vezes maiores que os da África subsariana. A maioria dos países em desenvolvimento dessas outras regiões, em contraposição, adoptava políticas de substituição de importações.» (Low, 1994, 58).

Admitamos, o que não está longe da realidade, que estas afirmações são estatisticamente verdadeiras. Segundo o autor

- a globalização é acompanhada de um acelerado incremento das importações e expostas;
- os países que aceitaram esse incremento retiraram vantagens do processo,
- as políticas nacionais de aumento da produção nacional orientada para a substituição de importações são desvantajosas para os países que as adoptam.

Depois de demonstradas estas «evidências», muitas delas «empíricas», logo incontestáveis, muitas outras proposições são passíveis de surgir, aumentando os argumentos demonstrativos das vantagens da globalização.

Mas será mesmo assim?

O facto de durante um período de 25 anos haver globalmente um aumento do comércio mundial e a fase final do período considerado coincidir com o que normalmente se designa por globalização permite concluir o quê? Que na passagem da pré-globalização para a globalização houve um aumento do comércio internacional? Quais as dinâmicas conjunturais dentro do referido período? A simultaneidade temporal dos dois fenómenos permite concluir que o aumento do comércio internacional é uma das características da globalização?

Em que é que se fundamenta a afirmação «foram grandes os benefícios para os países que adoptaram políticas orientadas para o

exterior»? Não será necessário apresentar indicadores e justificar a sua escolha? Ou será uma evidência por todos apercebida, por muitos cantada, que não carece de qualquer demonstração? Benefício para quem e com que impactos e complementaridades? Não é o crescimento do PIB o indicador global mais expressivo de maior produto, maior rendimento e melhores condições de vida?

Da simultaneidade entre políticas de substituição de importações e menor crescimento do PIB podemos concluir que os dois fenómenos estão indissolúvelmente ligados?

A referida afirmação não pode passar despercebida, não pode ser aceite sem uma reflexão crítica. Uma crítica que é essencial para balizar a sua capacidade explicativa da globalização. Para tal é necessário ter alguns conhecimentos de Economia²³, mas também é necessário estar armado de alguns cuidados e preocupações prévias: o perigo das evidências, as diferenças entre simultaneidade ou sequencialidade e causalidade, a relevância dos contextos, por exemplo.

O que procuramos neste breve capítulo é chamar a atenção para alguns destes aspectos, tendo em conta o nosso específico objecto de estudo: a globalização.

Para além dos fenómenos

O dualismo aparência-essência tem sido um dos assuntos bastantes analisados ao longo de séculos de reflexão filosófica. Depois da fenomenologia de Husserl, do nilismo de Nietzsche ou do existencialismo de Sartre, há mesmo uma frequente negação da validade daquele dualismo.

«O dualismo do ser e do parecer já não pode dispor de direito de cidade em filosofia (...) podemos igualmente rejeitar o dualismo da aparência e da essência. A aparência não esconde a essência, ela revela-a; ela é a essência» (1993, 9/10)

afirmou categoricamente Sartre.

Sem aqui discutir essa problemática ontológica pretendemos desde já afirmar que a nossa postura epistemológica é manifestamente diferente.

²³ Saber o que é participar do «comércio mundial», saber as regras de jogo deste, saber o que é o Produto Interno Bruto, saber o que são as políticas de substituição de importações, saber o que é o dualismo da economia, saber alguns elementos de contabilidade nacional, por exemplo.

Um determinado objecto de estudo – seja, neste caso, a globalização ou qualquer uma das suas manifestações – é observado inevitavelmente através de filtros que apenas captam uma parte da sua realidade²⁴. Assim acontece seja por limitações cognitivas do Homem face à complexidade do concreto, seja pelas práticas científicas disciplinares e a formação do observador, seja pelas experiências de vida e práticas sociais que forjaram uma determinada personalidade do observador e uma limitação do campo de manifestação da consciência possível, seja pela escala de observação (micro, macro) em que se coloca, seja ainda pela própria natureza da realidade. Conscientes destas próprias limitações biológicas, cognitivas e sociais, há que fazer um esforço para reduzi-las ao máximo, aplicando à realidade observada um modelo de observação que seja mais abrangente, que contenha uma malha de concatenações lógicas entre elementos constitutivos do concreto observado (ou, o que ainda sabemos fazer mal, que consiga chegar à partes através da observação do todo).

Há que fazer um esforço de captação do conjunto das manifestações da realidade observada e, na impossibilidade de observação e interpretação do todo, de seleccionar as relações que sejam as mais relevantes para o entendimento do que estamos a estudar.

Fazer ciência é ir para além das aparências, é ultrapassar os fenómenos, sobretudo os fenómenos isolados, é proceder a uma análise para além do conhecimento corrente. É nesta postura que nos colocamos.

Antes de apresentar um exemplo para pretendemos ilustrar a nossa postura, duas observações genéricas.

Retomando Sartre, defensor de uma posição diferente da que aqui assumimos, recordemos a sua aceitação de uma posição de outro autor, sobre o assunto:

«Laporte diz que se abstrai quando se pensa no estado isolado aquilo que não é feito para existir isoladamente. O concreto, em oposição, é uma totalidade que pode existir só por si» (1993, 33).

De acordo com a ciência que se pratica desde Galileu, fazer ciência é abstrair, seja para estudar os elementos constitutivos do todo,

²⁴ A consciência desta limitação e o seu conhecimento científico são muito importantes porque viabilizam uma atitude deliberada, rigorosamente orientada, para a superação dessas limitações.

seja como aproximação a este. O que queremos dizer com a postura anteriormente assumida é que neste percurso, neste processo de vaivém entre o abstracto e o concreto²⁵, há que optar pelos melhores modelos – certamente limitados, individual e colectivamente determinados – temos que recorrer a modelos de abstracção, e de aproximação ao concreto, que têm de ter fundamentos para além do processo espontâneo de observação, mesmo que promovido pelo conhecimento científico.

A história da ciência parece mostrar com alguma clareza que esta capacidade de ultrapassar o que se nos revela tem contribuído decisivamente para o avanço dos nossos conhecimentos: a Terra tem uma rotação em torno do Sol, o movimento uniformemente acelerado é a situação normal de posicionamento dos corpos, o tempo-espaço é quadridimensional, o observador influencia o observado, o erro e a ambiguidade são partes constitutivas da aprendizagem, etc. É certo que nesta aventura da humanidade nem sempre a leitura metafenomenológica foi a mais adequada²⁶ e hoje, depois de Godel²⁷, Turing²⁸ e Chaitin²⁹, depois da sensibilidade

²⁵ O abstracto e o concreto não se opõem. A abstracção é um processo de leitura do concreto:

«Que é a realidade? Se é um conjunto de factos, de elementos simplíssimos e até mesmo indieriváveis, disto resulta, em primeiro lugar, que a concreticidade é a totalidade de todos os factos; e em segundo lugar que a realidade, na sua concreticidade, é essencialmente incognoscível pois é possível acrescentar, a cada fenómeno, ulteriores facetas e aspectos, factos esquecidos ou ainda não descobertos, e mediante este infinito acrescentamento é possível demonstrar a abstractividade e a não concreticidade do conhecimento. “Todo o conhecimento, seja intuitivo, seja discursivo – escreve um dos principais opositores contemporâneos da filosofia da totalidade concreta – é necessariamente conhecimento de aspectos abstractos e não poderemos jamais compreender a estrutura ‘concreta’ da realidade social em si mesma”» (Kosik, 1977, 41)

²⁶ Não basta ir para além do que já se conhece. É fundamental fazê-lo de forma adequada, tanto do ponto de vista científico como filosófico. Reconhecemos em muitas análises neoclássicas, por exemplo defensoras da inevitabilidade da globalização, a leitura para além do conhecimento corrente e, no entanto, a apresentação de um conjunto de erros explicitáveis pela crítica interna e externa, pela análise económica, sociológica, epistemológica e filosófica.

²⁷ Godel (1902-1978) é um lógico norte-americano de origem austríaca. Na sua obra principal demonstra, tomando como referência a «exacta e completa» aritmética, que não é possível, dentro do sistema, mostrar a verdade de todas as proposições. Logo, é impossível demonstrar a consistência do sistema formal. Esta posição é conhecida como «teorema da incompletude de Godel».

²⁸ Alan Turing (1912-1954) é o matemático e lógico britânico que inicia a caminhada da inteligência artificial. Considera que é calculável tudo o que for calculável na sua máquina (grosso modo um computador de memória ilimitada) exigindo, pois, a elaboração de uma algoritmo. Logo de seguida conclui que há problemas matemáticos para os quais não é possível construir um algoritmo. Esta afirmação é conhecida pelo «teorema da incalculabilidade de Turing».

²⁹ Gregory Chaitin é um matemático americano, ainda vivo, que na linha dos dois autores anteriores tem trabalhado sobre os limites conceptuais das Matemáticas. Considera impossível medir em todas as situações a complexidade e reconhece a inevitabilidade da incerteza no mundo das Matemáticas.

cognitiva à não-linearidade³⁰, temos consciência das limitações desse processo. Mas se todos os processos cognitivos são limitados e incompletos há uns mais do que outros, há modelos que já mostraram a sua inadequação à realidade.

Para exemplificar peguemos nesta pérola sofista³¹:

«Na nova e acelerada economia mundial, a agilidade é um tema recorrente. E como os governos não primam pela rapidez e flexibilidade, estão recorrendo a empresários para tomar suas economias mais reactivas.

A transformação espectacular das economias do Leste asiático tornam esperançosos todos os que lidam com desenvolvimento económico. Mas a estagnação e o declínio persistente das economias mais pobres – e de muitas economias em transição – geram preocupação. Enquanto não se desobstruir o sector privado, nessa economia mundial hoje radicalmente diferente, continuarão existindo contrastes entre os países – uns dinâmicos e integrados à escala mundial, e outros estáticos e marginalizados.

O crescimento mais rápido favorece os pobres porque gera empregos, aumentando a sua produtividade e o seu acesso a crédito, infra-estrutura e insumos produtivos. O estímulo à iniciativa privada também dá aos governos alívio orçamentário para que se concentrem naquilo que sabem fazer melhor. Abstendo-se de actividade que os empresários exercem bem ou melhor, os governos deixam de desperdiçar recursos que podem ser empregados na saúde e na educação, que são os melhores igualadores de renda. Os governos podem também intensificar seus esforços no sentido de orientar a assistência especificamente para os pobres e de criar redes de seguridade social» (Lindbaek & Rischard, 1994, 34)

O ponto de partida da observação é a «agilidade». Porque suspeita que o leitor, independentemente de sua formação específica, sabe o que é agilidade (agilidade a apanhar o autocarro, agilidade a saltar o muro, agilidade a saltar à corda, agilidade mental a resolver as palavras

³⁰ A linearidade tem sido um dos grandes pressupostos da ciência, nomeadamente da Economia. O reconhecimento de que há fenómenos de interacção, entre outros, que fazem, sobretudo para conjuntos compostos por três ou mais elementos, que o todo não seja a soma das partes, desbrava novos rumos para o conhecimento que ainda estamos longe de perceber completamente.

³¹ Retirado de uma revista do FMI que está traduzida em português do Brasil. Daí alguma terminologia pouco habitual.

cruzadas) está convencido que ele saberá aplicar metaforicamente essa mesma «noção» à realidade social, aos fenómenos económicos.

«Agilidade» contém, pelo que nos é dito de seguida, «rapidez» e «flexibilidade». No entanto afirma que essas duas características não são apanágio dos governos (provavelmente pretendendo designar Estado pois o governo não a única instituição a tomar decisões nem o faz isolado das restantes estruturas governativas) sem o demonstrar, sem o explicar, sem afirmar se essa eventual incapacidade governativa é conjuntural ou estrutural. Note-se que algumas décadas atrás, numa época em que os Estados tinham menor capacidade burocrática de intervenção, a tendência de qualquer economista seria atribuir-lhes essa rapidez e flexibilidade, a tal ponto que eles estavam responsabilizados pelas políticas conjunturais, muitos marcadas pela oportunidade de aplicação e seu acompanhamento³².

Entretanto olha com entusiasmo para a experiência dos países do «leste asiático» (estas designações geográficas tendem sempre a encobrir leituras sociais mais exactas) e parece esquecer-se que neles o Estado desempenhou um importantíssimo papel. E compara-os aos países mais pobres para daí retirar um conjunto de preocupações. Situa igualmente os países em transição (de quê para quê? De que países está exactamente a tratar? Muito provavelmente do antigos países socialistas). Claro que em relação aos países mais pobres não há uma única referência aos modos de produção aí vigentes, ao subdesenvolvimento. E ao colocar no mesmo saco as economias mais pobres e as economias em transição do socialismo para o capitalismo coloca completamente de lado questões como o colonialismo, o dualismo e a desarticulação, para os primeiros países, assim como os avanços tecnológicos e sociais do socialismo, a passagem de uma economia com elevados níveis de segurança social para uma economia onde tais valores têm menos importância, o papel da economia subterrânea e das mafias, etc.

Partindo do pressuposto que só o capitalismo é possível, depois de ter colocado tais epítetos à incapacidade do Estado, não lhe resta outra saída que justificar tudo o que tem corrido mal com a falta de livre

³² Não seria exactamente essa experiência que revelou a falta da tal agilidade? Antes pelo contrário. Durante décadas a política económica conjuntural primou pela «rapidez», «eficácia», «agilidade», a tal ponto que muitos economistas glorificaram o «fim das crises» e a superação dos ciclos.

actuação da iniciativa privada (da propriedade privada tendencialmente monopolista, pois é disso que se está a falar).

O que é que este exemplo mostra? Não basta olhar para um conjunto de factos, e relacioná-lo com um conjunto de ideias feitas, de conceitos ideológicos ou de leituras do conhecimento corrente. É necessário colocarmo-nos numa postura científica: analisar detalhadamente a realidade, elaborar modelos (explicativos, descritivos ou previsionais³³), aplicar metodologias adequadas, é necessário proceder ao corte epistemológico. Depois é necessário perceber o que é um «país pobre» por muito rigorosa que seja a observação de indicadores como rendimento *per capita*, esperança de vida à nascença ou índice de desenvolvimento humano. Um país pobre é um país «em vias de crescimento» que ainda se encontra numa fase inicial desse processo (de acordo com a teoria de Rostow³⁴ e a terminologia do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional) ou é uma economia «subdesenvolvida» a qual apresenta um conjunto de características próprias (como defendem, por exemplo, os estruturalistas)? Se defendermos esta última posição, quais são essas características? Dependência? Dualismo e desarticulação?

O que dizemos é que uma coisa é ler os dados, os indicadores. Outra coisa é integrar essa informação parcial num conjunto mais vasto de informações e dados. Outra coisa ainda é interpretar esses resultados integrando-os num ou em vários modelos interpretativos, nos contributos de uma ou mais ciências. Se ficamos pelos fenómenos, pela aparência da realidade, ficamos muito mais longe da compreensão das dinâmicas da realidade, neste caso das desigualdades internacionais, da pobreza, das relações centro-periferia.

É por isso que dizemos que é necessário captar cientificamente o que está para além das manifestações fenomenológicas, o que está para além dos fenómenos.

³³ Neste caso interessam sobretudo os modelos explicativos.

³⁴ Rostow analisava os níveis de desenvolvimento através da hierarquização dos sectores primário (grosso modo, agrário), secundário (grosso modo, industrial) e terciário (grosso modo, serviços) e admitia que todos os países passariam sucessivamente por essas diversas fases. As economias subdesenvolvidas também lá chegariam, como aconteceu com os países desenvolvidos: era apenas uma questão de tempo.

Destruição das evidências

Destruir as evidências significa interrogarmo-nos sobre a validade das informações que obtemos, tentarmos construir uma alternativa lógica e, dessa forma, romper com a «tendência natural» para a passividade, para a aceitação. É, de alguma forma, uma outra faceta da preocupação enunciada no ponto anterior.

Quais são as informações que me surgem como «evidentes»? Exactamente as que estão de acordo com os meus conhecimentos existentes no momento, as que confirmam o ponto de vista que pretendo defender, as que são concordantes com as minhas opções ideológicas. Nenhuma informação que mostre, ou possa começar a mostrar, a falsidade do meu modelo de leitura da realidade é «evidente». Nenhuma nova descoberta científica é «evidente». Nenhuma forma alternativa de ler uma informação é «evidente».

Mantermo-nos agarrados às evidências, assentar a nossa análise nelas é continuar no passado, é ter receio da descoberta, é ancorarmo-nos num determinado tipo de argumento de autoridade³⁵. As evidências impõem-se por si e os autores que as apresentam não necessitam de as demonstrar. Grosso modo podemos dizer que as evidências são o terreno do conhecimento corrente partilhado pela generalidade dos homens numa determinada fase histórica e num certo contexto cultural. O conhecimento científico é a ultrapassagem desse conhecimento.

Quando lidamos com temáticas como a globalização, em que muitos argumentos são estritamente ideológicos (mesmo quando apresentados sob a capa da desideologização), ou em que se trabalha com «conceitos» que podem ter diferentes leituras conforme são feitos pelo conhecimento corrente ou pelo conhecimento científico, as evidências são frequentemente uma forma subtil de «vender gato por lebre» ou de evitar o corte epistemológico que a construção científica exigiria.

Lutar contra as evidências é começar com a aplicação da dúvida metódica cartesiana, mas ultrapassa-a. É o reconhecimento de muitos aspectos fundamentais da filosofia de Bachelard:

³⁵ Transferindo da personalidade que o emitiu para o empirismo dos dados ou para a inevitabilidade do pragmatismo.

«Toda a objectividade, dificilmente verificada, desmente o primeiro contacto com o objecto» (Parinaud, 1996, 123)

Em síntese, todas as evidências têm de ser destruídas (mesmo que dessa destruição resulte a aceitação da informação que lhe serviu de suporte) como exercício da crítica, como passagem para a descoberta científica, para o conhecimento científico, como atenuação da subjectividade e como esforço de captação da objectividade.

Como tivemos oportunidade de verificar no exemplo anterior, «agilidade», «importância da rapidez e da flexibilidade», «incapacidade dos governos» e «dinamismo do sector privado» eram evidências que serviam de suporte às conclusões retiradas mais à frente.

Ora, como cremos ter referido solidamente, não se podem assumir como verdades aprioristicamente definidas, seja porque quando muito têm uma validade conjuntural e geograficamente localizada, seja porque exigem contextualização, seja porque podem ser manifestamente erradas. Em síntese, carecem de demonstração.

Vejamos um outro exemplo, bastante ligado à temática da primeira parte deste livro:

«Os presidentes africanos e o Presidente do Banco Mundial constataam a irreversibilidade da globalização. Impõe-se à África criar condições para também se tornar parte do processo de globalização. Depende essencialmente da competitividade das suas economias e da adopção de estratégias de industrialização bem sucedidas.» (Governo do Senegal, 1998)

A «irreversibilidade da globalização» é assumida como evidência, sobre a qual se constrói a declaração política. Mas, o que é globalização? É mundialização? Ou é uma certa forma de mundialização?

Se globalização é exactamente igual a mundialização provavelmente poderemos estar perante uma realidade irreversível, embora não exclua a eventual existência de diversas alterações de ritmo (ciclos?) e de tendências e contratendências. Se a globalização é uma forma de mundialização então certamente que não é irreversível, mesmo no contexto do capitalismo. Teremos oportunidade de abordar detalhadamente esta questão.

Ilustremos mais uma vez com a utilização de uma série de dados. Tomemos como um dos indicadores possíveis do crescimento económico de um país o seu rendimento *per capita* (é uma hipótese simplificadora que exigiria uma análise mais fina desnecessária para o que aqui se pretende ilustrar). Consideremos esse dado para a República da África do Sul, medindo-lo em dólares, eliminando a influência de variações de cotação desta moeda. Consideramos o período de 1960 a 1999. O indicador tinha nesses anos extremos os valores:

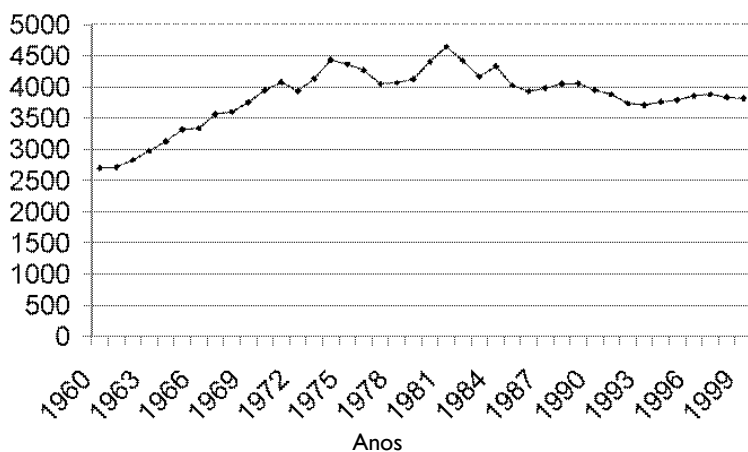
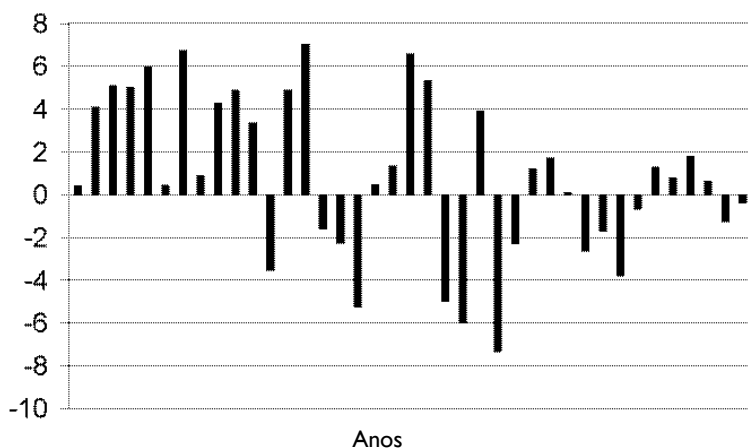
1960	2700,974
1999	3819,029

Podemos então afirmar que há uma «evidência empírica» de que o rendimento *per capita* neste país aumentou 41,39%. Entrando em conta com o número de anos que tal processo demorou temos uma taxa média de variação anual de 0,892%.

Claro que esta evidência resultou da técnica de cálculo. Tomou-se como ponto de referência o ponto de partida (2700,974), o que poderá não ser a melhor técnica de cálculo pois ao passar-se do primeiro para o segundo valor temos uma variação positiva do montante enunciado, mas ao passarmos do segundo para o primeiro não obtemos um valor simétrico: há uma variação negativa de 29,28%. Se assumirmos como referência o ponto intermédio então a taxa de variação percentual passou a ser de 34,30% (taxa média anual de 0,888). Esta passará a ser a nossa «evidência empírica» que parece permitir concluir que durante este período houve um aumento do rendimento *per capita* de 34,30%, o que, considerando tudo o resto constante, permite concluir que a situação dos cidadãos daquele país melhorou. É claro que a *clausula ceteris paribus* introduzida parece ser nesta situação bastante abusiva: em 1960 o país vivia em situação de *Apartheid* e no último ano já não.

Mas, dispensando-nos de listar todos os dados, veja-se a representação gráfica do indicador e das variações do indicador, respectivamente (ver gráficos 1 e 2).

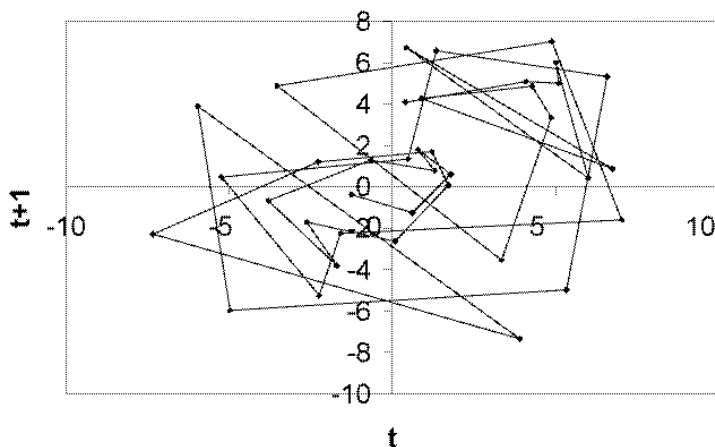
Claro que ao considerarem-se todos os anos e não apenas os anos extremos a «evidência empírica» modifica-se. Deixou-se de assumir a

Gráfico 1: Rendimento *per capita*, valores absolutos**Gráfico 2: Rendimento *per capita*, variações percentuais**

ideia de *aumento* para se assumir a de *tendência de aumento*, manifestada no meio de muitas alterações durante o percurso, muitas variações bruscas.

Se a nossa preocupação é essencialmente mostrar a dinâmica, então poderá ser interessante mostrar aquela evidência através da taxa de variação de um ano em função da taxa do ano anterior, e nesse caso, os mesmos dados representados no gráfico anterior revelam-se da seguinte forma:

Gráfico 3: Rendimento per capita, taxa de variação em função da taxa de variação anterior



Como se vê as evidências mesmo empíricas nem sempre são o que parecem!

Acrescente-se que a história da globalização que tem sido contada nos últimos anos é a dos vencedores. Provavelmente dum estrito ponto de vista quantitativo, os vencidos (os que tiveram as suas condições de vida degradadas em termos absolutos ou relativos) foram mais que os vencedores. As evidências são as confirmações da história contada pelos vencedores.

Dos mitos às realidades

Pelos factos anteriormente enunciados, muitas das primeiras leituras, muitas das afirmações mais correntemente divulgadas são total ou parcialmente erróneas, são deslocadas do campo científico, são aproximações insuficientes a uma interpretação global do fenómeno.

Acresce que de entre as «mundializações» possíveis a «globalização» é uma das suas possibilidades e dentro das «globalizações» possíveis a que temos vivido tem sido comandada por uma ideologia neoliberal, uma ideologia que leva até às últimas consequências a «lógica do mercado» numa época em que estes são de expansão das grandes empresas internacionais, apostando numa «racionalidade plena», numa «competitividade» extrema e num «individualismo» (solipsismo) total.

Se pretendermos passar duma primeira leitura em que a desinformação abunda, os sonhos realizáveis suportam comportamentos que reforçam os sonhos, as interpretações ideológicas afastadas de uma correcta metodologia científica espalham-se pelos espaços do conhecimento corrente, é necessário concretizar as precauções que temos vindo a referir: lutar contra as evidências, tentar captar para além dos fenómenos, encaixar as informações em modelos científicos de aproximação à realidade.

Para utilizar uma terminologia em moda, passar do mito à realidade exige muito frequentemente destruir o «politicamente correcto» de hoje para construir os «politicamente correctos» de amanhã, mergulhar no politicamente incorrecto.

Façamos, a este propósito, um pequeno exercício. No *Expresso* (1/Fev/2003) dizia-se:

«Lula não disse, mas podia ter dito, que uma vaca de qualquer país da União Europeia “recebe” dois euros diários de subsídios de alimentação, quando quase dois mil milhões de pessoas têm menos do que isso para sobreviver na África esquecida, na Ásia imensa e na América pobre do sul. (...) Lula não disse, mas podia ter dito, que os estados mais pobres do mundo consagram menos de cinco euros por ano à saúde de cada um dos seus cidadãos, quando a mesma despesa chega a atingir os 3500 euros nos países mais abastados».

São alguns exemplos de denúncias que proliferam nos diversos Fóruns Sociais.

Por outras palavras, temos uma realidade que beneficia muito uma estreita franja da população mundial, beneficia um pouco uma franja maior, prejudica uma outra que certamente representa mais de metade da população mundial. Se falarmos estritamente de «globalização» podemos admitir que haverá uma significativa parcela dos «prejudicados» que tanto estariam assim com ou sem ela, mas se entendermos aquela como o «capitalismo globalizado» estão a leitura é diferente: mais de metade da população mundial é maltratada pelo sistema. Para que esta situação seja compatível com as práticas democráticas (propagandisticamente defendida pelos neoliberais), mesmo que num estrito sentido formal, é necessário que uma grande parte dos prejudicados não tenham consciência dessa situação, tenham

consciência de outra coisa. É neste processo que «o manto diáfano da fantasia» é fundamental: «inevitabilidade» do processo; «responsabilidade individual» no não aproveitamento das possibilidades; etc. Se entendermos como «politicamente correcto» as práticas que sustentam os governos defensores da globalização (a bem, por vontade própria, ou a mal, por imposição de outrem, quase todos os são!) a captação da realidade social só se pode situar no politicamente incorrecto.

Atenção: o mito impõe-se e transforma a sociedade. O neoliberalismo é a ideologia de uma dinâmica e prática sociais. O mito é parte da realidade.

Utilizando outra terminologia estamos de acordo com Laidi quando afirma «imaginário que definiremos aqui como um encadeamento entre factos identificáveis geralmente aceites, representações contraditórias destes mesmos factos, e amplificação destas representações no espaço (efeito de generalização) ou no tempo (efeito de estrutura). O imaginário contribui para radicalizar a mudança, a novidade, a ruptura.» (2000, 28)

e mostra que a globalização está associada a um conjunto de imaginários que são espontaneamente aceites pelos cidadãos:

- «o semelhante no mundo»
- «o nascimento de uma vida quotidiana mundial»
- «a mundialização dos afectos»
- «o mercado»
- «as palavras e as legendas legítimas»

Todos estes aspectos são importantes para percebermos a nossa sociedade, onde o simbólico assume uma importância tão grande. Contudo, para os nossos propósitos, referiremos apenas alguns aspectos relacionados com o «mercado», na perspectiva que temos vindo a estudar: captar a realidade.

Mercado é uma realidade social

Mercado é uma palavra chave.

Mercado é uma realidade social. É-o como espaço perfeitamente localizado onde um conjunto de (potenciais) vendedores e (potenciais) compradores estabelecem um conjunto de relações entre si e por seu

intermédio se relacionam muitos outros intervenientes nos processos de produção, distribuição, circulação e consumo³⁶. É-o, a um maior nível de abstracção, enquanto totalidade dessas relações num espaço geograficamente impreciso que engloba ao mesmo tempo a totalidade dos espaços concretos anteriormente referidos.

Mercado é um modelo interpretativo. O mercado abstracto a que fizemos referência situa-se na fronteira entre a realidade social e a modelização que dela se faz. Enquanto modelo é constituído por um conjunto de conceitos (agentes económicos, oferta, ofertantes, procura, procurantes, racionalidade, valor, preço, etc.) e a sua qualidade encontra-se na sua capacidade de reflectir o concreto de que pretende ser representação. Se se entra em conta com categorias como «divisão social do trabalho», «intenções de compra», «intenções de venda», «negociação», «bens económicos», «temporalidade-espacialidade», poderemos estar em condições de termos um razoável modelo explicativo. Modelo que inevitavelmente terá algumas hipóteses de partida que devem ser explicitadas.

Se se esquece alguns destes elementos e se identifica o mercado como «o conjunto da oferta e da procura» começamos a ter um modelo demasiado simplificado do mercado, susceptível de não permitir compreender as dinâmicas sociais, as relações sociais que pretende exprimir. Pior ainda se em vez da oferta e da procura como comportamentos passamos a ter funções (contínuas, atemporais, alicerçadas numa racionalidade aprioristicamente definida) de oferta e procura, em que a multiplicidade de situações se tende a concentrar «no ponto de encontro» no «atractor único», no «preço de equilíbrio», preço relativo que surge sobre a capa de um preço absoluto³⁷.

³⁶ Produção todos julgamos saber o que é e a sua designação é universal. Distribuição tanto pode ser entendido como distribuição de rendimentos (sentido privilegiado por alguns autores, nomeadamente Marx) como distribuição de bens. No primeiro sentido distribuição corresponde, grosso modo, à repartição de rendimentos. Distribuição de bens é designado na terminologia marxista por circulação. Quanto ao consumo todos estão de acordo que será a utilização dos bens económicos. Recorde-se apenas que tanto engloba o consumo produtivo de matérias-primas, máquinas, etc. como o consumo realizado pelos consumidores finais. Este último é excluído da análise económica por alguns autores.

³⁷ Esta camisola custa 200 Á Esta valor é um preço absoluto. Eu comprei esta camisola por 200 Á Se na decisão desta compra entrei em conta com as possibilidades que tinha de com esses 200 Á comprar outros bens, o que é pressuposto na «racionalidade plena», no «custo de oportunidade» aquele valor exprime uma comparação com o preço de outros bens. Exprime relatividade em relação aos demais. Se numa análise económica de tipo neoclássico, na linha de Walras, entro em conta com todos os bens e respectivos preços estou no campo do «equilíbrio geral». Se simplifico este modelo e considero apenas um único bem, forma de estudar mais adequadamente o seu mercado, tenho de ter em conta que a situação analisada é uma parte do todo e os preços exprimem termos de comparação com os restantes bens: trabalhamos com preços relativos. É, de alguma forma, a generalização da lógica da «troca directa» para o capitalismo, onde impera a moeda, nestas análises quase sempre «neutra».

Mercado é um símbolo. Mesmo que eu não saiba o que ele é, posso-lhe atribuir a força da onnipresença («não podemos fugir ao mercado») ou da omnisapiência («o mercado tem sempre razão»), cabendo a nós, simples átomos do processo, termos a sapiência para lermos o oráculo («é preciso interpretar os sinais do mercado»). Mercado é a forma de designar nos assuntos económicos «eficiência» e «otimização». Não porque a realidade seja assim mas porque gostaríamos que assim fosse. Do campo económico estende-se a outros domínios: «tudo se mercantiliza».

Como por definição o mercado divinisa-se – se algo não corre como previsto, a culpa «não é do mercado», porque ele tem sempre razão.

Atente-se na seguinte afirmação, já antiga, mas sempre oportuna para exemplificação:

«Os regimes de câmbios fixos e flutuantes foram definidos, respectivamente, como aquele em que não ocorrem alterações da taxa de câmbio e aquele em que não ocorrem alterações do equilíbrio de balança de pagamentos» (Macedo, 1977, 131)³⁸.

Mercado é argumento. Uma vez como aplicação do modelo que pode ser, outras vezes como símbolo de fácil aceitação social. E, infelizmente, é em consagrados livros de ensino de Economia que tais discursos apologeticos, desinseridos da realidade, frequentemente se exprimem:

«Ditadura ou mercado? No outro extremo desta colónia de insectos não consciente de si mesma, poderemos imaginar um datador onnipotente (benévolo ou malévolo) que decide, por decreto ou decisão arbitrária o QUE, COMO e PARA QUEM. Ou então poderíamos imaginar uma organização económica comandada por leis, emanadas do voto democrático ou de autoridades legislativas devidamente eleitas» (Samuelson, 1987, 18).

embora sinta a necessidade de afirmar as qualidades do mercado pela negativa:

³⁸ É certo que o autor aqui e ali vai saltitando de definição e algumas páginas antes tinha sido mais moderado ao afirmar tão somente que

«um regime de taxas de câmbio livremente flutuantes tem a propriedade de resolver o problema da balança de pagamentos» (Idem, 127)

mas esta citação inicia a análise comparada dos «Regimes Cambiais Alternativos». Estamos perante «definições». Por definição os câmbios flutuantes equilibram a balança de pagamentos *ceteris paribus*. Se flutuarem mas não equilibrarem o mal não está no modelo de análise, na definição, mas no simples facto de que apesar de tudo não foram bem flutuantes.

«um sistema concorrencial de mercados e de preços (...) não é um sistema de caos e anarquia» (Idem, 42).

Associa as formas de organização social dos homens à de todos os animais, daí deduz afirmações gerais e relaciona – sem que haja qualquer base para o fazer – mercado e democracia.

Convém que precisemos um pouco todos estes conceitos.

O «mercado» pode ter diversos significados, pode ser utilizado em diversos contextos, pode constituir explicação ou arma ideológica em diversas circunstâncias. Porque vai ser um conceito central nas análises que se seguem, convém que nos mantenhamos mais algumas páginas nesta problemática e precisemos o significado científico de «mercado».

Comecemos por uma leitura histórica:

«Estes três tipos básicos de organização económica são geralmente designados como economias tradicionais, economias de mercado e economias dirigidas.» (...) «Uma sociedade pode tentar resolver os problemas económicos permitindo a livre actuação daquilo que se designa por forças do mercado.» (...) «O sistema de mercado é também muitas vezes designado como sistema de livre-empresa ou de *laissez-faire*, ou ainda sistema capitalista» (Stanlake, 1993, 25/27).

Em todas as sociedades há relações entre os homens associadas à produção dos bens necessários à sobrevivência de cada um e do conjunto, o que pressupõe uma determinada repartição e/ou troca, conforme as circunstâncias. Estas práticas e relações podem estar estreitamente associadas a práticas religiosas, ao funcionamento do poder ou autonomizar-se relativamente, aparecendo como económicas, utilizando a terminologia actual.

A partir do momento em que há uma divisão social do trabalho (por um conjunto de razões que nos dispensamos para já de analisar), que há uma especialização de elementos do agregado social em determinado tipo de actividades (agricultura, caça, pastorícia, defesa contra outros grupos, práticas religiosas, etc.) começa a haver formas de troca, isto é, uns bens produzidos por alguns elementos da sociedade passam a ser utilizados, consumidos, por outros membros dessa mesma sociedade. Mas, se estas trocas, em sentido lato, são indissociáveis dessa

especialização³⁹, os contextos sociais em que são realizadas podem ser muito diferentes. Podem haver produções e trocas reguladas por princípios religiosos e de poder e teremos as «economias tradicionais», podem autonomizar-se e assumirem em pleno a sua dimensão de produção e repartição de rendimento e teremos as «economias de mercado», podem estar dependentes de critérios de bem-estar ou justiça social (independentemente do significado preciso que esta ideia possa exprimir) e teremos as «economias dirigidas».

Assim, podemos ter trocas em diversos modos de produção, em diversas combinações de forças produtivas e de relações de produção.

As feiras ou mercados (podendo-se distinguir as primeiras dos segundos, segundo alguns autores, por aquelas serem mais espaçadas e envolvendo intervenientes provenientes de maiores distâncias) são

«sítios públicos destinados permanentemente ou em dias específicos, para vender, comprar e trocar géneros ou mercadorias»⁴⁰.

que se realizaram desde tempos remotos (vejam-se os mercados no Egipto dos faraós, à porta dos templos) e por todo o lado (da China à Grécia, da Índia a Roma, etc.) mas que só recentemente (século XIV?) assumiram carácter exclusivamente mercantil e fisionomia própria. Antes eram acontecimentos simultaneamente religiosos e mercantis, de afirmação política, de encontro e lazer. Ao mesmo tempo que assumiam natureza essencialmente mercantil especializavam-se.

Estas feiras ou mercados assumem grande importância na vida das sociedades até princípios do sec. XVIII, ocasião em que começam a ser substituídos pelo comércio permanente e especializado, para o que contribuiu fortemente o crescimento populacional, a sua densidade, a concentração nas cidades e o aperfeiçoamento das vias de comunicação e dos processos de transporte.

É curioso é que quando as feiras e mercados começam a perder o seu significado como espaço concreto que tendem crescentemente a assumir um significado abstracto:

³⁹ A este propósito merece a pena recordar a parte III (Forma do Valor) do Capítulo I (A Mercadoria) da Secção I (A Mercadoria e a Moeda) de *O Capital* de Karl Marx. O que aí se descreve («forma simples ou accidental do valor», «forma valor total ou desenvolvida», «forma valor geral» e «forma moeda ou dinheiro») não é apenas um exercício abstracto mas uma tentativa de tipificação das fases históricas por que passaram as trocas, a que correspondem diferentes fases de organização social.

⁴⁰ Enciclopedia Universal Ilustrada Europea Americana, Espasa-Calpe, SA

«O mercado é o lugar de encontro (eventualmente abstracto) onde as ofertas dos vendedores e as procuras dos compradores e estas se ajustam àquelas a dado preço» (Gélédan & Brémond, 1988, 223),

passando de mercado-realidade a mercado-leitura-da-realidade, prelúdio do mercado-modelo.

Há uma estreita relação entre troca e mercado, na medida em que este exige aquela, embora aquela não implique este.

Acrescente-se que a passagem da «economia tradicional» para a «economia de mercado», que a evolução das feiras e mercados reflecte, não foi o resultado da invenção de ninguém mas a expressão social do simultâneo fenómeno de divisão social de trabalho, especialização e aumento da produtividade.

O mercado é uma realidade histórica que tem de ser estudada de forma suficientemente abrangente para englobar situações muito diversas. E ao estudarmos o mercado não estamos a estudar a sociedade capitalista, eufemisticamente designada de «economia de mercado», mas a estudar um dos seus elementos constitutivos, quiçá imprescindível, estamos a estudar uma prática social que existiu em modos de produção anteriores ao capitalismo e no socialismo.

Podemos considerar uma boa aproximação ao conceito de mercado o que nos é fornecido por Hodgson:

«Definiremos aqui o mercado como um conjunto de instituições sociais em que se verifica normalmente um grande número de trocas de mercadorias de um tipo específico, sendo essas trocas facilitadas e estruturadas por essas instituições. A troca, como já referimos, implica acordo contratual e intercâmbio de direitos de propriedade, e o mercado consiste, em parte, de mecanismos para estruturar, organizar e legitimar essas actividades. Em resumo, os mercados são trocas organizadas e institucionalizadas. A ênfase é conferida às instituições de mercado que ajudam a regular e a estabelecer consensos sobre os preços e, de uma forma mais geral, a comunicar informação quanto aos produtos, preços, quantidades, compradores potenciais e vendedores potenciais» (1994, 175).

Note-se que estamos a falar de mercado em sentido muito lato e que o «transaccionado» pode ir dos bens alimentares à força de trabalho, dos escravos à moeda.

Esta «travessia» do mercado por diversos modos de produção é o que é estudado por Marx como produção mercantil e levanta todas as questões das relações entre «leis da produção mercantil»⁴¹ e as leis capitalistas.

A «produção mercantil» não constitui um modo de produção⁴² específico, sendo o capitalismo um dos englobáveis nesta designação geral. Não só mais um mas o mais desenvolvido historicamente (deixe-se de fora a discussão se o socialismo é também um modo de produção mercantil). O seu estudo permite explicitar as leis comuns a todos os modos de produção assentes na divisão social do trabalho e em produtores independentes, por outras palavras, os que incluem a produção e troca de mercadorias. E explicitar também as leis (essenciais) do capitalismo, tanto mais que a mercadoria é, então, a forma elementar de riqueza.

Mas se isto é verdade, também o é que as leis da produção mercantil só adquirem total consistência e adequação ao concreto em capitalismo. E para ilustrar esta afirmação recordemos apenas a título de exemplo que a formação plena da lei do valor exige uma universalidade das relações de troca e de «livre circulação» da força de trabalho que só em capitalismo existe. Por isso embora a troca das mercadorias de acordo com a quantidade de valor que possuem seja uma lei da «produção mercantil», existem sociedades (anteriores ao capitalismo) em que predomina o ponto de vista do valor de uso; é em capitalismo que predomina o do valor de troca. Por outras palavras, as leis da produção mercantil só existem nos modos de produção pré-capitalistas de forma parcial e incompleta.

Esta aparente dissonância entre leis mais gerais que as do capitalismo mas que só se manifestam integralmente quando este é atingido não é a expressão de uma incoerência da teoria mas sim das contradições internas, objectivas, da mercadoria, sempre existentes mas assumindo diversas formas conforme o grau de desenvolvimento histórico das forças

⁴¹ São as primeiras a serem estudadas em *O Capital*, que toma como ponto de partida a mercadoria.

⁴² Por modo de produção pode ser entendido, numa primeira aproximação, a unidade (a relação, a dialéctica) das forças produtivas (utilizando uma terminologia grosseira: condições técnicas e de saber na produção, distribuição, circulação e consumo) e das relações de produção (grosso modo, relações entre os homens no exercício daquelas actividades). Nestas relações de produção há relações dominantes e dominadas. O modo de produção é a «base material» da organização da sociedade, da formação social.

produtivas e relações de produção que a geraram: há uma permanente contradição entre valor de uso e valor⁴³.

Estudar as leis da produção mercantil é estudar as leis permissivas do capitalismo, embora as formas que estas assumam então estejam também marcadas pelas suas especificidades.

Do ponto de vista teórico este relacionamento entre leis da produção mercantil e leis do capitalismo tem duas consequências importantes⁴⁴:

- a) não é possível teorizar o movimento do capital sem a lei do valor;
- b) a lei do valor molda todo o movimento do capital.

Estudar o capitalismo é estudar as múltiplas formas de manifestação da lei do valor⁴⁵.

Depois destas considerações vejamos quais são os elementos caracterizadores, os fundamentais, do mercado.

Em primeiro lugar, como temos vindo a referir, surge a ***divisão social do trabalho***.

Não é concebível a troca sem especialização, sem divisão de tarefas, sem uma organização social em que a sociedade se reproduz através da adopção de determinadas actividades por cada um (adopção que pode surgir espontânea ou deliberadamente, que pode ser o resultado de uma decisão colectiva ou individual). A divisão social do trabalho (não se confunda com divisão técnica dentro de uma unidade produtiva) é o factor permissivo da troca e dos mercados pois só a sua existência dá significado e permite que haja necessidade de troca de mercadorias. Também é um factor impulsionador porque a partir do momento em que alguns se especializam em determinados bens e abandonam a criação de outros passam a ter a necessidade de obter os que não produziram e são essenciais para a sua sobrevivência individual.

No quadro dessa divisão social de trabalho cada executante de trabalho, cada produtor, individual (ex. jardineiro, barbeiro, etc.) ou

⁴³ Valor de uso: conjunto de características da mercadoria que satisfazem necessidades (noção estrita); manifestação das relações entre os homens através das mercadorias que se exprime na potencial ou real satisfação de necessidades pelo utilizador da mercadoria. Valor: relação entre os homens através das mercadorias em que estas se exprimem como resultado da divisão social do trabalho, como parte do resultado do trabalho social.

⁴⁴ Analisaremos este assunto com razoável detalhe na terceira parte deste livro.

⁴⁵ Neste ponto adaptámos o que dizemos sobre o assunto em Pimenta, 1985

colectivo (ex. Silva & Silva Lda, Microsoft, etc.) surge como independente, isto é, com a capacidade de decidir por si o que produzir (ex. móveis ou electrodomésticos, móveis de uso corrente ou de estilo), como produzir (que tipos de máquinas adoptar, qual a dimensão da fábrica) e quando produzir (produzir de imediato ou aguardar por uma encomenda). O produtor surge como soberano (imagem que também é transposta para o consumidor!) nas suas decisões. O trabalho de A surge como trabalho de A, exclusivamente. Mas não o é.

Juntando estas duas componentes verificamos que o trabalho é, em primeiro lugar, trabalho social. A sua execução por comunidades ou homens num maior ou menor grau de isolamento não invalida esta realidade. O trabalho individual é parte integrante do trabalho social o qual é a sua própria razão de existência, afinal como da própria sociedade e do homem. Claro que este primado do trabalho social não nega a existência do trabalho individual, antes o pressupõe e exige considerar o seu relacionamento recíproco.

«Este relacionamento entre trabalho social e trabalho individual (podendo-se encarar entre estes dois extremos diversos patamares intermédios conforme o período histórico a que se refira e, em cada um deles, as diversas segmentações da produção) remete-nos desde logo para o segundo elemento caracterizador da produção mercantil: a existência de produtores independentes. E também aqui se impõem algumas reflexões. Em primeiro lugar não é legítimo, como já referimos, entender o adjectivo de independentes como individuais e isolados. E não estão isolados porque a sua própria possibilidade e forma de actuar está relacionada com a forma como os restantes membros da sociedade o fazem, quer porque com eles constituem um determinado modo de produção com uma determinada organização, quer ainda porque é o não-isolamento que permite a sua especialização numa determinada actividade. Em segundo lugar o adjectivo só é aplicável ao homem ou agregado social enquanto produtor, mas este é uma totalidade, de que destacaríamos a relação produtor-consumidor. E no cerne desta encontramos que a independência é dependente, que são produtores independentes, integrados numa divisão social do trabalho que os afasta da produção de tudo o que necessitam para a sua sobrevivência (sempre entendida histórica e socialmente sem qualquer reducionismo ao mínimo

vital), porque são dependentes dos restantes produtores independentes para o seu consumo. É porque são independentes que se tornam dependentes e é porque são dependentes que têm a possibilidade de actuar independentes. Há sempre uma relação independência-dependência que actua no duplo sentido mas em que o primado do social, anteriormente fundamentado, nos leva a colocar privilegiadamente como dependência-independência. Centrados na relação somos levados a considerar, quando consideramos a divisão social do trabalho em bloco, que o elemento fundamental é a dependência.» (Pimenta, 1985)

Embora a presença dos contrários (dependência-independência, independência-dependência), a importância relativa de cada um deles para cada um dos intervenientes, dependa da fase histórica, da conjuntura, da importância relativa do interveniente no processo. Se uma empresa tem uma percentagem de mercado pequena, não possui o controlo da tecnologia a usar, se não tem influência significativa sobre os preços de venda dos seus produtos, a dependência assume uma importância muito grande. Se, pelo contrário, é uma empresa associada a um grande capital, com impacto internacional e aproveitando esse facto, controlando as tecnologias a utilizar, com grande força na fixação dos preços, influenciando e condicionando Estados, a componente independência é particularmente relevante. Mas mesmo neste caso a dicotomia tem sempre mais lugar, mais não seja porque as diferenças de produtividade e a uniformidade de preços estão sempre ligadas a um processo de distribuição original de mais-valia⁴⁶.

Alicerçar a análise dos mercados no comportamento individual, coadjuvando essa opção com a hipótese de que tudo o resto se mantém constante (*ceteris paribus*), é uma falsa aproximação, é uma simplificação conducente ao simplismo, às interpretações erróneas.

Apesar deste ponto já estar longo, permitam-me que acrescente algumas palavras sobre o conceito de agente, termo muito utilizado na terminologia económica. Um «agente económico» é o suporte de um conjunto de funções necessárias ao desempenho de determinada situação. Para se criar um bem material é necessário realizar um

⁴⁶ Distribuição original: passagem da mais-valia das empresas de menor produtividade para as de maior.

conjunto de tarefas, é preciso trabalhar em combinação com os instrumentos de trabalho. Quem o faz é o «produtor». Um bem final tem um valor de uso que ao ser utilizado dá lugar ao consumo. Quem o utiliza é o «consumidor». Para que uma mercadoria seja transaccionada é necessário colocá-la à disposição de quem a queira adquirir, dá-la a conhecer, concretizar a transação. Quem o faz é o vendedor. E assim sucessivamente...

Curiosamente, o mercado aparece com «agentes» inadequados⁴⁷.

Mas o que interessa aqui salientar é que o «agente económico» não é um cidadão, um homem, como o fez notar Delaunay:

«A economia política neoclássica do fim do século XIX (...) situa no mercado (em sentido lato) o ponto de partida e o ponto de chegada da actividade económica e dá, consequentemente, uma definição particular dos sujeitos das relações de produção. (...) A sociedade assim descrita é uma sociedade sem classes, sem grupos de qualquer tipo, onde os indivíduos exercem sucessivamente as funções de produção, de consumo, de poupança, de investimento, etc. Esta teoria implica que os verdadeiros sujeitos económicos sejam as funções, concebidas como espécies de ramos de actividade, assimilando o indivíduo a um sector de actividade. (...) faz das funções os atributos de agentes económicos» (1971, 89).

Não o é por diversas razões.

Em primeiro lugar porque falar em actividade económica é isolar através da abstracção alguns acontecimentos sociais ou, mais precisamente, algumas facetas dos acontecimentos sociais. O homem é um «homem total» antes de ser um objecto teórico da Ciência Económica⁴⁸.

⁴⁷ Como veremos de seguida, a oferta e a procura são dois elementos importantes da troca e no entanto não existem na língua portuguesa os agentes adequados. Como designar quem oferece? Vendedor não será o «agente» mais adequado porque posso ter oferta sem venda. Como se designa quem procura? Comprador não será o «agente» mais adequado porque posso ter procura sem compra. Ofertante e procurante poderão ser os agentes económicos mais adequados para essas operações. Aliás já utilizámos, sem explicar, essa terminologia.

⁴⁸ Um exemplo. Alberto, apaixonado por Raquel, comprou um anel de ouro para lhe oferecer no dia dos namorados, apesar de ficar com algum peso na consciência em gastar este dinheiro hoje quando ontem recusou participar numa campanha de solidariedade com as crianças em África, remorsos que não são muitos porque sempre teve muitas dúvidas sobre a aplicação dos donativos públicos. Este Alberto reflecte um determinado ambiente social, exprime um conjunto de opiniões sobre as relações internacionais e a situação política, tem uma determinada opinião sobre a honestidade dos procedimentos de ajuda, tem sentimentos heterossexuais e, comprou um anel. Como agente económico só o comportamento de compra, interessa.

Mas também não é um cidadão porque enquanto comprador pode ser isolado do contexto económico global⁴⁹, modelizado numa relação psicológica de ofeliminidade⁵⁰, condicionado pela restrição orçamental.

Poderá ser adequado falarmos em agentes económicos quando estamos a tratar de diversas matérias, quando estamos a lidar com modelos que os pressupõem, mas temos que ter em atenção esta dimensão (pouco) humana daqueles, apesar de pressupor alicerçar-se no homem.

Na globalização, pretendendo-se condicionar toda a actividade humana pelos comportamentos económicos, pretende-se construir um homem à imagem do agente económico, desenhado pelo neoliberalismo.

Um outro elemento constitutivo do mercado são as *intenções de compra* e as *intenções de venda*.

Podemos ter intenções de compra que não se concretizam porque não se gosta do bem, porque não se tem dinheiro para o adquirir, porque se fazem outras opções, porque não é hábito possuir tal bem, porque não se gostou da cara do vendedor, ou por qualquer outra razão. O mesmo se poderá dizer em relação às intenções de venda. Noutras circunstâncias essas intenções recíprocas podem concretizar-se e tem-se uma determinada transacção a um determinado preço.

Quer enquanto avaliação da possibilidade de troca quer enquanto troca, há uma diferente avaliação por uns e outros da mercadoria. A mercadoria é valor de uso e valor mas apresenta-se para o ofertante exclusivamente como valor e para o procurante essencialmente como valor de uso, porque se opta por aplicar uma parte da riqueza na sua aquisição. Existem interesses diferentes enquanto procurantes e ofertantes.

As intenções de compra e de venda dependem de diversos factores. Essas intenções influenciadas por hábitos e conhecimentos adquiridos manifestam-se em torno de determinadas opções, são descontínuas. Sei que «o preço habitual» «naquela região» «anda por volta de» x euros e

⁴⁹ Continuação do exemplo. Ao comprar o anel está a estabelecer um conjunto de relações sociais através do objecto-relação entre todos os que participaram na sua produção e ele, relação entre o comerciante e ele, entre outras – mas aqui é considerado na sua relação entre o si e o objecto, como realidades autónomas e preexistentes

⁵⁰ Este é o termo utilizado por Pareto para designar a utilidade. Combinações de bens que garantem a mesma utilidade dão lugar às curvas de indiferença. A conjugação destas com as limitações individuais resultantes do seu rendimento disponível permite construir a curva de procura.

por isso estarei disposto a pagar entre $x-a$ e $x+b$ euros. «Fora disso nem pensar». Admitir que ofertante e procurante têm uma infinidade de opções, que estas se situam numa curva contínua, é uma construção teórica, que em algumas situações pode ser útil, mas que em muitas outras pode revelar-se manifestamente inadequado. Muito mais se a esta infinidade adicionarmos uma infinidade de alternativas de aplicação da riqueza, optando-se por atingir uma optimização.

As intenções de compra e venda dependem de diversas condicionantes, chamemo-lhes variáveis. Assim, por exemplo, a procura depende da religiosidade, das relações de vizinhança, dos hábitos, do conhecimento, do preço, do rendimento e da riqueza. Quando a Economia analisa aquelas condicionantes tende a reduzir o leque de variáveis: «religiosidade», «vizinhança», «hábitos», «conhecimento» passa a constituir uma única variável, «utilidade». O que era social passou a individual, o que eram «limitações» à «liberdade» de actuação transformou-se em plenitude dessa «liberdade». Mesmo as variáveis «económicas» tendem a ser reduzidas, por três razões: (1) porque cada variável tem a sua temporalidade; (2) porque umas variáveis funcionam como aproximações de outras, (3) porque os interesses divergentes em confronto têm em comum apenas algumas variáveis. A primeira razão faz com que para o procurante se assuma exclusivamente o rendimento nas análises de médio ou longo prazo (função rendimento) e exclusivamente o preço nas análises instantâneas. A segunda leva a optar pelo rendimento (fluxo), admitindo-se haver uma forte correlação entre ela e a riqueza. A terceira razão faz com que nas análises do mercado se tenda a concentrar a atenção no preço, porque é a única variável relevante comum a quem oferece e a quem procura.

Porque há diferenças de interesse, complementares ou não, porque há a necessidade em que uns e outros se ponham de acordo, há uma **negociação**.

Não nos alongaremos na sua apreciação, quer porque o seu conteúdo é explícito, quer porque a sua análise pormenorizada é mais do foro de outras ciências sociais⁵¹.

O essencial do mercado é a relação entre os homens. Já o afirmamos e o analisamos. Mas essa relação entre os homens faz-se através de

⁵¹ Nomeadamente da Antropologia (a negociação é essencialmente condicionada pela cultura dos intervenientes, e a sua formalidade ou informalidade também está condicionada por ela) e do Direito.

coisas, chamemo-lhes mercadorias ou *bens económicos*. Estes também são um elemento constitutivo do mercado.

Note-se que a identificação, como fizemos, entre «mercadoria» e «bem económico» exige que nem todo os bens sejam constitutivos dos mercados. Só os que são a coisificação da relação social, por outras palavras, os que se manifestam como contradição entre valor e valor de uso. É a dimensão social expressa na contradição que permite atribuir ao bem que o manifesta o epíteto de económico. Normalmente não é assim que a ciência económica oficial analisa o problema, remetendo-se para a «escassez» ou «raridade»⁵².

Os bens económicos são coisificações de relações sociais de produção, expressões imediatas da divisão social do trabalho a que fizemos alusão. No entanto esta coisificação não assume a forma material (como num terreno ou num bife), podendo ela mesmo ser uma relação (consulta médica, por exemplo).

Não existe uma desagregação e classificação totalmente aceite e consagrada. Pode-se decompor os bens económicos em bens materiais e serviços; em materiais e imateriais; em bens de consumo, de produção ou financeiros; ou só em bens de consumo (final) e de produção; em bens de ordem inferior e superior; em bens duradouros, semi-duradouros ou não duradouros; em bens de consumo final e de equipamento; em bens presentes e futuros; em bens substituíveis ou complementares; em bens individuais ou colectivos; em bens privados ou públicos.

Convém também desde já elucidar que a moeda não é, neste sentido, um bem económico. A moeda é outro tipo de relação social, que se manifesta essencialmente na troca. A moeda é o «equivalente geral», a materialização do valor, o equivalente da quantidade de valor, a contrapartida da mercadoria no processo de troca. Falar em «mercado monetário» pode ser uma generalização legítima se pretendemos referir proximidades de comportamento e de formas, mas temos que ter em atenção que estamos noutra campo de relações sociais. Na «procura de crédito», por exemplo, não há uma relação social entre quem produziu e quem pretende consumir, mas uma relação entre quem tem capital-dinheiro disponível, independentemente de qualquer relação próxima

⁵² O conceito de raridade é frequentemente uma designação indirecta de propriedade privada.

com a produção, e quem precisa desse capital-dinheiro, também independentemente de qualquer relação próxima com a produção.

Estes aspectos, embora de pormenor nesta abordagem introdutória, vão ser importantes para estudarmos a globalização.

Para terminar estas considerações que já vão longas diga-se que um outro elemento constitutivo do mercado é a sua *espacialidade e temporalidade*.

Falamos em espacialidade para referir que as relações sociais se manifestam num determinado espaço geográfico, num determinado espaço de relações entre os homens. E não é apenas um problema de dimensão. É também de contextualização histórica e civilizacional, de tipo de relações sociais que se estabelece, de expressão na contradição entre valor-de-uso e valor, de quantificação do valor. Se o mercado se situar na China da dinastia Ming, no Reino do Kongo antes da colonização, ou na Europa actual, as suas dimensões, a quantidade de intervenientes, o tipo de relações são claramente diferentes.

Falamos em temporalidade para expressar as dinâmicas das relações sociais, os contextos temporais de análise, os enquadramentos conjunturais. Pretendemos também designar a irreversibilidade do «tempo» dos acontecimentos económicos, mesmo que possamos encontrar similitudes de situações e possibilidades de aparente reversibilidade localizada.

A consideração da espacialidade-temporalidade permite considerar «catástrofes»⁵³, «bifurcações»⁵⁴ e outras mudanças profundas de relações sociais e de sucessão de acontecimentos.

Eis o que se apresenta dizer sobre esta matéria. Se fomos um pouco longos é porque o «mercado» é um conceito fundamental para a compreensão da globalização e tornava-se necessário passar de uma leitura quiçá simplista para uma interpretação mais abrangente alicerçada nas relações sociais. Se fomos inconclusivos em algumas matérias foi porque,

⁵³ Esta terminologia generalizou-se com a Teoria das Catástrofes de Thom, matemático francês. Sem a precisão terminológica da topologia podemos dizer de forma simplista que há uma catástrofe quando um pequena deslocação no espaço topológico gera uma radical mudança de direcção.

⁵⁴ O conceito de bifurcação está associado à Teoria do Caos. Também sem grandes precisões de linguagem matemática podemos dizer que variações ínfimas podem alterar irreversivelmente o padrão dos acontecimentos.

apesar de tudo, estamos numa introdução, numa antecâmara das problemáticas a estudar.

Postura Científica

O estudo económico da globalização exige a intervenção do economista, trabalhador da Economia Política, mas a sua intervenção tem que obedecer a certos ditames para que seja cientificamente eficaz, capaz de revelar o essencial do nosso objecto de estudo.

O economista tende a cair em alguns dos erros que dissemos anteriormente ser necessário evitar, tanto mais facilmente quanto as tendências do monolitismo neoclássico tendem a afirmar-se nas universidades. Um ensino tecnocrático, capaz de fazer esquecer as relações sociais que estão por detrás dos números, das fórmulas e das técnicas ou um ensino que não explicita a existência de alternativas a uma qualquer escola do pensamento económico são maus conselheiros do exercício de crítica.

Por outro lado o economista, como qualquer outro intelectual no exercício da sua actividade, pode assumir perante as situações diversas posturas, ter diversos comportamentos. O economista como «representante de uma causa» tenderá sobretudo a encontrar argumentos capazes de justificar a sua posição. O economista como «analista» tenderá a encontrar argumentos que sejam facilmente aceitáveis pelos ouvintes. O economista como «professor» tenderá a combinar a veracidade dos argumentos com simplificações que permitam ao destinatário compreender. E noutras situações e noutros papeis outras estratégias de abordagem e argumentação se estabelecerão.

O que no interessa aqui assumir é uma posição de economista como «cientista», de alguém que perante a pergunta «como compreender a globalização?» procura estabelecer classificações e encadeamentos de variáveis que permitam explicar para além do assumido pelo conhecimento corrente a globalização. Preocupar-se-á essencialmente com a veracidade, ou não falsidade, dos modelos.

caracterização da globalização



subentendidos a questionar

Muitos de nós temos «uma ideia» do que é a globalização. Por isso mesmo é necessário precisar o seu significado, para que não corramos o risco de estar a tratar de uma realidade com tantas aparências quantos os leitores.

Uma caracterização completa da globalização pressupunha uma caracterização actual do capitalismo mundial, pois *a globalização não é mais do que uma sua fase histórica*. Sendo um trabalho que, em grande medida, ainda está por fazer (que aconselharia um labor interdisciplinar, pelo menos parcial, suporte a uma síntese teórica que é urgente fazer), ultrapassa em muito os objectivos deste modesto trabalho.

O tipo de caracterização a que procederemos é diferencial, como se antevia do que referimos no início deste trabalho. Pressupondo que é conhecida a caracterização do capitalismo, naquilo que tem de perene na sua fase imperialista, concentramos a nossa atenção no que a globalização tem de diferente.

Esta caracterização será feita em duas fases distintas. Começaremos neste capítulo mas só completaremos o processo após o estudo das formas de apropriação de mais-valia. No meio concentraremos a atenção na problemática teórica do trabalho produtivo.

Por outras palavras, neste capítulo limparemos o terreno retirando as plantas daninhas dos equívocos ou falsas apresentações e encontramos como elemento caracterizador mais importante a mundialização ampliada dos mercados financeiros. No capítulo seguinte de caracterização analisaremos como é possível garantir a

transferência de mais-valia de forma a tornar as actuações financeiras rentáveis para os capitalistas que aí actuam.

Provavelmente neste capítulo nada diremos de novo. Limitamo-nos a tomar partido entre os discursos existentes nos últimos anos, reforçando a voz crítica da globalização. Esperamos que no capítulo seguinte possamos então trazer algumas contribuições adicionais à compreensão do processo.

Poderíamos começar por proceder a uma caracterização da «globalização» e a partir dessa aproximação descritiva e interpretativa da realidade confrontar os diversos discursos existentes sobre ela. Seria, sem dúvida, um caminho correcto, mas que exigiria o modelo total do capitalismo que referimos anteriormente. A opção pelo «modelo diferencial» traz limitações a este tipo de abordagens.

Por isso, apesar de reconhecermos certas fragilidades no caminho adoptado, neste ponto partimos dos discursos implícitos ou explícitos dominantes, das referências presentes numa grande parte dos discursos do «inconsciente colectivo» das posições politicamente dominantes. Partimos do «conhecimento corrente» e do «conhecimento científico oficial» para construir as nossas posições, ora aproveitando o que aquelas podem conter de válido noutra contextualização ora construindo referências alternativas.

A crítica da Economia Política é um trabalho indispensável que é simultaneamente de desconstrução e de construção. A crítica é o exame metódico e radical de toda a afirmação, sendo particularmente importante a explicitação dos pressupostos da análise e a contextualização da situação real.

Quando se assume um discurso heterodoxo a primeira barreira a vencer não se encontra na realidade mas nas leituras dessa realidade que, difundindo-se socialmente, funcionam como uma barreira, de maior ou menor opacidade, à leitura adequada da realidade.

Isto é tanto mais verdade quanto a ideologia da globalização se apresenta como uma desideologização. É mais fácil combater (científica ou ideologicamente) uma ideologia que se apresenta explicitamente

como tal, que uma ideologia que se pretende anti-ideologia: esta não explicita os seus pontos de vista, refugia-se no pragmatismo, na inevitabilidade, no caminho sem alternativa. O «destino» é mais dificilmente analisável que um Deus que, apesar da sua admitida onnisapiciência, tem multiplicidade de alternativas de actuação. A «globalização» apresenta-se como um «destino tecno-económico» e, como tal, impeditivo de um discurso racional.

Do nosso ponto de vista, a ideologia da «globalização» assenta num conjunto de princípios, que podem ser explicitados do seguinte modo:

- O progresso tecnológico impõe inevitavelmente a mundialização.
- Só há uma configuração possível da mundialização.
- Toda a sociedade se subordina à economia.
- A economia autoregula-se e uniformiza-se através dos mercados livres.
- Liberdade económica é liberdade social.

Cabe-nos agora analisar cada uma destas afirmações. É a vantagem da sua explicitação. Traz para a visibilidade do debate o que estava escondido. Basta o esforço de explicitação das hipóteses de partida para aumentarmos a probabilidade de trilharmos os caminhos adequados de interpretação da realidade.

Antes de analisarmos cada um destes aspectos, impõe-se, contudo, um comentário. Estes cinco pressupostos estão presentes em muitas análises da «globalização» mas nem em todas elas surgem em bloco ou com a mesma intensidade. Enquanto, por exemplo, alguns artigos de técnicos do Banco Mundial ou do Fundo Monetário Internacional dão a entender que nem lhes passou pela cabeça a existência de alternativa, noutros casos encontramos, em textos da mesma origem, conteúdos mais matizados a este propósito⁵⁵.

⁵⁵ Seria interessante fazer a análise sociológica destas diferenças de posição. Tem a ver com o seu país de origem? Tem a ver com a sua formação? Tem a ver com o sexo? Tem a ver com a idade? Nunca entrámos neste tipo de análise e, portanto, não podemos ter nenhuma interpretação científica do assunto. No entanto temos por vezes a intuição que há alguma relação entre essas diferentes posições e as idades dos autores: maior juventude maior acriticismo. No entanto, mesmo admitindo que esta hipótese é verdadeira, fica ainda por esclarecer as razões: estarão as gerações mais novas mais massacradas por um discurso totalitário que se impõe pelos meios de informação e pela formação académica, levando a reproduzir essas posições? Estarão os mais jovens numa posição defensiva em relação à progressão na sua carreira, limitando-se a ser os mais acérrimos defensores das posições oficiais? Talvez haja aqui um tema para uma tese.

Temos consciência da diversidade de matizes dos discursos assentes naqueles pressupostos mas também estamos convencidos que em maior ou menor grau aqueles diversos pressupostos estão presentes na grande maioria das interpretações.

Analisemos, pois, cada um daqueles subentendidos.

Primeiro: o progresso tecnológico impõe inevitavelmente a mundialização.

Entendamo-nos sobre o que se pretende afirmar.

A ciência e a tecnologia têm ritmos de transformação acelerados. É muitas vezes afirmado, embora sobre este assunto nem todos estejam de acordo, que o tempo decorrido desde o momento da descoberta e o da sua aplicação social (industrial, comercial ou outra) é menor que há algumas décadas ou cada vez menor. Certamente que para muitas situações acontece essa situação⁵⁶.

Estes dois factos, associado à força social que hoje a ciência possui e às estreitas ligações entre a investigação científica e grupos de empresas, levaria a uma crescente importância da tecnologia nas condições de vida (e de morte) das populações, nomeadamente nas sociedades mais desenvolvidas e nos sectores de mais elevada tecnologia (faceta de um dualismo mais ou menos acentuado).

Se esse progresso tecnológico é muito diversificado, algumas das suas vertentes são particularmente marcantes, quiçá importantes:

«no campo da informática, dos cabos de fibras ópticas e de miniaturização com reflexos particulares na acessibilidade, difusão e integração em redes de informação. Inovações igualmente no domínio da produção de energia em especial com a biotecnologia, a biomassa e os supercondutores» (Nunes, 1998, 5).

A produção dessas tecnologias tende a concentrar-se em alguns países e empresas, seja pela quantidade de recursos que exigem, seja pelas economias de escala necessárias para que a sua difusão se faça a

⁵⁶ A passagem de patentes de descoberta para patentes de hipóteses de descobertas, como acontece actualmente em áreas de investigação da biologia e da medicina, nomeadamente relacionadas com o genoma, parecem confirmar esta hipótese. Contudo é possível encontrar exemplos contrários. Veja-se, por exemplo o longo tempo que mediou entre a descoberta do código de barras e a sua utilização generalizada ou entre o lançamento do CD como suporte de gravação de dados via computador e a sua utilização generalizada.

baixos custos, seja pela concentração de cientistas. Mas a sua difusão faz-se à escala mundial, impondo de forma generalizada a adopção de certas tecnologias, com os correspondentes procedimentos económicos, sociais, culturais e políticos. Impondo novas relações internacionais (frequentemente num contexto de troca desigual). A crescente facilidade de comunicação aumenta as possibilidades de relações informativas entre cidadãos espalhados pelo mundo, torna viável o trabalho em rede, permite transacções «em tempo real», intensifica a circulação instantânea mundial da informação, das culturas e das formas de pensar e sentir.

Tomemos como referência os sectores mais dinâmicos ou de maior impacto da ciência – é indubitável vivermos uma época de intenso (tomando como referência outros períodos anteriores) desenvolvimento tecnológico e do seu rápido impacto sobre as condições de vida. Entendendo *mundialização como maior densidade e frequência de relações entre cidadãos e instituições, relativamente independente da sua localização geográfica*⁵⁷, há um impacto positivo das tecnologias de ponta sobre ela.

Com estes significados temos que reconhecer que esta primeira hipótese tem alguma aderência à realidade. Não totalmente porque exigem-se algumas precisões:

- a) Não é o progresso técnico em geral que produz esses impactos no relacionamento humano mas «este» progresso técnico, que se tem processado nos últimos vinte e cinco anos, em que a informática e as comunicações têm tido um papel central.
- b) O relacionamento humano gerado é desigual, assimétrico e contraditório. É desigual porque não se manifesta com a mesma intensidade e da mesma forma por todo o lado. Enquanto milhões de homens se relacionam através das redes informáticas muitos outros milhões nunca viram um computador, nunca o utilizaram ou não sabem como o fazer.

⁵⁷ A partir desta «definição» seria possível medir a mundialização. Seja R_{ij} a quantidade de informação transmitida de i para j , medida em bytes. A soma de todas essas quantidades dum determinado período mediria a informação existente na mundialização. Cada R_{ij} tem um correspondente D_{ij} que seria a distância para i chegar a j . Esta distância tanto pode ser considerada em termos geográficos (Km, por exemplo) como sociais (diferenças de rendimento médio, por exemplo), como combinação de diversas distâncias. A soma de todas as distâncias seria a medida da mundialização.

Mesmo nas sociedades desenvolvidas há *porosidades*⁵⁸ nas manifestações dessa mundialização tecnológica e, por força de razão, nas subdesenvolvidas.

É *assimétrica*⁵⁹ porque a posição activa pertence a uns, cabendo à grande massa dos restantes absorver os conteúdos apresentados e entrar nas dinâmicas capitalistas da sociedade de consumo. É certo que hoje a iniciativa local, os valores locais, as posições minoritárias têm formalmente melhores condições de divulgação da sua mensagem, e essa divulgação tem sido feita. Contudo, também aí predomina a assimetria: não são comparáveis as possibilidades de expansão das «culturas dominantes» e a das «posturas alternativas». É certo que esta assimetria está em permanente mudança e diversas situações podem transformar o dominante em dominado e a alternativa em ortodoxia, mas este permanente devir da luta dos contrários não nega a assimetria anteriormente referida.

É *contraditório*⁶⁰ porque ao mesmo tempo que gera situações de relacionamento humano também gera o seu contrário. Cada indivíduo com acesso às redes informáticas internacionais tem possibilidade de relacionar-se a baixo custo e instantaneamente com indivíduos situados sobre a mesma rede, podendo até participar por teletrabalho num projecto conjunto, mas, exactamente porque tal acontece, não necessita de estabelecer contacto pessoal e directo com os outros elementos da equipe de trabalho, pode estar socialmente isolado na sua secretária, abdicar da diversidade de contactos e relações humanas que tem constituído um alicerce da sociedade. O «relacionamento universal» gera o «isolamento individual». Certas formas de relacionamento universal geram novas formas de isolamento dos indivíduos.

c) Há um avanço do desenvolvimento tecnológico em relação às capacidades humanas de o utilizar e o gerir.

⁵⁸ A porosidade pode medir-se pela quantidade de relações de informação entre cidadãos e instituições que são nulas e relação ao total de possibilidades.

⁵⁹ Há assimetria se R_{ij} é positiva e R_{ji} é nula.

⁶⁰ Neste esforço de precisão, como caracterizar o contraditório? Consideremos que a referida medida de mundialização se designa por W . Decomponha-se W em duas parcelas: W_p e W_q em que W_p seria a soma de todas as distâncias (veja-se a definição em nota anterior) menores que W^* e W_q seria a soma de todas as distâncias menores ou iguais a W^* . Se um aumento de W se faz com aumento de W_p e diminuição de W_q estaríamos perante uma situação contraditória.

Podemos dizer que esta é uma situação geral, algo que se passou em todas as épocas históricas: criam-se as técnicas, descobrem-se as suas aplicações sociais, e posteriormente adaptam-se progressivamente os conhecimentos, a educação, os hábitos e os valores éticos à nova realidade. É o que simplisticamente se pode designar como o impacto das forças produtivas sobre as relações de produção e deste conjunto sobre a superestrutura. É verdade que esse hiato entre a tecnologia e o domínio (humanista) sobre a tecnologia é universal mas torna-se cada vez mais perigoso quanto mais poderosas são as capacidades técnicas e científicas. Sentimo-lo agudamente com o perigo de uma guerra atómica, continuamos a senti-lo⁶¹.

d) A generalização da afirmação, a transposição de um dado momento para uma tendência histórica de longo prazo faz pressupor uma capacidade de auto-reprodução do desenvolvimento tecnológico. Se há uma certa tendência para que tal aconteça (uma descoberta gera novas descobertas, a aceitação social de umas aplicações cria novas possibilidades para a difusão de outras, as técnicas de marketing procuram fomentar as atitudes «ilimitadas» de novos consumos, as instituições criadas criam condições organizativas para outros desenvolvimentos, etc.), também existem muitos factores que podem jogar em sentido contrário (desde os aludidos na alínea anterior aos de natureza financeira e política). O agravamento das desigualdades internacionais geradas pela mundialização, assunto controverso que trataremos num ponto seguinte, pode constituir um dos obstáculos sérios.

Com estas ressalvas, e não se podendo deduzir da situação actual uma tendência permanente ou duradoira para o futuro, estamos perante uma hipótese generalizadamente divulgada e aceite e que tem, reconheçamos, bastante aderência à realidade, no actual contexto histórico.

Segundo. Só há uma configuração possível da mundialização.

⁶¹ Os acontecimentos de 11 de Setembro nos EUA mostraram de uma forma nova e evidente este desfasamento, ao mesmo tempo que veio mostrar os grandes impactos de acontecimentos «fortuitos» sobre o funcionamento da sociedade capitalista todo poderosa. Os problemas sucessivos com as companhias de aviação e as grandes dificuldades sentidas pelas seguradoras (provavelmente com raízes estruturais) mostram como podem ser atingidos profundamente sectores nevrálgicos do funcionamento desta sociedade internacionalizada.

O desenvolvimento tecnológico gera certos interrelacionamentos humanos que fazem parte de uma panóplia de relações⁶² que caracterizam a actual mundialização.

Como dizíamos numa conferência a propósito da leitura mítica desta realidade

«A única possibilidade identifica-se com a sua concretização, e assim a humanidade se confronta com o “fim da história”. Certamente que essa internacionalização exprime-se organizativamente, com possibilidade de intervenção, mas os seus autores e actores, os seus líderes e executores diluem-se na “complexidade da sociedade”, no “todos nós”, no formalismo democrático. O progresso tecnológico é o “deus-máquina”, autoregulamentando-se e autoreproduzindo-se, autónomo das relações entre os homens. A obediência é o que resta ao comum dos mortais que queiram escapar às chamadas da inquisição. Esta deixou de ter a arrogância de um tribunal e transformou-se no “voluntarismo abnegado” dos que militam por um primeirismo na aquisição da última inovação e no seguidismo mais ou menos inconformado dos restantes» (Pimenta, 1998).

Esta posição coloca diversos problemas.

Há uma generalização abusiva da mundialização. Ou, por outras palavras, este conceito assumido no entendimento da primeira hipótese, passa a ter um significado diferente, sofre uma generalização implícita que pode ser abusiva. Com efeito o estreitamento das relações entre indivíduos, apesar das desigualdades e contradições referidas, pode criar condições a um interrelacionamento generalizado: generalizado nos agentes, generalizado nos conteúdos, generalizado nos tempos e espaços. Pode criar condições para essa generalização, mas não cria a generalização. Esta só se pode manifestar com a intervenção de muitos outros aspectos, nomeadamente políticos.

A «mundialização» referida na primeira hipótese não é a referida na segunda.

Mas a questão fundamental está na admissão de que as actuais formas de organização social internacional e mundial são as únicas possíveis.

⁶² De indivíduos, de grupos, de sociedades, de Estados, de empresas; económicas, sociais, políticas, culturais; de trabalho e de lazer; altruístas e lucrativas; esporádicas e fugazes ou sistemáticas e duradouras; entre sociedades do centro, entre sociedades da periferia, entre sociedades do centro e da periferia; num mesmo espaço cultural ou interculturais; etc.

Podemos admitir que foram a única possibilidade em resultado da correlação de forças políticas internacionais existentes então, reforçadas com o desmoronamento do socialismo «real» como sistema alternativo do capitalismo. Mas nada mais do que isso.

Numa dinâmica social diversificada e contraditória, em permanente evolução, existem sempre possibilidades de alternativas. Os dominadores têm em cada momento a possibilidade de mudar algumas ou todas as regras de jogo, mesmo que movidos pelas estratégias da lucratividade e perpetuação do domínio. Os dominados certamente que muito fazem para mudar a correlação de forças, para desviar contradições em seu proveito, para impor alterações pontuais ou globais ao existente. Os dominadores não são um bloco homogêneo, há lutas entre eles na partilha do poder e nas formas de promover o domínio sobre os restantes (vejam-se as diferenças entre o imperialismo americano e o imperialismo da União Europeia). Também o não são os dominados.

Por acção de uns ou de outros as alternativas existem ou constroem-se.

Teremos oportunidade de mais à frente tratar mais detalhadamente deste assunto. Ver-se-á então que mesmo no quadro capitalista há diversas formas possíveis de organização da economia, e ainda mais da sociedade.

O debate dos últimos anos tem contribuído significativamente para quebrar uma aparente unanimidade sobre a globalização e para apresentar alternativas, mais ou menos realistas ou utópicas, à internacionalização actual.

Se aquando do I Fórum Social Mundial já se reconhecia que existiam movimentos capazes de alicerçar uma alternativa

«face à “globalização” do capital existe uma fragmentação dos movimentos populares ou das organizações de defesa de diversos direitos, resultante da diversidade geográfica e sectorial. Só uma convergência permitirá construir uma nova força. Apesar das suas imperfeições a acção contra a OMC iniciada em Seattle é um alicerce importante» (Houtart, 2001)

hoje essa certeza existe reforçada pela multiplicidade de iniciativas a nível mundial.

Surtem alternativas no quadro do capitalismo e fora dele, alicerçadas em novas formas de construção do socialismo ou apoiadas na extensão da democracia para além das possibilidades das actuais instituições, assentes na vontade de construção de uma sociedade mais solidária ou colocando as referências éticas como horizontes de comportamento de cidadãos e Estados. Ora tomando as condições de trabalho como pilar fundamental ora centrando-se nas temáticas ecológicas indispensáveis à sobrevivência da humanidade.

Acrescente-se que, insistindo em algo para que temos vindo a chamar a atenção, não se pode confundir mundialização com globalização. Esta é uma fase e forma daquela.

Terceiro. Toda a sociedade se subordina à economia.

Comecemos por um exemplo. Em Portugal, nos meses que antecederam a eleição de Lula da Silva como presidente do Brasil, os debates na televisão, a opinião dos diversos comentadores, centravam-se num ponto: a incompatibilidade entre essa possível eleição e os interesses do capitalismo internacional, e a dinâmica do grande capital brasileiro inserido nas relações internacionais. Independentemente do resultado das eleições assistimos a uma redução do social ao económico, mais exactamente ao económico associado aos interesses do grande capital. As condições de vida das populações e classes brasileiras, as frustrações e anseios, a correlação de forças entre os diversos partidos políticos, a influência do exemplo dos outros países da América Latina, inclusivé da Argentina, etc. não era considerado nessas análises, obviamente de direita, obviamente dominantes nos meios de comunicação, obviamente miúpes mesmo no seu campo ideológico. Afinal a democracia comportou muito mais, mesmo muito mais, que o económico e Lula foi eleito Presidente da República do Brasil⁶³.

É sempre perigoso generalizar exemplos, mas pretendemos apenas ilustrar um pouco do que queremos dizer com a explicitação desta hipótese. É a calamidade ecológica, que apesar de marcar irreversivelmente a biodiversidade, a qualidade da atmosfera, a saúde das populações humanas e outras é medido apenas em milhões de dólares.

63 Não cabe aqui qualquer apreciação sobre a proposta política anunciada e realizada por Lula. Trata-se de um mero exemplo relacionado com o assunto que estamos a tratar.

É o projecto de saúde pública que não é analisado pelo número de beneficiários, pelo bem-estar e segurança que vai gerar, pela alegria que vai trazer a muitos doentes, mas sim pelos milhões de euros que vai ser necessário investir. É a actividade diplomática de um Estado, podendo contribuir para a expansão da língua, usos, costumes, conhecimentos, que pode ser uma pedra importante da afirmação de uma nação no contexto mundial medida em dólares.

Levado ao absurdo, Descartes valeria a soma dos impactos directos da sua metodologia sobre as aplicações tecnológicas de curto prazo e o volume de venda dos seus livros, Rembrand o valor atribuído aos seus quadros e eventualmente os impactos indirectos a que estes deram lugar, Chopin medir-se-ia pelo número de discos vendidos e venda dos bilhetes dos concertos com as suas obras. Certamente que com este tipo de apreciação um empresário tem fortes probabilidades de valer mais do que qualquer grande artista, certamente muito mais do que um imortal filósofo. Um Ministro das Finanças, no nosso país, ou da Economia, em muitos outros, assume a máxima valorização, mesmo que a sua actuação seja catastrófica.

Na conferência a que fizemos anteriormente alusão referíamos:

«cada vez há menos espaço para o político, nada havendo a obstar à sua minoração. O progresso tecnológico reduz a dimensão do nosso planeta e aumenta a velocidade das transformações: espaço e tempo, bens e vidas tornam-se bens escassos. Como tal têm (forma de encobrir o verbo dever) de ser geridos de forma a serem sempre aproveitados em plenitude. Estamos perante a absolutização da gestão de recursos escassos para satisfazer necessidades ilimitadas, isto é, perante a racionalidade económica ou a economização da razão planetária. Numa espiral de expansão das necessidades criadas, de contracção dos recursos, de competitividade exacerbada e de precariedade de estabilidade social o «económico» proemina-se e encontra a sua expressão plena na “liberdade” de todos e de cada um. Se a racionalidade económica é olímpica, a interferência de qualquer força externa, nomeadamente de origem política, só pode ser uma componente destabilizadora. Para além do mais o político é essencialmente a produção de ideologia, de que os partidos políticos são uma expressão bem visível, e numa sociedade pragmática, logo desideologizada, o político é uma excrescência a expurgar» (Pimenta, 1998).

Vejamos mais em pormenor.

Quando Marx afirmava a importância do económico na dinâmica das sociedades com um modo de produção capitalista

«O resultado geral que se me ofereceu e, uma vez ganho, serviu de fio condutor aos meus estudos pode ser formulado assim sucintamente: nas produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura económica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência.» (Marx, 1982, 530/531)

fazia-o porque a observação científica da acumulação primitiva e do capitalismo da sua época mostrava inequivocamente a importância das relações de produção nas relações económicas e a influência decisiva da estrutura sobre a superestrutura, das condições de vida sobre a o pensar, sobre o agir, sobre o crer. Apesar da importância atribuída a estes aspectos nunca deixou de reconhecer a existência, a importância e a influência dialéctica das diversas vertentes da sociedade entre si e sobre o económico. Basta analisar a diversidade das suas obras e a importância que toda a vida atribuiu à luta ideológica e à organização política e sindical dos trabalhadores para se perceber a relevância que atribuía à influência da superestrutura sobre a estrutura.

Apesar disso foi sempre uma crítica fácil ao marxismo⁶⁴ atribuir-lhe um «determinismo do económico», uma «subestimação da importância

⁶⁴ Em abono da verdade é necessário dizer que muitos desses críticos de Marx não conhecem a sua obra. Muitos outros conhecem-na mas têm dificuldade em a compreender, seja por limitações de experiência de vida seja porque a utilização da lógica dialéctica exige uma maneira de pensar que foge do que é utilizado correntemente ou do que nos dizem que é utilizado quotidianamente. Muitos desses críticos de Marx «conhecem» o seu pensamento indirectamente. Uns por intermédio das obras de divulgação marxista e nesse caso, sem desculpar a gravidade científica de se falar de um autor sem ter lido as suas obras, temos que reconhecer que muitas dessas obras de divulgação têm a sua parte de responsabilidade, pois a simplificação passou muitas vezes pelo simplismo. Outros admitindo que as posições assumidas pelos partidos comunistas reflectem sempre uma leitura marxista da realidade.

do cultural». Hoje são os mais acérrimos combatentes do marxismo que defendem essas posições.

Esta redução do social ao económico é de tal maneira marcante que exige de certos autores terem que afirmar e reafirmar o que poderíamos considerar «verdades de Lapalice»:

«De facto, o mercado está na sociedade e não o inverso. Esta evidência deve ser recordada claramente numa época em que a extensão do capitalismo visa exactamente uma mercantilização geral da cultura» (Bellefleur, 2002, 159)

Certos de existirem outros factores que podem determinar a difusão desta ideia de que o económico não só «comanda» a vida mas reduz esta à sua dimensão, podemos considerar três tipos de elementos:

1. a teorização económica neoclássica como suporte do neoliberalismo.
2. a vacuidade do conceito de liberdade económica.
3. a subestimação dos Estados face à mundialização.

Vejamos um pouco mais detalhadamente cada um destes elementos.

A Economia é assumida como a ciência da boa gestão. Segundo esta leitura, dominante após os anos 50 do século passado, a Economia não é mais o estudo da produção, repartição, troca e consumo, não é mais a aplicação pragmática de políticas dirigidas ao bem estar, é a ciência do que deve ser, do que deve existir, do que deve ser aplicado. E o que deve ser aplicado é uma gestão que conduza à optimização da utilidade individual num contexto de recursos escassos com aplicações alternativas.

Será desnecessário afirmar, porque até o mais empedernido neoclássico o terá que reconhecer, que as informações disponíveis por cada um e o seu comportamento estarão mais ou menos longe da informação total e da racionalidade plena que seriam necessárias para obter a optimização, mas a referência mantém-se intocável: se a realidade económica evolui como se esperava canta-se a lucidez da teoria, se evolui de forma diferente é porque os agentes económicos não se comportaram como deviam para garantir a optimização e a ciência económica continua intocável enquanto farol.

Mas o que interessa aqui salientar é que entendida desta forma a Economia (ou Ciência Económica) passa a ter uma aplicação universal, a ser quase a mãe de todas as ciências sociais. Não será que todas as «coisas da vida» podem ser expressas em termos de necessidade? Necessidade de bacalhau, necessidade de saúde, necessidade de lazer, necessidade de se casar, necessidade de ter filhos, necessidade de ter fé, necessidade de uma prática religiosa, necessidade de tudo quanto se quiser. Perante essas necessidades não estamos perante recursos escassos? Pouco dinheiro para satisfazer todas as nossas opções de compra de bens, alternativa entre trabalho e lazer, poucas possibilidades de escolha de esposa, escassas possibilidades de alimentar a nossa fé, etc.? Assim a Economia pode-se aplicar a todos os aspectos da vida humana:

«A Economia não se ocupa apenas das questões materiais, financeiras e interesseiras, como tantos pensam. A Economia trata dos propósitos e desejos humanos, das alternativas possíveis e estuda a forma como esses desejos se reflectem na decisão sobre essas alternativas. Essas decisões podem ser tão grosseiras como a escolha do combustível para certa máquina, ou tão elevadas como a opção de um poeta por certo tema para uma obra ou a paixão de um jovem pela sua amada. O que interessa à Economia é a estrutura lógica da escolha e essa, nos três casos, é muito semelhante» (Neves, 1994, 15).

E desta forma se teoriza o que corresponde a um dos grandes anseios do grande capital: que «o homem esteja ao serviço da economia» e não, como seria de esperar, que «a economia esteja ao serviço do homem».

Os próprios homens são, apesar do desemprego⁶⁵, um bem escasso. Passam a ser «capital humano»⁶⁶.

Associado a esta possibilidade de escolha óptima está a racionalidade económica, o que alguns autores designam criticamente como

⁶⁵ Não deixa de ser curioso, embora não se possa concluir mais do que isso, que a definição de Economia que consagra esta interpretação da Economia tenha sido assumida exactamente quando o capitalismo atravessava uma das suas mais graves crises, a qual se manifestava por desemprego, subutilização das máquinas, impossibilidade de encontrar aplicações para o capital-dinheiro que fossem rentáveis, isto é, quando havia excesso de recursos.

⁶⁶ Não nos ocuparemos aqui da crítica deste conceito, pois remeter-nos-ia para uma prévia discussão do que é capital. Não é o Homem que pode ser capital mas a sua força trabalho. E não basta existir força de trabalho, é necessário que ela seja inserida num processo de produção de mais-valia. Se o Homem é capital humano o se cada homem tem capital humano – e encontramos as duas formulações – o Homem, todo o Homem, é possuidor de capital, é capitalista. As classes sociais desaparecem porque só passa a existir uma. Todos têm, devem, trabalhar para o fim comum.

«racionalidade» olímpica. Assim como a optimização é desejada em todas as esferas da vida humana, também a preconizada racionalidade económica surge como um paradigma a ser seguido.

Claro que esta hipervalorização da «racionalidade económica» e da «optimização de escolha» está perfeitamente conforme com a mercantilização capitalista dos mais diversos aspectos da vida social, com a sociedade de consumo e o seu controlo pelo capital. Num contexto de grande desigualdade na distribuição do rendimento, como teremos oportunidade de quantificar, este «imperialismo do económico» é a reprodução dessas desigualdades sociais, é a leitura que é conveniente para os grandes proprietários. Para que a reprodução se faça só é necessário que haja o «respeito pela propriedade privada».

Este respeito é incutido por três vias.

Em primeiro lugar, pela acção política. Proteger a propriedade privada é a função que fica para o Estado quando este é apresentado esvaziado de outras funções:

«É generalizado o consenso de que Estado e mercados desempenham papéis complementares e de que cabe ao Estado lançar as bases para o desenvolvimento do mercado – por exemplo, definindo e protegendo os direitos de propriedade (...).» (Levy, 1997, 21)

Em segundo lugar pela subestimação da propriedade em relação ao «mercado». Esta é uma linha de actuação tradicional de quantos consideram a propriedade como uma situação a manter, parte integrante de um modo de produção «eterno». Já Ricardo⁶⁷ caía nesta ligeireza de análise:

«O que pretendemos aqui salientar é que segundo Ricardo Portugal deveria especializar-se no vinho (nos seus subsectores direccionados para a exportação como é o caso do vinho do Porto) e a Inglaterra nos têxteis. O que Ricardo se esqueceu de dizer é que uma grande parte da propriedade dos vinhos do Porto era inglesa. Esqueceu-se igualmente que o “comércio perfeitamente livre” assentava desde 1703 num tratado político, no tratado de Methuen, que consolidava a dependência económica e política de Portugal em relação à Inglaterra. Certamente pormenores irrelevantes para a construção do modelo[da teoria das vantagens comparativas]» (Pimenta, 2003).

⁶⁷ David Ricardo é um dos fundadores da Economia Política, referência para todos os autores posteriores.

Em terceiro lugar pelo esquecimento da importância histórica, presente e provavelmente futura, das nacionalizações e a deusificação das privatizações, ou não fossem as empresas, as grandes empresas, os centros estratégicos da referida racionalidade olímpica.

Façamos agora algumas referências ao que designámos como «vacuidade do conceito de liberdade económica».

É o conceito de liberdade que está em jogo. Uma atenta observação da realidade, sem se cair nas evidências fáceis, mostra-nos quanto a liberdade é um conceito que exprime desigualdades, contradições, conflitos:

«A palavra de ordem da globalização é “liberdade”: liberdade de comércio, liberdade de mercado, liberdade de escolha. Mas o que é essa liberdade para as economias desenvolvidas e para as economias subdesenvolvidas? O que é essa liberdade para quem tem um milhão de dólares por dia e para quem tem menos de um dólar? O que é essa liberdade para quem impõe e para quem é subjugado? A liberdade formal não se concretiza num espaço mundial socialmente homogéneo, e quando existem contradições, conflitos, dependências e explorações a liberdade de uns pode ser a não-liberdade de outros, é-o muitas vezes.» (Pimenta, 1998)

O capitalismo é por definição a formação social em que há capital como relação social dominante. Capital é a relação social de produção e apropriação de mais-valia. O capital variável é a componente activa dessa produção. A existência como realidade autónoma, logo mercantilizada, da força de trabalho é, pois um elemento decisivo na caracterização, logo existência, do capitalismo⁶⁸.

Numa sociedade em que a força de trabalho é uma mercadoria a «liberdade de troca», a «liberdade de decisão», a «liberdade económica» são afirmações abstractas que exprimem muito inadequadamente o concreto. O «jogo económico» é um jogo, como diz Marx, em que os dados estão viciados. No jogo a «liberdade» é fundamental, mas as jogadas estão previa e socialmente determinadas num quadro de desigualdade.

⁶⁸ Sobre este assunto veja-se artigo «Força de trabalho e trabalho», ir *Revista Técnica do Trabalho*, 2, 1979-Dezembro.

Estes e outros trabalhos meus podem ser encontrados em texto integral em www.fep.up.pt/docentes/cpimenta

A subestimação dos Estados face à mundialização é uma matéria que nos ocupará mais detalhadamente. Recordemos apenas que essa «eliminação» do político passa por duas posturas: (1) a que temos vindo a afirmar, isto é, a superioridade da racionalidade económica em relação a qualquer outra forma de «racionalidade»; (2) a mundialização das relações económicas e a autonomização das empresas em relação ao espaço geográfico-social conduziria a uma diminuição das funções do Estado-Nação, logo a uma redução do espaço social de intervenção da política.

Quarto. A economia autoregula-se e uniformiza-se através dos mercados livres.

Com os contributos anteriormente apresentados para a caracterização do mercado será fácil perceber que existe uma multitude de factores sistematicamente em confronto. A probabilidade de se obter uma solução que corresponda aos interesses de todos os intervenientes é quase nula. Mesmo considerando apenas um mercado, isto é, o mercado de um produto homogéneo com uma dimensão geográfica que corresponda ao efectivo espaço de confronto de todos os intervenientes, mesmo nessa situação ideal a probabilidade mantém-se muito baixa.

Talvez por isso alguns acérrimos defensores do sistema capitalista na configuração actual são obrigados a negar esta situação anárquica:

«Como é possível que doze milhões de pessoas sejam capazes de dormir toda a noite sossegadamente, sem viverem no mortal terror de uma quebra nos complicados processos económicos dos quais depende a existência da cidade? (...) Um sistema de concorrência é um complicado mecanismo de coordenação inconsciente através de um sistema de preços e de mercados, um instrumento de comunicação que permite centralizar os conhecimentos e os actos de milhões de indivíduos diferentes. Sem possuir um cérebro central é capaz de resolver os problemas mais complexos que se possam imaginar, envolvendo milhares de variáveis e relações desconhecidas. (...) tais milagres estão a verificar-se constantemente à nossa volta» (Samuelson, 1987, 41/42).

Os economistas designam como «equilíbrio» a situação que corresponde à maximização da satisfação das necessidades dos diversos intervenientes no processo de oferta e procura, tendo em conta as condições de produção e as restrições orçamentais.

Se se assumir a situação do que deveria acontecer como o que acontece efectivamente então poderemos concluir que os mercados são a forma de resolver todas as situações económicas. Satisfazem-se todos os intervenientes no processo. Dadas como existentes «a mobilidade dos factores» e um «conhecimento integral e completo de todos factos económicos» a procura da melhor solução por cada um dos intervenientes conduz ao desaparecimento das diferenças. E dessa forma a economia capitalista se reproduziria a bem de todos.

Se se assumir que o somatório destas situações óptimas conduz a uma situação óptima na totalidade da economia, temos um funcionamento da economia que a todos satisfaz e que se reproduzirá ao longo dos séculos.

Esta é a maneira de interpretar das teorias económicas que dominam presentemente. Daí este pressuposto, expressão directa de uma ideologia, de uma teoria, não da realidade.

Claro que não será necessário grandes instrumentos de observação para se verificar que há pessoas com fome, que há países subdesenvolvidos, que há desemprego, que mesmo os sectores mais modernos passam por processos de crise. Claro que a teoria económica dominante também se apercebe dessas situações, mas oscilando entre o ser e o dever ser, o modelo fica intocável. Essas situações desagradáveis acontecem porque os Estados não respeitam a «verdade» dos mercados, porque há informação incompleta, porque há «transitoriamente» monopólios, porque as expectativas formuladas pelos agentes foram inadequadas, etc.

Fazendo nós uma leitura bastante diferentes dessas desigualdades e contradições do capitalismo assumimos tais acontecimentos como demonstrações inequívocas da falsidade da afirmação anterior.

Sem dúvida que o capitalismo através das suas múltiplas formas de funcionamento (englobando desde o desenvolvimento tecnológico à intervenção do Estado, à informação e à produção de ideologia) reproduz-se. Se o não fizesse já tinha desaparecido, mas esta reprodução faz-se com agravamento das desigualdades, faz-se com desvio de contradições que continuam a existir, com resolução de umas contradições à custa do aparecimento de outras.

Como teremos oportunidade de demonstrar, a globalização é uma demonstração destas diversas situações: agravam-se as desigualdades, intensifica-se a troca desigual; desvia-se a contradição entre produção de mais-valia e apropriação de mais-valia.

De um ponto de vista teórico é a concepção de mercado que está em causa; é a relação entre produção e troca que tem que ser equacionada, é o conceito de «equilíbrio» que tem de ser criticado⁶⁹.

Quinto. Liberdade económica é liberdade social.

Poderemos considerar que esta hipótese é a conclusão das duas anteriores:

- O económico determina e condiciona o social.
- Se existe liberdade económica a maximização das utilidades individuais coincide com a maximização da utilidade económica geral.

Logo a maximização da utilidade social é conseguida através da liberdade (de início económica, logo social).

Numa leitura ligeiramente diferente,

«Se a liberdade económica é a possibilidade de cada um *per si* maximizar a utilização dos recursos escassos e todos os aspectos da vida podem ser encarados desse prisma – e aí estão prémios Nobel da Economia para o demonstrar –, o económico é um espaço vital do social. Mais, também as dimensões sociais não-económicas das vivências individuais estão inexoravelmente condicionadas pelo progresso tecnológico e é o económico quem sofre o primeiro impacto dessa dinâmica. Só o económico produz riqueza e todas as outras actividades a utilizam. Como não é possível utilizar o que não existe, a criação de valor (e apropriação) é a base de tudo o mais.» (Pimenta, 1998).

Eis, pois, sinteticamente a apresentação de alguns dos pressupostos frequentemente assumidos sem explicitação, que acabam por formatar todo o discurso subsequente. A sua referência já permite uma primeira

⁶⁹ A teoria keynesiana afirma que mesmo em situação de equilíbrio macroeconómico pode não haver pleno-emprego dos recursos, isto é, há desemprego. Muitos autores têm mostrado que basta considerar as diferenças entre os diversos mercados para não se poder concluir que equilíbrios parciais conduzam a um equilíbrio geral. A «escola do desequilíbrio» mostra que o normal são as situações de desequilíbrio e que o sistema se continua a reproduzir nessa situação.

Hoje, com os conceitos de não-linearidade, de irreversibilidade temporal, de complexidade, de bifurcação, etc. pode-se mesmo questionar se tem sentido falar em «equilíbrio» ou «desequilíbrio».

reflexão crítica. Admitimos que alguns dos comentários apresentados, embora muito sintéticos, a reforçam.

Aqui fica um desafio e um pedido de atitude prudente. Quando estão a ler textos que defendem a globalização vejam em que medida é que estes pressupostos estão presentes, eventualmente sem o próprio autor ter consciência disso, e estudem em que medida é que eles condicionaram o seu discurso.

Será que as interpretações críticas da globalização, da mundialização, do capitalismo não têm pressupostos? Claro que têm. Todo o discurso, todo o artigo, todo o livro tem um conjunto de hipóteses de partida, tem um conjunto de afirmações sem fundamentação. Tudo o que dizemos exige o que não dizemos. E não dizemos ou porque se admite como adquirido por parte do leitor, ou porque não é possível tratar sempre de tudo, ou porque se considera inadequado justificar. Não apresentar nada revela sobre a sua validade, sobre a sua adequação à realidade, sobre a natureza filosófica, científica ou outra.

O que está em causa nos pressupostos anteriormente referidos é, na nossa opinião, serem inadequados cientificamente, em alguns casos social e eticamente. O que está em causa é a sua introdução reptícia.

É porque queremos a máxima clareza nas nossas posições, é porque temos a consciência de pisar terreno minado com um instrumento científico (Economia Política) que apresenta uma elevada conflitualidade interna, é porque consideramos que estamos a tentar explicitar realidades complexas com instrumentos cognitivos que ainda não lhe estão adaptados, que no capítulo anterior tivemos o cuidado de explicitar a nossa forma de caminhar, os nossos próprios pressupostos.

ambiguidades do termo «globalização»

Consideremos o capitalismo no período que se inicia na década de 80 do século XX e que vai até ao momento em que estas linhas são escritas. Primeiro lustro do século XXI. Será sobretudo a partir da década de 90 que algumas características, como veremos, se destacam. É essa fase histórica, com um conjunto de características próprias, que tratamos neste livro e designamos por «globalização».

Internacionalização, processo para além da nação, relação entre países, é um termo antigo, há muito adoptado em diversas situações, mas nunca foi utilizado intensamente para designar as situações económicas e sociais que temos vindo a designar. Mundialização e globalização foram os mais frequentemente adoptados, como já tivemos oportunidade de referir. Este último é uma adaptação da terminologia anglo-saxónica, mas quando começou a ser adoptado tinha um significado, na literatura divulgada em português, específico, diferente do actual, com uma leitura mais empresarial e gestionária.

Globalização era uma das formas de mundialização dos mercados de bens produzidos pela empresas, quando o produto era igual em toda a parte, pois também o eram as preferências dos consumidores. A Coca-Cola ou o Mac Donalds eram empresas típicas da globalização. Em situação diferente estavam as empresas que, embora trabalhando em mercados mundializados, tinham que adaptar os seus produtos aos diferentes gostos dos consumidores, conforme as regiões em que se situassem. As empresas de automóveis eram empresas típicas dessa mundialização que não em globalização.

Com os anos estas diferenças associadas a cada um dos termos têm-se atenuado ao mesmo tempo que passamos a exprimir uma leitura mais macroeconómica. Em parte porque o termo globalização tem-se imposto, nem sempre com a devida precaução, legitimidade e rigor, como referimos no início deste trabalho. Em parte porque há uma tendência para a mundialização assumir a forma de globalização no sentido estrito anteriormente referido. Temos assistido a uma mundialização de gostos, de usos, de práticas sociais. Sem negar alguns processos de valorização do regional e do local em contraposição com a mundialização, o fenómeno mais marcante tem sido a mundialização dos gostos. O «modo de vida americano» tem sido exportado mundialmente ao mesmo tempo que as práticas económicas.

Assim, se temos de ter em conta que o termo «globalização» tinha em português técnico um significado diferente do actual, também é preciso notar que o processo de mundialização que se tem verificado desde o início dos anos oitenta é crescentemente uma dinâmica de uniformização de práticas sociais, pelo que a ambiguidade é relativa.

multiplicidade de sentidos

A globalização pode ser encarada, mesmo do estrito ponto de vista económico, a diversos níveis de concretização e com formas de focagem bastante diferentes. A realidade é uma, isto é, todas as dinâmicas económicas são partes integrantes de uma mundialização com determinadas características e com diferentes níveis e velocidades de integração, mas pode ser decomposta em diferentes componentes e dinâmicas, ajustando-se a preocupações particulares dos diferentes intervenientes no processo. Cada segmento económico tem os seus ritmos próprios de «mundialização»: do nível próximo do zero – seguindo uma tradição alheia à mundialização – ao nível um – tudo o que acontece é função da mundialização.

Vejamos um pouco mais em pormenor. Começemos por considerar uma produção artesanal de pão, trabalhando para um mercado local geograficamente muito delimitado. Provavelmente estamos perante uma situação «bastante afastada» da mundialização que temos vindo a referir mas também aqui estão presentes diversos elementos da mundialização. Se há umas décadas o pão era um bem de rápida deterioração que exigia um mercado geograficamente delimitado, há alguns anos diversas técnicas permitiram alterar esta situação: passou a ser possível comercializar o pão à escala nacional ou regional. Se existe algum supermercado em que as pessoas dessa aldeia se vão abastecer, nem que seja esporadicamente, é muito provável que aí encontre pão produzido nessas novas condições. Pão esse que é publicitado, incluindo através da televisão, da rádio e de jornais que têm circulação na aldeia. Os hábitos

de consumo são seculares, bastante enraizados nas tradições locais, mas algumas mudanças se processarão, seja por força de bens complementares ou sucedâneos, seja pela concorrência, seja ainda pela publicidade. Simultaneamente evoluem as técnicas de produção do pão e o tempo de utilização de equipamentos e matérias-primas adoptados, uns e outras com mercados de âmbito específico. E porque a migração do campo para a cidade é forte, porque a emigração para o estrangeiro atraiu muitos habitantes da aldeia, porque a integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia e a evolução desta para União Europeia deu novos direitos e garantias aos emigrantes portugueses, porque tudo isso acarretou alterações na família local, essa pequena produção de pão poderá ter de adoptar novas técnicas de fabrico, novas formas de organização. E não será que a política agrícola comum da União Europeia alterará o fornecimento de matérias-primas?

Esta situação concreta é «bastante afastada» da globalização mas não totalmente desligada dela. A tendência será ou de «mundializar-se» por diversas vias (máquinas, matérias-primas, tipo de pão fabricado, utilização de assalariado, etc.) ou ser vencida pela concorrência «mundializada». O que temos, neste caso, é um lento, talvez muito lento, processo de integração na mundialização económica.

Uma situação bastante diferente acontece com uma empresa de componentes informáticas, particularmente das que são essenciais para o funcionamento dos computadores. O seu mercado é mundial, aproveitando ou não as especificidades regionais. O seu sucesso tem a ver com tudo o que se passa nas empresas, nos consumidores e nos mercados, situem-se onde se situarem. A investigação científica e tecnológica capaz de influenciar a sua actividade a curto e longo prazo processa-se numa escala universal e pode processar-se em qualquer universidade, em qualquer centro de investigação, nos seus próprios laboratórios ou no de uma empresa concorrente. Muito provavelmente segmentos da sua actividade processam-se com a utilização do teletrabalho e em regiões geográficas diferentes.

Também os seus *inputs* se enquadram nessa permanente atenção ao que acontece em qualquer local.

Entre estas duas situações extremas temos muitos níveis intermédios de mundialização, apesar de haver uma permanente tendência para a sua intensificação.

A globalização pode ter diferentes concretizações, manifesta-se de forma diferente conforme o agente económico envolvido (consumidor, empresa, conjunto de empresas, país, etc.), exprime-se diferentemente conforme o momento e o local de verificação.

Utilizando a terminologia de Boyer (1998) podemos classificar essas diferentes manifestações concretas (ou o conjunto das mais importantes) da seguinte forma:

Para a *empresa* pode significar

- (1) venda em toda a parte do mesmo produto;
- (2) produzir no mundo inteiro;
- (3) financiar-se em todos os mercados;
- (4) utilizar todas as ideias venham de onde vierem;
- (5) recrutar talentos sem considerar a nacionalidade⁷⁰;
- (6) uma gestão integrada à escala mundial da cadeia do valor (síntese de todas as vertentes anteriores e de outras não individualizadas).

Para o *sector* pode significar

- (7) uma sua integração nos processos produtivos mundiais (generalização da visão integrada da empresa mas também da divisão de trabalho entre elas e dos mecanismos de concorrência);
- (8) a simples mudança do espaço de concorrência intra-sectorial ou com outros sectores.

Quando se aplica à *Nação* os sentidos são diversos, mas podem ser resumidos em dois:

- (9) redefinição dos compromissos nacionais em favor dos actores mais internacionalizados;
- (10) fim do Estado-Nação como espaço de solidariedade social.

Obviamente que a globalização também é aplicada a situações que transcendem os âmbitos anteriormente referidos, incidindo sobre uma região supranacional e a totalidade do nosso planeta. Quando aplicado a uma *região* é, essencialmente, identificada com

- (11) a integração económica⁷¹.

⁷⁰ Embora o mercado de trabalho seja sempre mais segmentado que o das restantes mercadorias.

⁷¹ Considerada como inevitável, como tudo o mais.

Quando aplicado ao *Mundo* significa⁷²

(12) funcionamento integrado dos mercados à escala mundial;

(13) organização totalmente integrada de alguns mercados à escala mundial (não se trata apenas do funcionamento dos míticos mercados na base de uma espontânea concorrência, mas da existência de instituições e processos formalmente estabelecidos de articulação, bem relevantes na organização financeira);

(14) conveniência da existência de estruturas político-económicas de acção à escala internacional e nacional⁷³.

Finalmente, numa *interpretação integradora* de quase todas as outras e numa perspectiva teleológica de intenções, globalização significa

(15) funcionamento da economia mundial como um conjunto totalmente integrado.

O que é importante reter a propósito desta multiplicidade de sentidos atribuídos à globalização (havendo entre elas relações de autonomia, complementaridade e contradição) é que:

- a) A abstracção globalização é susceptível de «concretizações» em diversas abstracções, manifestações e partes integrantes daquela.
- b) A consciência possível da globalização para a grande parte dos intervenientes do processo, para cada um dos cidadãos, corresponde apenas a uma parte do processo geral.

Ora como tivemos oportunidade de afirmar anteriormente, o presente estudo da globalização é diferencial e geral. O que significa isto? Em primeiro lugar que não podemos proceder a uma leitura abstracta sem antes nos termos munido de uma informação pormenorizada, localizada, sectorizada do que acontece. Em segundo lugar que não é possível dissociar a dinâmica geral das práticas parciais. Em terceiro lugar que para chegarmos a uma compreensão global da globalização temos que estudar pormenorizadamente cada uma das concretizações/abstracções. Em quarto lugar que as lutas políticas e ideológica exigem a abordagem do problema nessa diversidade de plataformas.

⁷² Nesta aplicação ao Mundo diferenciamos-nos ligeiramente do texto de Boyer.

⁷³ Este aspecto é o menos badalado apesar de existir e funcionar, pois tende a aniquilar o pressuposto do livre funcionamento dos mercados, da não intervenção política

Claro que estas preocupações não são imunes a declarações como «pois é, o que aqui diz pode ser muito interessante mas os factos mostram que a globalização é sobreviver num contexto de concorrência acrescida e para o conseguirmos é preciso essencialmente pragmatismo, é preciso fazer ...». Certamente, mas é importante tentar contrapor a cada leitura pragmática uma leitura científica, a cada consciência possível uma leitura mais abrangente, a cada segmento da sociedade actual o contexto em que se insere.

uma certa mundialização económica

Estamos agora em condições de caracterizar um pouco mais a dinâmica económica mundial posterior à década de oitenta do passado século, mantendo-nos sempre num elevado nível de abstracção.

Como quantificar a globalização de forma a analisar em que medida é semelhante ou diferente em relação à situação que existia anteriormente a ela? Quais os melhores indicadores? Esta é a primeira fase para depois das quantificações podermos tirar conclusões qualitativas.

Considerando que o económico é o conjunto das relações sociais associadas à produção de mercadorias, à repartição do valor acrescentado gerado nessa produção, à troca das mercadorias e, finalmente, à utilização das mercadorias, podemos construir um conjunto de indicadores essenciais capazes de reflectir o que nos interessa, a evolução da mundialização.

As compras e vendas de mercadorias entre países é um primeiro indicador da mundialização reflectindo de forma sintética um conjunto de acontecimentos: venda noutros países, abastecimento noutros países, divisão da produção de uma mercadorias por unidades espalhadas em diversas partes do mundo, etc. É o movimento do capital-mercadoria à escala internacional.

Um segundo indicador possível é a origem dos capitais utilizados na produção, o que pode sinteticamente medir-se pela importância do investimento directo estrangeiro. É um indicador do movimento do capital produtivo à escala internacional. Este movimento pode ser complementarmente medido pelo importância de trabalhadores estrangeiros nos processos produtivos geograficamente localizados.

Um terceiro indicador importante são os movimentos de capital-dinheiro, medível significativamente através dos movimentos internacionais de capitais nos «mercados de capitais».

Fica por encontrar um indicador para a repartição do rendimento internacional. Não é tarefa fácil porque há diversos tipos de repartição:

- Num primeiro momento há a automática repartição de rendimentos entre produtores de mercadorias com o mesmo valor-de-uso que trabalham com níveis de produtividade diferentes. Estando em concorrência vão vender pelo mesmo preço mercadorias que exigiram diferentes quantidades de trabalho humano, diferentes custos de produção. E dessa forma há, pela lei do valor, uma primeira espontânea, automática, invisível passagem de mais-valia criada por uns para outros que a apropriam.
- Num segundo momento há a utilização do valor acrescentado para pagar os salários e para dar lugar a rendas, juros e lucros (numa leitura simplista, a que haveria que acrescentar outras utilizações).
- Num terceiro momento há a manifestação da correlação de forças social e política nos processos de troca e em alguns dos mecanismos anteriormente referidos.

Consideramos que podemos analisar aproximadamente todos estes aspectos através da observação das desigualdades económicas entre países e entre cidadãos à escala mundial.

Faremos ainda algumas referências às empresas que utilizam mais intensamente o contexto mundial.

Estamos certos que através destes indicadores não esgotamos as medições essenciais, mas estamos em crer que nos permitirão agarrar alguns dos aspectos essenciais do processo, permitindo-nos, ao mesmo tempo, manter-nos no nível de elevada abstracção em que nos temos situado.

Importações / Exportações

As importações e exportações de um país dependem de uma multiplicidade de factores, uns mais importantes que outros.

Em primeiro lugar é de esperar que um aumento do produto, do valor acrescentado realizado durante um determinado período, provoque

uma aumento das importações (vai precisar de mais matérias-primas que não existem no país, vai ter de adquirir máquinas e equipamentos, seja em resultado de uma maior utilização das anteriores, seja porque a competitividade o exige, por exemplo), assim como das exportações (certas actividades estarão mais ou menos viradas para o mercado externo, o nível óptimo de produção de unidades produtivas ultrapassarão as possibilidades de venda no mercado interno, por exemplo). Em segundo lugar é de esperar que a diminuição dos preços dos bens de um país em relação aos outros aumente as suas exportações.

Depois é de admitir que o inter-relação entre mercados, a lógica da mundialização que temos estado aqui a tratar acarrete igualmente aumento das importações e exportações (alargamento da informação à escala mundial, promoção dos produtos à escala mundial, menor custo de circulação da informação e das mercadorias, instalação de actividades de uns países noutros, maior facilidade de substituir produções internas por importações, etc.).

Finalmente há um conjunto bastante vasto de outros elementos que também podem intervir sobre o volume de importações e exportações: políticas económicas adoptadas nacional ou regionalmente⁷⁴, mudanças de estrutura produtiva (ex. abandono de certas actividades e uma aposta forte noutras), alterações nas opções dos consumidores (ex. maior importância do turismo no estrangeiro em diversos grupos sociais, etc.). Contudo estes últimos aspectos também podem, numa grande percentagem, ser considerados relacionados com a mundialização.

Assim, para analisar as alterações nas importações e exportações mundiais, regionais e nacionais resultantes dos novos rumos da economia e sociedade a partir dos anos 80 do passado século é necessário isolar o primeiro factor, o que pode ser feito considerando como indicador a percentagem das importações ou das exportações (que a nível mundial só não são iguais por erros de quantificação) no produto⁷⁵.

⁷⁴ Aqui, como em todas as situações, utilizamos o microlocal para designar uma parte de um país com âmbito geográfico muito reduzido, onde as relações de vizinhança têm uma grande importância; local para designar uma parte de um país; nacional para me referir a um país; regional para referir um conjunto de países; internacional para designar situações tendencialmente mundiais que exigem a intervenção dos países; mundial para referir situações que envolvem todos os países, embora estes não possam intervir directamente.

⁷⁵ O segundo factor dilui-se quando se consideram estatísticas para todo o mundo.

Ora, mesmo considerando este indicador, as opiniões dos economistas não são unânimes na resposta à seguinte pergunta: a globalização trouxe alterações significativas nas importações e exportações dos países?

Alguns autores que estudaram o problema afirmam:

«Contudo, em termos relativos, nomeadamente quando se toma os valores dos fluxos em termos dos produtos nacionais ou da população, as conclusões gerais serão muito menos espectaculares, verificando-se mesmo graus de integração na economia mundial inferiores, ou apenas em recuperação, relativamente aos níveis de início do século» (Nunes, 1998, 11)⁷⁶.

«Mas ainda é preciso medir a dimensão do fenómeno. E recordar, por exemplo, que se as trocas comerciais correntes representam por vezes mais de 60 por cento das dos novos países industrializados (NPI) da Ásia, o “grau de abertura” da Europa é de 8% contra 10% para o Japão e 12% para os Estados Unidos. Antes da guerra de 1914-18 os países capitalistas registavam graus de abertura comparáveis» (Labarde & Maris, 1998, 24).

«O peso das exportações de mercadorias nos produtos nacionais era de 12,9% para o conjunto dos “países desenvolvidos” em 1913, só de 6,2% em 1938, e chegou a 14,3% em 1992. No caso dos EUA era de 6,4% em 1913 e é de 7,5% em 1992; no caso da Europa era de 18,3% e é de 21,7%; no caso do Japão era de 12,5% e reduziu-se para 8,8%» (Louçã, 1998, 2).

mas outros autores sustentam posições diferentes. É o que ressalta, por exemplo, destes dois documentos:

«Por mais de uma década, o crescimento do comércio mundial suplantou o do PIB mundial. Foram grandes os benefícios para os países que adoptaram políticas orientadas para o exterior. As economias de alto desempenho do Leste asiático, por exemplo, aumentaram bastante sua participação nas importações mundiais de manufacturados, enquanto apresentavam índices de crescimento do PIB, em 1965-1990, quase três vezes maiores que os da América Latina e do Sul da Ásia e cinco vezes maiores que os da África subsariana. A maioria dos países em

⁷⁶ De seguida chama a atenção para o facto que ao mesmo tempo que há alargamento geográfico dos mercados também há processos de regionalização.

desenvolvimento dessas outras regiões, em contraposição, adoptava políticas de substituição de importações» (Low & Nash, 1994, 58).

«Nos últimos 20 anos, as exportações mundiais de mercadorias praticamente dobraram como proporção do produto mundial, passando de 10 a 20%. Como é cada vez maior o número de serviços comercializados internacionalmente, sua participação no comércio mundial aumentou de 15 para 22%. Uma entre sete transações com acções⁷⁷ efectuadas no mundo actualmente tem como uma das partes um estrangeiro. E como as operações das empresas multinacionais aumentaram, as vendas de suas filiais no estrangeiro podem hoje exceder o total das exportações mundiais. Todas essas estatísticas apontam para a globalização – a crescente integração internacional dos mercados de bens, serviços e capital. A globalização está alterando de maneira fundamental o cenário económico mundial. Ela é resultado da tendência generalizada à liberalização do comércio e dos mercados de capitais, da crescente internacionalização das estratégias de produção e distribuição das empresas, bem como de avanços tecnológicos que estão rapidamente aluindo as barreiras ao comércio internacional de bens e serviços e à mobilidade do capital» (Qureshi, 1996, 30-33).

A importância atribuída pelos defensores da globalização à dinâmica das importações e exportações é tão grande (numa lógica de reforço da defesa do «comércio livre» que trataremos oportunamente) que alguns atrevem-se mesmo, contra todo o rigor técnico, fazer previsões totalmente fantasistas.

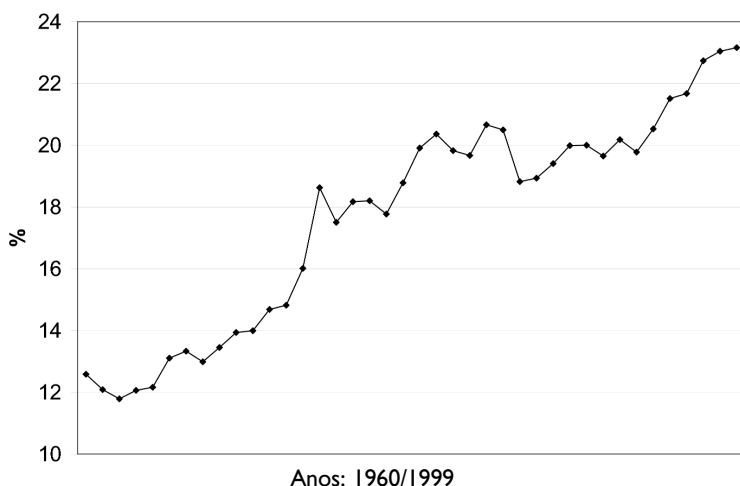
Em que é que ficamos?

Face a essa diversidade de posições convém ir às origens e olhar os dados. É certo que para este tipo de informação temos que recorrer às instituições internacionais que também funcionam como sistema estatístico internacional, mas estamos em crer que não é por aí que haverá problemas. As concepções teóricas podem influenciar a construção de alguns índices, mas no que aqui tratamos nada de relevante.

⁷⁷ Nesta referência às acções, títulos de participação no capital das empresas, não estamos a falar de importações e exportações de bens.

Comecemos por considerar Exportações de bens e serviços (% do PIB) para o «Mundo». A nível geográfico basta analisar ou a importações ou as exportações. Consideremos estas últimas, tomando a totalidade dos anos disponíveis⁷⁸:

Gráfico 4: Exportações Mundiais (% do PIB) em 1960-1999



Fonte: Banco Mundial

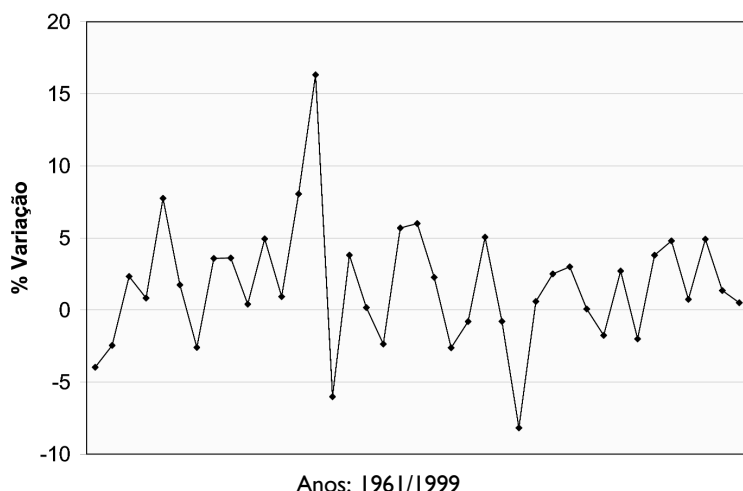
É entre 1962 e 1974 que se assiste a um maior crescimento do peso das exportações no produto. É verdade, como diz um dos textos anteriores, que nos últimos 20 anos, com altos e baixos, o comércio externo aumentou mais que o produto, mas esse não é um facto novo. O que nos parece mais relevante é que o ritmo anterior atenuou-se.

Vejam-se as taxas de variação anuais⁷⁹:

⁷⁸ No fim do primeiro trimestre de 2003, altura em que estes dados foram recolhidos, ainda só existiam dados disponibilizados até 1999.

⁷⁹ Consideraram-se taxas de variação centradas, expressas em percentagem. Quando estamos perante variações positivas e negativas que se alternam, parece-nos que as taxas centradas são as mais adequadas.

Gráfico 5: Percentagem de variação do peso das exportações no PIB (1961/1999)



Porque a nossa preocupação é detectar tendências de evolução e mudanças qualitativas, olhemos ainda os mesmos dados de um outro ponto de vista: tracemos a tendência de evolução adoptando o ajustamento linear mais adequado e analisemos os «desvios conjunturais» em relação a essa tendência:

Gráfico 6: Tendência de Evolução das Exportações do Mundo em % do PIB

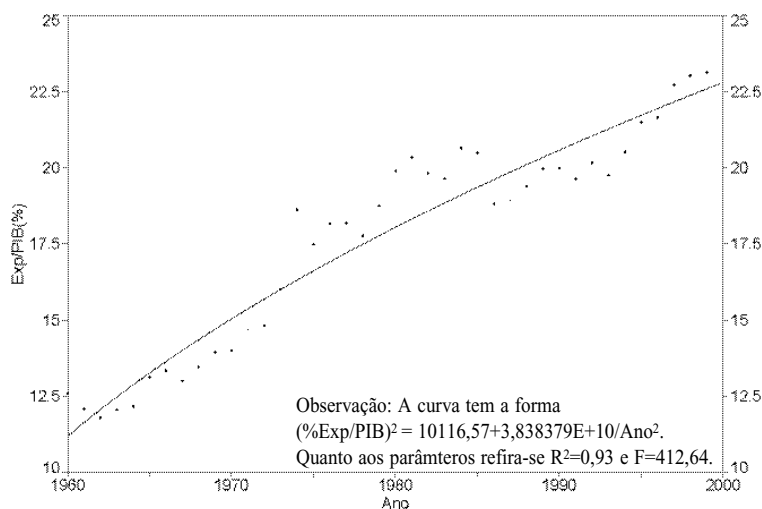
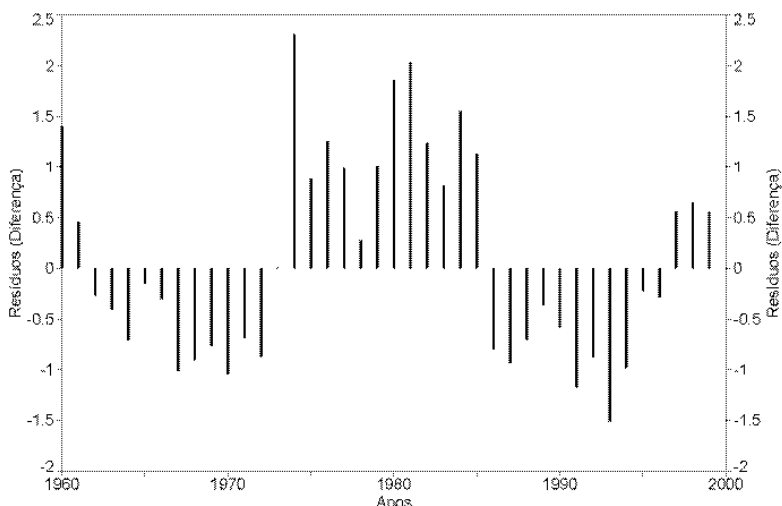


Gráfico 7: Dinâmica Conjuntural da Evolução das Exportações em % do PIB



Observação: Diferenças entre o valor efectivo e o estimado

Parece-nos inequívoco que:

- Há uma tendência estrutural para o aumento da importância relativa do comércio externo dos países;
- A partir dos anos 80 não existem mudanças quantitativas ou qualitativas que nos permitam concluir que a globalização trouxe algo de novo nesta matéria.

No entanto pode ficar-nos uma dúvida. Esta conclusão não resultará de estarmos a tratar o assunto a um âmbito geográfico excessivamente globalizante? Não esconderá esta situação uma grande diversidade de situações? Tendemos de imediato a responder negativamente à primeira questão e afirmativamente à segunda, mas o melhor será, mais uma vez, olhar para os dados.

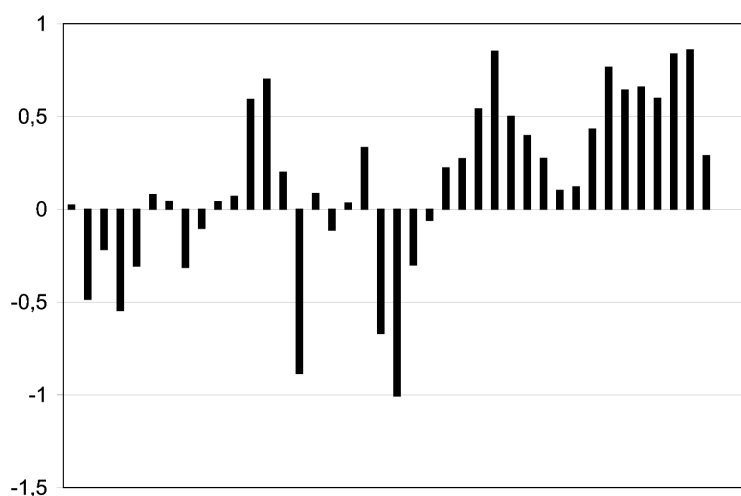
Pegando na classificação do Banco Mundial por níveis de rendimento consideremos a importância relativa das importações e exportações no conjunto dos países de alto rendimento⁸⁰ e nos de baixo

⁸⁰ Países considerados neste grupo (utilizando os nomes dos países em inglês): Andorra, Aruba, Australia, Austria, Bahamas, Bahrain, Belgium, Bermuda, Brunei, Canada, Cayman Islands, Channel Islands, Cyprus, Denmark, Faeroe Islands, Finland, France, French Polynesia, Germany, Greece, Greenland, Guam, Hong Kong, Iceland, Ireland, Israel, Italy, Japan, Rep. Korea, Kuwait, Liechtenstein, Luxembourg, Macao, Monaco, Netherlands, Netherlands Antilles, New Caledonia, New Zealand, Northern Mariana Is, Norway, Portugal, Qatar, San Marino, Singapore, Slovenia, Spain, Sweden, Switzerland, United Arab Emirate, United Kingdom, United States, Virgin Islands (U.S.).

rendimento⁸¹ (ficam de fora, nessa classificação, os de médio rendimento). Para os primeiros dispomos de dados para 1961/1999 e para os segundos 1970/2001.

Porque aqui já não é indiferente considerar as importações ou as exportações, começemos por analisar a relação (diferença entre as respectivas percentagens) num caso e outro:

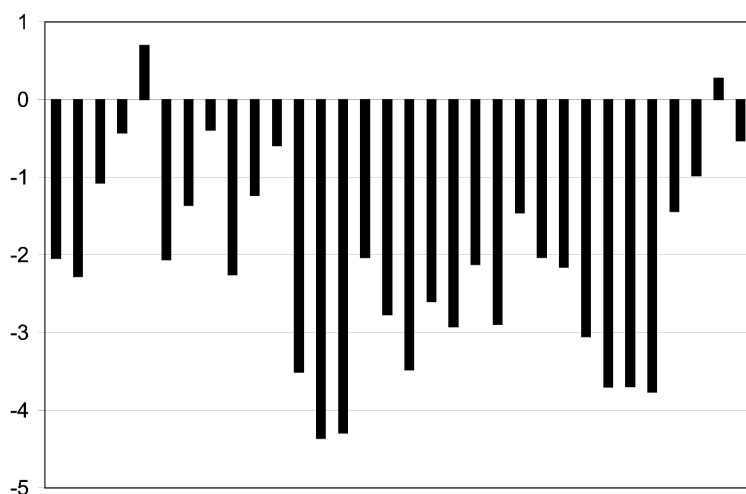
Gráfico 8: Diferença da importância relativa (% do PIB) das Exportações e Importações nos Países de Alto Rendimento (1961/1999)



Fonte: Banco Mundial

⁸¹ Países considerados neste grupo: Afghanistan, Angola, Armenia, Azerbaijan, Bangladesh, Benin, Bhutan, Burkina Faso, Burundi, Cambodia, Cameroon, Central African Republic, Chad, Comoros, Rep. Dem. Congo, Rep. Congo, Cote d'Ivoire, Equatorial Guinea, Eritrea, Ethiopia, Gambia, Georgia, Ghana, Guinea, Guinea-Bissau, Haiti, India, Indonesia, Kenya, Rep. Dem. Korea, Kyrgyz, Lao, Lesotho, Liberia, Madagascar, Malawi, Mali, Mauritania, Mauritania, Mongolia, Mozambique, Myanmar, Nepal, Nicaragua, Sierra Leone, Solomon Islands, Somalia, Sudan, Tajikistan, Tanzania, Timor-Leste, Togo, Uganda, Ukraine, Uzbekistan, Vietnam, Rep. Yemen, Zambia, Zimbabwe.

Gráfico 9: Diferença da importância relativa (% do PIB) das Exportações e Importações nos Países de Baixo Rendimento (1961/1999)



Fonte: Banco Mundial

Como facilmente se constata nos países de alto rendimento alternam-se os anos em que as exportações são maiores que as importações com os que acontece a situação inversa, mas há uma tendência para as exportações de bens e serviços ser maior. Situação exactamente inversa acontece nos países de menor rendimento, em que se verifica um quase sistemático défice da balança comercial. Até aqui nada de novo, apesar de evidenciar-se que “comércio livre” pode ser bom para uns, mas certamente é mau para outros.

Analisemos agora a percentagem das exportações no produto para os dois conjuntos de países, para os anos que têm informação, anteriormente referidos:

Gráfico 10: Exportações dos Países de Alto Rendimento (% do PIB) em 1960-1999

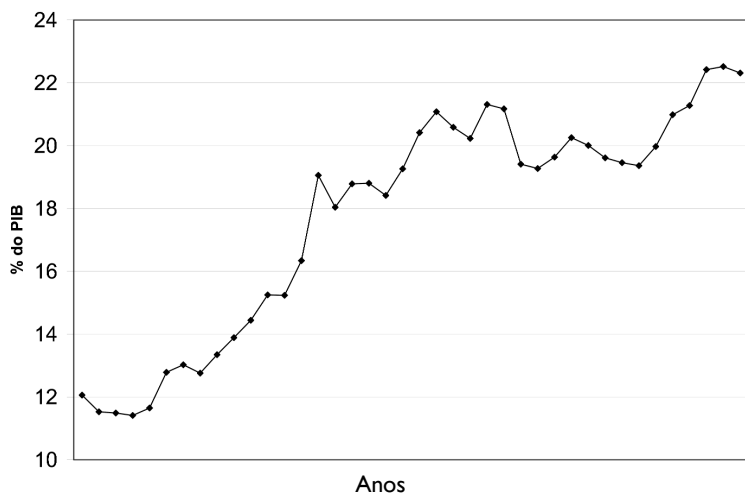
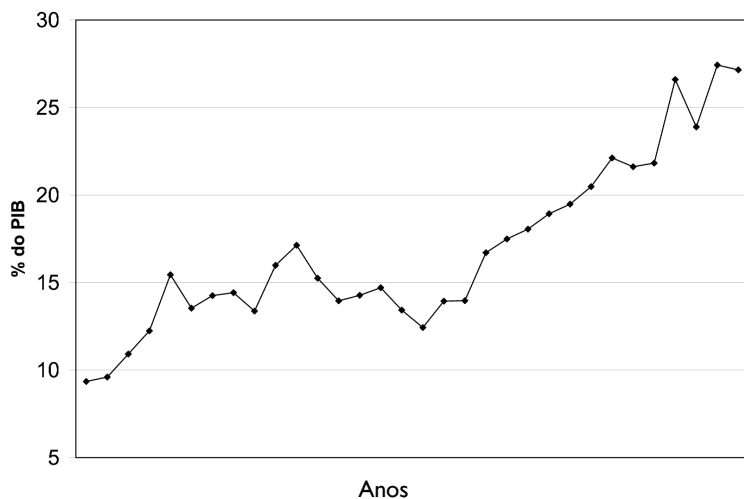


Gráfico 11: Exportações dos Países de Baixo Rendimento (% do PIB) em 1960-1999



As conclusões que obtemos são semelhantes às retiradas para o conjunto do mundo. É certo que nos países de menor rendimento verifica-se a partir de 1988 uma eventual tendência para um aumento do peso das exportações, mas tal não parece ser significativo para tirar conclusões sobre mudanças qualitativas, até porque os dados dos últimos oito anos mostram grande instabilidade.

Samin Amin, ao tratar do processo de globalização considera o mundo dividido em três grupos: centro, periferia integrada na mundialização e periferia marginalizada. Provavelmente esta hipótese de aceleração significaria a tentativa de integração da periferia marginalizada. Recorde-se que este aumento das exportações significa simultaneamente aumento das importações e agravamento do défice crónico da balança comercial.

Em síntese, podemos concluir que apesar da importância que o «comércio livre» assume na estratégia neoliberal da globalização esta não trouxe mudanças quantitativas significativas, podendo dizer-se o mesmo de mudanças qualitativas, nas relações comerciais externas entre países.

Investimento Directo Estrangeiro

O investimento directo estrangeiro representa uma tomada de posição duradoura nas actividades económicas de um país por parte de entidades que lhe são exteriores.

É de esperar que a liberalização dos movimentos de capitais conduza a um aumento do investimento directo estrangeiro, admitindo-se que muitas empresas produzem para o mercado mundial e que há maiores possibilidades de localização vantajosa quanto mais ampla geograficamente for em as possibilidades de localização.

Contudo os dados não explicita totalmente esta possibilidade. Vejamos então mais cuidadosamente, considerando três indicadores:

(A) Investimento directo estrangeiro, afluxos líquidos (% do PIB)

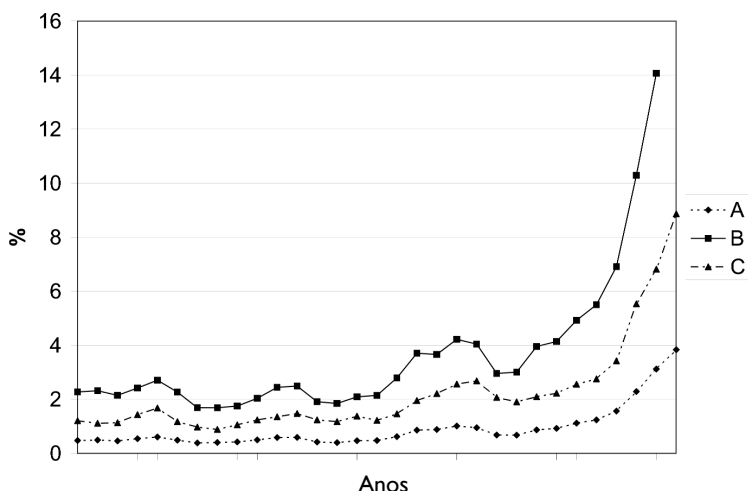
(B) Investimento directo estrangeiro, afluxos líquidos (% da formação bruta de capital)

(C) Investimento directo estrangeiro bruto (% do PIB)

mais uma vez fornecidos pelo Banco Mundial.

Numa primeira análise, considerando o conjunto dos países do Mundo serão os dois últimos indicadores os mais interessantes. Vejamos a sua observação em gráfico para o período 1970-2000⁸²:

Gráfico 12: Investimento Directo Estrangeiro no Mundo (1970-2000)



Observação: Designemos por A o primeiro indicador que, como se vê, toma como referência o valor acrescentado produzido durante um ano num determinado território. São fluxos de entrada líquidos.

Designemos por B o segundo indicador que mede a mesma grandeza mas tomando como referência a formação bruto de capital, grosso modo a totalidade dos investimentos.

Finalmente designemos por C o terceiro indicador que mede o investimento directo estrangeiro bruto, tomando mais uma vez como referência o produto.

Facilmente constatamos que tem havido o aumento das grandezas medidas pelos três indicadores, sobretudo a partir do início da década de 90 do passado século. Cada vez é mais importante, em termos relativos, o investimento directo estrangeiro no conjunto da actividade económica do país (A e C) e no conjunto dos investimentos (B). Desde o início da globalização verificam-se sintomas para o aumento da importância deste agregado.

⁸² Não conseguimos dados para o período anterior compatíveis com esta série.

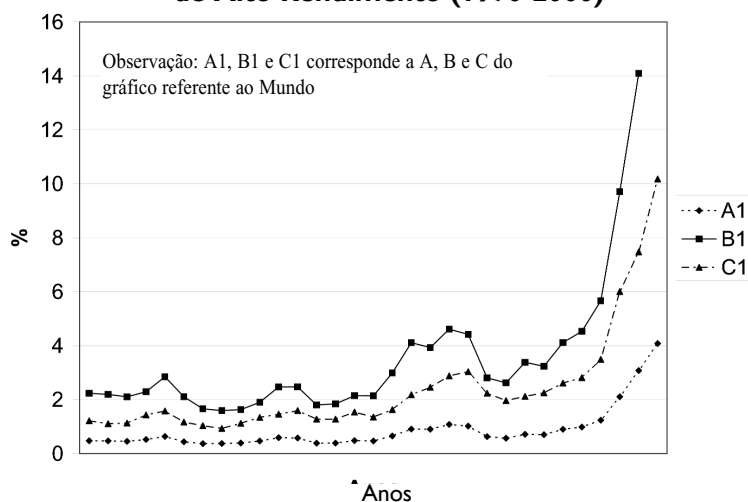
Não é, pois, de estranhar que um dos recentes relatórios da OCDE sobre esta matéria comece exactamente pela constatação deste facto:

«Estimulados pelas fusões e aquisições além fronteiras em grande escala, os fluxos de investimento directo provenientes e dirigindo-se para os países da OCDE atingiram em 2000 recordes históricos. Neste mesmo ano os investimentos inteiramente novos registaram um progresso significativo. O processo de mundialização, em parte devido ao investimento directo estrangeiro, apresenta poucos sinais de abrandamento, faz parte de aqui para o futuro das estratégias das empresas. Embora a maior parte dos fluxos de investimento directo ainda seja detida por uma minoria de países, uma característica dominante da actividade de investimento, durante os últimos anos, é a diversificação das empresas de investimento e dos sectores industriais que representam, assim como o aumento do fluxo de IDE com origem e dirigindo-se para quase todos os países da OCDE» (OCDE, 2001, 10).

Contudo uma análise por grupos de países mostra que não é um fenómeno homogéneo. Consideremos mais uma vez os países de maior e de menor rendimento.

Para os primeiros os mesmos agregados têm a seguinte evolução:

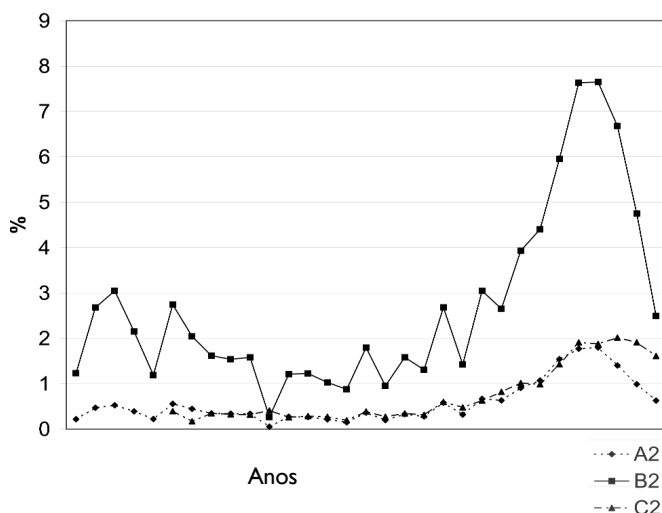
Gráfico 13: Investimento Directo Estrangeiro nos Países de Alto Rendimento (1970-2000)



Grosso modo confirma-se a situação anteriormente descrita.

Mas quando consideramos os países de mais baixo rendimento o panorama é bastante distinto:

Gráfico 14: Investimento Directo Estrangeiro nos Países de Baixo Rendimento (1970-2000)



Observação: A2, B2 e C2 corresponde a A, B e C do gráfico referente ao Mundo

Existem fortes oscilações conjunturais, o aumento da importância do investimento estrangeiro no conjunto do investimento depois de uma aumento rápido não parece ter tido continuidade e depois de 1999 vive-se uma situação de diminuição da importância relativa do investimento directo estrangeiro.

Do conjunto destas informações poderemos provavelmente concluir que, tal como é referido pela grande totalidade dos autores, tem aumentado significativamente o investimento directo estrangeiro, e aumentado a sua importância relativa nos agregados a que pertence, mas há que acrescentar que a situação é desigual nos diversos países.

Será necessário considerar a evolução nos próximos anos para se conhecer com mais rigor as tendências de evolução, a durabilidade do processo, mas parece que a globalização trouxe alterações no investimento directo estrangeiro.

É um fenómeno com acentuadas diferenças entre países, revelando-se mais uma vez que são os países mais desenvolvidos que mais beneficiam do investimento directo estrangeiro.

Estas desigualdades tem sido um tema central de vária literatura e como salienta Mouhod (2003),

«Associa-se frequentemente a actual fase de mundialização à polarização das trocas ligada à baixa dos custos de transacção resultante dos progressos nos transportes e nas tecnologias da informação e da comunicação (TIC): as empresas seriam cada vez mais livres de explorar toda a variedade de vantagens de localização que os territórios à escala planetária oferecem. No entanto, um movimento de polarização das actividades em benefício quase exclusivamente das zonas desenvolvidas da Triade opõe-se a esse processo centrífugo de repartição mundial das actividades económicas. Essa polarização é particularmente marcante no que se refere a actividades intensivas em conhecimentos».

Mais, enquanto nas economias desenvolvidas estes investimentos estrangeiros se integram no conjunto das actividades económicas, aproveitando os *inputs* localmente existentes (desde eventuais recursos naturais aos conhecimentos, da preparação da força de trabalho à tecnologia existente, etc.) e tendo efeitos em cadeia sobre grande parte dos sectores económicos e sociais, nas economias subdesenvolvidas estes investimentos directos estrangeiros estão parcialmente (ou quase totalmente) desinseridos do conjunto da actividade económica local, não gerando efeitos multiplicadores⁸³.

As empresas multinacionais têm uma grande importância nestes investimentos directos estrangeiros, ao mesmo tempo que modificam os seus comportamentos. Citando o mesmo autor:

«Mudanças importantes nos modos de expansão no estrangeiro das empresas multinacionais: a estratégia das empresas gigantes deixou de ser nacional e depois internacional, passando a definir-se cada vez mais directamente à escala mundial, promovendo quatro evoluções principais:

⁸³ O dualismo dessas economias faz com que umas actividades económicas não se repercutam consecutivamente sobre as restantes, ou não o façam com elevadas taxas de impacto.

- aumento considerável dos investimentos directos estrangeiros (IDE), apesar da parte mais importante do IDE continuar concentrada nos países desenvolvidos e nas novas economias industriais com forte crescimento;
- o desenvolvimento das formas de parceria de relações inter-empresas, nomeadamente ao nível internacional (alianças estratégicas, redes, acordos de cooperação...);
- o domínio das fusões-aquisições em detrimento das formas tradicionais de criação de filiais;
- a diminuição drástica do número de subcontratações, por exemplo das construtoras de automóveis, e o estabelecimento de acordos de longo prazo com fornecedores, seleccionados mais pela complementaridade tecnológica (fornecimento de módulos cada vez mais complexos) que pelo valor baixo dos custos» (Mouhoh, 2003).

Deslocações da Força de Trabalho

Amin afirma que uma das contradições do sistema capitalista, insolúvel no próprio quadro do sistema, é a contraposição da

«subordinação dos trabalhadores, imposta pela lógica da rentabilidade, e a aspiração dos mesmos a tornar-se donos do seu destino» (2000, 245).

É outra forma de dizer o que Marx já tinha afirmado ao colocar a mais-valia como categoria económico-social fundamental para a compreensão das limitações do capitalismo, para a percepção das razões objectivas conducentes à intensificação da luta de classes e, consequentemente, às alterações políticas susceptíveis de conduzir ao fim da mais-valia.

Provavelmente existem aspectos diferentes na formulação de um e de outro, mais não seja porque a colocação do problema por Amin faz-se no quadro da mundialização⁸⁴ admitindo que o socialismo⁸⁵ pode «germinar» no contexto das relações capitalistas, incapazes de suportarem o pleno desenvolvimento da democracia. Mas ambos exprimem uma mesma postura quando aplicados a este ponto: a mundialização não conduz à plena liberdade de circulação das pessoas, uma das aspirações que o capitalismo é incapaz de suportar.

⁸⁴ Note-se que ele afirma que

«a maior debilidade da obra de Marx e do marxismo histórico subsequente encontra-se na relação entre o modo de produção capitalista e a mundialização capitalista» (2000, 124)

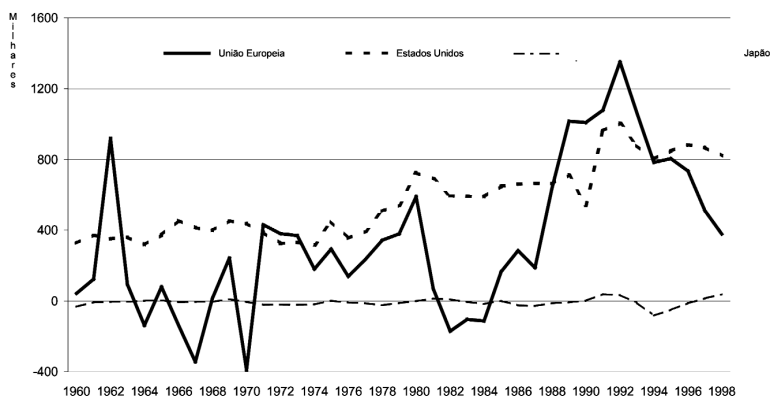
⁸⁵ Chamemos assim a qualquer sistema social após a inevitável morte do capitalismo.

Os neoliberais falam em liberdade de circulação de factores produtivos. Para a «mão-de-obra» essa liberdade traduz-se em liberdade de ser enviada para qualquer parte, incluindo ser colocada no desemprego. A «mão-de-obra» é «isolada» da força de trabalho. A liberdade plena desta nunca poderá existir no quadro do capitalismo, seja porque o seu proprietário está indissolivelmente obrigado a transaccioná-la para sobreviver, seja porque aquela se identificaria com a liberdade plena para a generalidade dos cidadãos.

As deslocações de força de trabalho são mais marcadas pelas conjunturas do capitalismo central (abundância/carência de mão-de-obra; dinâmicas verticais, ascendentes ou descendentes, entre segmentos de força de trabalho; dinâmica demográfica; políticas económicas e sociais, etc.) do que pelo processo estrutural de aceleração da mundialização. Poderemos dizer que a este facto apenas escapam, o que não deixa de ser relevante, as dinâmicas resultantes dos processos de integração económica que conduzem à «quase-igualdade» de direitos e deveres de cidadãos de diversos países, de que a EU é um caso paradigmático.

«A evolução dos movimentos migratórios e dos efectivos da população estrangeira ou nascida no estrangeiro durante os dois últimos decénios foi marcada, nos países da OCDE [são os grandes recebedores de força de trabalho], por diversas inversões de tendência. Estas resultaram de significativas mudanças geopolíticas regionais, nomeadamente na Europa central e oriental, mas também na Ásia e em África. Estão também ligadas às mudanças legislativas (modificação das condições de entrada e de estadia dos estrangeiros, de obtenção da nacionalidade, etc.) e económicas importantes que aconteceram em diversos países de acolhimento. Destas evoluções resulta um panorama contrastado, tanto no que se refere à dinâmica dos fluxos migratórios, os principais países de origem e as características dos imigrantes» (Coppel & Out., 2001,17).

Gráfico 15: Migrações líquidas nas Principais Áreas da OCDE



Fonte: A imagem e a observação foi retirada de Coppel & Out., 2001.

Observações: As migrações líquidas são medidas pela diferença entre a população total em 1 de Janeiro e 31 de Dezembro para um determinado ano menos a diferença entre nascimentos e mortes.

Mercados Financeiros

Começemos por precisar um pouco a linguagem, no momento em que entramos na análise de uma característica nevrálgica da globalização.

Na terminologia marxista clássica fala-se em capital industrial para designar as relações sociais de produção associadas à produção e troca das mercadorias. Segundo uma outra terminologia possível, que explicitaremos na segunda parte deste trabalho, o capital industrial é o conjunto das relações de produção associadas à criação de valor novo. É habitual representar simbolicamente este movimento do capital industrial por

$$D - M \dots P \dots M' - D'$$

O valor novo é exactamente $D' - D$ ou $M' - M$.

Fala-se em capital bancário para designar as relações de produção associadas ao financiamento da produção. Havendo capital-dinheiro não aplicado nuns ciclos do capital industrial e havendo outros que necessitam de capital-dinheiro para se iniciarem; havendo capital-dinheiro que não está inserido num processo de valorização individual e cujos proprietários desejam obter uma determinada remuneração e havendo outros proprietários que estariam disponíveis a pagar pela

utilização de capital-dinheiro alheio, desde que seja em menor volume que o valor novo que esperam produzir, há condições para surgir uma função técnica de intermediário entre uns e outros: obter capital-dinheiro de uns (D') para entregar a outros (D), desde que desse processo resulte a apropriação de um juro ($D' - D$). Simbolicamente $D' - D - D'$.

O movimento do capital bancário apresenta muito maior flexibilidade de movimento que o do capital produtivo⁸⁶. Assim ao movimento $D' - D - D'$, associado ao fim e início do ciclo do capital industrial, acrescentam-se movimentos formalmente iguais mas desligados de qualquer processo produtivo⁸⁷.

Na mesma terminologia, escusando-nos aqui de entrar numa longa polémica entre marxistas a propósito do que diremos seguidamente, o capital financeiro é a síntese entre o capital industrial e o capital bancário, ou, por outras palavras, a unidade de propriedade do capital industrial e do capital bancário, umas vezes parte de um, outras vezes de outro.

Porque inicial e formalmente as acções e obrigações estão associadas a operações de capital-dinheiro associadas a capital industrial (as acções são participação no capital de uma empresa e as obrigações um empréstimo a uma empresa), os mercados de acções e obrigações são normalmente designados de mercados financeiros. Da mesma forma têm sido designados todos os mercados que são da mesma natureza.

Feitos estes reparos entramos numa área de unanimidade: a globalização tem conduzido a um aumento muito significativo das operações nos mercados financeiros. A mundialização dos mercados financeiros, a sua crescente integração e a sua grande diversificação atinge tais proporções que se torna difícil a «consciência possível» de um trabalhador por conta de outrém abarcar o real significado das grandezas absolutas envolvidas. Os números são demasiado «abstractos» para a nossa experiência. Por isso parece-nos útil a imagens que nos apresenta Giddens:

⁸⁶ Em primeiro lugar porque ...P... exige um certo tempo e uma certa combinação de capital constante, fixo e circulante, e de capital variável. Depois porque o capital de empréstimo tem circularidade e múltiplos desfasamentos temporais, há mecanismos de compensação entre as diversas instituições.

⁸⁷ Por exemplo, A empresta a B que por sua vez empresta a C, o qual aplica esse dinheiro numa operação de compra e venda de divisas, o que lhe permite pagar a B e ainda ficar com lucro e este, porque recebeu juros superiores ao acordado com A, procederá ao pagamento da dívida inicialmente estabelecida.

«Para a maioria das pessoas um milhão de dólares é muito dinheiro. Medido em montes de notas de 100 dólares, atinge a altura de vinte centímetros. Um bilião⁸⁸ de dólares ou, por outras palavras, um milhar de milhões, ultrapassa em altura a catedral de S. Paulo, em Londres. Um trilião de dólares um milhão de milhões ultrapassaria os 193 quilómetros de altura, ou seja, mais de vinte vezes a altitude medida no cimo do monte Everest. Mas, actualmente, os mercados financeiros globais movimentam mais de um trilião de dólares por dia. É um aumento maciço em relação a 1980, sem falarmos de anos mais distantes» (2000, 21/2).

Um outro autor indica que

«Esta liberdade universal permitiu à indústria financeira mundial conhecer uma verdadeira explosão ao longo dos últimos dez anos – a partir de 1985, o volume de negócios do comércio de divisas e do comércio internacional das acções mais do que decuplicou. A cremos no cálculo do Banco de Pagamentos Internacionais (BPI), ao longo de um dia médio de transacções, cerca de 1,5 biliões de dólares mudam de mãos. Esta soma, uma cifra com doze zeros, corresponde mais ou menos ao valor de toda a produção anual da economia alemã ou a quatro vezes as despesas mundiais anuais em *crude*. O volume de negócios da compra e venda de acções, dos empréstimos aos grupos industriais, dos títulos de dívida pública e dos inúmeros contratos especiais sob as mais diversas formas a que se dá o nome de “produtos derivados” situam-se numa ordem de grandeza análoga» (Martin & Schumann, 1999, 58).

Vejamos alguns dados desta situação:

Os chamados investidores institucionais (empresas de seguros, sociedades de investimento e fundos de pensões) são uma importante parte dos intervenientes nos mercados financeiros. Segundo a OCDE

⁸⁸ Todos sabemos o que é um milhar: 1.000. Também sabemos o que é um milhão: 1.000.000. A partir daqui a confusão terminológica, tanto em português como em inglês e francês, é grande. Cite-se apenas dois dicionários portugueses:

“Bilião: Mil milhões.” (Machado)

“Bilião: um milhão de milhões (desde 1948)” (Costa & Melo)

Com estas ambiguidades, sempre que possível reduziremos a milhões.

«Dentro da área de OCDE, investidores institucionais registraram aumentos em seus activos (em média 11 por cento) no período 1991-1999. Este ganho no valor dos activos reflecte aumento da poupança em forma institucional e a valorização da existência de activos institucionais. As seguradoras continuam a ser os investidores institucionais mais significativos nesta área, representando 34 por cento dos investimentos em 1999, seguidas por sociedades de investimento, com 29 por cento. As sociedades de investimento registraram os maiores aumentos percentuais – em média 20 por cento – durante o período (em contraposição aos fundos das seguradoras e das pensões com cerca 11 por cento e 13 por cento, respectivamente) assim alcançando níveis de investimento perto dos realizados pelos fundos de pensões. Outras formas de investidores institucionais, existentes em alguns países, representam uma parte não-insignificante nos investimentos totais (9 por cento em 1999).

O volume total de activos de investidores institucionais nos EUA quase triplicou desde 1991, alcançando \$19.279 biliões de em 1999. Embora o aumento mais significativo tenha sido o registrado pelas companhias de investimento, cujos activos elevaram de \$1.376 biliões de em 1991 para \$6.289 biliões de em 1999, os fundos de reforma ocupam o primeiro lugar entre investidores institucionais nos Estados Unidos. Seus activos alcançaram \$6.901 biliões de em 1999 em comparação com \$2.807 em 1991. Desde 1996, as seguradoras ocupam a terceira posição com activos de \$3.994 biliões em 1999 (\$2.055 biliões de em 1991). Investidores institucionais no Japão representam a segunda posição na área de OCDE em 1999 quanto ao activo do investimento institucional, com um total superior a \$5.040 bilião. A maioria dos activos no Japão continua a ser possuído pelas seguradoras.

Dentro da área da UE, o principal país em investimentos institucionais é o Reino Unido, cujos activos atingiram cerca de \$3.265 biliões em 1999 seguido pela França e a Alemanha (\$1.696 e \$1.529 biliões, respectivamente), a Itália (\$1.078 biliões). As seguradoras representam a maioria do investimento no Reino Unido, França e Alemanha em 1999, enquanto fundos de pensões foram tradicionalmente dominantes na Holanda, com cerca de \$448 biliões em 1999. No Canadá, os activos totais de investidores institucionais alcançaram \$748 biliões em 1999 e os

investidores institucionais na Coreia e Espanha teve volumes de activos excedendo \$300 biliões» (World Federation of Exchanges, sd).

Segundo esse mesmo relatório o valor dos activos financeiros dos investidores institucionais da OCDE eram em 2000 de 27.342×10^9 dólares⁸⁹. Façamos algumas comparações entre este *stock* e alguns agregados que podem ser mais facilmente perceptíveis por nós, tomando o seguinte quadro:

Quadro I: Algumas comparações entre PIB e activos financeiros (I)

		10 ⁹ dólares
	1992	2000
Produto Interno Bruto dos EUA	6262	9837
Activos financeiros dos investidores institucionais		
Dos EUA	8035	19451
Da OCDE	16034	27342

Aqui se verifica que

- Os referidos activos de instituições dos EUA são sempre maiores que o produto interno bruto desse país: 128% e 198%;
- Os activos crescem bastante mais rapidamente que o valor novo produzido durante um ano;
- O mesmo se poderá dizer para os activos do conjunto da OCDE que, tomando como referência o PIB dos EUA, passou de 256% para 277%.

Segundo essa mesma publicação, os activos financeiros dos investidores institucionais era superior ao produto interno bruto nos seguintes países:

⁸⁹ $27.342 \times 10^9 = 27.342.000.000.000$ dólares. Multiplicar por uma potência de 10, neste caso 10 à nona, corresponde a acrescentar ao número tantos zeros quantos os indicados pela potência.

Quadro 2: Algumas comparações entre PIB e activos financeiros (II)

Luxemburgo	3516,4%
Reino Unido	226,7%
Holanda	212,8%
Estados Unidos	207,3%
Suiça	200,4%
Suécia	137,8%
Austrália	127,9%
França	125,4%
Canadá	112,7%
Islândia	111,3%
Bélgica	101,9%
Japão	100,5%

Cite-se como curiosidade que em Portugal a percentagem correspondente nesse mesmo ano é de 50,8%.

Segundo o mesmo relatório o valor médio diário das transacções nos mercados principal e paralelo (em todo o mundo) foi, em 2001, 168,26 x 10⁹ dólares, isto é 1,96 vezes o produto interno bruto a nível mundial durante esse mesmo ano.

Para além dos números há o significado de tudo isto, que nos ocupará parte importante do trabalho seguinte.

Apresentemos ainda um exemplo caricato das situações que esta dinâmica dos mercados financeiros pode gerar. Há algumas décadas um cantor de nomeada gravava um novo disco, lançava-o no mercado, a empresa discográfica e o cantor obtinham com as vendas um certo lucro. Actualmente assim que anuncia que vai lançar um novo disco lança nos mercados financeiros títulos que permitirão aos seus possuidores obterem uma parte das receitas de venda dos futuros discos. Uma empresa localizada num paraíso fiscal obtém grande parte desses títulos.

Aproveita esse facto para fazer uma operação financeira noutro mercado financeiro, e assim sucessivamente.

É um exemplo caricato mas que mostra que situações destas:

- Baseia-se muito nas expectativas e nas capacidades de movimentação financeira;
- São operações «desligadas» da produção;
- Tudo corre bem enquanto a operação produtivo-comercial que lhe deu origem, se for esse o caso, se realizar sem dificuldades; novas operações financeiras forem capazes de financiar antigas operações financeiras; enquanto o processo produtivo permitir dar resposta a estas operações fictícias; ou enquanto as falhas de processo possam ser atribuídas a agentes isolados e contidas nos seus impactos globais.

Desigualdades Internacionais

Segundo as afirmações da teoria neoclássica, a livre circulação (dos factores produtivos, dos bens e serviços, do dinheiro) e os mecanismos automáticos da concorrência permitem diminuir as desigualdades na distribuição do rendimento entre os cidadãos de um país (o desemprego reduzir-se-á ao «desemprego de pleno emprego», a racionalidade dos agentes conduzirá às melhores aplicações económicas e a livre concorrência se encarregará de conduzir a sociedade ao óptimo de Pareto) e conduzirá ao crescimento económico dos mais atrasados (no tempo, logo na economia) promovendo o bem-estar geral:

«O sistema multilateral de comércio incluído na Organização Mundial do Comércio contribuiu significativamente para o crescimento económico, para o desenvolvimento e o emprego por todo o lado nos últimos cinquenta anos. Estamos determinados, particularmente no período de abrandamento da actividade económica global, em manter o processo de reforma e liberalização das políticas comerciais, assegurando assim que o sistema cumpre plenamente a sua função de promover a recuperação, o crescimento e desenvolvimento. Reafirmamos firmemente os princípios e o conjunto dos objectivos do Acordo de Marrakesh criando a Organização Mundial do

Comércio, e garantimos rejeitar o uso de protecção» (World Trade Organisation, 2001, §1)⁹⁰.

Quando estas situações não acontecem a responsabilidade não é do funcionamento (automático) da economia mas da persistência de políticas económicas que impedem esse funcionamento automático.

Sem dúvida que uma crítica plena destes aspectos exigiria uma crítica teórica, uma apreciação destes argumentos, muitas vezes de grande ingenuidade social mas grande sofisticação matemática, e sua confrontação com a coerência interna e as realidades que pretende expressar.

Não é aqui a nossa preocupação. Vamos centrar-nos de imediato sobre a globalização e sobre alguns dados, por um lado para analisar esta vertente e por outro, para constatar se as alterações quantitativas detectadas apontam para diferenças qualitativas trazidas pela globalização.

A melhor forma de medir as desigualdades seria analisar o rendimento e a riqueza de cada cidadão do mundo, mas não existem informações que o permitam. As desigualdades são medidas entre agregados. Com estas limitações tomemos os diversos países. Utilizemos como indicador o PIB *per capita*⁹¹.

São conhecidas as críticas a que este indicador sempre esteve sujeito⁹², mas também é conhecido o facto de ser um indicador que mantém bastante interesse⁹³ e correlação elevada com outros possíveis indicadores.

⁹⁰ Há dias um amigo historiador manifestava a sua estranheza pelos economistas aceitarem tão pacificamente estas afirmações, quando a observação da realidade mostra que não é assim. Mais do reproduzir o que lhe disse, merece a pena fazer referência a um estudo publicado pela OMC recentemente: *A Volatilidade do rendimento em Pequenas Economias em Desenvolvimento: O Problema da Concentração das Exportações*. A conclusão está contida no título: a volatilidade é reduzida se diversificarem as exportações. A questão não é essa, mas sim: poderá uma pequena economia dum país subdesenvolvido diversificar as suas exportações? Em que condições e com que dinâmica? Não espanta que muitas anedotas em África visem exclusivamente ridicularizar os economistas. Exemplo: Um hipopótamo caiu num buraco e não consegue sair. Chamam um arquitecto, um engenheiro e um economista para resolver o problema. O arquitecto cria uma rampa, o engenheiro uma alavanca e o o economista começa a sua apreciação do problema da seguinte forma: «vamos admitir que ele não caiu num buraco...».

⁹¹ Expresso em dólares, tendo em conta o poder de compra da moeda nos diversos países.

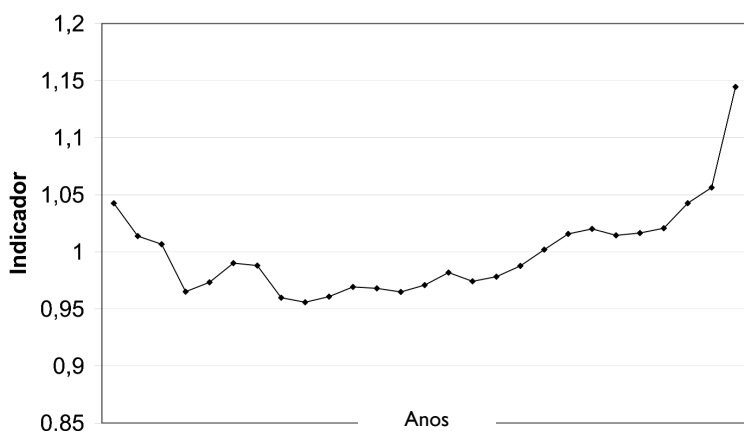
⁹² Desde o facto de ser uma média, logo não reflectir as desigualdades dentro do país, até a tender a confundir desenvolvimento com crescimento; desde subestimar componentes fundamentais do bem-estar humano até à sua função de indicador excessivamente indirecto.

⁹³ Veja-se, por exemplo, Anand & Sem (2000), apesar de serem autores associados à construção de indicadores alternativos.

Apesar das limitações, estando a analisar desigualdades económicas e pretendendo medir os impactos da globalização, parece-nos este indicador mais que perfeitamente satisfatório, útil.

Com base nele construímos um indicador sintético que varie no mesmo sentido que as desigualdades entre países ao longo dos anos. Que mostra esse indicador?

Gráfico 16: Desigualdades Relativas do PIB *per capita* entre Países (1975/2001)



Fonte dos dados originais: Banco Mundial

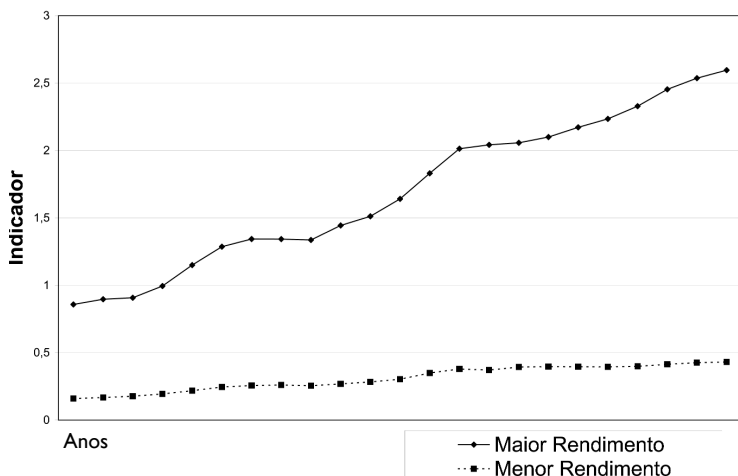
Observações: Que mostra esse indicador? A partir de todos os países considerados nas estatísticas do Banco Mundial, verificamos que apenas a partir de 1975 existia para a grande maioria dos países dados. Assim, consideramos o período de 1975/2001. Eliminamos todos os «países» que não apresentavam nenhum valor e com base nos restantes para cada ano calculamos o desvio padrão, a média aritmética e o rácio entre estes dois agregados, o qual mede as desigualdades relativas entre os diversos países. A série desse indicador para o período 1975/2001 mede a tendência de variação das desigualdades relativas.

Mostra que a partir de 1983 há um aumento das desigualdades entre os diversos países.

É certo que este aumento das desigualdades não impede que para o conjunto dos países do mundo haja um aumento do rendimento médio,

o que significará um melhor nível de vida⁹⁴. Contudo também nesta medida tem de se ser muito cauteloso porque a evolução é diferente nos países com maior e menor nível de rendimento *per capita*:

Gráfico 17: Desigualdades Relativas do PIB *per capita* entre Países de Maior e Menor Rendimento (1975/2001)



Fonte dos dados originais: Banco Mundial

Observações: Este indicador foi calculado da mesma forma separando o conjunto dos países em dois grupos: os que em 2001 têm um rendimento *per capita* superior e inferior à média. De seguida fez-se a agregação dos dados para esses dois grupos.

A utilização do Indicador de Desenvolvimento Humano poderia fornecer uma informação complementar, embora entre com outros elementos que podem ter pouco a ver com as desigualdades económicas que aqui pretendemos medir, mas o seu processo de construção dificultaria uma leitura tão sintética como a que apresentámos, exigindo uma análise país a país, ano a ano⁹⁵, para além de uma reflexão crítica sobre o próprio índice.

⁹⁴ Como frisamos noutra ocasião,

“enquanto alguns autores insistem no aumento das desigualdades sociais, outros insistem na subida do nível de vida médio. As duas afirmações não são incompatíveis: perante a mesma série a primeira privilegia o desvio padrão e o coeficiente de variação e a outra a média. Todas essas grandezas podem aumentar ao mesmo tempo. No entanto a ideia implícita em muitas análises que se centram na média, frequentemente sem explicitar o seu âmbito geográfico, é de que esse crescimento médio é acompanhado por uma melhoria do nível de vida de todas as classes sociais.”

⁹⁵ O Indicador de Desenvolvimento Humano permite uma comparação entre países em cada ano mas não permite leituras de comparação entre anos.

O que ressalta da leitura dos diversos relatórios é que

- A importância atribuída ao rendimento *per capita* está aquém da sua importância, utilizando-se processos de quantificação específicos para esse dado de forma a influenciar «o menos possível» o indicador de desenvolvimento humano.
- Os dados considerados na construção do indicador estão muito directamente relacionados com aspectos que têm sido considerados pelo Banco Mundial prioritários.
- Existem atenuações nas desigualdades de condições de vida entre os diversos países, embora ténues.
- As melhorias apresentam muito frequentemente uma natureza conjuntural.
- Continua a haver sempre e sistematicamente um grande hiato entre os propósitos de «desenvolvimento» anunciados e as alterações efectivas.

O aumento das desigualdades entre países é uma situação inevitável das características da globalização. A importância da componente tecnológica exclui muitas sociedades da dinâmica global. A importância dos conhecimentos e da investigação científica conduz aos mesmos resultados. Como afirma Mouhoud,

«O conhecimento torna-se um input primordial : a sua produção e detenção obedece a lógicas cumulativas que geram desigualdades crescentes entre os indivíduos e os territórios. Em primeiro lugar a mundialização está longe de corresponder a uma verdadeira integração planetária das economias nas trocas de bens, de capitais e de tecnologias. Na realidade traduz-se por um processo de polarização desses fluxos entre e no interior dos países ricos da Triade, segundo uma lógica que, embora abrangendo alguns países emergentes, resulta para a maior parte dos países em doações naturais, numa desconexão forçada e as suas únicas vantagens residem na disponibilidade de recursos naturais ou de mão-de-obra a baixo preço» (2003, 17).

Ou, como diz Amin,

«A lei do valor mundializada acarreta uma maior polarização, dados os “cinco monopólios” que definem a nova hierarquia capitalista (o controlo das tecnologias, dos sistemas financeiros, do acesso aos recursos naturais, das comunicações e os meios de comunicação de massa, e dos armamentos de destruição maciça)» (2000, 246/7).

Empresas multinacionais

Desde finais do século XIX que as grandes empresas fazem a sua caminhada de concentração e centralização do capital, acompanhada por uma internacionalização dos negócios. Desde então, com uma nova dinâmica após a segunda grande guerra e tendo como origem os países hegemónicos na economia capitalista, que essas empresas tendem a criar ramificações em todo o mundo. As empresas multinacionais não são de hoje.

Ninguém tem dúvidas que as empresas multinacionais têm uma importância quantitativa e qualitativa fundamental no que se passa hoje na economia mundial e que a sua relevância tem aumentado. Elas são as grandes intervenientes naquilo que aparece como a principal característica da globalização: *A globalização é essencialmente a mundialização dos mercados financeiros e sua diversificação, associada a uma hegemonia das empresas multinacionais, permitido pela utilização da doutrina liberal como discurso da política económica.*

O que se poderia aqui discutir é o próprio significado a atribuir ao conceito de empresa multinacional (frequentemente designada de global, transnacional ou multidoméstica conforme a gestão) e verificar se a sua natureza mudou com a globalização. É inegável que há mudanças.

Houve mudanças de comportamento e organização de empresas que se situavam em contextos sociais diferenciados (ex. europeu ou japonês), sem que se possa falar numa uniformização de comportamentos.

Houve redobrada atenção da empresa à inovação tecnológica e sua adaptação, assim como de cada um dos seus segmentos, aos processos de organização e produção resultantes da difusão das tecnologias da informação.

Surgiram novas formas de investimento directo estrangeiro, com alteração da sua importância relativa.

A financiarização da economia mundial fez com que tenham surgido multinacionais direccionadas para essas actividades.

Todas as grandes «empresas»⁹⁶, independentemente dos seus sectores de actividade, passam a ter em conta essa nova realidade no seu financiamento e na sua rentabilização.

⁹⁶ De facto não estamos a falar de grandes empresas no sentido tradicional, mas de grandes capitais. Diversas pequenas e médias empresas podem fazer parte de um “conglomerado” de empresas e actividades que constituem um mesmo capital.

É cada vez mais importante o comportamento das empresas em relação aos novos conhecimentos e à sua utilização:

«O jogo global mudou. Antes tornar-se uma empresa global significava construir uma rede eficiente de produção, vendas e serviços subsidiários capazes de *penetrar nos mercados espalhados pelo mundo*. (...) Hoje a mudança é para inovar *aprendendo em todo o mundo*» (Doz & Santos & Williamson, 2001, 1).

o que leva os referidos autores a falar em empresas *metanacionais*.

Enquanto as empresas multinacionais tradicionais tendiam a desempenhar um papel político, de controlo e manipulação do Estado, nos países em que se instalavam hoje esse «jogo de poder» parece atenuado pela maior velocidade de mudança de localização, pela influência política global. Para tal também contribuí grandes capitais materializarem-se em redes de pequenas empresas. Além disso os dos mercados financeiros têm natureza «metanacional».

Mas não se pense que as empresas multinacionais deixaram de jogar politicamente. Como tive oportunidade de salientar numa conferência, tal situação não invalida que continue a existir uma correlação de forças, um jogo político, entre as empresas internacionalizadas e os Estados, mas aquelas adquirem maior autonomia de actuação, maior hegemonia e a batalha trava-se num terreno mais internacionalizado e anónimo. Provavelmente as sanções contra os Estados que se mostrem menos subservientes não passam exclusivamente pela advertência feita pelo Estado imperialista, pela ameaça proferida pela instituição internacional, mas utiliza também as operações especulativas sobre o mercado cambial ou de títulos. Os Estados imperialistas, com grande destaque para os EUA, continuam a intervir em defesa do capital e muitas vezes fazem--no de forma insubstituível, através da diplomacia internacional ou da guerra. As instituições internacionais, com particular destaque para o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, continuam a brandir a espada do crédito e do pagamento da dívida sobre os países que se possam revelar mais instáveis. No entanto a internacionalização dos mercados financeiros internacionais permitiu o aparecimento ou reforço de mecanismos económico-especulativos de represália e de alteração da correlação de forças, a intervenção política nacional foi parcialmente substituída pela imposição de regras de organização político-social mundiais.

As multinacionais, com este ou outro nome, mudam a organização e a dinâmica, mas continuam a desempenhar um papel fundamental na economia mundial. A globalização tem contribuído para um aumento da sua importância económica.

O poder económico de algumas empresas é maior que a de muitos Estados. A globalização tem aumentado o seu poderio, ao mesmo tempo que as políticas económicas liberais (através das privatizações e da entrega de sectores nevrálgicos da economia ao sector privado) têm reduzido substancialmente a possibilidade dos Estados influenciarem o rumo dos acontecimentos.

A economia mundial tende a ser gerida por alguns poucos conselhos de administração.

a globalização também é Estado

Estas teses⁹⁷ da redução ou eliminação das actividades do Estado, subjugadas pela beleza dos «espontâneos equilíbrio de mercado», não é apenas uma criação ideológica, mais ou menos consistentemente alicerçada nuns tantos argumentos científicos. É também, e fortemente, uma canção do bandido.

Com efeito basta olhar para a realidade contemporânea, estudar atentamente os discursos dos liberais, liberalizantes e aprendizes de vendilhão para constatarmos que o liberalismo é a defesa de toda e qualquer intervenção político-estatal que beneficie o capital internacional dominante e o combate a toda aquela que não se pautar por esses objectivos.

Em defesa desta constatação podemos referir quatro aspectos:

A) A desregulamentação social e a hegemonia dos «mercados» tem sido uma decisão política.

No mercado de bens as manifestações da anarquia da produção estão sempre presentes: territórios com enormes recursos naturais estão dependentes do exterior; dezenas de anos de políticas desenvolvimentistas confrontam-se com a persistência do subdesenvolvimento e a existência de sinais inquietantes de agravamento; o mercado de trabalho persiste com desemprego e este torna-se em marca da civilização ocidental, sempre mais persistente e resistente às políticas; a venda dos produtos

⁹⁷ Neste ponto seguimos quase integralmente o que afirmamos numa conferência na Universidade do Minho.

oscila entre as tendências inflacionistas do crédito gerador de uma pseudo validação privada do trabalho social⁹⁸ e as crises de sobreprodução⁹⁹.

À nossa volta são «evidentes» as manifestações das incompatibilidades dos comportamentos individuais no contexto da anarquia da produção – a que se chama mercado capitalista, ou tão somente mercado –, apesar do papel das grandes empresas e da sua tentativa de internalizar¹⁰⁰ as contradições do capitalismo, funcionar em pleno contento de todas as partes envolvidas, de resolver os grandes problemas da humanidade. O mercado tem mais a imagem do diabo que do deus.

Porque o mercado não é a harmonia e prosperidade, porque o económico e o político são áreas ou aspectos diferentes da sociedade, a subordinação do funcionamento das sociedades aos ditames do mercado, ou do que se diz ser do mercado, é uma decisão política.

A redução do campo de manobra e da intervenção do Estado na esfera económica é uma decisão política, é uma intervenção política, é, essencialmente, uma política económica.

A criação e regulamentação de bolsas de valores, a facilitação da circulação de bens, a permissão do trabalho temporário e dos contratos a prazo, a precarização das condições de trabalho, a atenuação do controlo e acção dos bancos centrais, os incentivos fiscais e a criação de zonas *off-shore*, e muitas outras directivas económicas contemporâneas, são decisões do Estado, impondo a sua capacidade de sanção e de combate a sectores da sociedade, para defender a sua fuga aos compromissos sociais.

A criação das zonas de livre circulação dos bens, de livre circulação de capitais, de integração aduaneira, económica e monetária; a participação nas estruturas supranacionais, desde o Conselho da Europa

⁹⁸ A natureza hierarquizada do sistema bancário e a adopção pelos bancos centrais de uma política de automática conversão da moeda bancária faz com que o crédito tanto possa ser uma antecipação de validação social das mercadorias, parte integrante da troca, como uma pseudo-validação.

⁹⁹ De sobreprodução porque a crise é um excesso de capital em relação às possibilidades da sua valorização. Excesso de capital produtivo conduzindo ao desemprego, à desactivação das máquinas. Excesso de capital-dinheiro conduzindo à impossibilidade de pagamento das dívidas. Excesso de capital-mercadoria que se acumulam sem encontrar compradores.

¹⁰⁰ A capacidade de previsão de evolução dos mercados que as técnicas modernas permite, o papel de liderança das empresas multinacionais e o facto de uma elevada percentagem do comércio internacional ser interior a estas empresas fez com que alguns modelos de Economia concebem a possibilidade das crises serem «geridas» pelo grande capital.

ao Banco Mundial e à Organização Mundial do Comércio, assim como as posições que se defendem nessas estruturas, são decisões políticas. Todas estas intervenções são apresentadas como inevitáveis, como lógicas, como eliminações dos exageros do passado (quais!?), como subordinadas aos ditames do deus-mercado, mas são tão somente políticas económicas ao serviço do grande capital internacional. E como todas as políticas económicas, numa sociedade em que existem classes sociais com interesses diferentes, contraditórios ou antagónicos, é uma intervenção simultaneamente a favor de uns e contra outros¹⁰¹.

B) O Estado tem tido um papel importante em diversos países que são partes integrantes do sistema capitalista mundializado.

As novas economias industrializadas asiáticas foram saudadas como demonstrações de que o desenvolvimento económico (provavelmente o mesmo não se diria do desenvolvimento social) era possível. As empresas aí existentes e os mercados económicos e financeiros desses países são partes integrantes da estratégia de globalização.

A integração dessas economias nos mercados internacionais e a utilização das suas praças financeiras sempre foram consideradas como manifestações da pujança do capitalismo, e como núcleos estratégicos dessa dinâmica. Para os Estados desses países não houve recriminações ou apelos a uma menor intervenção e, no entanto, o desenvolvimento do capitalismo nesses países fez-se através de uma intensa e prolongada acção do Estado, quantas vezes quase ditatorial.

Até as ditaduras, quando são subservientes aos interesses do capital, são liberalizantes, benéficas, concordantes com as dinâmicas do mercado¹⁰².

C) A aldeia global tem um castelo.

¹⁰¹ É interessante a este propósito recordar um debate havido há umas década em trono da reestruturação do sistema monetário internacional. Dizia então Rueff que os mecanismos liberais seriam os que mais reuniões políticas exigiriam, quantas vezes de urgência.

¹⁰² A memória dos acontecimentos do Chile com Allende e Pinochet ainda está bem viva para muitos. A este propósito, parece-me interessante reproduzir um comentário de uma autora de um livro recentemente publicado em França. Entrevistada sobre aquele, o jornalista perguntou-lhe marginalmente a opinião sobre algumas questões da agenda social francesa de então. Respondeu: «a nossa tolerância não pode permitir a intolerância dos outros». Esta frase é magistral para equacionarmos as lutas em torno da globalização. Quem tem revelado uma intolerância total são os defensores da globalização: golpes de Estado, manifestações contra o funcionamento democrático das instituições, imposição de ditadores, guerra, fome e miséria. Como é possível ser-se tolerante na luta contra a globalização?

Como diz Paraire (1998), esta aldeia global em que vivemos tem um castelo e um conjunto de senhores que aí habitam: a Organização Mundial do Comercio, o benjamim saído do GATT, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, irmãos com mais de meio século de existência.

Estes, criados nos Acordos de Bretton Woods, são estruturas que resultaram de um compromisso entre as teses da hegemonia do internacional (tomando como referência o padrão-ouro, defensoras do «livre» funcionamento das transacções internacionais, capazes de impor as suas regras ao funcionamento da economia de cada um dos países) e as da hegemonia nacional (defensoras de uma intervenção do Estado no sentido de garantir a estabilidade conjuntural, evitar as crises e subordinar as regras de funcionamento do comércio internacional a uma correlação de poder das classes que evitasse perturbações sociais). Criadas segundo os princípios do desarme alfandegário e da livre circulação das mercadorias.

Estes organismos existem, funcionam, mesmo no quadro de uma acção que já pouco tem a ver com os seus estatutos, e são profundamente intervenientes. Muitos países – cite-se a título de exemplo quase todo o continente africano – foram integrados na esfera do capital internacional, passaram a envolver-se na globalização devido à intervenção expressa destas estruturas.

Servir de intermediários entre as necessidades financeiras dos Estados e os consórcios bancários das economias centrais, impor determinadas taxas de juro nos créditos internacionais, negociar condições de funcionamento interno das economias e de comportamento político dos Estados, impor políticas educativas, culturais, económicas e sociais aos Estados que deles dependem e não têm força política para se imporem, são interferências permanentes e abusivas destas instituições, cupularmente associadas aos EUA e ao capital, e repletas de tecnocratas capazes de executar espontaneamente essas directrizes. Os planos de ajustamento estrutural impostos aos países são um exemplo significativo, tanto pela frequência como pelas consequências.

Enquanto que a política económica dos Estados, frequentemente geridos por instituições e lógicas democráticas, é considerada como abusiva, inconveniente e «contra o mercado», a política económica do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial é considerada como

politicamente correcta, disciplinadora, a favor do mercado. Este discurso encobre sobretudo um facto: enquanto os primeiros têm de ter em conta os interesses dos diversos grupos e classes sociais como forma de garantir a sua própria legitimidade e continuidade, os segundos, ditatorial e tecnocraticamente dirigidos, estão directamente inseridos nos ditames do capital transnacional.

A Organização Mundial do Comercio parece ser a estrutura que cada vez mais orientará a imposição da organização capitalista mundial com as características que temos vindo a desenhar.

D) Esta internacionalização exige pouco défice estatal, desprotecção social e fiscalidade ligeira.

Os movimentos internacionais de capitais dão-se mal com a inflação. As instabilidades bolsistas ou cambiais podem ser momentos propícios, mas sob a influência do próprio capital. A opção entre mais inflação e emprego ou mais estabilidade cambial e ameaça de crise deixa de ter sentido, como o deixa a consideração de qualquer preocupação social.

A inflação é a expressão da validação privada do trabalho social e tem como raiz o crédito enquanto indispensável garante dominante do ciclo do capital. Porque uma parte dos circuitos de crédito faz parte da globalização, isto é, da rentabilização do capital, é ao sector público que se vai cortar a expansão do crédito exigindo poucos ou nenhuns défices estatais.

Na luta capital-trabalho quanto mais desprotegido estiver este, quanto menos remunerações usufruir, maior será a lucratividade. A desprotecção social não só faz parte desta estratégia como é uma das contratendências, como veremos, aos imperativos da lei do valor.

Quanto à fiscalidade ligeira são desnecessárias justificações, bastando mais uma vez insistir que o aparelho burocrático do Estado sempre necessitou de recursos para funcionar e que optar-se por maior ou menor carga fiscal, optar-se por esta ou aquela forma de tributação são decisões eminentemente políticas, uma política económica que, quando é para aligeirar os custos do capital, é considerada como benéfica, como partes integrantes do pacote de liberalização.

Poderemos ainda constatar que o conflito capital-trabalho, também apresentado paradoxalmente como conflito economia-sociedade, exige uma intervenção do Estado em diversos planos.

É o Estado que garante a manutenção da ordem pública, mesmo quando as políticas económicas geram o descontentamento e a revolta populares, é o Estado que fornece o enquadramento jurídico que permite a própria política liberalizante, é o Estado que continua a enquadrar o poder judiciário, é ainda o Estado que permite, incentiva e colabora na produção ideológica de defesa do liberalismo e da globalização.

O valor, isto é, o funcionamento da economia, no todo e nas partes, é sobredeterminado politicamente.

Os próprios textos dos defensores da globalização cada vez menos fazem a apologia da liquidação do Estado. Reconhecem a necessidade da sua intervenção porque o «espontâneo» funcionamento dos mercados não é tão espontâneo quanto aparentava e são obrigados a aconselhar uma política económica desde que seja no sentido de «facilitar o funcionamento dos mercados», de criar melhores condições para a dominação do trabalho pelo capital, até mesmo para atenuar algumas tensões sociais que inevitavelmente transbordam pelos poros das desigualdades e injustiças sociais.

Particularmente em épocas de agravamento das contradições capitalistas e de crise como a que actualmente vivemos. As crises são reconhecidas como realidades, apresentam-se difíceis de prever e encontram a razão de ser no comportamento das entidades privadas, segundo as próprias afirmações do FMI¹⁰³. E estamos a falar de crises que não são de agora mas que agora apresentam uma muito particular gravidade dados os volumes de capital fictício, dada a desproporção entre a criação de valor e os fluxos financeiros, dada a amplitude dos mercados e a sua complexidade (diminui-lhes a «transparência»).

Particularmente em momentos como o actual de ocupação militar do Iraque¹⁰⁴, de política de substituição da produção interna por

¹⁰³Veja-se, por exemplo FMI (2002) ou Mulder (2002)

¹⁰⁴A invasão e ocupação do Iraque desmente dramaticamente o que Amin afirmava há poucos anos: «Os centros capitalistas dominantes não procuram ampliar o seu poder político mediante a conquista imperial, porque na prática podem exercer a sua dominação por meios económicos. Em contrapartida, os Estados de épocas anteriores não conseguiam assegurar os benefícios da dependência económica das suas periferias, quando estas permaneciam fora do campo da dominação política» (2000, 65)

importações, de elevadíssima dívida americana, de grande importância da financiarização na dinâmica capitalista, fazem com que a «credibilidade» dos EUA e a sua posição hegemónica não possa passar apenas pelo económico. A supremacia militar e política parece poder ser a própria salvaguarda da solvabilidade da economia americana.

Para melhor compreendermos esta situação é bom que não percamos de vista que a economia americana de hoje não é a mesma que lhes permitiu garantir uma supremacia mundial e que foi capaz de contrapor-se à inovação científica e tecnológica da URSS:

«Não é, pois, surpreendente que os dois modelos americanos, o do após guerra e o contemporâneo, diferam tanto. O primeiro colocava à frente de tudo uma modernização da produção e das instituições sociais. O segundo constrói-se sobre a dominação da finança e das suas implicações na gestão das empresas» (Boyer, 1998, 37)

O Estado continua a desempenhar um importante papel.

esta mundialização é poder regional

Boyer (1998) considera que no período de arranque da globalização existiam diversos tipos de regulação do capitalismo e que, apesar das evoluções havidas nessas diversas formas de regulação, continuam a coexistir formas alternativas:

- a) a mercantil, com a máxima expressão nos EUA e no Reino Unido;
- b) a das grandes empresas numa lógica semicorporativista, com a expressão máxima no Japão;
- c) a de negociação dos compromissos, típica dos países escandinavos;
- d) a pública, espalhada em graus diversos por toda a União Europeia, com excepção do Reino Unido.

A aceitação deste facto permite desde logo reforçar uma conclusão fundamental: mesmo no quadro do capitalismo a globalização com as características actuais não é uma inevitabilidade: à constatação da possibilidade de organização do capitalismo sem a importância actual da financiarização (que certamente é mais uma fraqueza do que uma força, como constataremos em análise seguintes e que é testemunhado por diversos autores¹⁰⁵) acrescenta-se diversas formas de enquadramento social e político do económico.

Existem vários modelos alternativos possíveis de expansão do capitalismo à escala mundial, de concretização da globalização. O facto de a globalização se processar com domínio da regulação mercantil, a qual tende a subjugar as outras formas de organização, não é uma

¹⁰⁵«A financiarização contemporânea é então, uma vez mais, o sintoma da crise da acumulação. Não constitui uma solução» (Amin, 154)

inevitabilidade histórica, não é o resultado do pragmatismo, não é a expressão da vontade dos cidadãos dos diversos países, é o resultado da força dos EUA a quando do início da globalização, força económica, política e social. Força na relação com os restantes países, reforçada a partir do fim das economias socialistas, e no funcionamento das instâncias internacionais. Força pela inovação científica e tecnológica e pela velocidade da sua integração nos circuitos produtivos.

Amin afirma muito sintética e precisamente que

«O capitalismo não é o “mercado”, mas o mercado mais o antimercado que se expressa na acção do poder político» (2000, 137).

A imposição mundial do modelo americano fez-se pelo mercado e pelo antimercado. As crescentes debilidades da economia americana, às quais já fizemos alusão, levarão muito provavelmente a que a imposição mundial deste modelo tenda cada vez mais a fazer-se pelo antimercado, para utilizar a mesma terminologia.

Mas a existência de diversas formas de organização económica e social capitalista e a hegemonia de uma delas exige que coloquemos uma questão angustiante: será que todas as formas de organização do capitalismo se tenderão a modificar à luz e semelhança do modelo mercantil americano?

A resposta não é simples. Existem tendências e contra-tendências nessa dinâmica que tendem a manifestar-se de forma diferente conforme o tempo-espaço.

Deixemos algumas pistas de reflexão:

a) A ideologia neoliberal tem feito com que diversos Estados tenham adoptado políticas económicas conducentes a um desarmamento económico do Estado, de apoio à acumulação das empresas multinacionais, de reforço de formas de funcionamento do mercado que tenderão a aumentar as desigualdades sociais.

b) As outras formas de organização capitalista atrás referidas têm-se modificado. Hoje nem a «negociação» escandinava, em o «semicorporativismo» japonês se apresentam da mesma forma. Há uma contaminação pelo modelo americano, ao mesmo tempo que este também

se modifica. A dialéctica mundial/local parece ter-se desequilibrado para o lado do primeiro termo da relação nos últimos anos¹⁰⁶.

c) O modelo americano não é facilmente exportável porque ele assentou historicamente num conjunto de acontecimentos que não são reproduzíveis noutros países: consumo de massa, grande flexibilidade e individualização do mercado de trabalho, inovação financeira, grande mercado interno. Factores como situação da balança de pagamentos, técnicas de organização empresarial, níveis de poupança; ou como organização do ensino superior, relação empresas-universidade e investigação científica; ou ainda estrutura urbana, situação demográfica ou usos e costumes, reforçam as especificidades de cada país e a dificuldade de adoptar por todo o lado o mesmo tipo de organização económica e social.

d) O «contramercado» depende de uma multiplicidade de factores que podem estar neste momento (com o desencadear da guerra no Iraque) numa mudança ainda mais significativa do que a suscitada pelos acontecimentos de 11 de Setembro nos EUA. Depende também muito de um movimento popular cada vez mais forte contra a globalização e o imperialismo americano.

Aliás diversos defensores das «liberdades» e do «funcionamento dos mercados» nunca se esqueceram da importância para eles de uma atitude imperial:

«Para que a mundialização funcione os EU não devem ter medo de actuar como a superpotência invencível que é na realidade» (...) A mão invisível do mercado não funcionará se não existir um punho invisível» (Thomas Friedman, Conselheiro de Madeleine Albright, New York Times Magazine, Março 99, em Houtart, 2001).

Em síntese, se compartilhamos inteiramente a posição de Boyer quando afirma que

«Não é exagerado falar de uma segunda americanização do mundo» (1998, 40).

Também estamos convictos que há limites a essa americanização, que passa fortemente pela capacidade política de «pensar mundialmente, actuar localmente» (Amin, 2000, 265) e de articular de forma inovadora e operacional as actuações locais, regionais e mundiais.

¹⁰⁶No fim dos anos 70, princípio dos 80 do passado século os defensores das formas de capitalismo «mais-humano» que o existente (o que na terminologia marxista poderíamos designar de «utopia pequeno-burguesa») tendiam a referir as vantagens, as potencialidades, do desenvolvimento local. Hoje essa «utopia», sem menosprezar a importância da dimensão local, faz cada vez menos sentido.

síntese

Procurámos ao longo deste capítulo caracterizar a mundialização *desde os anos 80* do século passado até aos nossos dias, a qual designamos por *globalização*.

Para proceder à sua leitura científica é necessário livrar-nos das evidências, procedermos a uma crítica sistemática do que nos é afirmado, num contexto informativo e ideológico em que quase todas as afirmações têm algo a ver com a globalização. Simultaneamente *todos os actos sociais fazem parte, com maior ou menor autonomia, dessa dinâmica global de organização capitalista*.

Esta fase do imperialismo é essencialmente caracterizada pelo reforço da *ideologia neoliberal*, pelo *aumento do capital fictício até níveis nunca anteriormente atingidos*, num contexto de *articulação e mundialização acelerada dos seus mercados* e pela adopção de políticas económicas que *reforçam o papel das multinacionais*, *empresarizam a economia mundial* e *dificultam a resistência dos povos*.

Esta mundialização atinge todas as vertentes da sociedade, mas manifesta-se de forma desigual conforme os momentos e os locais, ora *integrando a acumulação capitalista mundial* ora *desarticulando as sociedades integradas/marginalizadas*. O mercado de trabalho continua a ser um mercado *fragmentado e segmentado*. As *desigualdades sociais aumentam*.

Na luta intracapitalista a globalização é a *vitória do modelo regional americano*, *também ele em transformação*.

As contradições do capitalismo continuam a existir e a manifestarem-se.

Analisemos no capítulo seguinte uma destas contradições, sempre existente mas que se manifesta com amplitude nova na globalização¹⁰⁷.

¹⁰⁷O que fizemos até este momento foi analisar alguns aspectos das transformações do capitalismo que permitiram proceder a esta caracterização sintética.

Esta síntese levanta a necessidade teórica de proceder a estudos da globalização mais pormenorizados, com o objectivo de explicitar as suas contradições, por outras palavras, de detectar as brechas por onde seria vantajoso atacar. Faria sentido analisar «a desarticulação das sociedades marginalizadas», a «segmentação do mercado de trabalho», as “transformações do capitalismo americano”, etc. Também o faria estudar a moeda, o crédito e outros agregados durante a globalização.

Os nossos objectivos são bem mais limitados. Nos capítulos seguintes exploraremos apenas uma das contradições, a que consideramos fundamental: a financiarização da economia mundial.

produção e capital fictício



conceitos iniciais

Não é surpresa para ninguém que uma coisa será produzir bens económicos e outra coisa será consumi-los. Que uma coisa será apropriar-se de uma parte do produto, valor novo criado, outra coisa é comprar, vender ou trocar bens económicos previamente criados.

Todas essas actividades estão interligadas, todas esses acontecimentos são úteis para a reprodução do sistema económico, todos esses fenómenos têm os seus fundamentos económicos, certamente, mas também sociológicos, psicológicos, históricos, políticos e simbólicos.

Contudo essas actividades têm características diferentes, desempenham funções diferentes.

Admitindo que alguns dos nossos leitores estejam menos associados a estas questões e garantindo que entre nós se estabeleça uma comunhão terminológica e um fio condutor de raciocínio, começaremos por exemplificar essa diversidade de actividades e mostrar as relações, de complementaridade ou contradição, existentes entre elas.

Esperemos que no termo desse percurso todos estejamos de acordo que

- uma grande parte dessas actividades são úteis
- cada parte se integra num todo

e, por isso mesmo, todas essas actividades estão de alguma forma relacionadas, directa ou indirectamente, com a *produção*, com a *repartição* do rendimento, com a *circulação* das mercadorias e com o *consumo* económico.

Todos os fenómenos económicos estão directa, indirecta ou indirectissimamente relacionados com a produção mas só uma parte deles fazem parte da produção, só uma parte deles são partes integrantes do processo de produção, logo de *criação de valor novo*, de aumento do rendimento.

O aumento do rendimento é condição prévia – de um ponto de vista lógico ou de um ponto de vista económico e social de longo prazo – da sua distribuição e utilização. Surge como particularmente importante para percebermos o funcionamento da economia, e por razões acrescidas a globalização. É fundamental percebermos o que são actividades *produtivas* e actividades *improdutivas*.

Não é por acaso que essa foi uma matéria que preocupou muitos economistas ao longo da história e que curiosamente quase desapareceu das temáticas económicas durante as últimas décadas¹⁰⁸.

Sem nos preocuparmos em fazer uma história do «trabalho produtivo», não deixaremos de fazer algumas referências para que tomemos uma mais clara consciência do que está em jogo. Certamente navegaremos bastante nos espaços de confluência da Economia, da Ideologia e da Ética, mas não será difícil isolarmos um conjunto de referências que poderão ser basilares para a compreensão do problema, como certamente também o serão percebermos porque razão tais assuntos saíram das luzes da ribalta.

Será então necessário penetrarmos mais detalhadamente na teoria marxista porque nela se encontra o estudo mais pormenorizado do problema. Certamente ainda com muitas ambiguidades, com algumas imprecisões, com fronteiras difíceis de aplicar, com utilizações às economias socialistas por vezes inadequadas, mas constituindo um edifício lógico global que nos pode servir de referência.

Esperemos que nesse momento tenhamos já conseguido alertar o leitor para o que está em jogo e como lidar com os conceitos para estudar o tema. Mas não tenhamos ilusões, o problema continua complicado e quanto mais próxima do concreto é a escala de observação mais difícil

¹⁰⁸A tal ponto que muitos estudantes de Economia poderão fazer o seu percurso completo sem nunca se terem apercebido que essa era uma problemática a estudar, um problema que ainda hoje não está totalmente esclarecido.

é classificarmos certas actividades como produtivas ou improdutivas. Aí, perante as dificuldades, teremos que fazer um jogo: perceber que o nosso objectivo não é elaborar uma teoria das actividades produtivas, não é fazermos uma classificação exaustiva das actividades produtivas, mas tão somente utilizarmos esse instrumental teórico para prosseguirmos o nosso estudo da globalização.

O nosso grande objectivo é chegarmos a uma conclusão sobre a natureza das actividades que caracterizam a actual fase do capitalismo mundial – como vimos, as actividades financeiras.

E se as discussões sobre a natureza produtiva ou improdutiva da cantora de ópera¹⁰⁹, um exemplo clássico, poderão continuar a preencher dezenas de livros, provavelmente será muito fácil classificarmos muitas actividades como produtivas e muitas outras como improdutivas. Abandonaremos as zonas de fronteira e passaremos para a constatação do insofismável.

Depois de recordarmos o que dissemos sobre a financeirização da economia mundial e aprofundarmos aqui e além aspectos do seu significado, discutiremos, percorrendo ao máximo os caminhos da «unanimidade», se as actividades financeiras *criam* rendimento ou *participam da sua utilização* ou distribuição.

As conclusões a que chegarmos orientar-nos-ão para uma reanálise da globalização, para uma sua mais completa compreensão que será o motivo da terceira parte deste livro.

Eis, sinteticamente, o percurso que iremos palmilhar ao longo das próximas páginas.

Fernando e Alberto terminaram o seu tempo de escolarização e procuram emprego nas fábricas de calçado da região. Conseguiram com alguma facilidade os seus objectivos, tendo sido integrados numa das cadeias de fabricação da BeloCalçado Lda. Aí aprenderam as

¹⁰⁹Em Marx (1975b, 89) há dois parágrafos que tem gerado as mais vivas controvérsias. O primeiro afirma: «Por isso, um trabalho de idêntico conteúdo pode ser produtivo ou improdutivo»

Depois, apresenta diversos exemplos, mas o que ficou mais conhecido é:

«Uma cantora que canta como um pássaro é uma trabalhadora improdutiva. Na medida em que vende o seu canto é uma assalariada ou uma comerciante. Porém, a mesma cantora contratada por um empresário que a põe a cantar para ganhar dinheiro, é uma trabalhadora produtiva, pois produz directamente capital»

funções a desempenhar, começaram a trabalhar quotidianamente, desempenhando as tarefas de que foram incumbidos. No fim do primeiro mês receberam o seu primeiro salário. A folha de salários informa que o seu salário bruto é de X euros, mas após os descontos obrigatórios, apesar de terem recebido um pequeno prémio de assiduidade, o cheque era de apenas X' euros.

Manifestamente insuficiente para adquirir tudo o que desejariam, não deixou de ser festejado: uma almoçarada com a namorada.

Os dois jovens e a BeloCalçado assinaram contratos de trabalho porque aqueles tinham que encontrar onde exercer uma profissão (única forma de sobreviverem e autonomizarem-se em relação aos pais que entretanto os sustentaram) e porque a empresa estava interessada nas suas capacidades de trabalho (nos seus serviços). Entre as duas partes estabeleceu-se um contrato de compra (pela empresa) e venda (pelos jovens). Certamente compra/venda de uma mercadoria (houve uma transacção)¹¹⁰. Compra/venda da capacidade de trabalho, conjunto de aptidões físicas e intelectuais possuídas pelo Fernando e pelo Alberto em resultado da sua idade e formação, ou de um serviço, conjunto de práticas, neste caso desempenho de determinadas actividades na cadeia de produção?¹¹¹ Atendendo que é a empresa que vai organizar aqueles jovens, fazendo com que eles exerçam determinadas acções durante um horário por ela estabelecida, atendendo a que eles perdem a capacidade de dispor das suas aptidões de fazer as suas actividades como bem desejam, consideramos que neste caso o que é transaccionado é a *força de trabalho*, a única mercadoria cuja utilização, realização do seu valor de uso, cria *trabalho humano*.

O conjunto dos acontecimentos aqui brevemente referidos a título exemplificativo podem ser classificados, arrumados em grupos de fenómenos similares. São muitas as possibilidades classificativas, conforme os propósitos dessa arrumação conceptual. Se adoptássemos como critério de classificação terem sido decididos por uma única entidade ou terem resultado de um acordo das partes poderíamos

¹¹⁰ A utilidade, o valor de uso, não era relevante para quem a possuía mas era-o para o comprador, interessando para o vendedor o valor, expresso no salário que acabou por receber.

¹¹¹ O mesmo acontecimento concreto, o mesmo facto, é interpretado por uns como compra/venda de força de trabalho (designação mais adequada) ou trabalho. Por outros é descrito como uma compra/venda do serviço que o trabalhador vai prestar.

Não é uma questão terminológica mas de modelo, de adequação deste à interpretação da realidade.

classificar como «actos unilaterais» (deixar a escolaridade, procurar emprego ou ir fazer uma almoçarada com a namorada) e como «actos contratuais» (a compra/venda da força de trabalho, a colocação num determinado posto da cadeia produtiva e o pagamento de um salário). Se o critério de classificação fosse o dar prazer ou desprazer provavelmente entraria no primeiro grupo de classificação o arranjar emprego, o receber o salário, a almoçarada com a namorada e no segundo o entrar no seu posto de trabalho a uma certa hora, o exercer determinadas funções na cadeia produtiva. E outros critérios de classificação poderiam ser encontrados (local geográfico, importância do hábito, tradição ou inovação face às práticas culturais, etc.)

Algumas dessas classificações poderiam ser meros exercícios lógicos sem que daí adviessem novos conhecimentos. Outras seriam mais ou menos relevantes conforme o tipo de leitura que pretendemos fazer dessa mesma realidade social que começamos por descrever. Frequentemente as clivagens entre diversas formas de conhecimento (conhecimento corrente, científico ou filosófico) ou entre diferentes ciências (Psicologia, Direito, Economia, Antropologia, etc.) são forçadas em diferentes critérios de classificação¹¹².

Feitos estes reparos transitórios para lembrar que nada é inevitável e que a actividade científica é sempre uma síntese dialéctica da realidade e da sua leitura, um permanente movimento de concretização e abstracção, poderemos simplesmente dizer que é tradição na Economia falar em produção, distribuição ou repartição dos rendimentos, circulação das mercadorias ou troca dos bens económicos, consumo.

Assim sendo

– englobar-se-ia na produção a colocação de Fernando e Alberto numa das cadeias de fabrico da empresa, passando a pertencer a um colectivo que, em conjunto, cria sapatos para serem transaccionados no mercado, e o conjunto de actividades que nos seus postos de trabalho executam durante o horário de trabalho. Também o seria a realização dos pratos encomendados no restaurante pelos nossos jovens e respectivas namoradas.

¹¹²Classificar é um dos actos mais habituais dos cientistas e, como se depreende do que temos vindo a afirmar, também recorreremos frequentemente a tal processo. Não caímos na armadilha de considerarmos que ele é «evidente». Pressupõe um tipo de lógica, uma metodologia, um conhecimento do objecto de classificação. Sobre isso veja-se, numa primeira aproximação, (Pombo, sd).

– englobar-se-ia na distribuição dos rendimentos o pagamento dos salários no fim do mês, assim como a atribuição de uma parte daquele para a realização dos descontos legais: imposto, segurança social, caixa de aposentações, etc.

– englobar-se-ia na circulação das mercadorias a aquisição da força de trabalho por parte da empresa, a aquisição do serviço do restaurante.

– englobar-se-ia no consumo a utilização da força de trabalho pela empresa ou o acto de comer o bife encomendado no restaurante.

No exemplo muito simples aqui apresentado teríamos esta classificação, mas certamente que muitas outras actividades próximas ou associadas ao exemplo descrito enriqueceriam cada um destes quatro grupos adoptados.

Na distribuição dos rendimentos também se englobariam os lucros tidos pela empresa, os juros pagos por Alberto ao banco em resultado de um pedido de empréstimo para a aquisição de uma motorizada, o pagamento pela empresa da renda dos armazéns onde coloca os sapatos antes de os lançar no «mercado».

Na circulação das mercadorias também se englobaria a aquisição do couro e outras matérias-primas pela BeloCalçado, a importação das máquinas utilizadas na cadeia de fabrico, assim como a venda dos próprios sapatos fabricados, em parte directamente ao público, em parte a um conjunto de exportadores e outros comerciantes grossistas, em parte às diversas sapatarias que os colocarão à disposição dos consumidores finais.

No consumo também se englobaria a utilização do couro e outras matérias-primas, a utilização das máquinas, os produtos utilizados no vestuário, habitação e alimentação de todos os trabalhadores da empresa, do seu conselho de administração e proprietários.

Deixemos para uma fase posterior a pormenorização das actividades que podem ser englobadas na produção.

Sem dúvida que esta classificação permite arrumar o conjunto de fenómenos considerados pelos economistas: uma coisa é produzir, outra coisa é distribuir rendimentos; uma coisa é distribuir

rendimentos, outra coisa em comprar e vender mercadorias; uma coisa é comprar mercadorias, outra coisa é utilizá-las, «destruí-las», consumi-las¹¹³.

Também não há dúvida que há uma estreita interligação entre estes quatro tipos da actividade humana designada de «económica». Se não houvesse a produção de sapatos estes não poderiam ser comprados e vendidos (produção → circulação), assim como se não houvesse procura de sapatos, em geral e especificamente para os produzidos naquela empresa, não haveria a sua produção (circulação → produção). Se não houvesse utilização da força de trabalho, das matérias-primas e outros bens económicos, não teria sido possível produzir os sapatos (consumo produtivo → produção), assim como sem essa produção não haveria o pagamento de salários e honorários (produção → distribuição) que, por sua vez, viabilizou a compra de outros bens muito diversos que garantem a reprodução do quotidiano (distribuição → circulação → consumo final). Não se pode falar em um dos tipos de actividade sem ter em conta os restantes. A classificação utilizada é um artifício de arrumação – útil, operacional, permitindo colocar em «sacos» diferentes fenómenos que desempenham funções sociais e económicas diferentes – de um todo. Cada uma das «partes» é indissociável das restantes.

O facto de constituírem um todo, o facto de haver uma complementaridade entre estes diversos acontecimentos, entre os diversos tipos de actividade económica, não significa que não possa existir entre as diversas partes dinâmicas relações de desarticulação, de conflito, de contradição. Alguns exemplos (como temos procedido até agora, sem a preocupação de cobrir todos os assuntos de alguma forma relacionados) permitirão ilustrar o que aqui pretendemos tratar.

Montar uma fábrica com capacidade para produzir até K pares de sapatos por dia exige um trabalho de preparação ainda longo: estudo de mercado, previsão do volume de vendas, aquisição de terrenos e construção dos edifícios, aquisição de máquinas com determinadas características, organização da empresa de certa forma, contratação do

¹¹³A especificação das semelhanças e diferenças, das relações entre estas actividades, é o objecto da primeira obra que, na nossa opinião, inicia a Ciência Económica: O *Quadro Económico* de Quesnay. Esta obra representa o «corte epistemológico» com muitas abordagens anteriores que ora não tinham condições para se autonomizarem como saber, ora confundiam-se com o conhecimento e não procuravam a formulação de leis, ora ainda não possuíam a sistematização interna que uma tal situação exigia.

peçoal, e a esse conjunto de actos «estratégicos» associam-se muitos actos do quotidiano: aquisição das matérias-primas ao melhor preço, organização diária da cadeia de produção, procura de compradores, etc. Uma empresa pode de um dia para o outro variar as vendas sem variar a produção, gerindo os estoques de produtos finais. Pode variar a quantidade produzida, alterando a quantidade de horas de laboração ou os turnos, ou fazendo pequenas inovações na articulação das tarefas, enquanto uma alteração muito significativa e duradoira exige alteração de máquinas e equipamentos¹¹⁴. Muito mais sensível ao «curto prazo» é a circulação das mercadorias, logo as intenções de compra, isto é, a procura. O desencadear de um acontecimento natural (terramoto, por exemplo) ou social (guerra, por exemplo), a retracção do consumo final (por razões tão diversas quanto o aumento do desemprego em outros sectores de actividade, em sectores que não são de calçado situados em outros países, as alterações do sistema de saúde, a modificação do preço de outras mercadorias concorrenciais ou consideradas mais urgentes no dia a dia, etc.) ou a baixa da taxa de lucro de outras empresas, podem modificar rapidamente a compra de sapatos.

Produção → Circulação e Circulação → Produção mas os tempos de um e outro, os tempos de variação são bastante diferentes. Estamos perante situações que podemos designar de *desarticulação*. Alguns destes processos de desarticulação são clássicos: A1 produz e vende para A2 que por sua vez vende para A3 que coloca a mercadoria à disposição do público. A1 é produtor, A2 é comerciante grossista e A3 o comerciante retalhista. Os consumidores finais num primeiro momento (t) aumentam significativamente o seu consumo esgotando os bens disponíveis nos retalhistas, pelo que eles em momento seguinte (t+1) transmitem aos grossistas «o sinal de mercado» de que se está a vender muito fazendo novas encomendas, sinal esse que é imediatamente transmitido ao produtor que, através de algumas medidas, algum tempo mais tarde (t+2) aumenta a produção (se os sinais forem muito fortes e já se manifestarem há algum tempo, até podem alterar as suas técnicas de produção, isto é, raciocinar numa lógica de longo prazo). No entanto nessa mesma época (t+2) há, por qualquer razão, uma grande retracção da procura do

¹¹⁴Na linguagem dos economistas a alteração das condições de produção exige a consideração do «longo prazo».

consumidor final: dinâmicas diferentes geram desarticulações profundas. Neste momento em que as fábricas passam a produzir mais sapatos é quando a procura diminui.

Podemos, numa situação destas, já falar em *conflito*. Estas acontecem em muitas outras situações.

Ainda alguns exemplos deste segundo caso.

Alguns economistas do século XIX utilizavam uma terminologia que entretanto caiu bastante em desuso. Classificavam os bens económicos em «bens de primeira ordem» se serviam directamente para o consumo final ou «bens de ordem superior» se não tinham directamente essa função e apenas serviam para produzir directamente (seriam bens de segunda ordem) ou indirectamente (seriam bens de *n*-ésima ordem) bens de primeira ordem. Há razões válidas para esta terminologia ter caído em desuso, seja porque na actividade económica não há um tal tipo de preocupação teleológica, seja porque é possível ter uma economia em crescimento com base no «sector produtor de bens de produção» e até com retracção do «sector produtor de bens de consumo», seja ainda porque na noção de «mercado interno» tanto é preciso ter em conta as sucessivas trocas entre produtores (matriz de *inputs-outputs*) como o consumo final. Contudo aquela classificação tem a virtualidade de chamar a atenção para o facto de no longo prazo as possibilidades de venda estarem fortemente determinadas ou condicionadas pelo aumento do consumo final, o que pressupõe, entre outros aspectos, aumento dos rendimentos disponíveis pela grande massa da população. Significa isto, como muitos autores têm salientado, que a grande maioria da população deve ter salários baixos para permitirem maiores lucros às empresas em que trabalham. Para garantir a «competitividade», enquanto produtores, devem ter salários o mais diminutos possível (havendo limites biológicos, sociológicos e legais a essas reduções). Contudo, ao mesmo tempo, a grande maioria da população, enquanto consumidores, deve ter o mais elevado poder de compra possível para garantir procura, directa e directamente, para viabilizar a produção de grande parte das empresas. Este é um conflito (produtor-consumidor) que se manifesta em cada empresa de forma diferente conforme a sua capacidade de influenciar as restantes, conforme a implantação no mercado mundial, regional ou local,

conforme o sector de actividade em que se situa, mas que existe sempre, independentemente da forma como cada agente económico o sinta.

Outra situação bem conhecida é o conflito entre o empresário consumir ou investir os seus lucros. Como consumidor desejará utilizar ao máximo os seus lucros mas se o fizer diminui as possibilidades de estar em condições de vencer a concorrência, tenderá a diminuir a velocidade de aumento da produtividade, correrá riscos de não conseguir futuramente sobreviver.

Enquanto na situação de conflito coloca-se aos agentes económicos envolvidos no processo a necessidade de fazerem opções, resolvendo aquele de determinada forma, na situação de *contradição* existe a inevitável gestação de uma situação contrária aquela que era desejada e os agentes económicos não o podem evitar. São manifestações desta situação as baixas periódicas da taxa de lucro resultantes das diversas formas de concorrência, do aumento dos investimentos, da sobreprodução, das crises periódicas. Eis uma questão sobre que haveria muito a dizer.

Começámos este ponto por dizer que esta classificação (produção, distribuição, circulação e consumo) permite arrumar o conjunto de fenómenos considerados pelos economistas. É verdade, mas também temos de reconhecer que uma análise mais fina exigiria uma nova classificação dentro de cada uma daquelas esferas de actividade¹¹⁵. Assim, por exemplo, ao falarmos em consumo metemos juntos fenómenos bastantes diferentes: uma coisa é o consumo produtivo (utilização da força de trabalho, utilização das matérias-primas, utilização das máquinas) e outra bastante diferente é o consumo final (embora faça parte integrante da reprodução da força de trabalho). Assim, por exemplo, uma coisa é a distribuição de rendimentos (partilha do valor novo criado em salários e mais-valia), outra coisa é a redistribuição da mais-valia em lucro de empresa (industrial e comercial), juros e lucros e outra coisa ainda é a redistribuição resultante da política fiscal.

Acrescente-se para terminar estas breves referências que as leituras que se façam de cada um destes tipos de actividade económica resultam

¹¹⁵ «Esfera de actividade» é uma terminologia frequentemente utilizada, que contudo remete para noções geométricas erradas. São tipos de actividade que definem um espaço irregular, aberto, por vezes impreciso, e em mudança.

bastante do entendimento que se tenha do valor e da criação de valor. Assim, por exemplo, se o valor se identificar com o «valor de uso», com a utilidade, a criação de uma refeição em casa, para o repasto familiar, é um acto de produção. Nesse caso o que é analisado na classificação de um determinado fenómeno económico é a relação do homem com o objecto.

Se o valor for o contraponto desse mesmo valor de uso, resultado da utilização da força de trabalho, expressão de uma relação social de produção de que os objectos são meros intermediários, a realização da referida refeição caseira não é um acto produtivo¹¹⁶. Ao nível da distribuição do rendimento as leituras alternativas ainda são mais extremas, podendo-se ir desde a interpretação de que aquela resulta meramente da relação de forças social até à consideração de um duplo movimento no processo de distribuição primária: entre empresas de níveis de produtividade diferentes que comercializam a mesma mercadoria pelo mesmo preço e entre proprietários do capital (produtivo), do capital-dinheiro, da terra e da força de trabalho.

Impõe-se aqui analisar a Lei de Say, seja para melhor entendermos o que foi afirmado anteriormente, seja para introduzirmos alguns novos conceitos e problemas indispensáveis para tratar a questão que nos ocupa.

A Lei de Say resulta da seguinte passagem da sua obra:

«É conveniente observar que um produto, uma vez acabado, oferece, desde esse instante, um mercado a outros produtos para o montante do seu valor. Efectivamente, quando o último produtor terminou um produto, o seu maior desejo é vendê-lo, para que o valor desse produto não descanse entre as suas mãos. Mas não é menos apressado em se desfazer do dinheiro que lhe dá a sua venda, para que também não descanse o valor do dinheiro. Ora ninguém pode desfazer-se do seu dinheiro senão para procurar comprar um produto qualquer. Vê-se, portanto, que o simples facto da formação de um produto abre, desde esse instante, um mercado a outros produtos» (Denis, sd, 326).

Por outras palavras, a oferta cria todas as condições para a sua compra.

¹¹⁶As duas teorias do valor rivais têm objectos de estudo diferentes. A teoria do valor estuda as relações entre os homens, as relações entre os homens através das coisas. A teoria do valor-de-uso estuda as relações dos homens com as coisas, as relações de cada homem com as coisas.

A lei de Say não diz que toda a produção é vendida, apenas diz que se criam condições para que toda a produção seja vendida.

Se todos sabemos que há períodos de acumulação de estoques, de dificuldades de venda, de crise, o problema económico a resolver é perceber porque razão a possibilidade expressa na lei não se concretiza.

Uma primeira hipótese de explicação radica-se nos desfasamentos sectoriais entre produção e circulação, entre oferta e procura. É certo que considerando o conjunto da economia, produzir bens é simultaneamente criar e transferir valores de um montante igual, pelo que a oferta (resultante da produção) e a procura (resultante do valor transferido e do rendimento) são iguais para o conjunto da economia mundial, diríamos hoje, mas também é possível que a procura se oriente mais para uns sectores que para outros e os preços relativos das diversas mercadorias não sejam suficientes para corrigir a curto prazo «essas distorções».

Uma segunda hipótese de explicação tem a ver com a diferente natureza do valor transferido e do valor criado e dos tempos de concretização de cada um deles. O que nos diz a contabilidade nacional é que o produto é igual ao rendimento para um determinado período de tempo, mas quando se diz que a produção «cria» a sua própria procura não estamos a falar de produto, mas de produção: o produto não inclui o valor das matérias-primas produzidas em períodos temporais anteriores, enquanto a produção engloba. O produto não inclui o valor transferido das máquinas (embora se possa falar em produto bruto)¹¹⁷ mas a produção engloba. Há então períodos diferentes de criação da procura e da oferta, podendo haver desfasamentos e a não concretização da possibilidade formulada pela lei.

Tudo isso é possível, mas não é aí que se radica o elemento fundamental da ruptura.

Estamos a falar dos acontecimentos económicos que se passam em capitalismo, numa fase histórica em que a totalidade dos bens económicos criados é para serem transaccionados, em que a produção das mercadorias se faz pelo seu valor e não pelo seu valor de uso, apesar da imprescindibilidade deste. Por outras palavras, estamos a falar de

¹¹⁷ Na linguagem económica, quando se considera no valor de um bem o que se estima ter resultado da transferência do valor do capital fixo – amortização – designamo-lo de valor bruto. Se aquele valor é descontado falamos em valor líquido.

uma economia em que praticamente desapareceu a produção para autoconsumo e não existe a troca directa. As mercadorias trocam-se contra moeda, a moeda está presente em todos os processos de circulação das mercadorias, de troca, na oferta e na procura.

Moeda, uma pequena palavra, que exprime um conceito económico fundamental, que está quotidianamente associado a um conjunto de objectos e fenómenos, que tem uma história e está em mutação permanente e que, talvez por tudo isso, tem sido interpretado de maneiras tão diversas.

Antes de regressarmos à lei de Say impõe-se um pequeno percurso de reflexão sobre a moeda.

A importância deste conceito para muitos dos assuntos relacionados com a globalização exige que o abordemos com alguma profundidade, tendo em atenção que muito provavelmente diversos dos nossos leitores terão um conhecimento insuficiente ou deformado da moeda. O conjunto de disparates que frequentemente se lê em livros de economia ou nos meios de comunicação exige esta cautela, mesmo que o leitor pretendesse ser um cidadão informado sobre um problema¹¹⁸.

Comecemos pelo início, explicitando mais claramente o que pretendemos expressar com moeda. O que imediatamente recordamos ao enunciar esta palavra é a nota de euro que trazemos na algibeira, a moeda metálica também em euros, o cheque que se emitiu a favor de alguém, a compra dos dólares para fazer um pagamento internacional, os francos suíços comprados quando da última viagem aquele país, talvez o cartão multibanco ou o cartão de crédito. Aqui somos forçados a recordar Bachelard que sistematicamente nos alerta contra os perigos da primeira leitura, da primeira abordagem, contra as armadilhas das «evidências», da necessidade do corte epistemológico entre o conhecimento corrente e o conhecimento científico. Muitas dessas imagens espontâneas da

¹¹⁸O nosso gosto por estas matérias e o desespero com que frequentemente encontramos uma leitura simplista, anquilosada ou tendenciosamente errada sobre o problema tenderia a levar-nos a pormenorizar bastante mais alguns aspectos, mas procuraremos nos conter e referirmos o estritamente necessário. Apenas deixamos dois alertas: o aprofundamento do que aqui trataremos explicitamente exigiria entrar em conta muito mais detalhadamente com algumas problemáticas aqui apenas referidas ou até ignoradas; todos os assuntos relacionados com a moeda e o crédito são importantes para um entendimento factual e teórico da globalização.

moeda são simplificações distorcidas da realidade complexa que aquela exprime e as restantes são usos abusivos, assumindo leituras parcelares.

A moeda é uma *relação social*. Quando o cidadão A compra um bem ao comerciante B que, por sua vez, o comprou a C, seu produtor, independentemente do cidadão A entregar euros ou dólares, pagar em espécie ou com um cheque, com cartão multibanco ou dando uma ordem de transferência pelo telefone, o que se estabelece é uma relação social entre A e B, entre A e C através de B. É uma relação social que está associada à produção de mercadorias. Por absurdo poderíamos dizer que se não houvesse mercadorias não existiria moeda, se não houvesse uma generalização da troca das mercadorias, tornando-se a forma dominante de funcionamento da economia, não haveria a moeda como uma realidade totalmente autónoma, como acontece actualmente. A longa história desde a mercadoria-moeda à moeda-mercadoria, desta à moeda metálica e à moeda fiduciária¹¹⁹, mostra-o. O *instrumento* utilizado na relação social de produção que é a moeda evoluiu muito ao longo dos milénios e séculos, transformando-se hoje a grande velocidade, expressando a própria mudança das relações sociais (que mudança entre a produção predominantemente artesanal e as trocas concentradas nas feiras periódicas e a produção em grandes fábricas orientada para o mercado e com facilidade de compra por parte de qualquer instituição independentemente da sua localização geográfica!) e da organização político-social da sociedade, mas em todas essas circunstâncias o instrumento não é mais do que isso: *instrumento de uma relação social de produção que se manifesta na troca*.

Obviamente que esta leitura geral que fornece o contexto fundamental para o entendimento da moeda, suficientemente amplo para captarmos o essencial (categoria económica enquanto relação entre os homens), suficientemente flexível para estudarmos as características da moeda em cada momento (conforme as especificidades das relações sociais dominantes e dominadas, integrantes dum modo de produção ou de uma formação social, conforme os instrumentos utilizados na sua concretização), exige uma

¹¹⁹ Existem muitas definições dos diversos tipos de moeda. Entendemos por moeda fiduciária uma moeda que circula baseada na fé do seu valor, na confiança resultante da entidade emissora e das práticas sociais. Não tem uma correspondência ao ouro ou prata estabelecida económica ou legalmente.

atenção muito particular sobre as formas concretas que essa relação social assume, sobre os mecanismos do sistema monetário.

E aqui defrontamo-nos com outro conceito fundamental: *sistema monetário*.

Recorde-se o exemplo com que iniciamos estas considerações. Referimos aí euros e dólares, notas, moedas metálicas, ou depósito bancário (movimentado através do cheque). São diferentes *tipos de moeda*, diferentes *formas de moeda* (dispensamo-nos aqui de fazer uma classificação de uns e outras), mas que são o veículo de uma mesma relação social, que se assume concretamente uma certa forma. Diferentes tipos de moeda (ex. moeda «nacional», emitida por responsabilidade do Estado de um país, directamente ou por intermédio de uma outra instituição, moeda «regional», da responsabilidade de uma associação supranacional, moeda «bancária», depósito à ordem ou outro, da responsabilidade de uma instituição bancária, etc.), diferentes formas de moeda, aplicando-se cada uma numa certa situação de espaço, tempo e relação estabelecida. É o conjunto de todos eles que permite a reprodução da relação social moeda. É-o porque os diversos tipos e formas de moeda são convertíveis entre si. Essa *convertibilidade* recíproca (expressa por taxas de conversão, expressas ou implícitas, e caracterizada também por um conjunto de aspectos qualitativos e organizativos, sempre em mudança, com algumas relações entre tipos de moeda de garantia quase absoluta e outras altamente susceptíveis à ruptura, sempre potencialmente ameaçada, particularmente em período de agudização das contradições, a que fizemos anterior alusão) faz com que cada forma ou tipo seja parte de um todo. É essa totalidade, a que se podem dar contornos temporais e espaciais diferentes conforme a análise que se pretenda fazer, que se designa por sistema monetário.

Antes de avançarmos para outras pormenorizações é necessário deixarmos aqui um aviso: a moeda não é objecto de estudo exclusivo da Economia. Como relação social que é pode ser estudada por diversas ciências. Pela Política (existe sempre uma certa forma de intervenção do Estado sobre a moeda, quer respondendo às «solicitações do mercado»,

gestão económica, quer impondo sanções e desviando contradições, política económica). Pelo Direito (há sempre acordos, legislação expressa e consuetudinária sobre a moeda). Pela Semiótica (pois a moeda é sempre um símbolo que exprime junto dos cidadãos determinados comportamentos, certos sentimentos e racionalidades). Enfim por todas as ciências sociais, desde a Sociologia à Numismática, desde a História à Psicologia. O que apresentamos nestes breves apontamentos tem sobretudo a ver com uma leitura económica, pois é a que mais interessa para as nossas preocupações de explicação da globalização.

Retomemos o estudo da moeda. Dissemos que as mercadorias se trocam contra moeda. A moeda é o contraponto das mercadorias no processo de troca. Não desta ou daquela mercadoria, mas de todas. Todas as mercadorias se trocam contra moeda. Certamente que ainda encontraremos no mundo contemporâneo formas de troca directa (por exemplo, algumas populações nómadas ao cruzarem-se num determinado território e tendo actividades económicas diferentes – ex. pecadores e pastores – aproveitam para trocar bens entre si) mas são excepções que não invalidam o domínio quase absoluto do que afirmamos. E quando um bem se troca contra moeda o que os relaciona é a *quantidade de valor*. Mais precisamente, os bens exprimem a sua quantidade de valor em moeda (é essa capacidade através do fraccionamento da quantidade de valor em parcelas suficientemente pequenas para abranger todas as situações), designando-se esse facto na terminologia bem nossa conhecida do *preço*. A quantidade de moeda recebida em troca de um bem corresponde (deixemos agora de fora a pormenorização desta correspondência!) à quantidade de valor desse bem (económico). Assim a moeda é um equivalente de valor de cada mercadoria. E porque assim se comporta para todas as mercadorias é um *equivalente geral*.

É enquanto equivalente geral que preenche integralmente a relação social de produção expressa na troca. É enquanto equivalente geral que preenche um conjunto de funções. É enquanto equivalente geral que a moeda se distingue, na sua essência, do crédito, como veremos mais adiante, apesar da unidade do objecto de concretização de uma e outra relação.

São diversas as funções preenchidas pela moeda, garantia de poderem ser a relação social. Dispensamo-nos, porque secundário para os

nossos objectivos, de apresentar as diversas funções da moeda (medida de valor, padrão de preços, meio de pagamento, etc.) e as suas complementaridades (umas exigem ou apoiam outras) e contradições (o exercício de algumas funções exige manifestações da moeda com características diferentes ou contrárias às de outras funções)¹²⁰. Concentrar-nos-emos apenas numa delas: o *entesouramento*.

Segundo Brunhoff,

«O entesouramento é uma interrupção do processo de circulação das mercadorias; o encadeamento da trocas interrompe-se e limita-se provisoriamente a troca M-D. Esta interrupção corresponde ao desejo de obter e conservar moeda» (1973, 47).

Esta foi também uma função bastante estudada por Keynes, que atribui as razões da sua existência e as causas da sua dinâmica a três «motivos»: transacção, precaução, especulação.

Guardar dinheiro tem como primeira razão a possibilidade de vir a comprar bens. É o que acontece a todos nós com o salário: depois de o recebermos, durante o período de um mês vamos guardando alguma quantidade de moeda (moeda enquanto instrumento de relação social, precisemos, chamemos-lhe dinheiro) para irmos comprando bens na medida das necessidades. Guardo dinheiro, procurando provavelmente rentabilizá-lo, para poder vir a fazer certas compras, para ir a fazer certos pagamentos. É o *motivo transacção*. Podemos admitir que todos os cidadãos realizam entesouramento (mais precisamente entesouramento/desentesouramento) por este motivo.

É olhando para o futuro que o motivo transacção actua, mas esse futuro comporta sempre um certo grau de incerteza. Incerteza quanto ao montante de reforma e à possibilidade de sobrevivência quando não se puder mais trabalhar, incerteza quanto às condições de saúde e as despesas que tal implicará, incerteza quanto ao número de filhos, incerteza quanto à garantia de trabalho, etc. O tipo de incertezas, o seu volume e as formas de as resolver variam de sociedade para sociedade, de país para país, de classe social para classe social, de indivíduo para indivíduo. Algumas dessas incertezas são hoje resolúveis, seja pelos mecanismos instalados pelos Estados, seja pelo negócio dos seguros, mas mantém-se sempre

¹²⁰Tratamos exaustivamente esta questão em Pimenta, 1985.

uma margem de incerteza. Se houver possibilidade, se houver recursos suficientes, cada um procurará proteger-se contra essas incertezas guardando sob a forma de moeda, mantendo a liquidez, um determinado montante. É o *motivo precaução* anteriormente referido.

Finalmente a moeda presta-se a aplicações financeiras, isto é, a ser utilizada em operações de crédito, em aquisição de títulos na bolsa. É o *motivo especulação*.

Falámos anteriormente na importância das operações financeiras durante a globalização, atingindo montantes difíceis de imaginar. A moeda ao realizar essas actividades está a preencher a função de entesouramento, aplicando o motivo especulação.

Estas considerações exigem aprofundarmos um pouco mais a relação entre moeda e crédito, noções diferentes interligadas num mesmo processo, mas antes de entrarmos nessa matéria é conveniente regressarmos à lei de Say.

A Lei de Say diz que a produção cria condições para a sua aquisição, mas essa possibilidade pode ser interrompida pela função de entesouramento da moeda. As mercadorias que constituem a produção trocam-se contra moeda e os rendimentos assumem a forma monetária. Basta que haja entesouramento para a possibilidade, referida na lei, não se concretizar. Entesouramento porque a taxa de lucro é baixa e os capitalistas preferem conservar a liquidez para aplicações futuras, porque a taxa de lucro esperada das empresas produtivas é inferior à taxa de juro esperada ou inferior aos lucros que pensam obter nas actuações bolsistas. Entesouramento porque a incerteza em relação ao futuro é grande.

O entesouramento é a permanente possibilidade de negação da lei de Say, embora a sua concretização fosse a melhor garantia de reprodução do sistema e de criação de moeda.

Retomemos a moeda. Falemos do crédito.

M – D é uma forma simplista de representar a relação social moeda (relação social de produção que se exprime na troca), utilizando *D* para expressar o instrumento dessa relação. A moeda é o equivalente geral desta relação quantitativa que reflecte uma determinada formação social,

que exprime um certo grau de desenvolvimento histórico e organização social. Os bens económicos trocam-se contra dinheiro¹²¹, podendo essa troca assumir a forma de venda ($M^* - D^*$) ou compra ($D^* - M^*$).

A função de entesouramento faz com que $M^* - D^* - D^{**} - M^{**}$ com D^{**} menor do que D^* , se a retenção de moeda for maior que a utilização da moeda anteriormente retida, ou D^{**} maior que D^* , se se verificar a dinâmica inversa.

O crédito é um acontecimento totalmente diferente: $D - D'$ (D' maior que D). Um possuidor de *capital-dinheiro* cede a outrem uma determinada quantidade de capital-dinheiro por um tempo determinado devendo este último reembolsá-lo não só do montante emprestado (D) mas também pagar um juro ($D' - D$). O crédito é também uma *relação social* mas de tipo diferente: *entre proprietários de capital-dinheiro e quem necessita desse capital-dinheiro*. Em capitalismo esses movimentos de capital-dinheiro institucionalizam-se nos bancos e nas bolsas de valores. O crédito é uma relação social que não está directamente relacionada com a troca de mercadorias, que está frequentemente associada directa ou indirectamente à produção sem no entanto poder ser considerada uma relação social de produção.

Se a moeda é logicamente pré-existente ao crédito ela estava, e está mesmo durante o crédito, a preencher a função de entesouramento.

Se a moeda é pré-existente ao crédito aquela condiciona a quantidade de crédito (o crédito tem de ser pago com moeda) mas este é superior àquela. É-o porque há sistemas de compensação entre as diversas instituições bancárias, é-o porque uma instituição devedora pode gerar crédito (assim, por exemplo, os bancos são devedores dos seus depositantes mas podem utilizar esse dinheiro para conceder outros créditos, bastando conservarem uma reduzida percentagem dos depósitos em «caixa»), é-o porque a hierarquização dos sistemas financeiros, o simbolismo das instituições e a legislação consolidam a possibilidade referida. Crédito gera crédito, embora em última instância todos os créditos tenham que ser pagos.

Por duas vezes começamos estas análises dizendo «se a moeda é pré-existente ao crédito». Esclareçamos.

Durante muitos milénios assim era: quem dispunha de dinheiro podia conceder crédito, quem não dispunha não podia. Recorde-se o período

¹²¹ Assumimos como sinónimos «moeda» e «dinheiro», o que é uma aproximação terminológica.

ainda relativamente recente em que o dinheiro assumia essencial e predominantemente a forma de ouro. A rigor, nessa época a relação social era diferente da actual, o dinheiro não era frequente e inevitavelmente capital, porque não estava socialmente inserido num processo de valorização – seria mais correcto falar em usura. Mas porque a usura deu lugar ao crédito (embora possamos dizer que aquela continua a surgir por «todos os poros do crédito») e estamos a falar sobretudo do capitalismo, da actual fase do capitalismo, deixemos de lado estas pormenorizações.

Em capitalismo, com a generalização da moeda fiduciária (não convertível em ouro ou qualquer outro valor), com a importância crescente da moeda bancária (depósitos, grosso modo) e a automática convertibilidade desta em moeda «nacional» (o depósito que cada um de nós tem num banco não dá lugar à emissão de moeda desse banco mas dá sempre lugar a transacções em euros) através do próprio acto de crédito se cria moeda: moeda-crédito.

Se algum de nós tiver 2000 ¤ num banco e pedir a esse mesmo banco um crédito de 5000 ¤ passa a ter na conta 7000 ¤, sendo impossível distinguir os dois montantes constitutivos. Todo o montante é depósito, todo ele pode ser em qualquer momento convertido em euros. A única diferença não está na moeda mas na própria natureza do crédito: 5000 ¤ + juro têm de ser pagos. A moeda é. Não dá lugar a um pagamento.

É o próprio crédito que gera moeda, que gera moeda que num primeiro momento está a exercer a função de entesouramento.

Em síntese, para que haja crédito tem de haver moeda. O crédito dá origem a moeda através de um tipo de moeda de aceitação universal. O crédito tem processos de autoacumulação e reprodução, embora o facto de todo o crédito ter de ser pago constitua um constrangimento, uma ameaça potencial que em alguns momentos decisivos, chamemo-lhes catastróficos, se pode desencadear

Marx ao fazer a análise do aparecimento do capitalismo, ao analisar a revolução industrial, fala de acumulação primitiva, riqueza sob a forma monetária constituída previamente.

Foi essa acumulação primitiva, e mais uma vez a moeda está presente na sua função de entesouramento, que permitiu a compra de terrenos e de edifícios, de máquinas e equipamentos e de matérias-primas, que permitiu aumentar rapidamente as condições de produção industrial, aumentar a produtividade agrícola para alimentar um número crescente de cidadãos que não exercem essa actividade, criar eficientes redes de transportes de pessoas e bens, promover a inovação tecnológica e científica, enfim garantir o arranque da organização económico-social em que ainda hoje vivemos.

Vivia-se então uma época em que o sistema monetário, fortemente assente no ouro como garantia de valor e num conjunto de bancos que ainda não constituíam um sistema bancário articulado e hierarquizado, condicionava muito os mecanismos e os quantitativos do crédito.

Por isso foi necessário previamente acumular grandes quantidades de riqueza sob a forma monetária e de mercadorias que permitissem o arranque da nova forma de organização.

A situação de hoje é diferente. É possível através dos mecanismos de crédito gerar antecipadamente a moeda necessária, seja para a aquisição de mercadorias, seja para outros fins.

Retomando a terminologia de Brunhoff na troca de mercadorias contra moeda (M – D), na compra e venda de mercadorias, podemos ter três situações diferentes¹²²:

- *Validação social da mercadoria*: As mercadorias trocam-se contra moeda.
- *Antevalidação social da mercadoria*: As mercadorias trocam--se contra crédito, o qual pode ser, dada a estrutura do sistema monetário, convertido temporariamente em moeda. Quando o crédito é pago a antevalidação converte-se em validação.
- *Pseudo-validação social da mercadoria*: As mercadorias trocam-se contra crédito, o qual pode ser, dada a estrutura do sistema monetário, convertido temporariamente em moeda. Dada a hierarquização do sistema monetário o Banco Central ou o Estado valida aquela troca através da emissão de moeda nacional. Se há uma

¹²²Veja-se, por exemplo, Brunhoff & Cartelier (1974).

ruptura nos pagamentos do crédito e a moeda nacional é que sofre os impactos dessa ruptura as mercadorias foram falsamente validadas.

Retomemos o nosso percurso inicial.

Em capitalismo a relação social fundamental designa-se economicamente por capital: conjunto de relações sociais que permite a criação de valor novo, que permite a valorização do valor. Se considerarmos que a criação de valor novo exige trabalho humano (sem com isso negar que exige muitas mais «coisas» indispensáveis, mas que apenas transferem valor), *capital* é o conjunto de relações sociais entre proprietários dos meios de produção (as tais outras «coisas» indispensáveis) e proprietários de força de trabalho. É grosso modo o que alguns autores designam por relação salarial.

Podemos representar o movimento do capital por

$$D - M(Ft+Mp) \dots P \dots M' - D'^{123}$$

mas podemos igualmente representá-lo de outras formas.

O importante é considerar o conjunto do movimento com as suas diversas fases, é perceber o mecanismo social e tecnológico de valorização, é saber que esta é uma forma sintética de apresentação das dinâmicas de muitos capitais inseridos numa divisão social do trabalho com independência/dependência relativa de cada um, envolvidos em dinâmicas de concorrência de diversos tipos.

Assim, podemos representar de forma simples as quatro áreas em que classificamos a actividade económica:

Produção

... P ...

Distribuição dos Rendimentos

$D - M(Ft)$ e $D - D'$

Circulação das Mercadorias

$D - M$ e $M' - D'$

Consumo

$M(Mp) \dots P$

¹²³D = Moeda; M = Mercadoria; Ft = Força de Trabalho; Mp = Meios de Produção; P = Actividades de produção; M' = Mercadoria com um valor superior a M; D' = Dinheiro com o valor superior a D.

Desta forma estabelecemos uma relação entre o ciclo do capital e as diferentes áreas de actividade económica a que fizemos anteriormente referida.

Cabe aqui colocarmos uma questão: será que todas as actividades económicas se encaixam naquela classificação?

Certamente que não.

Se me dirigir a alguém que passa na rua e perguntar se me troca uma moeda de 2 ¤ por quatro moedas de 0,50 ¤ posso considerar que estou a realizar um acto económico e no entanto não consigo facilmente, sem distorcer os critérios de classificação estabelecidos, encaixar essa relação social numa das quatro hipóteses de classificação. O mesmo se poderia dizer da troca da moeda de um país por outra: estamos perante uma troca de moedas, de tipos de equivalente geral, e não perante uma troca de mercadorias. Pura e simplesmente.

Provavelmente podemos dizer o mesmo das relações de crédito que analisámos anteriormente. É certo que uma relação de crédito conduz a uma redistribuição do rendimento, da mais-valia se estivermos perante uma relação entre capitalistas, mas provavelmente é abusivo classificá-lo integralmente na distribuição do rendimento.

É de admitir que muitas das operações financeiras se encontrem nesta situação.

Todas as actividades económicas são classificáveis em produção, distribuição, circulação e consumo, mas nem todas se inserem no movimento do capital (há relações económicas entre os homens que não são processos de valorização do valor). Além disso o movimento total do capital não pode deixar de ter como momento fundamental a valorização ($D \dots P \dots D'$). Estamos perante uma representação simbólica.

Regressando às operações financeiras, tão importantes na globalização, onde se situam? Provavelmente a sua leitura do ponto de vista individual (que privilegia a valorização que possa conseguir) e social (os ganhos de uns têm processos compensatórios noutros) conduzem a tendências de classificação diferentes. Interessando-nos a interpretação social diremos que as operações financeiras não são... P..., não são $D - M$ ou $M' - D'$ (os «títulos» não são mercadorias, mas

documentos representativos de um direito) mas $D - D'$, $D' - D$ ou uma das suas parcelas.

Será distribuição de rendimentos, nunca produção.

Todas as actividades económicas participam na reprodução do sistema económico-social. Com a cautela que as «palavras feitas» exigem podemos dizer que todas essas actividades são «úteis» ou «necessárias» do ponto de vista dessa reprodução. No entanto só algumas dessas actividades podem ser consideradas de produção. Admitindo que é na produção que há um processo de criação de valor, um processo de criação de rendimentos, só uma parte das actividades «úteis» participam desse processo criativo.

Delimitar esse campo é a problemática do «trabalho produtivo».

A importância desse tema exige que abordemos de outro ponto de vista: percorrendo algumas das escolas do pensamento económico.

história do conceito de «produtivo»

Quando defendem a actividade agrícola, os fisiocratas consideram que só as actividades em relação directa com a natureza são produtivas. Quando defende a liberdade da actividade económica, Adam Smith considera que os funcionários produtivos são improdutivos. Quando se defende que a transformação da sociedade depende dos proletários o trabalho é o único factor produtivo. Quando luta pela revolução socialista Baran considera que só são produtivas as actividades que continuarão a existir na futura sociedade socialista.

Este breve panorama mostra que o conceito de trabalho produtivo tem uma importante carga valorativa, tem envolvidas apreciações morais e ideológicas. O mesmo acontece com a utilização do conceito de valor em economia, transportando para dentro desta ciência um conceito filosófico com uma forte conotação ética. O «trabalho produtivo» e o «valor» oscilam entre um significado ético, que lhe é dado pela tradição de utilização terminológica e que se reflecte num certo entendimento do conhecimento vulgar, e uma categorização económica.

A fronteira é fluida. Com os perigos que esta situação comporta, tendo em atenção os conceitos genéricos anteriormente introduzidos, procuraremos nos pontos seguintes percorrer exclusivamente, na medida do possível, os caminhos estritos da ciência.

Para os fisiocratas apenas as actividades agrícolas são produtivas.

De uma forma mais genérica, podemos considerar como produtivas todas as actividades que «extraem» bens a partir de uma

relação directa com a natureza. A consagração máxima desta leitura encontra-se no *Quadro Económico* de Quesnay. Vejamos o que aí se diz, primeiro sobre a importância do conceito de trabalho produtivo e sobre a definição deste¹²⁴:

«Considerámos até aqui a natureza e a essência das despesas e analisámos os seus efeitos; examinemos agora as suas relações com os produtos, e com todas as partes económicas e mobiliárias que constituem a estrutura do edifício da sociedade. Nos seis primeiros capítulos definiram-se a essência das coisas e o seu jogo natural; é o jogo das suas relações que os seis últimos vão desenvolver. Começamos pelas relações das despesas entre si, consideradas em pormenor, relativamente às suas diferentes espécies, ao seu emprego, às suas quantidades, às suas proporções com os diferentes tipos de reprodução, com o rendimento dos proprietários, com a retribuição dos agentes da classe produtiva e da classe estéril, etc., tudo partes correspondentes e compatíveis umas com as outras, da sua utilização e das suas propriedades recíprocas na constituição económica. Trata-se de um objectivo profundo que só poderemos atingir pelas vias da simplicidade, seguindo a ordem física, a ordem recíproca das causas e dos efeitos, abstraindo de todas as irregularidades introduzidas pelas administrações políticas, porque o nosso único fim é atingir a verdade mais simples através da descrição elementar de todas as peças de ligação que entram na construção da máquina económica. Foi necessário, em primeiro lugar, tomar conhecimento de todo o funcionamento desta máquina regeneradora. Trata-se aqui de a dissecar e de descobrir a sua organização pela definição anatómica de todas as suas partes e pela descrição dos seus pontos de contacto, da sua conexão e da cooperação entre as suas funções.

Na natureza tudo actua por meio de relações. Diz-se que os elementos se combatem, mas, pelo contrário, eles mantêm-se e sustentam-se reciprocamente. A tendência de cada princípio para o predomínio é que fornece ao seu contrário as forças da resistência e da reacção vivificante. A concisão e a acção são efeitos do combate e da oposição, e o renascimento e duração das obras da natureza resultam da concisão e da

¹²⁴Parece-nos interessante aqui introduzir esta longa passagem pela forma como aborda o problema que aqui estamos a tratar, mas também porque mostra as preocupações epistemológicas que se colocavam ao autor. O «momento» de nascimento de uma ciência é sempre difícil de estabelecer, tantas são as obras que numa escalada progressiva conduzem a esse evento, mas parece-nos inequívoco que *Quadro Económico* de Quesnay é a primeira obra que assinala o corte epistemológico e uma sistematização coerente da Economia Política.

acção dos seus grandes efeitos. A organização e o funcionamento desta máquina admirável foram fixados de uma vez para sempre pelo seu Autor. A grande regra estabelecida para o todo estende-se às suas subdivisões e governa as suas diferentes partes. (...)

Estas relações são determinadas e, por assim dizer, expostas aos olhos no Quadro económico, de maneira que se observam nele tão exactamente as suas ligações essenciais e recíprocas que não se pode imaginar qualquer alteração na ordem de distribuição de alguma das despesas sem reconhecer infalivelmente todos os efeitos que esta alteração deve produzir no sistema geral da ordem económica. Com efeito, o resultado desta alteração determinar-se-á imediatamente pelo acerto do cálculo final do Quadro, relativo ao total da reprodução anual avaliada ao preço corrente entre as nações comerciantes, a qual se achará aumentada ou diminuída, conforme a alteração sobrevinda tenha sido vantajosa ou prejudicial. Se se alterar um algarismo a esta ordem proporcional ou ao valor venal em moeda, a influência desta alteração estender-se-á a todas as partes do Quadro e exigirá um novo cálculo geral que conduzirá, por todos os lados, a outros resultados.

Vê-se no Quadro que as despesas produtivas são a origem das riquezas» (Quesnay, 1978, 147/9).

Parece-nos, para além de outros aspectos, que nessa leitura do trabalho produtivo há uma certa interligação entre os conceitos de produzir e de criar «coisas» materiais, de aumentar a «matéria» interveniente no processo produtivo.

Assim sendo, na revolução industrial, assente na indústria transformadora que, como o seu nome indica, transforma mas não cria «matéria», havia um problema teórico, quicá subjacente, inconsciente, carecendo de resolução. Esta é encontrada por Adam Smith que assenta toda a sua análise social, hoje designaríamos por económica, na divisão do trabalho, nas relações entre homens que tal implica. As suas concepções de divisão social de trabalho são imprecisas e incompletas, entrando em aparentes explicações históricas que a nada correspondem, mas é inegável o seu grande mérito de ter deslocado os conceitos económicos para as relações entre os homens.

No que se refere ao conceito de trabalho produtivo, Adam Smith aborda explicitamente o problema por diversas ocasiões, podendo-se dizer que ele tem duas definições que não são totalmente coincidentes:

«[1º] “De uma forma muito clara, Smith definiu o trabalhador produtivo como o que reproduz para o capitalista não só todo o valor dos meios de subsistência contidos no seu salário mas também um lucro. Só é produtivo o trabalho que produz capital”. [2º] Introduce um critério totalmente estranho à primeira definição: o factor tempo, ou mais exactamente o factor durabilidade. Durabilidade e materialidade são, de facto, noções próximas» (Nagels, 1974, 37/40).

Contudo, apesar dessa ambiguidade é claro para A. Smith o significado social do produtivo:

«Há um tipo de trabalho que eleva o valor do objecto a que é aplicado; há um outro que não produz tal efeito. Ao primeiro, porque origina um valor, pode chamar-se produtivo; ao segundo, improdutivo. Assim, o trabalho de um operário acrescenta geralmente, ao valor das matérias-primas a que se aplica, o valor da sua própria manutenção e o do lucro do patrão. O trabalho de um criado, pelo contrário, nada acrescenta a qualquer valor. Embora o patrão adiante ao operário os seus salários, ele, na realidade, não implica qualquer dispêndio para o patrão, uma vez que o valor desses salários lhe é, em regra, restituído, com um lucro, por meio do valor acrescido do objecto sobre o qual o operário trabalhou. Mas a manutenção de um criado nunca é recuperada. Um homem enriquece empregando grande número de operários e empobrece se mantiver uma multidão de criados.

O trabalho dos últimos tem, contudo, o seu valor e merece uma recompensa, tal como o primeiro. Mas o trabalho do operário fixa-se e corporiza-se em qualquer objecto particular ou mercadoria vendável, que dura, pelo menos, durante algum tempo após a conclusão do trabalho. É como se se armazenasse uma certa quantidade de trabalho para ser utilizada, se necessário, em qualquer outra ocasião. Esse objecto ou, o que é o mesmo, o preço respectivo, pode mais tarde, se necessário, pôr em movimento uma quantidade de trabalho igual à que lhe deu origem. O trabalho de um criado, pelo contrário, não se fixa nem se corporiza em qualquer objecto particular ou numa mercadoria vendável. Os seus serviços deixam, em geral, de existir

no próprio instante em que são prestados e raramente deixam atrás de si qualquer resíduo ou valor com o qual se torne possível obter, mais tarde, igual quantidade desse serviço» (Smith, 1981, I-581/2).

Como se pode ver desta passagem, se os funcionários públicos são apresentados como improdutivos, eles não seriam os únicos a acarretar esta designação, e certamente que mais importante que essa referência é a própria construção do conceito. É nessa selecção implícita, feita por todos quantos têm defendido a não intervenção do Estado na Economia, e na associação do conceito «improdutivo» a formas de expressão do pensamento corrente («tu és um improdutivo» é frequentemente sinónimo de «tu és um inútil») que nada tem a ver com o rigor dos conceitos, que está a transposição valorativa que aqui pretendemos expressamente afastar.

É em Marx¹²⁵ que nós encontramos a construção mais completa, não sem algumas incongruências e dificuldades de concretização prática, da teoria do valor e, associada a ele, do trabalho produtivo. Não é de estranhar pois ele é, em grande medida, um continuador de Adam Smith e Ricardo, construindo o edifício teórico mais completo do funcionamento global da economia, das determinações histórico-sociais das relações e dos comportamentos dos homens relacionados com a produção (problema a que dedicou capital importância, na continuidade de Smith, podendo-se afirmar que toda a sua análise económica é conduzida do ponto de vista da produção), a distribuição do rendimento (na continuidade de Ricardo, elaborando cuidadosamente o conceito de mais-valia e pormenorizando-o no concreto do sistema capitalista), a circulação das mercadorias (trabalhando cuidadosamente o conceito de moeda) e o consumo. Um continuador que chama a atenção para a importância da história e da dialéctica.

Sem dúvida que alguns problemas ficaram por resolver¹²⁶. Sem dúvida que ficaram por estudar os comportamentos económicos individuais, exigindo uma leitura diferente a partir do indivíduo (livre

¹²⁵Entre A. Smith e Marx está Ricardo, uma figura importante. Se a este se deve um aprofundamento do conceito de valor e da utilização deste conceito na explicação do funcionamento global da Economia, não é visível um directo contributo especial para a problemática do trabalho produtivo.

¹²⁶A passagem do valor ao preço e a periequação da taxa de lucro são exemplos consagrados, tantas são as polémicas que suscitou.

arbitrio), na dicotomia sociedade-indivíduo. Sem dúvida que a descodificação dos conceitos e a sua aplicação à realidade da sociedade capitalista exigiria a complexização do modelo assente na existência de duas únicas classes sociais. Sem dúvida que o devir do capitalismo exigiria desenvolvimentos importantes em diversas matérias¹²⁷. Sem dúvida que muito ainda havia a fazer para se compreender plenamente a dinâmica económica da sociedade capitalista. Contudo a evolução posterior assente nas teorias marginalistas (construídas em oposição a estas leituras, embora os seus autores se reivindicuem continuadores de Ricardo) mostraram, na nossa opinião, que teria sido mais proficuo utilizar o edifício teórico construído até Marx para estudar os temas que se tornaram o centro da investigação marginalista: os comportamentos individuais, a racionalidade, os mercados.

Há um autor que diz que os marxistas elaboraram uma teoria do valor julgando que estavam a construir uma teoria dos preços e os utilitaristas construíram uma teoria dos preços julgando que estavam a construir uma teoria do valor. Parece-nos uma síntese magistral, que mostra quão útil teria sido construir uma teoria dos preços assente na teoria do valor anteriormente edificada.

Vejamos, então, o conceito de trabalho produtivo em Marx¹²⁸.

Para caminharmos nesse trabalho é necessário ter em conta os três aspectos seguintes:

(1) Quando falamos em trabalho produtivo e associamos a sua realização a trabalhadores, temos que considerar o conjunto de trabalhadores que, organizados de uma determinada forma, participam de um determinado acto que designamos de

¹²⁷ Recorde-se que apenas o Livro I (em VIII) foi definitivamente escrito por Marx, recorde-se que era seu objectivo teorizar a economia internacional, o que acabou por nunca fazer

¹²⁸ A análise que aqui desenvolvemos é muito breve. No entanto o assunto é vasto e apresenta algumas diferenças, quicã contradições, entre diferentes textos de Marx. Por outras palavras, a pesquisa sobre este assunto exige um enormíssimo rigor metodológico e terminológico, uma abordagem da mesma realidade a partir de diferentes pontos de vista, um grande e pormenorizado conhecimento das obras de Marx e do marxismo. Por outro lado as consequências práticas (ex. para a construção de uma contabilidade nacional que reflecta a dinâmica das economias) e políticas são grandes.

Porque a nossa preocupação é explicar a natureza dos circuitos financeiros do ponto de vista do trabalho produtivo não precisamos de pormenorizar excessivamente para chegarmos a conclusões válidas. Para quem pretenda aprofundar este assunto aconselhamos a leitura de Nagels (1974). Originalmente foi editado pela Universidade de Bruxelas onde o autor ainda é professor. É um livro datado de 1974 mas que ainda hoje mantém toda a actualidade. À sua leitura apenas se deverá acrescentar a consulta das obras marxistas posteriores que abordem aquele assunto.

económico. Não é o trabalhador isolado, que tendencialmente desaparece em capitalismo, mas o *trabalhador colectivo* que devemos considerar. Por um lado temos que considerar a divisão social do trabalho e dentro de cada unidade económica (empresa) a divisão técnica do trabalho.

(2) Trabalho produtivo produz mercadorias, isto é, bens que são criados para serem transaccionados. Ora as mercadorias são simultaneamente *valor-de-uso* (possuem um conjunto de características que são reconhecidas por alguém como úteis, como capazes de satisfazer as suas necessidades) e *valor* (são o resultado do trabalho humano, tendo uma determinada quantidade de moeda que se expressa em moeda no processo de troca). É necessário ter em consideração estas duas faces da mesma realidade.

(3) As mercadorias (na sua produção, troca e consumo) estão – em capitalismo e é disso que estamos a falar – inseridas num processo de valorização, no movimento do capital, na criação de mais-valia.

Ser trabalho produtivo é criar mercadorias, mais exactamente criar capital-mercadoria.

Retomemos o movimento global do capital utilizando a simbologia anteriormente apresentada:

$D - M \dots P \dots M' - D'$

Façamos uma análise das suas diversas fases.

(A) Com dinheiro adquirem-se mercadorias: $D - M$

Essas mercadorias são as necessárias para existir o processo produtivo. Essas mercadorias são *força de trabalho* e *meios de produção* (máquinas e equipamentos, matérias-primas e materiais subsidiários). Esse dinheiro é parte de um ciclo do capital: é capital-dinheiro. Essas mercadorias são parte de um ciclo do capital: são capital-mercadoria.

Esse capital-mercadoria pode ser classificado de diversas formas. Na conceptualização marxista, expressando a criação e a transferência do valor, as duas classificações adoptadas são as seguintes: *capital variável* / *capital constante*; *capital circulante* /

capital fixo. A primeira é, para o que aqui nos ocupa, a principal. O capital variável cria valor novo (rendimento), o capital constante transfere o seu próprio valor. A força de trabalho é capital variável, as matérias-primas e as máquinas utilizadas são capital constante.

Porque a força de trabalho cria valor novo e só é pago no fim de um período de utilização (conforme a periodicidade dos pagamentos em vigor) para adquirir esta mercadoria não será necessário, à partida, dispor de capital-dinheiro, o mesmo não acontecendo com a compra dos meios de produção, pelo menos se não houver um crédito para pagamento desfasado da compra.

Estamos numa fase de circulação das mercadorias. Na compra pelo possuidor do capital-dinheiro. A venda será vista posteriormente. Se este ciclo se refere a um capital específico, a uma certa actividade, certamente que as mercadorias compradas, nesta fase, e vendidas, na seguinte, serão diferentes (no valor-de-uso e na quantidade de valor) mas se considerarmos como representação do movimento global do capital então apenas serão diferentes em quantidade de valor. Pretendemos, com tudo isto, dizer que alguns aspectos desta fase serão analisadas aquando da apresentação do processo de venda. Para já podemos dizer que as actividades exercidas nesta fase são *improdutivas*.

(B) Com meios de produção e trabalho produz-se: ...P...

Para que haja um processo de trabalho é necessário que haja a actividade pessoal do homem, a qual tem de incidir sobre um objecto de trabalho, utilizando para tal meios de trabalho. Quando estamos a falar na produção de mercadorias que são objectos (bens materiais) a utilização da força de trabalho (mercadoria) dá lugar ao trabalho e os meios de produção são o objecto de trabalho (ex. as matérias-primas ou a sua transformação) e os instrumentos de trabalho (ex. máquinas).

Quando essas mercadorias não são objectos (serviços) a utilização das capacidades de trabalho dá lugar ao trabalho, o objecto de trabalho pode não ser material, continuando a existir os instrumentos de trabalho.

O trabalhador colectivo que participa desta fase realiza um trabalho produtivo¹²⁹.

Contudo há actividades realizadas nas empresas participantes desta fase que não podem ser consideradas produtivas. São o que se costuma designar como despesas de circulação no seio da produção: actividades ligada à venda e compra (ex. *marketing*, publicidade) e à contabilidade.

(C) As mercadorias produzidas são vendidas: M' – D'

Mais uma vez estamos numa fase da circulação das mercadorias, na fase da sua validação social, isto é, de aceitação por outrém que as adquire. Para que o bem produzido seja efectivamente um bem económico, seja uma mercadoria, é necessário esse reconhecimento, assente no valor-de-uso. Mas para que um qualquer bem possa ser válido é necessário que seja posto à disposição do seu potencial comprador, o que exige uma determinada localização no espaço e no tempo. Não é quem está eventualmente interessado num bem que o deve ir procurar à fábrica mas o bem que deve estar disponível junto do comprador quando este o deseja adquirir.

Assim, a troca contra moeda, a venda, é um acto de circulação das mercadorias, logo o trabalho aí realizado, grosso modo, é *improdutivo*.

Contudo para que esta fase aconteça as empresas que se dedicam à venda têm que realizar algumas actividades que são despesas de produção

¹²⁹Também os serviços referidos são actividades produtivas? Quase que nos atrevíamos a dizer que nem o Marx saberia a resposta exacta, como o demonstram os escritos desencontrados ao longo da sua obra. Sejam mais concludentes, recorrendo, como é nosso hábito, a exemplos. Serão serviços procedimentos tão diversos como a consulta de um médico, a opinião de um advogado, a explicação de um professor, a injeção dada por um enfermeiro ou o concerto do cantor de rock. Muitas dessas actividades estão inseridas numa relação capitalista (há um empresário dessas actividades) mas muitas outras não: são o que designamos por trabalhadores por conta própria. No primeiro caso as suas capacidades de trabalho são objecto de transacção, são força de trabalho, mercadoria. No segundo caso essas capacidades de trabalho são utilizadas pelo próprio no exercício da sua actividade (como o artesão, passe a forçada similitude histórica). Recordem-se os três aspectos que deveriam ser tidos em conta na análise do problema do trabalho produtivo, particularmente o terceiro. Inserido num processo de valorização. Atendendo a esse critério os serviços realizados por trabalhadores por conta própria não podem ser considerados como produtivos, mas se forem realizados pelos mesmos profissionais inseridos numa empresa capitalista já poderão ser considerados desse modo. E no entanto estamos perante mercadorias e a mesma actividade. Este é um dos pontos de grandes divergências e debates que sendo importantes (aliás, atrevemo-nos a dizer que quase todas as teorias económicas, marxistas ou não, tendem subjectivamente a admitir que os bens económicos são bens materiais!), acabam para o nosso propósito irrelevantes, pois as actividades financeiras não se enquadram neste tipo de actividades, mesmo que correntemente se utilize a terminologia «serviços» para os classificar («o banco presta serviços financeiros»).

no seio da circulação: o transporte das mercadorias¹³⁰, o seu armazenamento e a sua conservação. Os trabalhadores (colectivos) que exercem essas actividades são produtivos.

Relembremos o que dissemos a propósito da fase D – M e facilmente verificamos que algumas coisas aqui ditas também se lhe aplicam.

Explicitemos, contudo um aspecto: pelo que aqui dissemos o transporte das mercadorias é uma actividade produtiva. E o transporte das pessoas? Toda a análise marxista conclui, com boa quantidade de argumentos válidos, que nesse casos estaremos perante actividades improdutivas. Contudo, não será totalmente «diferente», o transporte de pessoas que vão passear e o transporte de indivíduos que vão para a fábrica? Este último transporte não é similar ao que dissemos para o transporte das mercadorias? O capitalista comprou a força de trabalho mas a sua utilização exige que ela esteja durante um determinado período num certo lugar. Com efeito o transporte dos trabalhadores também deve ser considerado uma actividade produtiva¹³¹.

Eis aqui, de uma forma clara, o traçado das fronteiras entre o trabalho (as actividades, o conjunto de trabalhadores) produtivo e improdutivo¹³².

¹³⁰ Acrescentarão alguns autores: o armazenamento normal. Certo, o armazenamento que é necessário para que seja possível a referida validação social da mercadoria. Se estivermos perante um armazenamento especulativo (ex. guardar as mercadorias longe dos potenciais compradores para que a oferta escasseie e a procura aumente a sua agressividade, gerando-se potenciais aumentos de preços futuros), este não visa a validação social, antes pelo contrário, pelo que não pode ser considerado um prolongamento da actividade produtiva. De um ponto de vista conceptual esta clarificação é perfeitamente válida. Contudo, em algumas situações, a precisão do que é normal ou anormal tem muito de impreciso e especulativo.

¹³¹ Tratando-se de uma situação de fronteira, mais uma vez as controvérsias são muitas. Perfilhamos a posição de Nagels:

«Apesar de tudo parece-nos mais lógico considerar o transporte de força de trabalho em conexão com ...P... pois o transporte do local de trabalho para o domicílio é indispensável à utilização da força de trabalho no local de trabalho, exactamente da mesma maneira que o encaminhamento das matérias-primas é indispensável ao funcionamento do aparelho de produção» (1974, 153).

¹³² Temos vindo a insistir sobre algumas dificuldades desta construção teórica, sobre a existência de espaços nebulosos que escapam a uma classificação inequívoca. Contudo, tal não nos impede de aqui a designarmos de clara. As referidas ambiguidades resultam essencialmente de três aspectos:

(1) Estamos sempre a tratar de um trabalhador colectivo, mas fica por esclarecer onde termina esse trabalhador colectivo. Exemplifique-se com uma fábrica que produz automóveis. Não há dúvida que todos os operários que estão na cadeia de produção procedendo a uma operação que, junto com as outras, conduz ao aparecimento do automóvel, fazem parte desse trabalhador colectivo. E os técnicos e operários que fazem os testes finais? Certamente que também pertencem. E os supervisores que fiscalizam a cadeia de produção e resolvem qualquer problema que surjam? Quase todos afirmarão

E em todas estas análise fica bem claro que as actividades bancárias¹³³, em primeiro lugar, e as financeiras, complementarmente, são actividades improdutivas:

«Através das suas operações de crédito a banca não produz nenhum valor, ela trabalha unicamente graças à margem de lucros que obtém através do empréstimo de fundos. Noutros termos, graças aos lucros que açambarca pelo turgimão da redistribuição de fundos» (Nagels, citando Kawakami, 1974, 199).

Assim como o são os serviços financeiros das empresas globalmente integradas em ...P... (contabilidade, factoring, relações com intermediários financeiros, etc.).

Com os utilitaristas (marginalistas, neoclássicos)¹³⁴ a problemática do trabalho produtivo desaparece dos modelos económicos. Existem

que também pertencem. E os engenheiros da fábrica que conceberam a cadeia de produção e procuram introduzir-lhe modificações de forma a aumentar a produtividade da empresa? Haverá vários autores que dirão que não são produtivos, mas a maioria tenderá a defender que também pertencem ao trabalhador colectivo produtivo. E que dizer dos engenheiros que trabalham não na organização da fábrica mas no desenvolvimento de novos produtos? Bom, aí as divergências já serão maiores, principalmente se estivermos a analisar a situação actual, em que a ciência e a técnica têm uma intervenção cada vez maior na actividade das empresas. E assim sucessivamente.

- (2) O modelo de análise marxista, como qualquer modelo, parte de uma simplificação: estamos perante um modo de produção exclusiva e plenamente capitalista. Contudo a realidade, sobre que Marx frequentemente insistiu, é diferente: há diversas actividades e agentes intervenientes que não se enquadram nas relações de produção capitalistas. Aí surgem os desajustamentos a que fizemos referência anteriormente.

- (3) As leituras micro-económicas e macro-económicas são frequentemente diferentes: «Porquê despesas, que parecem produtivas ao nível micro-económico, tomam-se improdutivas a nível macro-económico?» (Nagels, 1974, 208) referem alguns autores marxistas. Exemplifiquemos. Um empresário investe na venda porta-a-porta de um produto. Ele não se ocupa nem do armazenamento, nem de conservação, nem de transporte. Apenas tem os seus vendedores a contactar potenciais clientes e quando alguém quer adquirir limita-se a mandar a informação para outra empresa que se encarrega da entrega. É uma actividade estritamente comercial. Do ponto de vista macro-económico ela é, como vimos, improdutiva. No entanto o empresário que se meteu nesse negócio paga aos seus vendedores um salário e tem um lucro, pois cobra uma percentagem ao produtor e armazenista dos bens. Do ponto de vista micro-económico o capital é valorizado, parecendo estar-se numa actividade produtiva. Podemos dizer que nestas situações há um primado do macroeconómico sobre o microeconómico ou, se quisermos dizer de outra maneira, as leis do valor só podem ser entendidas analisando-se o conjunto da economia, a distribuição da mais-valia faz-se entre empresas do mesmo e de diversos sectores de actividade. Daí a grande importância da distinção entre produção de mais-valia e apropriação de mais-valia.

¹³³ Estamos a falar de actividades bancárias puras: concentrar massas de capital-dinheiro disponíveis e colocá-las à disposição de quem as pretenda utilizar, concessão de crédito. Se um banco decidir vender loiça aos seus balcões já estamos perante uma actividade comercial. Se se decidir meter na produção de livros para comercializar já estamos numa actividade produtiva.

¹³⁴ Esta terminologia é suficientemente imprecisa para exigir alguns esclarecimentos adicionais. Com Ricardo «acaba» a escola Clássica. Marx é em grande medida um continuador da sua obra, aprofundando o conceito de valor e analisando até às últimas consequências a sua teoria da repartição do rendimento. Mas é um continuador que se insere no materialismo histórico, na dialéctica e numa leitura de classe diferente, concluindo pela existência de razões objectivas para o fim do capitalismo. Em oposição a estas teses, com ou sem conhecimento aprofundado delas, surgem diferentes autores que, afirmando-se continuadores de Ricardo constroem teorias e modelos, com «acentuadas diferenças de estrutura» (ROLL, 1950, II, 12) em relação ao seu anunciado inspirador. Esses autores vivem em diversos países, sofrem influencias diversas (positivismo de Comte, filosofia política hedonista, contexto social em que

diversas razões para que tal aconteça, as quais se articulam entre si. A primeira resulta de toda a análise se basear na utilidade: como vimos não é por esse prisma que o problema pode ser estudado. A segunda resulta dos modelos se centrarem na procura e na oferta, logo troca, e ser na produção e na repartição dos rendimentos que o problema do trabalho produtivo surge com mais acuidade. A terceira porque numa aparente lógica positivista as atenções concentram-se na simultaneidade ou sequência dos fenómenos, utilizando as noções de causalidade num sentido diferente. Finalmente, englobando tudo que aqui foi dito, a Economia deixou de estudar as relações entre os homens (através das coisas: bens económicos, moeda, etc.) e passou a estudar a relação do Homem (frequentemente numa leitura solipsista) com as coisas (onde ressalta a utilidade). Ora o estudo do trabalho produtivo exige as coisas (além de criação de valor é criação de valor-de-uso), mas considera sobretudo as relações entre os homens.

Muitos dos autores utilitaristas nem sequer abordam a questão do «produtivo», mesmo autores que apreciaram mais as polémicas político-ideológicas que o aprofundamento das novas concepções, como é o caso de Bohm Bawerk¹³⁵. No entanto Marshall, com o rigor da sua análise, com a preocupação em abordar expressamente os problemas difíceis, com a sua postura ética de resolver os problemas da degradação das condições de vida de uma grande parte da população, trata do assunto. É interessante lermo-lo:

«Diz-se, às vezes, que os comerciantes não produzem; que enquanto o marceneiro faz a mobília, o negociante de móveis vende apenas o

se integram e estudam, maior ou menor conhecimento da história económica e dos autores anteriores), elaboram modelos com preocupações muito diversas (desde os modelos de equilíbrio geral – considerando o conjunto da economia – aos chamados modelos de equilíbrio parcial – análise de cada mercado *per se*) mas tem em comum o facto de privilegiarem a utilidade e a procura, aceitarem a lei da utilidade marginal decrescente e centrarem a metodologia de estudo nas análises diferenciais (o que acontece com a variação de uma unidade?). Por isso, apesar da diversidade de posições, podem ser genericamente englobados na Escola da Utilidade Marginal. Também são por vezes considerados como os continuadores dos clássicos, cuja referência ninguém põe em causa. Dai as diferentes designações utilizadas. Posteriormente Keynes veio introduzir uma nova ruptura, dando lugar ao keynesianismo, consagrado pela defesa da intervenção do Estado e das políticas económicas de curto prazo. Aquelas correntes vieram a integrar em alguma medida essas novas contribuições através da síntese neoclássica.

¹³⁵Um dos economistas que pertence à escola marginalista ou utilitarista. A sua obra principal, *A Teoria Positiva do Capital*, foi publicada pela primeira vez em 1889. Para além de economista foi homem político. Arguto, utilizando a violência verbal nos seus debates, foi dos poucos autores desta escola e período que atacaram directamente Marx.

produto já elaborado. Mas não há fundamento científico para tal distinção. Ambos produzem utilidades, e nenhum deles pode fazer mais: o negociante de móveis movimenta e dá novo destino à matéria, a fim de dar-lhe maior serventia do que antes e o carpinteiro não faz mais nada. (...) É bem verdade que às vezes há mais comerciantes que o necessário, e, quando isso acontece, há sempre desperdício. Mas há também desperdício onde houver dois homens num arado que pode ser manejado por um único. Em ambos os casos, todos os que estão trabalhando produzem, embora talvez em pequena escala. (...) O Consumo pode ser considerado como produção negativa» (Marshall, 1988, I, 66).

Este exemplo não é muito feliz porque o comerciante desenvolve diversas actividades produtivas, nomeadamente algumas que são referidas no texto, mas são claras as diferenças de análise expressas no texto em relação a esta problemática: diferença de nível de abstracção/concretização, centragem na utilidade. E, como vimos, tudo é útil (positiva ou negativamente para utilizar a sua terminologia). Se viesse a aceitar a dicotomia entre produtivo/improdutivo seria através da existência ou não de utilidade marginal positiva no trabalho realizado.

As actuais correntes económicas dominantes (neoclássicos, liberais, neoliberais) são um prolongamento desta leitura da relação homem-coisa, da utilidade, com agravante de frequentemente transferirem o objecto da Ciência Económica da «produção, distribuição, circulação e consumo» para a «gestão dos recursos escassos com utilizações alternativas»¹³⁶.

Porque se centram na utilidade continuam a ignorar a questão do trabalho produtivo. Porque se deslocam da objectividade (estudo das leis da produção...) para a normatividade (gestão óptima) não há a mínima possibilidade de pensarem na existência da problemática do trabalho produtivo.

¹³⁶ Trata-se de uma grande modificação de objecto científico. Dentro desta definição genérica há depois variantes. Alguns falarão em «gestão óptima» e resvalam da positividade para a normalidade. O mesmo acontece quando se fala apenas em gestão mas considera-se que ela é exercida pelo Homem economicamente racional. Para uns essa «gestão» aplica-se apenas à produção, repartição, distribuição e consumo, mas outros tendem a aplicar a todas as situações: da família à organização sindical, da demografia ao Estado.

Por isso nos livros actuais¹³⁷ verificam-se três atitudes:

a) Reproduzir, de alguma forma, o que encontrámos em Marshall¹³⁸:

«Sabemos que o homem tem necessidades que o impelem a adquirir coisas aptas à sua satisfação, a que chamámos coisas úteis ou riquezas. No meio que o cerca vai o homem encontrar os elementos de que carece para esse efeito; torna-se-lhe, porém, necessário adaptar esses elementos às suas necessidades, e, para isso, proceder, em maior ou menor grau, à sua *transformação*. É nessa transformação que consiste, antes de mais a *produção de riquezas*. (...)

Mais amplo é o conceito que o economista tem da produção. Tendo em vista a satisfação da necessidade, ou seja, a utilização final do produto, o economista não liga necessariamente à ideia de produção o sentido de uma transformação física. Aos seus olhos, a produção consiste em tudo o que tende a *adaptar os elementos naturais às necessidades*, ou mesmo a aproximá-los da sua utilização. O *transporte* de tais elementos, como as mercadorias ou matérias-primas, fará, assim, parte do processo de produção, analogamente à *transformação* propriamente dita desses elementos.

Finalmente, até aqueles cujo papel se limita a facilitar as trocas, comerciantes por grosso e a retalho, banqueiros, correctores, etc. serão ainda produtores, para o economista, pois, contribuindo para colocar os diversos produtos à disposição dos consumidores, identicamente contribuem para o desenvolvimento e remate do processo de produção. (...)

Temos de considerar *todo o acto gerador de riqueza*¹³⁹ como um *acto de produção*» (Nogaro, 1951, III-38/40).

b) Transformar o problema numa questão técnica: como avaliar contabilisticamente a utilidade?

O problema está automaticamente resolvido se há um mercado e um preço que se pode atribuir ao bem, se a entidade que a desenvolve tem

¹³⁷Os livros de introdução à Economia a nível universitário são uma boa amostra para apreciação do problema porque, em princípio, é sua missão levantarem as certezas que hoje existem neste espaço científico, colocarem as grandes problemáticas e, eventualmente, referir em alguns dos desafios do futuro.

¹³⁸No texto que reproduzimos de seguida aparece uma subtiliza interessante: trabalhar sobre o conceito de produção utilizando exemplos que são incontestavelmente de actividades produtivas; depois aplicar a mesma lógica a outras actividades económicas radicalmente diferentes.

¹³⁹[nota exterior à transcrição] O que teríamos que perguntar é se é geradora de riqueza nova na sociedade (mais rigorosamente, criadora de rendimento) ou geradora de riqueza nova individual (a qual pode caber também na situação anterior ou ser uma mera redistribuição de rendimento, ou riqueza, entre indivíduos da sociedade).

uma contabilidade. Nas outras situações (actividade do Estado, autoconsumo, actividade no agregado familiar, etc.) procuram-se expediente indirectos.

c) Ignorar o problema.

A problemática da distinção produtivo/improdutivo continua a fazer todo o sentido.

O seu desaparecimento da Economia dominante não é, na nossa opinião, uma desadaptação do problema à realidade mas uma manifestação da incompletude da teoria oficial.

financiarização

Podemos de uma forma simplista designar por actividades financeiras todas as que apresentam como sua característica principal uma relação de crédito¹⁴⁰. Porque a emissão de moeda está actualmente estreitamente relacionada com as operações de crédito, as actividades monetárias são frequentemente englobadas nas referidas actividades financeiras.

A diversidade de operações englobáveis nesta designação financeira é imensa, como teremos oportunidade de exemplificar daqui a pouco. Nas actividades financeiras participam instituições que só accidental ou complementarmente nelas intervêm («não financeiras»), como por exemplo as empresas agrícolas, industriais ou comerciais, as famílias) e outras que se especializam nesses «mercados» («financeiras») como por exemplo os bancos ou outras instituições que acumulam grandes quantidades de recursos monetários que ficam disponíveis para operações de crédito ou de capital fictício¹⁴¹:

¹⁴⁰Não se confunda ou relacione directamente actividade financeira com capital financeiro. Este mesmo termo pode ter significados muito diversos conforme a corrente económica que o utilize. Na terminologia actual ele pode significar o conjunto dos capitais individuais ou institucionais envolvidos em actividades financeiras, mas na terminologia marxista significa o resultado da «articulação» ou «fusão» do capital industrial (que se dedica à agricultura, indústria ou qualquer outra actividade dominantemente produtiva) com o capital bancário (que se dedica à aglomeração do capital-dinheiro disponível e sua cedência creditícia aos capitalistas que dele necessitam).

¹⁴¹Precisemos um pouco o significado deste termo, começando por um exemplo. Quando A compra uma obrigação que foi lançada «em primeira mão» por B, A está a conceder um crédito a B. O título obrigação é o documento do contrato estabelecido entre eles: define a taxa de juro, o prazo de reembolso, cria os mecanismos para a sua execução automática. Quando A vende a C esse título não há qualquer financiamento de uma actividade, mas tão somente a transferência dos direitos (de juros e de reembolso) de A para C e quando C vende a D e D vende a E temos processos de compra e venda do título que já não está relacionado com o crédito à instituição que necessitava de capital-dinheiro. Falamos então de capital-fictício. Fictício num duplo sentido: (a) para o dinheiro ser capital (capital-dinheiro) tem de fazer parte de um ciclo de criação de mais-valia; este dinheiro não faz; (b) com as compras e vendas de títulos há lucros e prejuízos para quem participa, pelo que do ponto de vista individual parece tratar-se de uma actividade capitalista como qualquer outra; contudo não sendo uma actividade produtiva é uma redistribuição de rendimentos.

organismos colectores de poupanças, fundos de pensões, companhias de seguros, Tesouro Público, etc.). Como este último exemplo refere a natureza jurídica dos intervenientes financeiros nessas actividades pode ser muito diversa (públicas – Estado ou empresa – ou privadas) funcionando das formas mais diversas (recolhendo contribuições para reformas, fazendo seguros, concedendo crédito aos associados, assumindo a forma de mercado de títulos, incidindo sobre acontecimentos passados ou futuros, etc.) e com âmbitos geográficos também muito diferentes (desde instituições tipo bancário de âmbito tendencialmente local – ex. algumas Caixas de Crédito Agrícola – ou sectorial – sistemas de segurança social e reforma para trabalhadores de um sector de actividade – até mundial – algumas bolsas de valores).

Entre estas diversas entidades e entre as actividades exercidas por cada uma sempre existiram relações: uma parte dos depósitos de uma instituição local pode ser aplicada em títulos num mercado internacional ou um banco comercial pode conceder crédito ao Tesouro Público. O tipo de relações depende de múltiplos factores, com destaque para o tipo de sistema monetário internacional existente, natureza, capacidade e estrutura das instituições privadas e públicas intervenientes nos circuitos financeiros e quadro jurídico que regulamenta directa ou indirectamente essas actividades.

A globalização tem reforçado essas relações (tendendo para a criação de um «mercado financeiro mundial») ao mesmo tempo que acelera a circulação da informação e a concretização das operações (no que os sistemas informáticos têm um papel insubstituível) e concomitantemente diminui o rácio entre os montantes de dinheiro imobilizado para fazer face a qualquer eventualidade e os montantes de dinheiro e crédito movimentados.

Para percebermos melhor as relações entre actividades produtivas e improdutivas passamos à apresentação de alguns exemplos¹⁴² de operações de crédito para melhor as localizar no ciclo do capital, simbolicamente representado por $D - M...P... M' - D'$.

¹⁴² Com a sofisticação que os mercados financeiros têm actualmente seria possível encheremos muitíssimas páginas com exemplos. Poderia ajudar a perceber o tipo de actividades financeiras que atingem os astronómicos valores que apresentámos anteriormente. Contudo nunca se atingiria o universo, em permanente mudança, e afastar-nos-íamos dos nossos propósitos. Seremos breves.

Primeira situação:

A empresa BeloLago depois de observados todos os preceitos legais emite um lote de obrigações que são postas à venda na Bolsa. Tratando-se de uma empresa que tem vindo a apresentar bons resultados contabilísticos, que anunciou um programa de investimentos associados a esta emissão e que é administrada por um conjunto de técnicos credíveis, o Fundo de Pensões «Futuro Risonho» resolveu adquirir 30% da emissão.

Que se passou? A empresa precisava de financiamento para os anunciados investimentos. Atendendo aos seus montantes, taxas de juro em vigor e legislação fiscal decidiu emitir obrigações. Quem adquirir um desses títulos está a conceder um crédito à empresa, reembolsável das formas anunciadas, com as taxas de juro igualmente afirmadas. A empresa vai utilizar esse dinheiro resultante da venda dessas obrigações na compra de máquinas, em acções de *marketing*, etc., de acordo com as necessidades da empresa. Por seu lado o fundo de pensões, utilizando o dinheiro disponível ou vendendo título menos rentáveis que os agora anunciados, mobiliza o seu dinheiro na compra desses títulos.

No momento da emissão das obrigações temos uma «declaração» da empresa de que pretende financiar-se em certas condições. Quando as obrigações são transaccionadas temos para quem compra D – Ob e para quem vende Ob – D. Em síntese D – Ob – D. Porque Ob não é uma mercadoria mas apenas um título comprovativo de um crédito, utilizando a simbologia anterior, temos D – D que permitirá num momento futuro D – M por parte da empresa. A operação económica descrita permite muitos comportamentos económicos e sociais (para comprador e vendedor, directa ou indirectamente, de imediato ou no futuro, ...) mas, de facto, estamos perante uma relação de crédito. Não há produção, logo não há criação de valor novo.

Houve a utilização de dinheiro que resultava de salários (dando lugar ao fundo de pensões) para financiar uma empresa (vamos admitir que é de um sector produtivo) «convertendo» aquele dinheiro em capital-dinheiro.

Essa utilização é útil, é necessária, é honesta, é vantajosa para credor e devedor, é conveniente para a economia nacional, mas não é produtiva.

Segunda situação:

Retomando o exemplo anterior, a empresa BeloLago em vez de ter optado pela emissão de obrigações fez um aumento de capital e lançou acções. Diversas razões podem ter levado a essa opção diferente: os actuais accionistas já terem o controlo da empresa em assembleia geral e o aumento do capital funcionar na prática como um financiamento ou, antes pelo contrário, estarem disponíveis para a entrada de novos accionistas com capacidade de decisão e integração no conselho de administração; em vez de se comprometerem a pagar um juro previamente estabelecido «remunerarem o capital» do financiamento em função da evolução dos negócios; admitirem que a emissão de acções seria mais atractiva para os financiadores conseguindo melhores resultados em bolsa, podendo até obter um financiamento superior ao formalmente estabelecido (acções serem vendidas acima do valor nominal). Juridicamente estamos perante uma situação diferente: a venda/compra dessas acções não é uma operação de crédito, mas a participação no capital social da empresa: $D - Ac - D$. Mais uma vez temos uma operação de financiamento: $D - D$. Poderá dar lugar futuramente lugar a actos produtivos, mas esta operação em si continua a não ser produtiva.

Terceira situação:

A entidade K (empresa, financeira ou não financeira, ou mero cidadão, pouco interessa para o caso) foi uma das compradoras das citadas acções da empresa BelaLago. Elas tinham o valor nominal de 5 € mas foram transaccionadas durante a Operação Pública de Venda por 5,63 €. Em Março do ano seguinte a empresa apresentou bons resultados e a bolsa de valores de Lisboa regista uma tendência de aumento generalizado das cotações das acções acompanhando a evolução mundial¹⁴³. As acções passaram a estar cotadas a 6,87 €, encontrando compradores a esse preço. A entidade K decidiu vender o lote das suas acções, sendo a entidade J a compradora da totalidade. Temos pois $Ac - D$ para o vendedor e $D - Ac$

¹⁴³Para não confundir a terminologia aqui utilizada com a exposta frequentemente nos órgãos de comunicação social chamamos a atenção que estamos a *descrever* uma situação fictícia e *não a encontrar as causas* de uma determinada evolução favorável. A ligeireza com que frequentemente se apresentam as justificações da evolução na bolsa é verdadeiramente confrangedora de uma leitura científica. Dinâmicas conjunturais têm explicações causais estruturais e conjunturais. A compreensão das relações de simultaneidade podem ser muito úteis para diversos fins, e são-no, mas não podem ser identificados com relações de causalidade.

para o comprador. Em síntese, $D - Ac - D$. Juridicamente o que aconteceu? K transferiu para J a participação no capital social da empresa BeloLago com o correspondentes direitos: receber uma parte dos lucros da empresa, participar nas assembleias gerais e aí tomar decisões. Economicamente houve uma redistribuição de rendimentos ou riqueza. A empresa BeloLago não foi economicamente afectada pela operação: não obteve mais capital-dinheiro fosse para o que fosse. É certo que futuramente pode esta operação ter impactos sobre a empresa: J pode ter um capital social da empresa diferente da que tinha K, a sua participação nas assembleias gerais da empresa pode ser diferente, podendo até tomar conta do conselho de administração. Tudo isso pode afectar futuramente a vida da empresa, mas não tem envolvimento no ciclo produtivo desta. Há $D - D$ mas não há sequer $D - M$. D parece capital (permitiu a K obter um ganho bruto por acção de 1,14€ e J receberá dividendos) mas de facto não participa do ciclo do capital porque em nenhuma das suas fases há a criação de mais-valia. Trata-se de capital fictício. Nesta situação não houve qualquer actividade produtiva na compra e venda das acções.

Quarta situação:

A empresa onde o Fernandes trabalha depositou o seu salário na sua conta no Banco Mediterrâneo. Para Fernandes é (quase) o mesmo que a empresa pagar-lhe o salário em notas e moedas (ou em cheque) e ele, por sua vez ir depositá-lo. Para a empresa é mais prático (é uma ordem de transferência) e para o banco a garantia de que todos os meses tem um depósito correspondente à totalidade dos salários dos trabalhadores daquela empresa. Do ponto de vista jurídico o Fernandes fez um depósito à ordem no BM. Rigorosamente Fernandes fez um crédito (de curto prazo) ao banco, embora na prática a confusão entre esta efectiva situação e a aparência que o BM está «a prestar um serviço» ao Fernandes e o grande peso institucional da banca façam com que haja mais probabilidade de Fernandes «ter de pagar ao BM pelo serviço» que «BM pagar juro a Fernandes pelo crédito que este lhe concedeu»¹⁴⁴. Seja mantendo a forma de «moeda bancária» (a empresa deu uma ordem de transferência da sua conta para a conta de Fernandes) seja passando de

¹⁴⁴Não estamos a jogar com as palavras mas a descrever efectivamente a situação. Se atendermos a que há muitas centenas de milhões de «Fernandes» facilmente verificamos quanto os bancos ganham com o «negócio».

«moeda nacional» a «moeda bancária» (se Fernandes tivesse recebido em notas fosse depositar), Fernandes concedeu um crédito: $D - D$.

O Banco Mediterrâneo sabe que os salários não serão movimentados todos ao mesmo tempo de imediato. Sabe por experiência e determinação legal que se tiver apenas uma sua parte em caixa (por exemplo 10%) não correrá o risco de não satisfazer as solicitações de dinheiro feitas pelos seus depositantes. Mais, sabe que caso tenha, por razões pouco previsíveis, uma situação de emergência pode recorrer ao crédito do banco central nacional ou comunitário, pode recorrer ao crédito dos outros bancos ou jogar pressões políticas para resolver a sua situação. Além disso sabe que muitos dos seus depositantes pedirão para transferir parte dos seus depósitos para outras instituições, mas que os depositantes de outras instituições farão o mesmo, havendo um fluxo de «entrega a outrém» e de «recebimento de outrém». Em síntese, pode utilizar uma grande parte dos montantes depositados no banco (neste exemplo 90%, não entrando em conta com os efeitos em cadeia, os efeitos multiplicadores) para aplicações várias.

É dentro desse contexto, que desconhece, que a empresa textil Transmontana pediu ao Banco Mediterrâneo um empréstimo de 1.000.000 € para pagar em três anos e este concedeu-lho (o que corresponde a registar na conta da Transmontana esse montante a crédito). Não sabemos se a Transmontana vai utilizar esse montante na compra de terrenos, de máquinas, de pessoal ou tão somente vai comprar acções na bolsa de Singapura. É certo que o BM pretendeu informar-se das finalidades do crédito seja por questões de garantia do negócio seja por registo adequado de acordo com a legislação fiscal. Mas o que interessa aqui é que entre o MB e a T houve uma operação do tipo $D - D'$. Uma operação de crédito.

Juntando as duas fases do exemplo, que descrevem no essencial a actividade bancária (captar dinheiro disponível e conceder créditos a quem necessita, tendo um diferencial entre o juro que paga, ou não paga, a quem faz depósitos, e o juro que recebe de quem lhe deve) temos $D - D'$. Não há actividade produtiva.

E os exemplos deste tipo podiam multiplicar-se. O facto dos intervenientes serem particulares ou empresas, serem bancos ou outras

empresas financeiras, ser crédito nacional ou internacional, concedido a particulares ou a países não altera a natureza das operações.

Apesar dos muitos exemplos anteriores, para dar uma ideia da «sofisticação dos circuitos financeiros» corremos o risco de apresentar mais alguns exemplos. É importante que se perceba claramente que aquela formulação pretende frequentemente significar «expansão do capital fictício».

Actividade bancária, bolsas de acções e obrigações, compra e venda de títulos sobre acontecimentos passados ou futuros, cartões de crédito, *facturing*, *leasing*, transacções de obras de arte, moedas, selos ou outras peças de coleccionismo e muito mais constitui uma imensidade operações frequentemente designadas de «titularização»¹⁴⁵. Como afirma González,

«procurando uma maior expansão do conceito, define o processo como todo o que implica, em alguma fase ou estágio, a compra ou venda de activos financeiros, conectando directamente quem procura e quem oferece através dos mercados financeiros» (2002, 27)¹⁴⁶.

É interessante referir complementarmente que a legislação específica sobre as operações de titularização intensifica-se e assume contornos diferentes a partir da segunda metade da década de 80 do século passado o que reforça a estreita associação temporal entre este tipo de operações e globalização.

¹⁴⁵Mais em pormenor:

«Existem diversos entendimentos do que é a titularização. Inicialmente, o termo era aplicado ao processo de desintermediação (a substituição das funções de intermediários financeiros pela emissão directa de títulos pelas empresas para os investidores). Mais recentemente, titularização passou a descrever o processo de *pool* de activos relativamente homogêneos, mas ilíquidos, sua autonomização, mudança de titularidade e emissão de valores representativos.

O processo de titularização encontra-se ainda pouco divulgado no nosso país. Contam-se pelos dedos as operações efectuadas com sucesso. No resto da Europa, por outro lado, encontramos diversos mercados bem sucedidos: Cédulas Hipotecárias em Espanha, Pfandbriefe na Alemanha, Obligation Foncières em França, entre outros. De qualquer das formas, o grau de desenvolvimento na Europa não é minimamente comparável com aquele que podemos encontrar nos Estados Unidos onde operações de titularização são frequentemente utilizadas como forma de financiamento.» (Pires & Outros, 2000, 2)

¹⁴⁶A utilização deste livro exige alguns comentários à margem. Este livro resulta de uma tese de doutoramento. 322 páginas são dedicadas ao estudo da titularização em Espanha e no mundo e podemos considerar que um trabalho académico de valia. Se algumas falhas informativas existem também é

Eis três operações descritas por González no capítulo «Outras titularizações», referindo situações ainda difíceis de classificar, mas que frequentemente apontam os caminhos de inovação futura.

Exemplo 1: National Football League (NFL);

«Também em 1998, a NFL emitiu títulos num valor de 600 milhões de dólares com vencimento a 10 anos. Parte dos direitos de televisão associados a contratos assinados pela NFL, concretamente os acordados com a ABC, a CBS, a Fox e o canal pago desportivo ESPN constituíam os activos que suportavam a operação. Os títulos eram da classe *passthrough*¹⁴⁷, tendo a operação sido dirigida e concebida pelo NationsBanc Montgomery Securities.

É preciso ter em consideração que os direitos de imagem da NFL pressupõem contratos de quase 18.000 milhões de dólares e que, além dos anteriormente referidos, a operação também se apoia nos lucros que a NFL obtenha pela sua comercialização.

A operação obteve a qualificação de AAA por parte da Standard & Poor's, na medida em que os direitos televisivos eram mais que suficientes para fazer face ao pagamento dos juros e do reembolso e foi concretizada sem ser através de operação pública de venda. Este é um dos riscos que os titulares dos títulos devem suportar, pois no balanço da NFL não se isolam dos restantes os activos que suportam a operação. Além disso devem fazer face a um outro risco: a duração dos títulos é, pelo menos três anos superior ao

verdade que trata uma matéria muito extensa e em constante mudança. Contudo o objectivo da obra está nas 20 páginas finais, explicitado no subtítulo do livro: «com especial referencia a la filatelia». Assim é porque o capítulo final é normalmente o culminar dos objectivos do trabalho de investigação mas também porque estava em jogo um «prémio» dado por uma instituição que se dedica a «operações de crédito» na base dos selos. Ora acontece que se a primeira parte do livro tem muitas virtudes, a segunda tem essencialmente defeitos: deficiente informação, cálculos baseados em amostras não representativas, estimativas económicas de validade duvidosa. Curiosamente refere-se a Portugal. Curiosamente a Afinsa é a única entidade com catálogo (com cotações) de selos portugueses. Curiosamente Afinsa e Fundação Albertino de Figueiredo, editor de livro que ganhou o seu prémio, têm organizado diversas exposições de promoção dos selos portugueses. Curiosamente Albertino de Figueiredo concorre nas exposições competitivas com uma colecção de selos portugueses clássicos e escreveu recentemente um livro sobre selos portugueses. Curiosamente os meios de informação portugueses tão esquecidos da filatelia e de outras actividades lúdicas entrevistam-no e fazem longos artigos sobre as vantagens do financiamento em filatelia. Haveria outras curiosidades a citar destas actividades mas aqui ficam apenas dois reparos de natureza diferente: (a) muitas vezes o marketing é a única face válida da titularização; (b) não se devem confundir actividades de coleccionismo com financiamento; se alguém é coleccionador de selos essencialmente pelo seu valor ou é um dos raros conhecedores de certo tipo de peças de colecção, podendo sem risco juntar o útil ao agradável (mesmo assim com dificuldades de liquidez) ou é melhor desistir desde já para não ter graves desilusões futuras.

¹⁴⁷ Tipo de títulos associados a hipotecas. Tiveram origem nos EUA, tendo os primeiros surgido em 1970 (Pires & Outros, 2000)

dos contratos que garantem a operação, pelo que os possuidores dos títulos devem confiar na habilidade da NFL para vender os seus direitos de imagem.

Diferentemente da operação anterior, a NFL tem uma razão poderosa para titularizar parte dos seus rendimentos futuros: os elevados investimentos em capital que os clubes de futebol têm que enfrentar cada temporada. Já em 1998, a liga aumentou o limite máximo de endividamento de cada clube de 75 milhões para 100 milhões. Apesar deste aumento, as equipes integrantes da NFL ainda têm que recorrer ao patrocínio de empresas privadas para fazer face aos projectos com custo elevado, como são as renovações dos seus estádios.»

Exemplo 2: Os «Bowie Bonds»:

«Em fevereiro de 1997 o cantor britânico lançou no mercado títulos no valor de 55 milhões de dólares com uma vida de 10 anos e um rendimento de 7,90%. O activo de suporte desta operação foram os directos de autor de mais de 100 canções, todas elas propriedade de David Bowie. Entre estas canções estão alguns dos discos de ouro – mais de 500.000 exemplares vendidos – conseguidos por Bowie, tais como «The Rise and Fall of Ziggy Stardust and the Spiders from Mars», «Aladdin Sane», «Diamond Dogs», «David Live», «Young Americans», «Station to Station», «Never Let Me Down» e «Sound + Vision». Estão também outros que obtiveram a categoria de discos de platina – mais de um milhão de discos vendidos – tais como «Changes One Bowie», «Let's Dance», «Tonight» e «Changes Bowie». A lista não englobava gravações presentes ou futuras. Esses direitos foram trespassados a um Fundo, o DJT Royalty Finance Co., gerido pela empresa Jones/Tintoretto Entertainment Company (LLC) Music Royalty Organization, que foi quem realmente emitiu os títulos. A operação foi desenhada, dirigida e assegurada pelo banco de investimentos americano Fahnestock & Co Inc.

A emissão foi lançada no mercado a través de uma colocação privada e foi adquirida na sua totalidade pela seguradora Prudential Insurance Co. of America. Obteve a classificação A3 pela agência Moody's Investors Service.»

Exemplo 3: AC Fiorentina:

«No outono de 1998, o Fiorentina transformou-se no segundo clube de futebol italiano a recorrer ao mecanismo da titularização para obter recursos. O primeiro foi a Lazio de Roma, que um ano antes titularizou

parte dos rendimentos de bilheteira. Neste caso o activo titularizado foi a venda das assinaturas da temporada. A emissão realizou-se a través de uma sociedade instrumental, chamada Fiorentina Finance, com uma receita de 67.500 milhões de liras, lançadas a taxa variável do LIBOR lira¹⁴⁸ a 6 meses mais um diferencial de 150 pontos básicos. O período máximo de vencimento era de 12 anos, embora a Fiorentina admitisse poder amortizá-los em cinco anos.

Os títulos emitidos têm como suporte um crédito concedido pela Merrill Lynch Capital Markets Bank à Fiorentina. A equipe pagaria o empréstimo por meio de uma conta de reserva que se alimentaria na venda das assinaturas da temporada. Terá de depositar diariamente nessa conta o produto de tais vendas.

Se os rendimentos provenientes da venda das assinaturas não forem suficientes para obter um saldo de 15.000 milhões de liras numa determinada data de pagamento o emissor tem então o direito de obter fundos provenientes das entradas através da bilheteira nos jogos que o Fiorentina realize no seu estádio. Este direito mantém-se até que o saldo da conta de reserva atinja os 18.000 milhões de liras.

Ao longo da sua história, o Fiorentina foi a equipe italiana que obteve maiores rendimentos percentuais através da venda de assinaturas. Verificou-se igualmente que a venda das assinaturas e das receitas de bilheteira representavam, de uma forma quase contínua, 21.000 milhões de liras por ano. Um dos riscos do investimento nestes títulos era uma possível descida da equipe para a segunda divisão do futebol italiano, o que pressuporia consequências nos fundos da equipe. No entanto, ao longo da sua história de mais de 60 anos, o Fiorentina só desceu uma vez à segunda divisão e mesmo nessa situação as receitas do clube apenas foram afectadas.

O Fiorentina é propriedade de Vittorio Cecci Gori, produtor italiano que, já em 1998 titularizou os directos de mais de 1.200 filmes.

A operação foi desenhada e dirigida por Merrill Lynch, aparecendo como seus co-directores o Banca del Monte dei Lucca e o Banco di Napoli. A emissão foi colocada em 10 investidores institucionais, entre os quais se encontravam os dois co-directores, vários bancos e fundos italianos. No conjunto adquiriram 70% da emissão. Para além dos investidores italianos,

¹⁴⁸ É uma taxa de referência fixada diariamente considerando o mercado interbancário internacional de curto prazo.

a emissão foi adquirida por dois fundos britânicos e duas companhias de seguros norte americanas.»

Estamos sempre perante relações de crédito, frequentemente movimentos de capital fictício.

Temos que reconhecer que muitas destas operações são aliciantes, recebendo hoje o que serão receitas potenciais no futuro, mas o leitor não se entusiasme. Se pretender emitir títulos pelos salários que vai receber nos próximos anos não terá qualquer hipótese de os transaccionar. Também a Universidade Popular, ou qualquer instituição congénere, se pretender emitir títulos que garantam aos seus proprietários uma percentagem das receitas que aquela terá com os cursos organizados nos próximos anos, vendendo-os no mercado por intermédio de uma empresa de intermediação financeira instalada num paraíso fiscal, nunca conseguirá passar do sonho à realidade. Tivemos o mesmo sucesso com os direitos de autor futuros da edição deste livro, apesar de termos movido fortes influências e dos contactos realizados com diversas empresas gestoras de fundos.

Creio que apresentámos exemplos suficientes para demonstrar que as operações financeiras, com este ou outro nome, são actividade do tipo $D - D$ ou $D - D'$ e, independentemente da sua utilidade, *são improdutivas*.

Desse mesmo facto sempre deram conta diversas análises e quantificações. Era exactamente por isso que a contabilidade nacional francesa durante muitos anos, sobrepondo o rigor da análise e quantificação aos ditames do conhecimento corrente, das posições utilitaristas ou da correlação de forças, consideravam as actividades bancárias como improdutivas:

«(...) As operações financeiras, que se traduzem, durante o período de contabilização por variações dos activos e passivos financeiros dos agentes. Estas operações financeiras ou são a contrapartida de uma operação com bens e serviços ou de uma operação de repartição ou ainda a contrapartida de uma outra operação financeira entre os mesmos agentes (...) Mas a partir da

definição de produção referida as contabilidades nacionais francesas acrescentam três restrições. (...) É preciso que esta criação resulte das empresas não-financeiras, ou das famílias: o serviço de crédito não é uma produção» (Culmann, 1973, 36 e 88).

É certo que a tendência hoje em contabilidade nacional é tudo contabilizar, estimando-se o valor da «produção» das domésticas e de outras actividades que nem são produtivas nem vão ao mercado, mas parece-nos inequívoco que uma análise rigorosa dos fluxos económicos mostram a validade das considerações que temos vindo a apresentar.

crítica da crítica

A conclusão de que as actividades financeiras não são produtivas resulta de uma aplicação da teoria de Marx à realidade económica contemporânea.

Não correremos o risco de estarmos a fazer uma transposição indevida, a procurarmos explicar fenómenos do século XXI com um instrumental teórico que resultou da observação de autores anteriores e da sociedade do século XIX?

Mais uma vez colocamos uma questão que exigiria uma resposta bastante longa, pois não será possível responder afirmativa ou negativamente sem percorrermos todos os textos de Marx, essencialmente *O Capital*, e cuidadosamente apreciarmos o conceito, o modelo e a teoria em que se insere; sem reavaliarmos a validade actual do materialismo e a da dialéctica. Não vamos responder plenamente mas, apesar dessa limitação, consideramos importante explicitarmos abertamente estas questões.

A primeira resposta parcial possível foi, de algum modo, dada no início deste livro, quando caracterizámos a globalização como uma fase do capitalismo. Se assim é e se a obra de Marx visa caracterizar essa formação social, e não apenas uma das suas fases, há uma grande probabilidade de que muitos dos seus conceitos e modelos continuem a ter aplicabilidade, total ou parcial, à presente sociedade, aos aspectos considerados como constitutivos do «económico».

Sem dúvida que o conteúdo da obra de Marx exige três processos de «adaptação» à interpretação da financiarização e da globalização:

(a) Uma descodificação dos conceitos abstractos no perpétuo movimento concreto-abstracto.

Este é um problema que sempre se pôs, não sem levantar algumas dificuldades e colocar questões carecendo de explicação. Os conceitos de valor, de moeda e de crédito, entre outros, exprimem relações sociais gerais mas estas assumem em cada momento formas que são a sua concretização, contendo simultaneamente a sua afirmação e a sua negação.

Por exemplo, o crédito é uma relação entre quem tem disponível e de quem necessita de capital-dinheiro, mas o crédito à produção feito por intermédio de obrigações em bolsa também vai ser feito por trabalhadores assalariados que pensam rentabilizar as suas poupanças «investindo na bolsa», pelo que uma parte do dinheiro utilizado na aquisição das obrigações não é capital.

Esta adaptação não é específica do marxismo, nem da situação em análise. Surge sempre que há que aplicar um modelo, inevitavelmente simplificado. A explicitação desta dificuldade, porque o é sempre, apenas revela que temos a consciência de que o objecto económico são as relações sociais de produção e que é o modelo que se deve adaptar à realidade e não o inverso.

Como afirma Sève,

«os conceitos não nos dizem concretamente como a coisa é em geral, mas como em geral é preciso considerá-la para estudar o que a coisa é concretamente» (1980, 91).

(b) Um desenvolvimento teórico de forma a reconstruir a teoria de acordo com a realidade histórica actualmente existente.

A validade do abstracto reside no facto de ser um momento de análise do concreto. O conceito abstracto de «produção» tem capacidade explicativa porque resulta da leitura das relações sociais e em cada processo de descodificação anteriormente referido essa validade é posta à prova e quiçá revista.

O funcionamento actual do capitalismo tem muitas coisas diferentes da sociedade estudada por Marx e por muitos dos seus fecundos continuadores. Os exemplos são imensos, mesmo restringindo-nos aos conceitos que mais directamente nos ocuparam nesta curta análise: o trabalhador colectivo contemporâneo pode não ter o constrangimento

geográfico da localização; a segmentação da força de trabalho está crescentemente condicionada pela inovação científica e tecnológica, a qual também muda de conteúdo; a desmaterialização da moeda é tendencialmente total; os mecanismos de crédito diversificaram-se; a natureza e conteúdo das concorrências alteraram-se.

O marxismo deve incorporar esses novos elementos.

Se se pretender fazer o estudo marxista da moeda europeia ter-se-á que ter em conta a vasta obra de Marx sobre a moeda mas não chega. Ter-se-á também de ter em conta muitos estudos posteriores sobre essa matéria¹⁴⁹, mas não chega. Ter-se-á que conhecer profundamente o sistema monetário contemporâneo, no seu conteúdo e forma para se poder construir o referido modelo.

Se se pretender montar uma contabilidade nacional numa óptica marxista é imperioso fazer um estudo bastante aprofundado, pormenorizado e actualizado sobre o trabalho produtivo: não bastará dizer que há prolongamentos da produção na comercialização pois é necessário analisar quais e ver como se articulam num espaço universal que tanto engloba a comercialização em feiras de rua como as vendas por computador; não bastará dizer que há serviços que se integram na dinâmica do capital e outros que se mantêm à margem do movimento do capital porque é imperioso repensar o conceito de serviço, é imperioso perceber como os «serviços de terceiros» se relacionam com a dinâmica do capital, é imperioso «inventariar» os serviços actuais, é imperioso repensar o espaço concorrencial de formação do valor no caso dessas actividades.

O marxismo deve incorporar esse novos elementos, não para se negar, mas para crescer. Não é o conceito de produção que está em causa mas o seu entendimento actual. Não é o conceito de moeda que está em causa mas o seu entendimento actual. Não é o conceito de crédito ou de capital fictício que está em causa mas os seus entendimentos actuais. E assim é porque as relações sociais que aqueles conceitos exprimem em toda a generalidade e abstracção continuam a existir.

(c) Uma descodificação de uma leitura estrutural para a situação de cada momento.

¹⁴⁹Neste caso seria imperioso considerar a obra de Brunhoff, assim como de muitos outros autores que procuraram dar uma interpretação heterodoxa do novo sistema monetário internacional.

As leis económicas do marxismo são leis sociais e tendenciais. O facto de serem sociais exige a consideração das actuações individuais, mas estas estão condicionadas (como o estão a superestrutura pela estrutura, e a personalidade individual pelo seu posicionamento social) pelas dinâmicas globais. O facto de serem tendenciais exige a consideração de contra-tendências¹⁵⁰, mas estas são a negação passageira dos movimentos de longo prazo, estruturantes.

Quando se diz, por exemplo, que «o preço é a expressão monetária do valor» pressupõe-se que a «forma moeda» do valor é a única existente e que há uma concorrência inter e intrasectorial que permite a plena socialização das mercadorias e do trabalho nelas incorporado. É algo para que se tende com a generalização das trocas, mas que encontra em cada momento obstáculos e movimentos contrários. Mesmo quando se estudam as crises estas surgem como tendência do capitalismo, contra o que actuam múltiplos factores¹⁵¹.

Perante estas observações em que medida é que as considerações desenvolvidas nesta parte são aplicáveis à globalização, podem servir de base para retomarmos o seu estudo?

Na nossa opinião a aplicabilidade é total, pelas seguintes razões:

(a) O essencial da Economia Política marxista é o valor-trabalho e foi sobre ele que alicerçamos todas as considerações anteriores. O fundamental é a explicitação das relações sociais que os conceitos exprimem.

(b) Tivemos permanentemente em consideração as descodificações necessárias.

¹⁵⁰ Algumas das leis apresentadas em *O Capital* são explicitadas como tendenciais. É bem conhecida a «lei da queda tendencial da taxa de lucro». Quando assim acontece são estudadas explicitamente as contra-tendências. Contudo muitas outras leis são tendenciais e não são apresentadas dessa forma, não dando lugar à explicitação dos movimentos contrários.

¹⁵¹ Este ponto exigiria outros tratamentos a que explicitamente fugimos. A interpretação de lei científica está frequentemente associada à ideia de regularidade e tudo o que a perturba é encarado como passageiro (se ontológico) ou dificuldade de leitura (se gnoseológico). Como diz Bachelard,

«o determinismo não liga todos os aspectos do fenómeno com o mesmo rigor. A divisão feita pelo pensamento em lei e perturbação é uma divisão que deve ser refeita a propósito de cada caso particular» (1999, 107).

As epistemologias não-cartesianas, a física quântica, a teoria das catástrofes, os estudos da complexidade, a teoria do caos e diversos modelos científico-filosóficos contemporâneos – sem aqui nos preocuparmos em temporalizar, hierarquizar ou especificar cada um destes contributos – revelam a necessidade inequívoca de repensar o conceito de lei, de reconstruir o determinismo e a aleatoriedade, de reanalisar os conceitos de tendência e contra-tendência à luz da não-linearidade, da irreversibilidade e das mudanças qualitativas.

(c) Concluir que as actividades financeiras são improdutivas não exige penetrar em realidades qualitativamente novas ou redesenhar zonas de fronteira, apesar das imensas novidades a que hoje assistimos nos circuitos monetários e creditícios. A metamorfoses $D - M$ ou $D - D'$ assim como o capital fictício não tiveram alterações qualitativas que exigem uma redefinição conceptual.

Globalização e Redistribuição

Estamos perante um momento crucial da nossa análise, pois defrontamo-nos com dois movimentos da sociedade que parecem negar-se mutuamente:

– A caracterização que fizemos da globalização conduziu-nos à constatação que a aceleração do processo de mundialização tem-se vindo a realizar pela harmonização, quase unificação, dos mercados financeiros e pelos impactos que estes têm sobre os restantes sectores da economia. E se a globalização tem sido uma financiarização da economia mundial é porque isso é vantajoso para uma grande parte do capital, é vantajoso para os que detêm o poder na correlação de forças vigente no último quarto de século. Isso significa que a financiarização dá lucros para muitos que a praticam. É certo que em muitas situações os lucros de uns são prejuízos de outros – mas porque a história da globalização é a história contada pelos vencedores tender-se-á a ressaltar os ganhos e a esconder as perdas – mas uma análise consolidada, considerando a totalidade do sector financeiro, mostrará certamente¹⁵² que é um sector ganhador.

– O sector financeiro é um sector improdutivo, isto é, um conjunto de actividades que não participam directamente – e em grande medida nem indirectamente, antes pelo contrário – na criação de valor novo, de valor acrescentado e rendimento, de mais-valia.

Ser lucrativo e não ser produtivo; apropriar rendimento e não produzir rendimento; apropriar mais-valia e não produzir mais-valia. Esta dupla situação acontece no mesmo período histórico, no mesmo espaço.

Parece estarmos perante uma contradição. Inevitavelmente perante um conflito.

Há duas maneiras possíveis de «resolver» a contradição:

– Concluir-se que uma das análises feitas está errada: que conduziu à caracterização da globalização como financiarização ou a teorização

¹⁵²Não procedemos a essa análise. Em relação ao nosso trabalho é uma hipótese de partida, considerada consistente tendo em conta a história económica das últimas décadas. No entanto, seria interessante fazer um tal estudo, que certamente chocaria com enormes dificuldades. Delimitado o sector financeiro, procurar quantificar a globalidade da sua actividade económica à escala mundial e apurar o resultado contabilístico da sua actividade. Esta quantificação, ao mesmo tempo que se perceberia melhor os circuitos internos do sector, ajudaria a compreender melhor, com mais rigor, a nossa sociedade e a globalização.

do trabalho produtivo/improdutivo e a classificação da dinâmica económica em diversos tipos de actividade, ou ainda ambas.

– Compreender-se a diferença entre produção e apropriação de valor novo, de mais-valia.

No primeiro caso a resolução da contradição, que não era do económico mas do nosso entendimento do económico, dilui o conflito, que efectivamente nunca existiu. No segundo caso o conflito mantém-se.

Se aceitamos que o leitor, tendo em conta os argumentos produzidos nas páginas anteriores ou face aos conflitos que eles geram na sua tranquilidade ou no confronto com as suas certezas inabaláveis, opte pela primeira via de «resolução» da contradição, não será certamente o nosso caso. A leitura que fizemos da globalização e a interpretação dos factos, muitos dos quais sobejamente conhecidos, assentaram numa metodologia que reputamos de rigorosa. A apresentação do conceito de trabalho produtivo e as teorizações a que dá lugar é certamente matéria controversa, ou não fosse campo de tanto debate de ideias, mas as conclusões retiradas sobre o sector financeiro estão em grande medida afastadas das áreas de controvérsia, tal é a clareza com que se apresenta.

Por outras palavras, o trabalho que se impõe fazer é analisarmos como na globalização um sector que não produz mais-valia se apropria de mais valia, como se manifestam os circuitos de redistribuição¹⁵³.

¹⁵³ Distribuição pode ser utilizado na linguagem económica com diversos sentidos. Um primeiro, talvez o de maior utilização, é como «distribuição comercial»: «conjunto de operações que permitem encaminhar um produto da fase final de fabricação para a sua fase do consumidor» (Cotta, 1977). É a distribuição de bens, finais ou de produção. Não é este o sentido que nos interessa aqui. No dia-a-dia também se fala frequentemente de distribuição e redistribuição do rendimento. Neste caso o que distingue a distribuição da redistribuição? Por distribuição do rendimento designa-se a primeira distribuição, aquela que resulta directamente das actividades exercidas por cada um (como trabalhador por conta de outrem recebe um salário, como devedor paga um juro, como rendatário paga uma renda, como proprietário recebe um lucro, um juro ou uma renda). Depende das suas funções, fortemente associadas ao regime de propriedade. A distribuição identifica-se com o que se designa por repartição funcional do rendimento. A redistribuição do rendimento vem depois, sendo essencialmente um processo político. Através das diferentes taxas de impostos, através de serviços gratuitos ou inferiores ao seu custo, através de outras medidas deste tipo, o rendimento disponível, directa ou indirectamente, é diferente do rendimento recebido, os proprietários dos diversos tipos de rendimento participam de uma nova distribuição social, duma redistribuição. Ainda não é nesse sentido que utilizamos o termo distribuição, logo redistribuição. Utilizamo-lo integrado no movimento do capital: produção, distribuição, circulação e consumo. Produção de capital é produção da sua valorização, é produção de mais-valia. A distribuição é distribuição de mais-valia. Nesse sentido o que é distribuição e redistribuição? A distribuição processa-se ao mesmo tempo que a produção, processa-se no «conflito» entre a produção social da mais-valia e a apropriação privada da mesma. Se designarmos por MV a mais-valia global produzida durante um ano numa dada sociedade

Se pretendemos estudar a globalização tanto nos deve preocupar a compreensão do que sempre existiu em capitalismo como o que é específico desta sua fase. Contudo é aqui que nos vamos centrar, sem esquecer o primeiro aspecto.

Se a pergunta central que nos vai orientar nesta última parte é «onde e como se cria valor para alimentar a rendibilidade dos mercados financeiros?», admitimos que há processos tradicionais de o fazer – entendendo por tradicionais quer o facto de serem permanentes no capitalismo ou tão somente na sua fase imperialista –, processos modernos de o fazer, sejam ou não comuns a outras fases históricas do capitalismo, e ainda processos novos.

Sobre os processos tradicionais pouco diremos. Limitamo-nos a dar algumas pinceladas num quadro bem mais vasto que consideramos conhecido. Referiremos alguma coisa em dois pontos:

- Trabalhadores, um mal necessário.
- Hipoteca das economias subdesenvolvidas.

Sobre os processos modernos faremos algumas alusões em três pontos:

- Gestão à escala mundial.
- Contribuições das populações.
- Posse da Segurança Social.

Finalmente, ao tratarmos dos processos novos concentramos a nossa atenção em algo que nos parece efectivamente primordial para compreender a globalização e a sociedade contemporânea:

- O entrelaçamento dos mercados financeiros e das restantes actividades económicas com a economia subterrânea.

que possa ser considerada isoladamente – actualmente tende a ser, para a quase totalidade dos bens, a sociedade mundial, tende mas não é! – e por mv , a mais-valia apropriada por cada capitalista, $MV = \Sigma mv$, é quantitativamente verdadeira mas não reflecte a dinâmica económica: o movimento produtivo é $MV \rightarrow mv$ e não $MV \leftarrow mv$. Exempliquemos. Se tivermos um sector de actividade com diversas empresas com diferentes composições orgânicas do capital, com diferentes tecnologias e produtividades os custos de produção em cada uma são muito diferentes. Se admitirmos que o valor de mercado corresponde ao tempo de trabalho socialmente necessário e as empresas estão em concorrência, não podendo vender senão ao mesmo preço, ao venderem há uma distribuição de valia-valia das empresas com menor produtividade para as empresas mais produtivas. A redistribuição da mais-valia faz-se depois dessa apropriação, pelas vias mais diversas: pelo crédito, pelos descontos comerciais, pelas aplicações financeiras, etc. Aqui o Estado também desempenha, como todos os agentes, um papel, mas a maior parte da redistribuição faz-se pela própria dinâmica, espontânea ou intencional, do capital. Em síntese: produção e apropriação de mais-valia são factos sociais diferentes. A apropriação de mais-valia engloba a distribuição e a redistribuição, mais precisamente, diversas redistribuições.

trabalhadores, um mal necessário

Os trabalhadores por conta de outrem¹⁵⁴ são nas sociedades capitalistas a grande maioria da população activa e, se contarmos com os seus agregados familiares, a grande percentagem da população. Simultaneamente as suas remunerações representam uma importante percentagem do rendimento nacional (frequentemente mais de 40%, muitas vezes – particularmente nas economias desenvolvidas – manifestamente mais que metade). Os trabalhadores por conta de outrem representam uma importante parte do mercado do conjunto das empresas, particularmente significativos para os bens de consumo corrente¹⁵⁵. Por isso quanto maiores forem os salários, maior será o consumo e o mercado de muitas empresas. Quanto maior garantia existir em relação ao futuro e às contingências da vida (doenças, desemprego, etc.) maior será a propensão ao consumo.

¹⁵⁴Independentemente do estatuto jurídico que tenham. Com efeito, no período da globalização generalizou-se muito em diversos países a utilização de trabalhadores por conta própria, do ponto de vista formal, como trabalhadores por conta de outrem, do ponto de vista material. Esta situação utilizada muito frequentemente por imposição das empresas, glorificada por vezes pelos economistas como expressão do «capital humano», aumenta a precaridade da relação contratual, remete para o trabalhador a responsabilidade dos sistemas de segurança social e protecção em relação ao futuro – o que não é independente do aumento desses serviços como forma de canalização de rendimentos para os mercados financeiros, dispensa as empresas de cumprirem diversas exigências legais: 13º mês, subsídio de férias, etc.

¹⁵⁵Se se decompuser os bens económicos produzidos entre bens necessários para a produção de outros bens (máquinas, equipamentos, matérias-primas, etc.) e bens de consumo final, posso simplistamente decompor a produção em dois sectores: sector I, produtor de meios de produção, e sector II, produtor de bens de consumo. Porque a criação de valor passa pela utilização de força de trabalho, pela existência de trabalho humano, não se pode conceber uma economia apenas composta pelo sector I. É certo que se pode imaginar dinâmicas económicas que tendem a privilegiar esse sector, que tendem a aumentar a sua importância relativa no conjunto da produção e do produto, mas mesmo assim esse processo encontra-se frequentemente nas fronteiras seja da crise de sobreprodução seja do descontentamento popular.

Em síntese, ao capitalismo convém a existência de salários altos¹⁵⁶. Qualquer aprendiz de Economia sabe que esse efeito é mais que proporcional, pois desencadeia efeitos aceleradores¹⁵⁷ do conjunto da economia.

Mas se as empresas pagarem salários mais elevados uma maior parte do valor acrescentado retido pela empresa será entregue aos seus trabalhadores, por outras palavras, menos ficará para os empresários. Menor será o lucro.

Em síntese, aos capitalistas convém a existência de salários baixos.

A reprodução do sistema (capitalismo) tem exigências que a dinâmica dos seus agentes dominantes (capitalistas) não contemplam.

Esta é uma contradição que faz o sistema inserir-se em dinâmicas simultaneamente de reprodução e de ruptura (crises) e que passa em cada período por encontrar compromissos socialmente realizáveis¹⁵⁸.

Este conflito pode ser magistralmente expresso nas diferentes posições de Marx e Jevons. Marx, considerando que o trabalhador assalariado está socialmente dependente do capitalista – porque só possui a força de trabalho, que para ser accionada exige objectos e instrumentos de trabalho que são propriedade do capitalista, porque a organização político-social reflecte a hegemonia da classe dos capitalistas – e que o salário é a expressão monetária do valor da força de trabalho, e considerando ainda que esta é uma mercadoria transaccionada, conclui: (a) que as determinantes do valor criado pelo trabalho e o valor da força

Contudo algumas pormenorizações desse modelo desdobram o sector II em sector IIa de bens de consumo corrente e sector IIb de bens de consumo de luxo. Num modelo simplificado posso admitir uma dinâmica de acumulação, de crescimento quase integralmente alicerçado nos bens de luxo. Seria o modelo de uma economia que não estaria tão preocupada com a importância que os agregados familiares associados ao trabalho por conta de outrem assumiria. Contudo uma análise mais pormenorizada, isto é, com a adição de novas hipóteses que aproximassem o modelo à realidade, facilmente mostraria o artificialismo dessa análise. Basta pensarmos que o sector IIa tem sempre que existir – enquanto existir Homens – e que uma produção pequena colocaria problemas de economia de escala, de competitividade, de sobrevivência das empresas.

¹⁵⁶Seria interessante, explorar outras vertentes desta realidade. Segundo diversos autores a prática de salários elevados tende a aumentar a produtividade das empresas e impõe processos de modernização. Provavelmente este efeito não surgirá sempre em todo o lugar mas existem «momentos catastróficos» em que se verifica.

¹⁵⁷Existem diversas situações em que um impacto inicial provoca um conjunto de reacções em cadeia, num determinado período de tempo, que é várias vezes superior ao impacto inicial. Genericamente poderemos dizer que aquele impacto inicial tem efeitos multiplicadores. O acelerador é um desses casos: um aumento das vendas impulsiona mais que proporcionalmente um aumento do investimento.

¹⁵⁸Um exemplo histórico famoso deste compromisso tem que ver com a passagem, na economia dos EUA, do taylorismo para o fordismo.

de trabalho são realidades economicamente autónomas; (b) pela existência de mais-valia, quantitativamente igual à parte do valor novo criado pela utilização da força de trabalho que vai para além do valor desta.

É a mais-valia apropriada que se reparte em rendas, juros e lucros.

Jevons considera que o trabalhador individualmente considerado só depende da sua própria vontade, gerida por uma racionalidade que faz com que só trabalhe o tempo que lhe permita igualar o sofrimento que acompanha o trabalho com a utilidade dos bens dos bens produzidos. Essa utilidade dos bens resulta da quantidade de bens que consegue adquirir com a remuneração que recebe e da utilidade que cada unidade desse bens lhe proporcionam. Se há algum conflito não é nas relações de produção mas na troca:

«a relação de troca de dois bens quaisquer será determinada por uma espécie de luta entre as condições de consumo e produção» (Jevons, 1988, 123).

O salário é determinado em última instância depois do produto e do lucro.¹⁵⁹

Bom, mas o salário é estabelecido por um conjunto de determinantes expressas na aplicação da lei do valor à mercadoria força de trabalho: por um lado é a expressão monetária da quantidade de valor da força de trabalho, no quadro das concorrências entre empresas situadas no mesmo mercado e entre sectores, assim como entre os próprios trabalhadores assalariados; por outro é uma tendência, um «centro de gravitação» cuja aproximação ou afastamento se faz num contexto de luta social e de institucionalização de diversos resultados dessas lutas (salário indirecto, legislação, práticas costumeiras, etc.).

A luta pela «desvalorização» dos salários é uma luta tão antiga quanto a existência do capitalismo. Por isso algumas das suas manifestações actuais são a continuação de formas bastante conhecidas: existência de taxas de desemprego que permitem a fácil substituição de trabalhadores e impõem a disciplina operária, recurso ao trabalho infantil, salários inferiores para as mulheres no exercício

¹⁵⁹Jevons em diversas passagens faz uma crítica severa às posições marxistas, embora nunca explicita a quem dirige as críticas. No entanto é fácil constatar que ou desconhece-as totalmente ou deforma-as propositadamente. Seria interessante analisar a razão dessa errada leitura. Muito provavelmente porque assumiram como representantes das posições de «defesa dos trabalhadores» autores perfeitamente marginais na apresentação dessas posições.

das mesmas funções, utilização de emigrantes, legislação laboral globalmente favorável à reprodução do capital, luta ideológica conducente ao enfraquecimento dos sindicatos e dos partidos políticos que defendam melhores condições de vida para os trabalhadores.

Contudo há manifestações específicas na actual fase do capitalismo:

- O desenvolvimento tecnológico, nomeadamente na informática e comunicações, conduziu à desqualificação de muitos sectores profissionais, passando para níveis próximos do trabalho simples ou tornando-os inadaptáveis às novas condições de trabalho.
- Essas inovações tecnológicas, directamente ou através da velocidade de circulação da informação e dos valores, criaram condições para um aumento da intensidade de trabalho, reduzindo, em alguns casos drasticamente, a porosidade do trabalho, os «tempos mortos».
- O aumento da produtividade por hora (cronológica) de trabalho permite reduzir o valor das mercadorias constitutivas do valor da força do trabalho¹⁶⁰.
- Os elevados níveis de desemprego, a grande rotatividade dos trabalhadores nos postos de trabalho, para o que também contribuem alguns dos aspectos anteriormente referidos, faz com que haja condições para uma maior «disciplina laboral», para a aceitação pelos trabalhadores de condições que estão longe da dignificação da pessoa humana. As maiores taxas de desemprego conduzem a menores taxas de variação salarial em termos de poder aquisitivo.
- O enfraquecimento da luta revolucionária dos trabalhadores e dos povos em resultado do desaparecimento dos países socialistas europeus e do crescimento da influência do capital, a crise político-ideológica das utopias e das forças de transformação progressista da sociedade, reforçaram a tendência anterior de aceitação generalizada de condições de trabalho infrahumanas em muitos sectores.
- A gestão internacional das empresas e da força de trabalho permite um espaço geográfico-social de manifestação da concorrência entre trabalhadores mais favorável ao capital, que também procura

¹⁶⁰Contraditoriamente hoje existem condições particularmente propícias para o aumento dos bens e tipos de bens que são considerados socialmente como essenciais à reprodução da força de trabalho.

aproveitar os enquadramentos mais vantajosos quanto aos encargos sociais e quanto ao rácio «salários-baixos/mão-de-obra qualificada.»

– A utilização de circuitos clandestinos de mobilização de mão-de-obra conducentes à formação de um «novo proletariado» desprotegido – a todos os níveis: social, ideológico, linguístico, cultural, político e legal – e «disponível» para aceitar todas as imposições do capital.

Teçamos alguns comentários adicionais sobre estes aspectos.

A utilização da informática em todas as actividades acarretou importantíssimas consequências sobre o mercado de trabalho. Em primeiro lugar modificou profundamente o tipo de qualificações exigidas aos trabalhadores. Associado a este aspecto está, por um lado, o lançamento no desemprego de muitos trabalhadores e, por outro lado, a desvalorização de muitas profissões. Sobretudo este último aspecto não se processou uma vez por todas mas em ondas progressivas: a evolução dos equipamentos, o tipo de programas informáticos lançados no mercado, a generalização da utilização dos computadores, a utilização progressiva da Internet, a penetração desta nos hábitos quotidianos das populações, o embaratecimento relativo das comunicações, o aumento da velocidade à distância são algumas das determinantes das fases desse processo.

É certo que a desvalorização de muitas profissões foi associada, em muitos momentos, com a valorização de outras¹⁶¹, essencialmente ligadas directa ou indirectamente à informática e às comunicações. Contudo os abrangidos pela desvalorização são crescentemente mais que os englobados pela valorização¹⁶².

¹⁶¹Para sermos um pouco mais exaustivos seria necessário acrescentar que por vezes, mesmo dentro da mesma profissão, há movimentos contraditórios. Assim, por exemplo, aquando do início da generalização da microinformática a então CEE realizou diversos estudos sobre o seu impacto sobre os serviços e a conclusão quase sistemática foi: o computador não provoca uma tendência para diminuir o número de trabalhadores desse sector, porque ao mesmo tempo que se processa a substituição do homem pelo computador surgem novas necessidades nos consumidores-utilizadores desses serviços, tendendo a ampliar as actividades. Contudo estas análises são sempre perfeitamente localizadas no tempo.

¹⁶²É o caso do operário da fábrica de vestuário que vê as suas funções realizadas pelo computador através de programas de CAD-CAM. É o caso dos administrativos que deixam de ter impressos a preencher porque eles são-no via Internet pelo utilizador. É o caso do tipógrafo que deixa de ter de compor o texto. É o caso do médico que vê o seu diagnóstico clínico ser substituído por um programa de inteligência artificial. Apenas alguns exemplos para ilustrar.

Neste contexto a formação profissional e a aprendizagem ao longo da vida assumem uma importância crescente, o desemprego de longa duração tende a aumentar significativamente, a precariedade de emprego aumenta e, com tudo isto, aumenta a força do capital.

Têm razão quando afirmam

«Por aí se vê o perigo que, na melhor das hipóteses, as ameaça a mais ou menos longo prazo, ao mesmo tempo que, inconscientes (ou procurando sê-lo), vivem mentalmente numa dinâmica contraditada pelos factos, em que o trabalho continuaria a ser a norma e o “desemprego” uma consequência passageira de conjunturas caprichosas. O facto de hoje a ausência de trabalho se tomar a norma oficiosamente instituída parece escapar aos que procuram emprego, como a toda a sociedade, aos discursos oficiais e à legislação» (Forrester, 1997, 162).

É neste contexto que a informatização tanto é a fonte directa de desemprego – substituição do homem pela máquina – e de novo emprego – produção desses equipamentos, surgimento de novas profissões, adensamento da malha produtiva e aumento do mercado interno. O resultado final depende do impacto relativo de cada um dos movimentos, e no caso da informatização o primeiro movimento é mais forte que o segundo, o pretexto para reduzir a força de trabalho para níveis inferiores ao mínimo.

Todas estas alterações no mercado de trabalho são típicas do aumento do domínio do capital na fase de globalização.

No trabalho há que considerar a produtividade e a intensidade do trabalho. A primeira pode-se medir pela quantidade de bens produzidos num mesmo tempo de trabalho efectivo. A segunda pode medir-se pelo tempo de trabalho exercido durante o tempo de presença no posto de trabalho. A utilização da informática aumenta a produtividade do trabalho. Aumenta também a intensidade do trabalho seja pela utilização directa do computador¹⁶³ seja porque o computador comanda a frequência da execução das tarefas.

¹⁶³O «Windows» é especialista nas técnicas de aumento da intensidade do trabalho. Por exemplo o fundo no visor é sem dúvida agradável – até nos imaginamos a passear pelos campos floridos que nos são mostrados. Mas por esse processo reduz-se a fadiga e permite aumentar a intensidade do trabalho. Até os jogos – jogo de cartas, por exemplo – acabam por ter esse impacto. O «lazer» ou a «fuga ao trabalho» faz-se com o próprio instrumento de trabalho, no posto de trabalho.

A análise psicológica, sociológica e simbólica do Windows permite mostrar aspectos bastante interessantes. Até o nome das pastas «My qualquer coisa» é um magnífico substituto da função ideológica do «Tio Patinhas».

Este duplo movimento conduz a uma diminuição da quantidade de valor dos bens incorporados no valor da força de trabalho, a um aumento do produto apropriado pelas empresas.

Para terminar estas considerações analisemos um pouco mais a utilização dos circuitos clandestinos de movimentação e utilização de força de trabalho, porque é uma vertente que tem atingido grandes proporções e porque se liga directamente a algumas considerações que faremos num ponto seguinte.

Todos os cálculos das actividades ilegais carecem de confirmação estatística, pois são os indícios ou métodos indirectos de cálculo que permitem fazer uma estimação. No entanto os dados estão aí, apresentando-se com uma brutalidade que choca com os nossos bons costumes rotineiros.

A National Geographic (Portugal, Setembro 2003) anunciava na sua capa que

«Há 27 milhões de seres humanos tratados como propriedade. São os escravos do Século XXI».

E para que não existissem dúvidas no início do artigo (Cockburn, 2003, 2) afirma:

«O título não é uma metáfora. Falamos mesmo de escravos. Não de seres humanos que vivem como escravos, trabalhando por um salário miserável. Não são também os escravos de há 200 anos. Falamos dos 27 milhões de pessoas que, em todo o mundo, incluindo Portugal, são compradas e vendidas, exploradas e brutalizadas para dar lucro».

E é bom que se distinga da escravatura de há 200 anos, pois em 1850, citando um especialista nessas matérias, «o preço médio de um escravo elevava-se a cerca de 35.200 euros, em dinheiro actual», enquanto hoje um escravo custará cerca de 1000 euros. Hoje os mercadores de escravos recrutam em todo o mundo, onde a miséria campeia e os sonhos de uma vida melhor estonteiam percursos. As dívidas às máfias do recrutamento e transporte e uma segurança musculada por parte dos traficantes são os ingredientes que forçam à continuação da escravatura. As formas, os locais e os processos são diversos: mulheres e crianças, mas também adultos homens; provenientes da China, Índia, Rússia, Bulgária, Guatemala, Honduras,

México ou qualquer outro país de qualquer um dos continentes, trabalhando no Brasil ou nos EUA, na UE, na Índia, em África, na Turquia ou em qualquer outro país, particularmente onde os níveis de rendimento, não para eles, são mais elevados. A utilização na prostituição é frequentemente referida, mas campeia em todas as actividades, da agricultura aos coiros, da indústria extractiva aos restaurantes, um pouco por todo o lado. Faz parte, sem nos apercebermos, do nosso quotidiano:

«Os irmãos Ramiro e Juan Ramos, juntamente com o seu primo José Luís Ramos, acabaram por ser acusados de tráfico de escravas, extorsão e armas de fogo. Em Junho de 2002, os três membros da família Ramos foram condenados a penas de prisão que no total ascenderam a 34 anos e nove meses.

Talvez as empresas clientes dos Ramos desconhecessem este negócio de escravatura do século XXI, ou talvez as agências federais não fossem suficientemente rápidas a reagir aos avisos da CIW. Seja como for, as equipas de escravos trabalhavam à vista de toda a gente: o campo principal onde a família Ramos retinha as suas vítimas ficava na orla da cidade, mesmo ao lado de um hotel conhecido. Em frente ao complexo, o condomínio fechado de Lakefront Estaves proporcionava aos idosos um ambiente aprazível.

«Os escravos de Lake Placid eram invisíveis, peças da nossa economia que se desenvolve num universo paralelo» afirma Laura Germino da CIW. «Enquanto os membros da comunidade de reformados jogavam golfe, havia ali atrás um campo de escravos. Dois mundos, falando línguas diferentes» (Cockburn, 2003, 23)¹⁶⁴.

As fronteiras entre esta escravatura e outras actividades ilícitas são muito finas e amplas: prostituição, trabalho infantil, tráfico de bebés, tráfico de órgãos humanos, etc. Também o são com as emigrações clandestinas.

Alguns dados fornecidos pelo Director do Centro Internacional para o Desenvolvimento das Políticas Migratória (Windgred, 2002) são concludentes: três a quatro milhões de emigrantes clandestinos na Europa, e a chegada anual de 300 a 400 mil. E a tendência é de aumento. As máfias associadas a esse tráfico, cada vez mais parecidas com as do crime

¹⁶⁴ Como se informa noutra parte do mesmo artigo o processo contra os Ramos foi o quinto caso de escravatura agrícola descoberto na Flórida (tantos casos para uma tão pequena amostra!). E foi-lhes confiscado 2,64 milhões de euros.

organizado «clássico» com as quais se interpenetram, usufruem de cerca de 12 mil milhões de dólares por ano.

Segundo Mirjana (2002) estima-se que

«a imigração ilegal representa 30% dos fluxos migratórios regulares nos países ocidentais e essa taxa tende a aumentar [e] atingem todas as camadas sociais, englobando uma parte importante dos cidadãos e pessoal qualificado, mesmo altamente qualificado».

Aliás estes dados não espantam quando se estima que economias como a do Reino Unido e a Alemanha têm uma economia subterrânea de cerca de 10% da oficial, e os países mediterrâneos rondam os 20%.

As consequências económicas e sociais desta situação são difíceis de quantificar e precisar dada a carência de dados estatísticos, mas não deixam de aparecer através de múltiplos sinais: horários de trabalho que chegam a atingir as 18 horas, salários mais baixos, ausência de segurança social, menores encargos sociais para as empresas, «flexibilidade» do processo de trabalho, impacto desfavorável sobre os salários e regalias sociais do conjunto dos trabalhadores (nacionais ou estrangeiros), desiguais condições de competitividade de empresas (sem e com trabalhadores clandestinos); cadeias diversificadas e tentaculares de tráfego de trabalhadores com lucros estrondosos; enfraquecimento do tecido moral da sociedade.

A globalização facilita estas situações, aproveita-se delas e impulsiona-as.

economias subdesenvolvidas, pobreza feita riqueza

O panorama do subdesenvolvimento continua a ser preocupante. Muito preocupante.

Segundo o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento de 2003, em 1999 existiam 1.169 milhões de pessoas com menos de um dólar por dia¹⁶⁵. Em 2001, o Indicador do Desenvolvimento Humano¹⁶⁶ varia entre 0,944 para a Noruega e 0,275 para a Serra Leoa.

No entanto essa pobreza – expressando reduzido acesso ao rendimento, à educação, à saúde, à habitação, a tudo o que hoje seria possível dos pontos de vista científico e tecnológico – é a riqueza de muitos. Essas economias subdesenvolvidas têm sido – não só agora mas ao longo dos séculos, através da conquista por meios militares e da dizimação de muitos povos, da escravatura, da colonização, da neocolonização, das políticas internacionais

¹⁶⁵ Em paridade de poder de compra. (PNUD, 2003, 53)

¹⁶⁶ O Indicador do Desenvolvimento Humano é um indicador sintético que reúne informações demográficas, educacionais e económicas. Tendo como objectivo analisar a distância, dos cidadãos nos diversos países, das condições propiciadas actualmente aos indivíduos nas sociedades mais desenvolvidas, medidas pela situação no melhor país, para cada um dos subindicadores, que varia entre 0 e 1. Hoje é um dos indicadores mais utilizados para analisar o subdesenvolvimento. Contudo, apesar da sua generalizada aceitação, e do reconhecimento internacional que o PNUD usufrui, é um indicador que apresenta diversas vicissitudes. Provavelmente poderíamos dizer isso de qualquer indicador, mas aqui tem um sentido muito específico. Enfatizando que “o desenvolvimento é mais do que o crescimento” subestima a componente económica e sobrestima componentes, sem dúvida importantes, que podem ser influenciadas por políticas internacionais directamente dirigidas à educação ou à saúde. A subestimação da componente económica dá-se pelo seu reduzido peso de ponderação e sobretudo pelo seu específico processo de cálculo que atenua os impactos do rendimento per capita. Acrescente-se que a terminologia que nós utilizamos, falando de “subdesenvolvimento”, é rejeitada pela documentação internacional substituindo-a pela terminologia ambígua de “em vias de desenvolvimento”. Um país onde se morre de fome não é subdesenvolvido mas em vias de desenvolvimento. Obviamente que não pode nem pretende ser propósito nosso analisar as problemáticas do subdesenvolvimento e das políticas de desenvolvimento mas tão somente referir alguns dos seus aspectos associados com a globalização.

– fornecedoras de força de trabalho, de matérias-primas, de bens de consumo, dadoras de espaços territoriais, construtoras de mercados de venda de muitos produtos industriais.

Essencialmente fruto do colonialismo e do neocolonialismo, as economias subdesenvolvidas, profundamente dualistas¹⁶⁷, continuam a ser fornecedoras de matérias-primas e compradoras de bens mais exigentes em tecnologia, produzidos no centro do capitalismo.

As economias desenvolvidas também o são porque uma grande parte das riquezas das economias subdesenvolvidas são transferidas desses espaços geográfico-sociais para os países desenvolvidos (sobretudo para os EUA e a Europa): pela simples pilhagem ou pela troca desigual, pela dívida externa ou pelas políticas de ajuda e cooperação¹⁶⁸; pela economia formal (ex. compra de minérios pelos países desenvolvidos e venda de material tecnológico) ou informal (a extracção de diamantes e o seu encaminhamento para países europeus processa-se por circuitos à margem da contabilidade nacional dos respectivos países, por exemplo).

Rosa Luxemburgo, na análise da reprodução do capital, afirmava que «segundo a doutrina marxista a solução encontra-se na contradição dialéctica do movimento de acumulação capitalista, que exige um meio ambiente de formações sociais não-capitalistas: essa acumulação se faz acompanhar de um intercâmbio material constante com as mesmas e só se processa enquanto dispõe desse meio» (II, 1988, 29).

¹⁶⁷ Especifiquemos um pouco o que pretendemos dizer com o dualismo, porque essa é uma chave fundamental para a compreensão do fenómeno do subdesenvolvimento. Tomemos uma matriz de relações interindustriais, uma matriz em que se regista todos os sectores compradores e todos os sectores vendedores de uma economia e em que cada elemento da matriz representa quanto é que um sector vende a outro sector. Se, por exemplo, o sector i for a agricultura (podem-se construir matrizes com qualquer nível de desagregação), e o sector j for o sector da indústria agroalimentar, X_{ij} mediria em valores absolutos ou relativos, quanto é que o sector da agricultura venderia ao sector agroalimentar. Quando maior for a intensidade dessas relações (medida quer pelo número de elementos da matriz diferentes de zero, quer pelos seus valores) mais a economia é «articulada». Um impacto favorável num dado sector reproduz-se em cadeia sobre os restantes. É o que se passa com as economias desenvolvidas. Quando estamos perante a situação inversa temos uma economia dualista: diferentes sectores coexistem lado a lado sem se interpenetrarem. E, o que é dramático é que o dualismo tende a auto-reproduzir-se. O subdesenvolvimento gera subdesenvolvimento. O seu combate exige um esforço essencialmente interno a cada sociedade.

Um exemplo, entre muitos outros. Decide-se promover num país desenvolvido e num subdesenvolvido uma política de generalização do ensino. Enquanto numa economia «articulada» tal repercute-se na produção de materiais escolares, na construção civil, no aparecimento de um conjunto de serviços, no aproveitamento futuro dessa mão-de-obra formada, numa economia «dualista» esses impactos são muito mais limitados porque os formadores de formadores são estrangeiros, porque grande parte dos livros serão importados ou sê-lo-ão as máquinas tipográficas, uma parte dos cidadãos formados irão para o estrangeiro, etc.

¹⁶⁸ Seria incorrecto colocar toda a cooperação nesta função, mas alguma é-o.

O desenvolvimento dos países capitalistas do centro faz-se pela exploração dos países capitalistas da periferia.

Para bem compreendermos todos estes aspectos, e algumas referências seguintes, recorde-se o alerta há muito feito por Baran (1977) de que as economias subdesenvolvidas não são economias com pouco capital mas sim com pouca aplicação do capital disponível. Recorde-se ainda a grandes diferenças sociais aí existentes, os elevados níveis de economia informal e de corrupção e a estreita ligação desta ao aparelho de Estado.

Todo este panorama é anterior à globalização, mas esta continua e refina os processos. Em que aspectos houve um refinamento de processos?

Alguns grandes vectores:

- A ampliação geográfico-social da influência do grande capital, liberta da concorrência «socialista», apoiada pela criação de uma opinião pública favorável, nomeadamente nas camadas tecnocráticas politicamente influentes, recorrendo à imposição de modelos importados das grandes agências internacionais.

- O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional aumentaram a sua influência porque passaram a englobar países que até então estavam afastados dessas organizações, porque mudanças de comportamento nos processos de financiamento reforçaram a sua capacidade de intervenção, porque tiveram condições para impor por todo o lado a suas políticas uniformemente desajustadas.

- Reforçou-se o papel das empresas internacionais em muitas economias subdesenvolvidas, ampliou-se o papel dos mercados financeiros em muitas dessas economias

- Reforçaram-se as tendências do «comércio livre» de que a Organização Mundial do Comércio é um dos grandes baluartes.

Se a história das políticas de ajuda ao desenvolvimento mostra que elas sempre¹⁶⁹ foram um mito, segundo alguns autores uma religião, a globalização veio demonstrar a sua completa falência.

«Fim de sequência. Fim de festa. As luzes que abrilhantavam as esperanças apagaram-se, O imenso empreendimento que, tanto ao Norte como ao Sul,

¹⁶⁹Localize-se historicamente: início de 1949, President Truman (Rist, 1996).

começou no fim da segunda guerra mundial com o objectivo de acelerar a realização do “desenvolvimento” acabou definitivamente e é tempo de compreender que já não se pode transformar o mundo com a ajuda dos conceitos e das estratégias que pertencem ao sonho do passado.» (Rist, 1996, 359).

Se alguns autores continuam a considerar que a globalização contribuiu para o «desenvolvimento global»¹⁷⁰ os dados desmentem-nos categoricamente. Dois exemplos tomando como referência África.

Primeiro. Pegámos em dois indicadores: rendimento *per capita* medido em dólares a preços constantes e esperança de vida à nascença, tendo como fonte o BM. Analisámos a sua evolução entre 1960 e 1999.

São conhecidas as críticas ao primeiro indicador: considera exclusivamente vertentes económicas e deixa de lado aspectos sociais que podem ter uma dinâmica autónoma; é uma média e não entra em conta com as desigualdades na distribuição do rendimento; focaliza o crescimento e tende a esquecer que o desenvolvimento é uma realidade mais abrangente. Contudo consideramos que continua a ter um conjunto de virtudes porque as subtilezas de distinção entre crescimento e desenvolvimento são, em alguma medida, preocupações etnocéntricas das sociedades desenvolvidas, porque o problema fundamental de África é o crescimento. Quanto ao facto de ser uma média, facilmente poderemos ultrapassar essa limitação se tivermos em conta que, grosso modo, as diferenças relativas de rendimento são tanto maiores quanto menores são os rendimentos médios (com excepção de algumas poucas economias, nomeadamente as produtoras de petróleo).

¹⁷⁰ Assim V. Santos (1997) afirma:

«A globalização das economias tem contribuído para criar uma dinâmica de crescimento económico que, não só tem assegurado o crescimento sustentado dos países mais ricos, como também permitiu criar as pré-condições para a convergência real dos países em vias de desenvolvimento». (1997)

Diríamos que depende essencialmente dos indicadores utilizados e da leitura que se faça dos acontecimentos. É no entanto interessante e mais elucidativa a última conclusão que esse mesmo autor retira:

«A conjugação de todos estes factores reflecte-se em benefício das pequenas economias periféricas e em vias de desenvolvimento que, se adoptarem estratégias de desenvolvimento adequadas, têm maior probabilidade de obterem sucesso nos seus processos de convergência real».

Se os países subdesenvolvidos se integrarem na lógica do grande capital então poderemos ter uma convergência real, mesmo que socialmente custosa. Convergência a quantos anos?

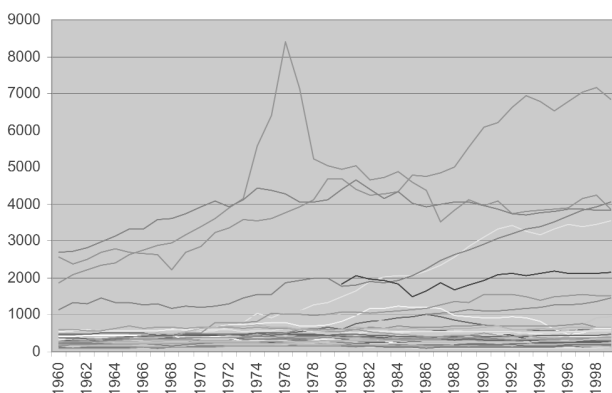
Um pequeno exercício feito para Portugal mostra que, tomando as taxas de variação do produto nacional durante a década de 90 e admitindo que as taxas médias se manteriam, e que as taxas de variação da população seriam semelhantes Portugal necessitaria de 52 anos para atingir o rendimento *per capita* da França e 1811 anos para se igualar a Dinamarca.

Claro que é possível construir modelos que admitindo formas de interacção entre os diversos países e algumas hipótese de partida diferentes conseguem mostrar que Portugal caminha rapidamente para os níveis a dos países mais desenvolvidos, mas serão tais trabalhos realistas, com hipóteses socialmente válidas? Ter-se-á que analisar caso a caso.

Quanto ao segundo indicador podemos considerar que reflecte a globalidade das condições de vida.

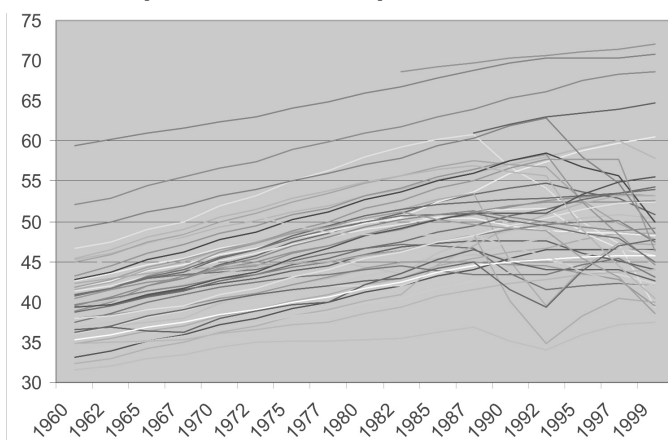
Mais do que as palavras, vejam-se os gráficos seguintes, em que cada uma das linhas mostra a evolução ao longo do tempo desse indicador para um país africano. Consideraram-se apenas os países da África Subsariana.

Gráfico 18: Rendimento per capita anual (1960-2000) para cada um dos países da África subsariana



Fonte: Banco Mundial

Gráfico 19: Esperança de Vida à Nascença (1960-2000) para cada um dos países da África Subsariana



Fonte: Banco Mundial

Observações: Não há dados para todos os anos.

Fugindo, porque desnecessário, a uma análise pormenorizada e estando mais preocupados com o conjunto das informações do que com as situações específicas de alguns países, atrever-nos-íamos a retirar duas leituras:

– Os ritmos de crescimento nestes quarenta anos são lentos, tendendo frequentemente para a estagnação. Lento em termos absolutos, isto é, com baixas taxas de variação anual. Lento em termos relativos, bastando para tal comparar com o que se passou em muitos outros países e regiões do globo.

– A partir de 1988/90 até ao fim do século passado em muitos países, e para o conjunto da região, há uma agravamento da situação. Ora, se atendermos que as estratégias internacionais de desenvolvimento, as políticas internacionais visando o crescimento e o desenvolvimento abrangem todo este período, pois iniciaram-se após a II Grande Guerra, podemos concluir que essa política internacional tem sido manifestamente insuficiente ou inadequada.

Se atendermos que a década de 90 do século passado é o «período de ouro» da chamada «globalização», podemos concluir que esta tem sido nefasta para o desenvolvimento económico e social de África.¹⁷¹

Segundo. Consideremos três indicadores já nossos conhecidos: (A) Rendimento *per capita* medido em poder de compra, (B) Esperança de vida à nascença; (C) Taxa de mortalidade infantil. A fonte continua a ser o Banco Mundial. Consideremos esses dados para os anos extremos da série; 1975 e 1960 para início do primeiro indicador e seguintes, respectivamente; 2001 para fim de todos eles.

Recolhamos esses valores para todos os países do Mundo, para os actuais países da União Europeia e para os Países da África Subsariana.

Quadro 3: Comparação da dinâmica de África em comparação com o Mundo e a UE para três indicadores de desenvolvimento

	África/Mundo		África/UE	
	Início	Fim	Início	Fim
(A)	45,4	24,5	15,5	7,6
(B)	80,1	69,3	57,8	59,1
(C)	78,9	53,2	25,0	4,0

¹⁷¹(Pimenta, 2003)

Estabeleçamos a comparação entre a situação deste conjunto de países e os restantes agregados. Como se pode ver no quadro 3, os resultados são concludentes¹⁷².

Quase todos os indicadores são desfavoráveis à África Sub-Sahariana¹⁷³, o que reflecte o agravamento das desigualdades no mundo. Por exemplo na comparação entre África e o Mundo quando ao rendimento *per capita*, o valor deste em África era em 1975 45,4% da situação média no Mundo e em 2001 era de apenas 24,5%. A única excepção é a esperança de vida à nascença na comparação de África com a UE.

Em síntese, ao tradicional enriquecimento das economias desenvolvidas à custa das sociedades subdesenvolvidas junta-se um agravamento das desigualdades mundiais trazidas pela globalização.

¹⁷²Nos cálculos seguintes para os dois primeiros indicadores dividimos a situação existente nos países de África e das outras regiões, expressando os resultados em per milagem. Para o último indicador considerámos os valores inversos, apenas com o objectivo de um aumento continuar a significar uma melhor situação.

¹⁷³Note-se que desde 1990 se nota uma diminuição da Esperança de Vida à Nascença na África Sub-sahariana, passando de 50 anos para 46,2 em 2001. Aproximadamente em 11 anos África perdeu o que tinha demorado quinze anos a conseguir.

gestão à escala mundial

O desenvolvimento tecnológico torna mais viável, mais fácil, que a gestão das empresas se processe à escala mundial.

Utiliza a mão-de-obra barata de um país de Ásia e os quadros especializados espalhados por diversos países, adquire as matérias-primas num país africano, utiliza os recursos financeiros próprios e alheios em transferências entre bolsas americana e asiática, manobra as taxas de câmbio para obter aí um novo diferencial, dá ordens para operações em mercados informais, utiliza um paraíso fiscal para branquear dinheiro, promove apoio financeiro a uma organização não governamental, cria uma instituição de investigação universitária sobre a democracia para o que disponibiliza um espaço numa ilha da costa africana, lança uma linha de produtos ecológicos, com mercado mundial garantido, e mantém estreitas relações com alguns outros empresários que parecem estar ligados ao transporte ilegal de resíduos tóxicos.

Este conjunto de operações é uma ficção. Não tanto por serem inventadas, porque o não foram, mas porque são apresentadas todas juntas referindo-se a um mesmo grupo empresarial. Contudo dá uma ideia da flexibilidade de actuação que actualmente muitas empresas têm.

Os processos tradicionais de exploração encontram hoje novas potencialidades. Estas facilitam o aparecimento de outros.

É também neste contexto que surgem as mudanças de empresas de um local para outro (outras vezes a simples ameaça de relocação industrial é suficiente para pressionar as decisões políticas!) ou a tentativa de torná-las crescentemente virtuais.

A divisão técnica do trabalho dentro das empresas faz-se no espaço geográfico mundial e aumenta as transferências internacionais de mercadorias dentro da mesma empresa.

A investigação científica e o ensino são crescentemente postas ao serviço dos interesses das grandes empresas, seja pela via do financiamento, seja pelos quadros sociais e ideológicos de referência, seja pela própria competitividade que se estabelece entre centros de investigação e universidades para um melhor acesso a recursos e projectos, para a antecipação no registo de patentes (as descobertas científicas passam ser património individual mesmo quando são vitais para o futuro da humanidade). A investigação fundamental tende a ser depreciada e intensifica-se a investigação aplicada. A transmissão às instituições públicas das lógicas de gestão empresarial facilita o diálogo entre aquelas e as empresas.

Eis mais alguns exemplos da importância da gestão à escala mundial, simples ventosas dos braços de um polvo que em cada dia atinge novos espaços sociais e utiliza novos mimetismos.

contribuições das populações¹⁷⁴

O tipo de impostos existentes, matérias colectáveis sobre que incidem, taxas praticadas e outros aspectos que caracterizam a legislação fiscal e as práticas estatais, sempre foi um ponto de encontro das formas de funcionamento do Estado, e consequentes necessidades de receitas e de despesas, e a correlação de forças das diferentes classes sociais e dos grupos de pressão.

Oscilando entre facilidades extremas para as empresas e o grande capital e a existência de impostos progressivos fortemente penalizadores dos rendimentos privados mais elevados, de tudo o capitalismo conheceu. Em quase todas as situações as empresas sempre tiveram um campo de manobra fiscal bastante amplo: são as diferentes possibilidades de contabilização de uma operação, são as transferências realizáveis entre empresas do grupo, são as escapatórias permitidas pela lei, quantas vezes com evocação de razões de emprego ou de outros aspectos sociais, é o «equilíbrio» entre o que se atribui de salários à administração e os lucros distribuídos, etc.

Vivendo-se hoje uma situação de muito maior peso do grande capital na correlação de forças político-social nacional e internacional, não é de espantar que as facilidades fiscais tenham crescido imensamente.

É a desigual incidência e severidade de aplicação dos impostos às empresas e aos trabalhadores por conta de outrem, à maioria da população, sem qualquer possibilidade de escapatória. São as leis de redução de impostos para empresas que se instalem em determinados

¹⁷⁴Neste ponto quase que nos limitamos a transcrever o que apresentamos em (1998).

espaços ou sectores ou que, pura e simplesmente, sejam de capital estrangeiro. É, frequentemente, a grande dificuldade técnica de fazer incidir impostos sobre os movimentos internacionais do capital financeiro, acompanhado de uma certa complacência dos técnicos formados em ambientes universitários «neoliberalizantes».

São ainda os paraísos fiscais, regiões do globo onde os capitais gozam de total ou parcial isenção fiscal, nomeadamente no que se refere a rendimentos pessoais e aplicações financeiras¹⁷⁵. São países ou regiões situadas nas fronteiras dos países mais ricos do mundo, são «repúblicas das bananas» com Estados subservientes aos governos dos países do centro, são países minúsculos que só dessa forma podem sobreviver. Em todas estas situações de apoio às movimentações do capital há um poderoso movimento de transferência, efectiva ou potencial, de recursos das classes trabalhadoras para o grande capital, frequentemente para o capital especulativo.

Temos estado a referir especificamente as questões fiscais, mas a transferência de recursos da generalidade dos cidadãos, dos trabalhadores assalariados, para o capital, por acção ou passividade do Estado, assume as mais diversas formas. Assim, por exemplo, a alienação de património por parte do Estado e as privatizações são frequentemente outros processos de transferência, independentemente das justificações técnicas ou ideológicas que possam ser encontradas.

Mas é ao nível das negociações para a instalação de grandes empresas que frequentemente mais descaradamente se representa a peça teatral da correlação de forças¹⁷⁶.

¹⁷⁵Dois apontamentos sobre os paraísos fiscais: (1) recorde-se o que sobre o assunto se afirmou a propósito dos mercados financeiros e compreender-se-á que esses espaços geográficos tanto são locais de manifesto benefício fiscal do capital como «placas giratórias» de canalização de recursos de uns sectores de actividade para outros; (2) os privilégios usufruídos pelos capitais nos paraísos fiscais «espalham-se» a outros espaços. Assim, operações realizadas por empresas instaladas nos paraísos fiscais noutros países também podem usufruir de vantagens fiscais diversas, não porque alguma legislação internacional o exija mas porque os processos de favor e corrupção jogam os seus trunfos. Voltaremos ainda ao assunto, no ponto seguinte.

¹⁷⁶Em diversas situações as verbas envolvidas são manifestamente menores que as movimentadas noutras operações, mas a sua força simbólica, e publicitação, é grande, pelo que merece a pena fazer aqui uma referência, mais que não seja para as pessoas não considerarem «normal» o que é apenas uma manifestação escandalosa do poder das grandes empresas, uma sobrevalorização dos interesses individuais sobre os interesses colectivos.

Quando uma empresa se pretende instalar numa região fá-lo porque no contexto da sua gestão à escala mundial¹⁷⁷ é onde os lucros esperados são mais elevados. As razões dependem da actividade e estrutura da empresa: enquanto tradicionalmente o acesso às matérias primas e a mão-de-obra barata eram as determinantes fundamentais, a relação qualificação/salários, a proximidade de centros de investigação, as infraestruturas de transporte e comunicação assumem hoje uma particular importância.

Podemos considerar que a instalação de uma empresa num país é «um processo espontâneo de troca». O País fornece um conjunto de infra-estruturas, cede por um determinado preço um espaço, disponibiliza um conjunto de serviços e estende à empresa o enquadramento jurídico-político vigente. A empresa cria um conjunto de estruturas, promove emprego de cidadãos do país e gera rendimentos que têm certos impactos directos e indirectos, promove práticas sociais e conhecimentos que de alguma forma são mais ou menos assimilados pelo tecido social.

Tradicionalmente era ao nível desses elementos de troca que a negociação se estabelecia, formal ou informalmente: que infraestruturas é que o Estado do país propicia, que cargas fiscais vai aplicar, qual o enquadramento jurídico à exportação de lucros, qual o número de postos de trabalho é que vai gerar aos cidadãos do país, por quantos anos se vai instalar, etc.

Este tipo de «trocas» continua a processar-se, mas a elas se acrescenta, muitas vezes, um grande conjunto de benesses do Estado. No contexto ideológico actualmente vigente, a instalação de uma grande empresa num país periférico ou semiperiférico é frequentemente apresentada como se se tratasse de uma obra de caridade da empresa para com as populações dessa região. Um acto de benevolência e boa-vontade da empresa para com o Estado que gere aquele território: não será que numa economia mundializada a empresa não se poderá implantar em qualquer lugar? Para isso vangloriam-se os postos de trabalho a criar, a riqueza a gerar. Arvora-se o orgulho nacional e local por terem sido escolhidos por tão poderosa empresa, que afinal encontrou em nós qualidades superiores aos dos outros. E porque a caridade também tem

¹⁷⁷Recorde-se o que imediatamente antes referimos sobre a gestão empresarial e do capital à escala mundial.

preço, as empresas colocam condição para «fazerem o favor» de se instalarem num dado país: que este lhe forneça infraestruturas e tudo mais, mas também que lhe conceda isenções fiscais e lhe atribua chorudos subsídios.

Por essa via as grandes empresas do capital transnacional, sem pátria, vão conseguir obter para os seus empreendimentos recursos da generalidade dos cidadãos. Dessa forma a remuneração dos capitais próprios eleva-se substancialmente. E após a instalação a empresa continua com um campo de manobra muito maior que o Estado do respectivo país: os custos próprios de abandono da empresa podem ser reduzidos e certamente são menores que os custos sociais resultantes do seu encerramento; existem sempre justificações fáceis para esse procedimento; as operações financeiras apresentam-se facilitadas, a administração é um aparelho burocrático diferente dos possuidores do capital e frequentemente estrangeiro.

Tão grave quanto este tipo de apoio às empresas multinacionais à custa de muitos sectores da sociedade é a complacência ou indiferença da opinião pública, em cada país e mundialmente, perante tais actos.

Numa operação de instalação de uma empresa jogam-se as regras económicas do capital mas também a subserviência ideológico-política e, quantas vezes, a própria corrupção.¹⁷⁸

¹⁷⁸Como diz Murteira

«O poder contratual das empresas junto dos governos nacionais é tanto maior, como se calcula, quanto maior é a sua importância em termos de emprego, comércio externo ou capacidade de investimento na economia nacional. Mesmo de boa fé, alheio à corrupção e motivado, em primeiro lugar, pelo interesse nacional, um governo responsável perante o seu eleitorado pode assim defrontar temíveis dilemas na negociação com poderosas ETN» (2003, 78).

Tem razão. Do que afirmamos anteriormente não se pode deduzir uma pura e simples proposta de recusa de negociação. Cada caso é um caso. O que é de recusar é a inevitabilidade da situação, a aceitação pacífica, a leitura ideológica de orgulho nacional. É necessário encontrar formas de «controlo» sobre esses movimentos. É necessário encontrar processos de responsabilização a longo prazo e mecanismos eficazes de penalização.

posse da segurança social

O sistema de Segurança Social «é antes de mais constituído por diferentes subsistemas» (Ferraz, 2001,5), como aliás é bem conhecido de todos. Apoio na doença, subsídio de desemprego, apoios individuais e familiares diversos e reformas, são alguns desses subsistemas. A origem histórica do sistema de segurança social, a sua natureza privada, associativa ou pública, a organização dos serviços, os apoios prestados e condições da sua execução, as formas de financiamento, a cobertura jurídica, as instituições que se dedicam a essa actividade, os comportamentos das populações beneficiadas, etc. são diferentes conforme a época e o país. Contudo é inegável que representa uma importante parcela do rendimento nacional¹⁷⁹.

Além disso é parte integrante das condições de vida dos trabalhadores. Se se tomar como referência do salário o valor da força de trabalho aquele é, mesmo antes dos descontos, sempre inferior a este. Isto porque há uma parte da reprodução da força de trabalho que é garantida pelo salário indirecto, isto é, por um conjunto de benefícios socialmente prestados¹⁸⁰.

Segundo Barreto, em Portugal, a partir de 1975, ano nevrálgico para a institucionalização em Portugal de direitos que há muito estavam

¹⁷⁹Não pretendemos neste contexto abordar de forma pormenorizada a multiplicidades de questões que a Segurança Social levanta. Não pretendemos igualmente participar dos debates que hoje se colocam, embora alguns não possam deixar de ser tratados porque têm directamente a ver com o objecto do nosso estudo. Recorde-se que a referência a este assunto tem a ver com a obtenção de recursos financeiros por parte dos capitalistas para poderem continuar a alimentar o capital financeiro.

¹⁸⁰É certo que uma parte desses benefícios são pagos pelos próprios trabalhadores, mas uma outra parte é paga pelas empresas e pelo Estado. Além disso há um processo de redistribuição porque nem todas as forças de trabalho exigem os mesmos processos de reprodução.

garantidos noutros países, as despesas da Segurança Social oscilam entre 7 e 10% do PIB. Esta percentagem é generalizável para muitos países. As contas são fáceis de fazer: a parte dos salários no rendimento nacional é nos países desenvolvidos superior a 50% do Rendimento Nacional. Se os encargos com a segurança social representarem em média 20% do salário bruto, os fundos, sob a forma monetária, que alimentam os sistema de segurança social representam 10% anual do Produto Nacional Líquido.

Se essa importante percentagem do valor acrescentado anual pode constituir receitas da Segurança Social, e são valores bastante aliciantes para todos quantos procuram recursos para aplicar nas bolsas de valores, a verdade é que é fundamental considerar igualmente as despesas. Poderemos mesmo perguntarmo-nos porque estarão tantas empresas interessadas em meter-se numa actividade que tantos reconhecem como estando em situação de ruptura financeira.

A análise que Alves (2003) faz é corriqueira: O aumento da esperança de vida e a rápida redução do rácio de trabalhadores no activo por cada pensionista têm vindo ao longo dos últimos anos a tornar evidente a insustentabilidade do actual sistema de pensões da segurança social. A essência do actual sistema («pay as you go») consiste num esquema de transferências dos recursos provenientes das contribuições impostas aos trabalhadores no activo para os actuais pensionistas. Assim, no actual sistema, as pensões de todos os trabalhadores que hoje financiam o sistema com as suas contribuições dependem da possibilidade de a segurança social ter receitas suficientes para as pagar quando estes se aposentarem.

Se o sistema está à beira da falência, porque é que as empresas privadas estão interessadas neste negócio?

A) Desde logo na passagem de uma solução colectiva para uma decisão individual, mesmo que imposta. Quando o Estado assume num determinado contexto histórico as responsabilidades da Segurança Social e aplica esse serviço a toda a população, estando ética e politicamente direccionado para apoiar particularmente os mais desfavorecidos, tem que aplicar receitas múltiplas a fins múltiplos em que os que estão em situação mais favorável (porque têm emprego, porque têm salários mais elevados, etc.) estão a financiar os que estão em situação mais desfavorável (desempregados, doentes, etc.). Mas quando a decisão é

assumida por cada indivíduo isoladamente, quando se paga hoje para receber amanhã, não há os problemas financeiros anteriormente referidos. Antes pelo contrário. No caso, por exemplo, das reformas – frequentemente apresentadas como as responsáveis pela ruptura do sistema actual – cada aderente ao sistema é contribuinte e credor durante anos para depois ser recebedor, mas sempre nos limites da sua contribuição prévia, incluindo um certo ganho nominal. Durante muitos anos a instituição financeira com quem estabelece o contrato vai acumular fundos de que sabe poder dispor a longo prazo. Façamos um pequeno exercício: se todos os cidadãos do mundo aderissem ao sistema de reforma privada, se as percentagens do rendimento nacional fossem as anteriormente referidas e se em média mediasse 10 anos desde a adesão ao sistema até atingir a reforma as empresas gestoras dos fundos de pensão disporiam durante esse período do correspondente ao rendimento nacional mundial¹⁸¹.

B) Depois porque a prestação de alguns serviços associados à Segurança Social – nomeadamente a saúde – são realizados por empresas do mesmo grupo financeiro, pelo que as despesas desses fundos de apoio são uma fonte de criação de mercado para as suas empresas, as despesas de uma empresa do grupo são receitas de outras empresas do grupo.

C) Finalmente, se existem áreas menos rentáveis ou não garantem esses apoios sociais ou remetem para a responsabilidade do Estado¹⁸².

A possibilidade dessa grande massa de rendimentos passar das mãos do Estado para a gestão do capital é uma «benesse divina». Essa grande quantidade de recursos tem diversas vantagens: é um montante elevado, a sua renovação está assegurada, está associada frequentemente a aplicações de longo prazo (pago hoje para receber daqui a muitos anos), permitindo uma grande fluidez de aplicações.

A privatização da segurança social, a combinação do público e privado com particulares vantagens para estes, o abandono progressivo

¹⁸¹ Apenas uma referência estatística. Em Portugal, onde o sistema ainda é muito insipiente, em 2002 o montante gerido de fundos de pensões por entidade gestora era superior a 15 mil milhões de euros, liderado naquele ano por PensõesGere do grupo Mello.

¹⁸² Registe-se como exemplo a inexistência de empresas que façam em Portugal seguros de saúde para pessoas com mais de 60 anos e em muitos casos ao atingirem 75 anos deixam de estar seguras. É fácil compreender que quem mais necessita desse tipo de seguro não tem a quem recorrer porque para as empresas o risco é demasiado elevado.

destas actividades por parte do Estado são batalhas decisivas para o capital financeiro poder continuar a alimentar o capital fictício¹⁸³.

É simultaneamente uma batalha ideológica pois a passagem dos sectores mais lucrativos para as empresas privadas e a eventual insolvência da Segurança Social é a «demonstração da ineficácia do Estado». Ineficácia num jogo em que o dados estão viciados.

E para os cidadãos é melhor?

É uma pergunta que todos colocamos, é uma pergunta a que não vamos esboçar uma resposta detalhada, mas que não podemos deixar de responder em alguns apontamentos breves.

Globalmente não é melhor porque

(a) Alimenta o capital fictício, as actividades improdutivas e a reprodução da globalização que tem provocado, como vimos, o agravamento das desigualdades.

(b) A reprodução do capital vai assentar numa reprodução do sistema financeiro que está muito frequentemente à beira da ruptura e que pode tombar, como veremos, numa profunda crise¹⁸⁴.

(c) Admitir que o Estado mantém uma actividade reguladora e fiscalizadora é um verdadeiro conto de fadas em que estas são bruxas disfarçadas. Mesmo admitindo que o Estado representava a globalidade da população e que era constituído por pessoas que não se deixariam embalar pela melodias das grandes empresas, estas

¹⁸³ Registe-se apenas que estes objectivos são bastante claros e são apresentados tecnicamente como “saúáveis”. Num conjunto de *slides* do Instituto de Seguros de Portugal disponíveis na Internet afirma-se:

- «A nível mundial tem-se vindo a assistir a uma cada vez maior correlação entre o desenvolvimento dos mercados financeiros e a estrutura dos sistemas de segurança social;
- Os países em que os fundos de pensões têm grande implantação tendem a ter mercados financeiros bastante desenvolvidos e com muita profundidade;
- Para os mercados de capitais é extremamente importante a apetência para o investimento de longo prazo por parte dos investidores institucionais que operam no segmento do financiamento das reformas através de sistemas de capitalização;
- Os fundos de pensões sustentam a procura de instrumentos financeiros de longa maturidade e contribuem para tornar o mercado mais completo».

O documento continua com o enunciado dos cuidados a ter, porque de acordo com a «Norma 21/2002-R» desse instituto,

«... deve ser definida uma política de investimento baseada em regras e procedimentos que um gestor sensato, prudente e conhecedor aplicaria no sentido de prosseguir uma gestão no exclusivo interesse dos representados, evitar um inadequado risco de perda e de obter um rendimento adequado ao risco incorrido.»

¹⁸⁴ Acrescente-se que poder-se-á cair daqui a uns anos numa situação semelhante à actual «a população activa a financiar a população inactiva». Basta para tal que o capital acumulado no fundo pensões automaticamente processos financeiros de forma duradoira e que haja ruptura nos mecanismos de crédito.

possuiriam recursos muito superiores aos que a grande maioria dos Estados poderia movimentar. Enfraquecer economicamente o Estado – num meio em que o peso económico é decisivo – e pretender que ele tenha poder é um conto do vigário.

No contexto privado o futuro ainda está menos garantido, isto é, tem níveis de incerteza mais elevados.

entrelaçamento com economia subterrânea

Acabamos de ver que o capital continua a usufruir de muitas fontes de rendimento que podem ser directa ou indirectamente canalizadas para os mercados financeiros. Contudo, atendendo ao volume de capital fictício circulando nos mercados financeiros – cujos astronómicos montantes referimos oportunamente –, à sistemática coexistência de ganhos e de perdas, à frequência de períodos de perturbação e de crises mais ou menos prolongadas, às necessidades de reprodução do capital nas mais diversas áreas¹⁸⁵ e ainda aos controlos que continuam a existir sobre alguns dos recursos anteriormente referidos¹⁸⁶, a reprodução da globalização exige a utilização de recursos adicionais que sejam provenientes de actividades produtivas – onde é criado o valor novo –, com grande apropriação de mais-valia, com possibilidade de expansão e liberto de quase todos os controlos. Tudo isso é encontrado na economia subterrânea.

Comecemos por precisar o que englobamos na economia subterrânea. No meio de uma multiplicidade de definições e de debates

¹⁸⁵O que pretendo significar com isto é que nem todos os recursos obtidos pelas vias anteriormente referidas podem ser canalizados para as actividades financeiras. Por exemplo, uma grande parte da mais-valia apropriada no sector industrial tem de ser canalizada para o Estado (fiscalidade) e para as empresas, situadas num contexto de forte competitividade a nível mundial pela inovação e produtividade. Por exemplo, os fundos de pensões têm que continuar a ser capazes de cobrir as despesas que lhes estão associadas.

¹⁸⁶Muitos dos fundos anteriormente referidos estão sujeitos a controlos diversos, continuando os Estados a desempenhar, enquanto expressão política da correlação de forças existente e em que todos os grupos têm uma certa capacidade de influência, formas diversas de regulação e controlo. Assim, por exemplo, os fundos de pensão estão sujeitos frequentemente a legislação que obriga a um certo tipo de carteira de títulos.

teóricos sobre as suas fronteiras, chamando-a por vezes de uma maneira por vezes de outra, esclareçamos que pretendemos designar daquela forma: todas as actividades económicas que não são registadas na contabilidade nacional dos países.

Podem ser muito diversas: nem a esmola dada à pobre à porta da igreja, nem a gorjeta que acompanha o pagamento de um serviço, nem a produção de droga, nem a escravatura são registadas na contabilidade nacional, pelo que pertencem à economia subterrânea. E é exactamente pela grande diversidade de actividades económicas que podem ser aqui inventariadas que falamos em «economia» subterrânea e não em «sector».

Parece fácil de verificar pelas actividades anteriormente referidas a título de exemplo que não podemos classificar essas actividades como eticamente recomendáveis ou reprováveis. Qualquer juízo de valor genericamente atribuído é certamente inadequado, tal é a diversidade de situações e a variedade de contextos geográfico-sociais em que cada actividade se insere.

Alguns sectores de actividade pertencem em grande percentagem à economia subterrânea. São os casos da droga (produção agrícola, transformação industrial, armazenamento e transporte, comercialização) e das actividades de guerra (produção, armazenamento, transporte e comercialização de armamento; prestação de serviços de assessoria militar e actividade de mercenários). São as tradicionais actividades de contrabando de todo e qualquer bem que dessa forma contorna os impedimentos legais e foge ao pagamento de taxas e impostos diversos¹⁸⁷. São igualmente os movimentos clandestinos de mão-de-obra a que fizemos anterior alusão. São o roubo, armazenamento, transporte e comercialização de órgãos humanos. São as burlas informáticas e de telecomunicações. Eis alguns exemplos, entre muitos outros.

Alguns sectores de actividade tanto podem pertencer à economia subterrânea como à economia formal. Em quase todas as indústrias transformadoras, particularmente as que utilizam baixa tecnologia e mão-de-obra intensiva – vestuário, calçado, por exemplo – há empresas constituídas legalmente e outras que o fazem à margem da lei,

¹⁸⁷ Actualmente pode também ser realizada por intermédio da Internet.

frequentemente utilizando mão-de-obra clandestina e trabalho infantil, com horários de trabalho muito superiores ao permitido, com condições de higiene e segurança deficientíssimas, sem qualquer segurança social. Estas actividades chegam a assumir em alguns países uma grande importância¹⁸⁸.

Actividades como o transporte e armazenamento de resíduos tóxicos tanto se desenvolvem em ambientes legal como ilegal.

Algumas actividades subterrâneas são o complemento das actividades legalmente constituídas. É a fuga aos impostos, é o não cumprimento das actividades sociais a que estão vinculados, é a «compra de favores» e a corrupção. É o não cumprimento com as normas ambientais e as práticas poluidoras. Eis alguns exemplos entre muitos outros¹⁸⁹.

Se quiséssemos fazer uma lista mais completa seria possível, mas certamente que ficariam sempre actividades de fora, pois elas são bastantes e estão sempre a surgir outras.

O que nos parece fundamental esclarecer desde já é que

- Muitas destas actividades são produtivas, logo criadoras de valor acrescentado.
- A economia subterrânea movimenta elevadíssimos recursos.

Apesar das dificuldades de quantificação da economia subterrânea, é frequente avançar-se a hipótese daquelas representarem 5 a 30% do Produto Interno Bruto (legal) nos países desenvolvidos e entre 30% e 70% em muitas economias subdesenvolvidas ou em transição para o capitalismo¹⁹⁰.

As razões imediatas para a existência de actividades subterrâneas são muitas e muito diferenciadas: dinâmica da actividade económica, legislação e enquadramento institucional às actividades económicas,

¹⁸⁸ Por exemplo, numa conferência internacional

«o membro do governo de Barbados referiu que a economia informal era vital para a criação de emprego e rendimento para os trabalhadores do seu país» (OIT, 2002, 25).

¹⁸⁹ Morgado & Vegar (2003) tem uma interessante listagem e tipificação deste tipo de actividades subterrâneas, embora a sua apresentação obedeça mais a critérios jurídicos que económicos.

¹⁹⁰ Apesar das óbvias dificuldades em quantificar a economia subterrânea, pois não existem estatísticas que a meçam directamente, aqueles valores são avançados na base de métodos de cálculo relativamente rigorosos. Como é tal possível? Fundamentalmente procedendo-se à quantificação de agregados económicos por diversas vias e comparando valores. Por exemplo, a despesa faz-se na base dos rendimentos disponíveis; se por definição o rendimento e o produto são iguais e não consigo obter valores para o produto que justifiquem os rendimentos manifestados pela despesa, a diferença pode ser resultado de actividades subterrâneas.

moralidade vigente e práticas sociais, educação e formação da população, políticas económicas implementadas, etc. Mesmo antes da globalização existiram razões para o aparecimento de algumas actividades subterrâneas e estas não deixaram de se manifestar. Contudo a globalização conduziu ao aparecimento de novas actividades subterrâneas, dinamizou outras e criou um contexto global favorável ao seu crescimento. Um crescimento que tem um dupla faceta de (i)legalidade:

- Por um lado a economia subterrânea é muito frequentemente ilegal e associa-se estreitamente à alta criminalidade.
- Por outro lado tem mecanismos próprios de tentar ultrapassar essa ilegalidade, ganha um certo estatuto social e encontra na liberdade de movimento de capitais o canal de passagem da ilegalidade para a legalidade.

Muitas das actividades anteriormente referidas fazem parte do crime organizado, agora a nível mundial e com recursos tecnológicos altamente sofisticados. Creio que não merecerá a pena insistir neste ponto. É sobejamente conhecida a importância da droga no mundo actual e os seus impactos sobre todos os aspectos da criminalidade para que sejam necessárias mais referências, embora a lista seja bastante mais longa.

Concentremo-nos, pois, no outro aspecto.

A «liberdade económica», a «liberdade de movimento de capitais» aparece como uma referência inalienável para os vencedores da globalização¹⁹¹. O dinheiro assume-se como símbolo do poder e da felicidade, fim último da vida em camadas crescentes da população. Essa «liberdade» é um suporte fundamental para o «branqueamento de capitais» isto é para a passagem de capital-dinheiro das actividades ilegais para as legais:

«tornou-se impossível deitar a mão à fortuna dos grupos criminosos. Qualquer que seja a eficácia da polícia e da justiça, os lucros

¹⁹¹ Será escusado estar aqui a analisar a falsidade do conceito absoluto de «liberdade» e o seu significado socialmente contraditório. Também será desnecessário lembrar a inoperacionalidade de propostas, apesar de economicamente inócuas, que possam constituir algum «grão na engrenagem» nesta liberdade, como é o caso da chamada taxa Tobin.

acumulados permanecem intocáveis no espaço sem direito do mercado financeiro global» (Martin & Schumann, 1999, 222).

Segundo Morgado & Vegar essa actividade tem três fases:

«A colocação directa do chamado “hot money”, que envolve o nível de risco mais elevado, consiste na aplicação directa, por parte ou a mando do criminoso, do produto da sua actividade em depósitos banários, em casas de jogos, casas de câmbios, e na aquisição dos mais variados bens, como imobiliário, antiguidades, carros topo de gama, ouro, ou o investimento em clínicas de saúde, obras de arte e até na aquisição de passes de desportistas. (...) Nesta etapa, o criminoso está altamente dependente do auxílio de terceiros (...) [e] as tipologias de colocação são inúmeras (...).

Segue-se a circulação, que não é mais do que eliminação do rasto do dinheiro, que visa impossibilitar a produção de prova sobre a autoria ou existência dos crimes (...).

A terceira etapa é, obviamente, a integração do dinheiro já pré--lavado, no circuito financeiro legal, e a sua aplicação em actividades económicas comuns e lícitas» (2003, 85/6).

Donde resulta

«A partir do momento em que o circuito é completado, e os fundos criminosos injectados na economia legítima, eleva-se extraordinariamente o risco do domínio das instituições ou de sectores vitais da economia e do mercado pelas associações criminosas» (2003, 86).

A livre circulação entre mercados financeiros, a possibilidade de transferências quase instantâneas entre praças de todo o mundo e os paraísos fiscais são instrumentos eficazes para esta passagem do ilegal para o legal. A não intervenção do Estado, o desaparecimento de fronteiras, a fluidez dos mercados, o anonimato deste são factores que automaticamente permitem esse entrelaçamento:

«Os *paraísos fiscais*, ou *territórios off-shore*, conhecidos como fortalezas do crime, são também um filtro.

Os paraísos fiscais são regiões geograficamente limitadas, com legislação específica, caracterizados por proporcionarem aos não-residentes a redução ou isenção de impostos em relação ao país de residência, no que se refere ao depósito de capitais.

A importância dos territórios *off-shore* aumentou devido à globalização dos negócios e mercados, e à disseminação das novas tecnologias, já que as empresas utilizam-nos para aumentar a sua competitividade, garantida pela flexibilização de operações, redução da carga tributária, confidencialidade, segredo bancário absoluto e aparente segurança.

Os paraísos fiscais consentem também a criação de empresas com um só accionista, de empresas sem objecto social especificado, e de companhias caixa de correio, ou seja, a localização da sede em *off--shore* serve apenas para a rotação de capitais.

A partir de certa altura, constatou-se que estas facilidades começaram a ser utilizadas pelos criminosos, para operações ilegais ligadas ao branqueamento, ao financiamento do terrorismo, e ao crime económico e financeiro. Ou seja, a legislação dos *off-shore* permite a ocultação de fundos provenientes de praticas criminosas, e o financiamento de outras, como a corrupção.

Deste modo, a utilização dos paraísos fiscais pelo crime organizado constitui hoje uma das armas mais destrutivas da investigação criminal.» (idem, 104)

Não se considere no entanto que esses territórios ou as instituições que neles actuam são marginais no contexto mundial. Ao lado das ilhas Caimão (de dependência britânica) temos outros como Jersey, Guernesey ou Gibraltar. Liechtenstein e o Luxemburgo fazem parte do baralho, assim como Chipre, Madeira e outros. Nas famosas ilhas Caimão estão registados mais de quinhentos bancos: bancos públicos e privados, muitos deles de grande importância nas actividades financeiras mundiais, peças do sistema democrático europeu e mundial.

Capital financeiro internacional e legalização dos mais recônditos circuitos sócioeconómicos são duas faces da mesma moeda. São os circuitos económicos que estabelecem essa ligação apoiados pela ideologia apologética do mercado.

Legalizar o pecaminoso aparece de seguida como a palavra de ordem de controlo do que espontaneamente se deixou incontrolável.

Não temos dados rigorosamente quantificados que sustentem totalmente a nossa posição, mas estamos convencidos, com base em todos os argumentos que temos vindo a esboçar, que esta interligação entre a economia subterrânea e os mercados financeiros é hoje um dos

mais poderosos mecanismo de redistribuição da mais-valia e um dos mais seguros mecanismos de rentabilização do capital internacional¹⁹².

E com este casamento enfraquecem-se as malhas éticas do tecido social.

¹⁹²Segundo Morgado & Vegar, citando dados do FMI, «os montantes do dinheiro lavado nos circuitos económicos legais estão entre 2 a 5% do Produto Interno Bruto Global» (2003, 87).

Conclusão



Qual a evolução futura da globalização?

Eis uma pergunta cuja resposta fundamentada não é possível dar. O mais que poderemos fazer é referir alguns cenários alternativos.

O primeiro cenário possível é o de crise.

Designando por crise um processo de ruptura podemos dizer que a globalização está ameaçada por três vias:

1. Sendo a globalização parte integrante do capitalismo e impondo que este seja levado «até à últimas consequências», está sujeito às dinâmicas conjunturais e às crises do capitalismo. Desde há muito que é sabido que uma acção dos agentes políticos e económicos de resfriamento de altas conjunturas ou de criação de poder de compra, real ou fictício, nos períodos de atenuação dos ritmos de crescimento podem ser políticas económicas relativamente eficazes para evitar situações mais dramáticas. Contudo a desresponsabilização do Estado em relação a estes processos e as técnicas de actuação do capital financeiro – pseudo-validação social das mercadorias – e do grande capital – aproveitamento das «más conjunturas» para vencer a concorrência e aumentar a centralização do capital – reforça as possibilidades de crise.

2. Não sendo o capital financeiro produtivo exige permanentemente a interligação com os capital produtivo, através da qual apropria mais-valia e garante a sua rentabilidade. No entanto o capital financeiro tem uma dinâmica própria propícia à sua autore-produção. Esta entra frequentemente em contradição com a sua base de rendibilidade e quando aquela não pode ser desviada pelos «mecanismos autoreguladores» entra-se num processo de crise. Conforme as circunstâncias, podemos estar perante uma crise de sobreprodução – excesso de capital em geral em relação às possibilidades da sua rendibilização – ou perante uma crise financeira – desajustamento do capital financeiros em relação ao capital em geral.

3. A contradição entre a importância relativa da financiarização no conjunto das actividades económicas e o papel fundamental das actividades produtivas no crescimento e desenvolvimento económico pode conduzir a rupturas estruturais, ao esgotamento deste modo de regulação capitalista. Tais manifestações de crise estrutural tanto

podem conduzir a rupturas no modo de regulação capitalista ou no próprio capitalismo conforme o contexto em que se processa e as formas que assume.

A globalização aumenta a desigualdade na distribuição do rendimento, limando a importância de camadas intermédias que durante muito tempo funcionaram como estabilizadores sociais. As possibilidades de rupturas crescem objectivamente com a globalização, embora fortemente neutralizadas pela massiva ideologização capitalística.

A importância que as problemáticas éticas têm vindo a assumir na última década revela a necessidade generalizadamente sentida de encontrar algumas referências que funcionem cultural e ideologicamente como contrapontos da sociedade em que vivemos. A importância da economia subterrânea para a continuidade da globalização entra em conflito com os desejos de muitos cidadãos.

Com muita frequência assistimos a sinais de crise: instabilidades cambiais, défices comerciais duráveis, agravamento das desigualdades entre nações e pessoas, elevadas taxas de desemprego e aumento da durabilidade deste, perturbações nas bolsas de valores e repercussões em cadeia. Mas também todos os dias deparamos com mecanismos diversos de rentabilização do capital e de atenuação daqueles aspectos negativos. Existe uma forte probabilidade de manifestação de uma crise económica e de ruptura do tecido social mas também existe uma elevada possibilidade de manifestação de contratendências impossibilitadoras ou limitadoras de tal acontecimento.

As possibilidades de crise económico-social são estruturalmente elevadas. Conjunturalmente poderá ou não sê-lo. Não tem data marcada de manifestação e sobretudo não acontecerá com processo de ruptura sem o querer e a vontade dos homens. A sua inevitabilidade é potencial. Contudo está sempre latente.

O segundo cenário alternativo é o de uma tomada de posição unilateral dos EUA que termine com muitas das regras de jogo actualmente vigentes, nomeadamente o livre comércio.

Sendo a globalização a mundialização do capitalismo na sua modalidade americana porque, para além das dinâmicas das forças produtivas, houve a capacidade política, económica e social de a impor, não será de estranhar que possa ter a capacidade de a contrariar¹⁹³ desde que a correlação de força capitalistas a nível mundial e o crescente endividamento da economia americana tal permita ou exija.

O terceiro cenário alternativo é o de uma alteração da correlação de forças sociais em resultado do agravamento das contradições sociais e o crescendo de luta anti-globalização.

Finalmente, poderão existir sempre evoluções mais catastróficas: «A história não se repete. Todavia a guerra permanece a válvula de escape mais provável quando os conflitos sociais se tornam insuportáveis - mesmo que assuma a forma de uma guerra civil contra minorias étnicas ou contra regiões que traem a nação. A mundialização não conduzirá obrigatoriamente a conflitos militares; em contrapartida, estes são possíveis se não se conseguir domar através do social as forças da economia transnacional entretanto desencadeadas» (Martin & Schumann, 1996,17)

Uma coisa é certa. Não poderemos ficar de braços cruzados à espera do futuro, que, dessa forma, será certamente dos outros. Teremos que participar activamente na construção de um mundo melhor.

¹⁹³Insista-se que estamos a falar da globalização e não da mundialização, embora esta também possa ser afectada com a atenuação ou liquidação da globalização.

Bibliografia

A quantidade de livros, artigos, entradas nas enciclopédias, sítos na internet, discos e CD-ROMs sobre a globalização é imenso. Maior ainda as obras que utilizam esse termo.

Nunca foi intenção fazer o seu inventário completo, esforço condenado pela imediata desactualização que sofreria.

A nossa única preocupação é indicar aos leitores quais as obras que utilizamos directamente para a redacção deste livro, tendo feito citações de muitas delas. A sua escolha resulta muito estreitamente dos percursos da minha formação, da estrutura do livro e das principais preocupações de escrita, das minhas limitações linguísticas e de acesso directo ou informático às bibliotecas.

É um conjunto de obras sobre o capitalismo e a globalização, «seleccionadas» pelas preocupações de escrita, muitíssimo parcial e certamente enviesada, sem deixar de constituir um inventário quiçá útil para o começo de leituras adicionais.

Estas razões explicam simultaneamente que não se tenha tido a preocupação de procurar a última edição ou de se verificar se haveria uma edição portuguesa. Tomou-se o exemplar que se tinha à mão, permitindo identificar com precisão as transcrições, permitindo a qualquer leitor reencontrá-las.

bibliografia citada

Indica-se aqui as obras que foram citadas expressamente o longo do texto. São um conjunto muito heterogêneo tendo desde os documentos apologéticos, que utilizámos para desmontar posições alternativas, a alguns que estão no sentido de algumas das nossas preocupações, documentos económicos, políticos e sociais, também filosóficos.

ABBAGNANO, Nicola (1998)¹⁹⁴
Dicionário de Filosofia, São Paulo, Martins Fontes

ALVES, André Azevedo (2003)
Privatizar a Segurança Social (1, 2 e 3);
<http://www.causaliberal.net>

AMIN, Samir
(1976)
L'accumulation à l'Échelle Mondiale,
Paris, Ed. Anthropos
(2000)
Os Desafios da Mundialização, Lisboa,
Ed. Dinossauro

ANAND, Sudhir & SEM, Amartya
(2000)

«The Income Component of the Human Development Index», *Journal of Human Development*, Vol. 1n N° 1, 2000

BARAN, Paul (1977)
A Economia Política do Desenvolvimento;
São Paulo, Zahar, pp. 399

BACHELARD, Gaston (1999)
La Nouvel Esprit Scientifique, 6ª Ed.,
Paris, PUF

BELLEFLEUR, Michel (2002)
Le Loisir Contemporain. Essai de Philosophie Sociale; Sainte-Foy, Presses de l'Université du Québec

BOYER, Robert (1998)
Le Politique à L'Ère de la Mondialisation et de la Finance: Le pont sur quelques recherches régulationnistes, Paris, Cahiers du CEPREMAP, n° 9820, pp. 73

BRUNHOFF, Suzanne
(1974)
Política Monetária, uma tentativa de interpretação marxista, Lisboa, Assírio e Alvim
(1975)
La Monnaie chez Marx; 2ª ed., Paris, Ed. Sociales.

¹⁹⁴ Aqui se indica a data de edição do exemplar consultado.

BRUNHOFF, Suzanne & CARTELIER, Jean (1974)

«Une Analyse Marxiste de l'Inflation», *Chronique Sociale de France*, 82º Ano, nº 4, Agosto 1974

CIPCO (1969)

Les Taches Actuelles de la Lutte Anti-impérialiste et l'Unité d'Action des Partis Communistes et Ouvriers, de Toutes les Forces Anti-impérialistes, in *Conférence International des Partis Communistes et Ouvriers*, Praga, Editions «Paix et Socialisme»

COCKBURN, Andrew & COBB, Jodi (2003)

«Escravos do Século XXI»; *National Geographic – Portugal*, Setembro 2003

COPPEL, Jonathan & DUMONT, Jean-Christophe & VISCO, Ignazio (2001)

Trends in Immigration and Economic Consequences, OCDE, CO/WKP(2001)10

COSTA, J. Almeida & MELO, A. Sampaio e (1994)

Dicionário da Língua Portuguesa, 7ª Ed., Porto, Porto Editora

COTTA, Alain (1977)

Dicionário de Economia; Lisboa, Publicações Dom Quixote

CULMANN, Henri (1973)

Les Comptabilités Nationales, Paris, PUF

DELAUNAY, Jean-Claude (1971)

Essai Marxiste sur la Comptabilité Nationale, Paris, Editions Sociales

DENIS, HENRI (sd)

História do Pensamento Económico, Lisboa, Livros Horizonte

DOSTALER, Gilles (1978)

Marx, la Valeur et la Économie Politique, Paris, Anthropos

DOZ, Yves & SANTOS, José & WILLIAMSON, Peter (2001)

From Global to Metanational, Boston, Harvard Business School Press, pp. 258

DUMENIL, Gérard (1980)

De la Valeur aux Prix de Production; Paris, Economica

ENGELS, Friedrich (sd)

A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado (Trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan), Rio de Janeiro, Vitória

FERRAZ, António Mendes da Silva & VIEIRA, Mónica Agostinha Lima (2001)

«Reforma do Sistema de Segurança Social em Portugal: Um Contributo Crítico»; *Documentos de Trabalho do Núcleo de Investigação em Políticas Económicas*

FMI (2002)

«L'Oeil du Cyclone», *Finance et Développement*, Dezembro 2002, 5-7

FORRESTER, Viviane (1997)

O Horror Económico; Lisboa, Terramar

GALBRAITH, John Kenneth (1999)

«Les défis du nouveau millénaire», *Finances et Développement*, Dez 1999, pág. 2/5

GÉLÉDAN, Alain & BRÉMOND, Janine (1981)

Dicionário Económico e Social, Lisboa, Livros Horizonte

GIDDENS, Antony (2000)

O Mundo na Era da Globalização; Lisboa, Editorial Presença

GONZÁLEZ, Pablo Alonso (2002)

La Titulización de Bienes Tangibles com especial referencia a la Filatelia

Madrid, Fundacion Albertino de Figueiredo para la Filatelia

GOVERNMENT OF SENEGAL (1998)

Press Release, Banco Mundial, Dakar, Senegal, June 21, 1998, http://www.worldbank.org/afr/dakar98/dakar_pr.htm

- HERZOG, Philippe (1972)
Politique Economique et Planification en Régime Capitaliste, Paris, Editions Sociales
- HODGSON, Geoffrey M. (1994)
Economia e Instituições, Lisboa, Celta
- HOUTART, François (2001)
«Las alternativas creibles del capitalismo mundializado», Comunicação ao *Forum Social Mundial* de Porto Alegre
- JEVONS, W. Stanley (1988)
A Teoria da Economia Política; São Paulo, Nova Cultural
- KOSIK, Karel (1977)
Dialéctica do Concreto, 1ª ed. 1963, Lisboa, Dinalivro
- KUUSINEN, Otto V. & Outros (1966)
Manual de Marxismo-Leninismo, México, Grijalbo
- LABARDE, Philippe & MARIS, Bernard (1998)
Meu Deus, como é bela a Guerra Económica!; Lisboa, Terramar, pp. 158
- LAÏDI, Zaki (2000)
«Interesse Nacional e a Globalização Económica» in *O Interesse Nacional e a Globalização* Lisboa, Edições Cosmos
- LENINE, V.
(1968a)
Oeuvres Choiesies I, Moscovo, Ed. do Progresso
(1968b)
Oeuvres Choiesies II, Moscovo, Ed. do Progresso
- LEVY, Brian (1997)
«Como os Estados podem impulsionar os mercados?», *Finanças & Desenvolvimento*, Setembro
- LINDBAEK, Jannik & RISCHARD, Jean-François (1994)
- «Agilidade na nova economia mundial», *Finanças & Desenvolvimento*, Setembro 1994
- LOUÇÃ, Francisco (1998)
Limites da Globalização; Texto policopiado de um colóquio, 5 de Julho
- LOW Patrick & NASH John, (1994)
«O longo e tortuoso caminho para um comércio mundial mais aberto», *Finanças & Desenvolvimento*, Setembro
- LUXEMBURGO, Rosa (1988)
A Acumulação do Capital (I e II); São Paulo, Nova Cultural
- MACEDO, Jorge Braga (1977)
Interdependência Económica, Sistema Monetário Internacional e Integração Portuguesa, Lisboa, Banco de Fomento Nacional
- MACHADO, José Pedro (1981)
Grande Dicionário da Língua Portuguesa, Lisboa, Amigos do Livro
- MARTIN, Hans-Peter & SCHUMANN, Harald (1999) *A armadilha da Globalização. O Assalto à Democracia e ao Bem-Estar Social*, 2ª Ed., Lisboa, Terramar, pp. 259
- MARX, Karl
(1967)
Le Capital – I a VIII ; Paris, Editions Sociales
(1975)
Manifesto do Partido Comunista, Lisboa, Ed. Avante
(1975b)
Capítulo Inédito d'O Capital. Resultados do Processo de Produção Imediato, Porto, Publicações Escorpião
(1982)
«Para a Crítica da Economia Política», in *Obras Escolhidas*, Lisboa, Edições Avante
- MORGADO, Maria José & VEGAR, José (2003)
O Inimigo sem Rosto. Fraude e Corrupção em Portugal; Lisboa, Dom Quixote

- MOUHOUD, El Mouhoub (2003)
« Division Internationale du Travail et Economie de la Connaissance », Intervention au Séminaire « Hétérodoxies », Jan. 2003, MATISSE – Université Paris
- MULDER, Christian (2002)
« Évaluer les Dangers », *Finance et Développement*, Dezembro 2002, 8-10
- MURTEIRA, Mário (2003)
O que é Globalização?; Lisboa, Quimera
- N'KRUMAH, Kwame (1967)
Neocolonialismo - Último Estágio do Imperialismo, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira
- NAGELS, Jacques (1974)
Travail Collectif et Travail Productif dans l'Évolution de la Pensée Marxiste, Bruxelas, Éditions de l'Université de Bruxelles
- NEVES, João César (1993)
O que é Economia, Lisboa, Difusão Cultural
- NOGARO, Bertrand (1950)
Curso de Economia Política, in *Panorama da Ciência Económica III e IV*, Lisboa, Ed. Cosmos
- NUNES, Ana Bela (1998)
A Globalização numa Perspectiva Histórica. O que há de novo no processo de globalização; Série Documentos de Trabalho, DT/WP nº 8, Lisboa, ISEG, pp. 20
- OCDE (2001)
International Direct Investment Statistics Yearbook (1980-2000); OCDE
- OIT (2002)
«Provisional Record 25»; Do site da OIT
- PARAIRE, Philippe (1998)
A «Aldeia-Mundo» e o seu Castelo. Ensaio contra o FMI, a OMC e o Banco Mundial, Lisboa, Avante, pp. 239
- PARINAUD, André (1996)
Gaston Bachelard, Paris, Flammarion
- PIMENTA, Carlos (1979)
«Força de Trabalho e Trabalho»; *Revista Técnica do Trabalho* 2, 1979 – Dezembro (1985)
Contributos para a Caracterização e Explicação da Inflação em Portugal; Tese de doutoramento, ISEG¹⁹⁵ (1987)
«Keynesianismo-Monetarismo: Controvérsia Condicionada», *EC - Economia*, 66 (1998)
«Globalização. Prolegómenos, Questão Problemática e Hipóteses», Colóquio Portugal Moderno e Globalização, Universidade do Minho, 18/19-05-99, Publicado posteriormente em *Vértice - nova série*, Nº 94, Abril 2000, pág. 25/41 (2003)
«Globalização em África e (Des)Humanismo», *Conferência Internacional «Humanismos Latino e Africano: Encontros e Desencontros»*, Dakar, Jan 2003;
- PIRES, Eugénia & Outros (2000)
«Economia dos Intermediários Financeiros: Titularização», Lisboa, ISEG; http://pascal.iseg.utl.pt/~aafonso/eif/pdf/eif2000_6.pdf (Março 2004)
- POMBO, Olga (sd)
«Da Classificação dos Seres à Classificação dos Saberes», <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/>
- POULANTZAS, Nicos (1977)
Poder Político e as Classes Sociais, Lisboa, Dinalivro
- QUESNAY, François (1978)
Quadro Económico, 2ª Ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian

¹⁹⁵A tese de doutoramento nunca foi publicada fora dos circuitos académicos. Contamos dentre de pouco tempo disponibilizá-la integralmente na página pessoal: <http://www.fep.up.pt/docentes/cpimenta/>

- QURESHI, Zia (1996)
«Globalização: novas oportunidades, duros desafios», *Finanças & Desenvolvimento*, Março 1996
- ROLL, Erich (1950)
História do Pensamento Económico In *Panorama da Ciência Económica*, Vol II, Lisboa, Ed. Cosmos
- RIST, Gilbert (1996)
Le Développement. Histoire d'une Croyance Occidentale; Paris, Presses de Sciences Po
- SAMUELSON, Paul (1987)
Economia, 5ª Ed., Lisboa, McGrawHill
- SANTOS, Boaventura Sousa (2001)
«As tensões da modernidade», Comunicação ao *Forum Social Mundial de Porto Alegre*
- SANTOS, Vítor (1997)
Será a globalização um fenómeno sustentável?; Lisboa, GEPE, pp. 28
- SARTRE, JEAN-PAUL (1993)
O Ser e o Nada, Lisboa, Circulo de Leitores
- SÈVE, Lucien (1980)
Une Introduction a la Philosophie Marxiste, Suivie d'un Vocabulaire Philosophique, 2ª Ed., Paris, Editions Sociales
- SMITH, Adam (1981)
Riqueza das Nações (I e II), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- STANLAKE, George F. (1993)
Introdução à Economia, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- WORLD FEDERATION OF EXCHANGES (sd)
Annual Report 2001; <http://www.world-exchanges.org>
- WORLD TRADE ORGANISATION (2001)
Ministerial Declaration, Adopted on 14 November 2001; Ministerial Conference, Fourth Session, Doha, 9 - 14 November 2001
(Sem autor)

outra bibliografia utilizada

«A Fome e o Sonho de Lula»,
Expresso, 1/Fev/2003

AGLIETTA, Michel (1993)

«Financial Globalization. Systemic Risk, Monetary Control in OECD Countries», *Notas Económicas*, 9/24

AMARAL, Luís Mira (1991)

A Internacionalização da Economia Portuguesa, *Economista*, 1991/4, pág. 59/67

AMIN, Samir (2001)

«La dimension destrutrice de l'accumulation du capital», Comunicação ao *Forum Social Mundial* de Porto Alegre

AOYAMA, Yuko & CASTELLS, Manuel (2002)

«Une évaluation empirique de la société informationnelle : structures de l'emploi dans les pays du G7, 1920-2000», *Revue Internationale du Travail*, Vol. 141, nº 1-2, PAG. 133/173

ARAÚJO, Carlos R. V. (1986)

História do Pensamento Econômico - Uma Abordagem Introdutória São Paulo, Atlas

ATTAC (2000)

Contra a Ditadura dos Mercados; Lisboa, Campo da Comunicação

BAGANHA, Maria & REYNERI, Emilio (2001)

«New migrants in South European Countries: an assessment», in Levean R. et Autres, *Nouvelles Citoyennetés: réfugiés et sous-... dans l'Espace Européen*; Paris, IFRIS, pag. 85-111

BARTOLI, Henri (1996)

A Economia ao Serviço da Vida. Crise do Capitalismo. Uma Política de Civilização Lisboa, Instituto Piaget

BELLUZZO, Luis Gonzaga (2001)

«Imperialismo e Cosmopolitismo», Comunicação ao *Fórum Social Mundial* de Porto Alegre

BLOMSTRÖM, Magnus & KOKKO, Ari (1997)

«Regional Integration and Foreign Direct Investment: A Conceptual Framework and Three Cases», *Policy Working Paper Series*, World Bank,

BOYER, Robert & SAILLARD, Yves (1996)

Théorie de la régulation. L'état des savoir Paris, Édition de la Découverte

BOYER, Robert & SOUYRI, Pierre-François (2001)

Mondialisation et régulations, Paris, La Découverte.

BRITO, Carlos Melo (1993)

«Estratégias de Internacionalização e Cooperação Empresarial» Porto, Faculdade de Economia do Porto, *Investigação*, 28

BURBACH, Roger & ROBINSONM William I. (1999)

«The fin De Siecle Deabte: Globalization as Epochal Shift» *Science & Society*, Vol. 63 Nº 1, Spring 1999, pag. 10-39

CAFFÉ, Ricardo (1997)

«Capital Fictício, Inovações Financeiras e Derivativos. Algumas Observações sobre a Natureza da Finança

Globalizada»; São Paulo, *Sociedade Brasileira Economia Política*, pág. 301/09

CASSEN, Bernard & NGOC-HOANG, Liem (2000)

ATTAC - Contra a Ditadura dos Mercados; Porto, Campo da Comunicação

CHESNAI, François (2000)

Tobin or not Tobin? Yma Taxa Internacional sobre os Capitais para Apoio aos Cidadãos; Lisboa, Campo da Comunicação

DIAS, José Manuel G. (1993)

«Aspectos do Contexto Empresarial Português, em Mudança por Efeito da Internacionalização»; Porto, Faculdade de Economia do Porto

DORNBUSCH, R. & HELMERS, F. (1991)

Economia Aberta. Instrumentos de Política Económica nos Países em Vias de Desenvolvimento; Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 437

ELERT, Glenn (2003)

The Chaos Hypertextbook; <http://hypertextbook.com/chaos/news.shtml> [consultado 04-11-2003]

FREEMAN, Richard B. & OOSTENDORP, Remco H. (2001)

«Les Salaires par profession dans le monde: un nouveau fichier»; *Revue Internationale du Travail*, vol. 140, nº 4

JKAYIZZI-MUGERWA, Steve (2001)

«Globalisation, Growth And Income Inequality: The African Experience»

December, OECD Development Centre, *Technical Papers*, No. 186

KOLODKO, Grzegorz W. (2001)

«Globalisation and Transformation: Illusions and Reality»

Technical Papers, No. 176; OECD Development Centre

LICHTENSZTEJN, Samuel (1984)

«Estado e Internacionalizacao» *Pensamiento Iberoamericano*, 5a, pág. 221/246

MATEUS, Augusto (1983)

Internacionalização, Crise e Recessão (A Especificidade Portuguesa), *Pensamiento Iberoamericano*, 3, pág. 131/162

MANDEL, Ernest (1969)

Traité d'Économie Marxiste; Paris, Union Générale d'Éditions

MATTEI, Lauro (1997)

«Breves Considerações sobre a Globalização»; São Paulo, *Sociedade Brasileira Economia Política*, pág. 65

MIRJANA, Marokvasic (2002)

«Dynamiques Migratoires. Ouverture des Frontières à l'Est et Nouveaux Flux»

Cahiers Français, nº 307, Março-Abril 2002, La Documentation Française p. 24-30.

MITCHELL, B. R. (1992)

International Historical Statistics Europe 1750-1988; 3ª Edição, Stockton Press

NUNES, António Avelãs (2003)

Neoliberalismo e Direitos Humanos, Lisboa, Ed. Caminho

OCDE

(2001)

Institutional Investors: Statistical Yearbook; OCDE

(2003)

Tendances des Migrations Internationales; Paris, OCDE

OIT (2002)

«Travail décent: un cadre d'action se met en place»; *Revue Internationale du Travail*, Vol. 141, nº 1-2, pag. 175-190

O'ROURKE, Kevin H. (2001)

«Globalization and Inequality: Historical Trends»; *Staff Paper*, BIRD

PAMPLONA, João B. (1997)

«Globalização, Pós-Fordismo e a Gestão de Políticas Sociais»; São Paulo, *Sociedade Brasileira Economia Política*, pág. 354/63

PAVEL, Christine e MCELRAVEY, John N. (1990)

«Globalization in Financial Services Industry»; *Economic Perspectives*, 14/3, pág. 3/18

PERRET, Bernard & ROUSTANG, Guy (1993)

A Economia contra a Sociedade. Afrontar a Crise de Integração Social e Cultural; Lisboa, Instituto Piaget

PNUD (1990 e seguintes)

Relatório de Desenvolvimento Humano

RAMONET, Ignacio (2001)

«Globalisation, inégalités et résistances»; Comunicação ao *Fórum Social Mundial* de Porto Alegre

RAMONET, Ignacio & Outros (2003)

Atlas da Globalização Le Monde Diplomatique; 2ª Ed.; Lisboa, Campo da Comunicação

ROUSSET, Pierre (2001)

«A taxa Tobin, uma Nova Etapa»; Comunicação ao *Fórum Social Mundial* de Porto Alegre

SAGGI, Kamal (sd)

«Trade, Foreign Direct Investment, and International Technology Transfer: A Survey»; Estudo preparatório de um documento do Banco Mundial

SANTOS, Milton (2000)

«A Transição em Marcha», Capítulo de *Por uma outra globalização* São Paulo, Editora Record

SHIMIZU, Ryuei (1992)

«Globalization Strategy»; Tóquio, *Keio Tsushin C.*, 29, pág. 95/129

SINGER, Paul (1997)

«Um Histórico da Globalização»; São Paulo, *Sociedade Brasileira Economia Política*, pág. 522/55

SOUSA, Antonio de (1991)

«O Processo de Globalização - Oportunidades e Ameaças»; Texto policopiado, pp. 22

STIGLITZ, Joseph E. (2002)

«Emplo; justice sociale et bien-être»; *Revue Internationale du Travail*, Vol. 141, nº 1-2, pag. 9-31

TAPINOS, G. (1999)

«Migrations Clandestines: Enjeux Économiques et Politiques»; in SOPEMI, *Tendances des Migrations Internationales*; Paris, OCDE, pag. 247-271

TEIXEIRA, Nuno Severiano & Outros (2000)

O Interesse Nacional e a Globalização; Lisboa, Ed. Cosmos & Instituto de Defesa Nacional

UNIÃO EUROPEIA (1998)

«Rapport sur l'état de la convergence 1998»; *Economie Européenne*, nº 65, 1998

VAKALOULIS, Michel (2003)

O Capitalismo Pós-Moderno – Elementos para uma Crítica Sociológica; 2003, Lisboa, Campo da Comunicação

VISCO, Ignazio (2000)

«Comments on Obstfeld and Rogoff's "Perspectives on OECD Economic Integration: Implications for U.S. Current Account Adjustment» *Global Economic Integration: Opportunities and Challenges* - Jackson Hole Symposium

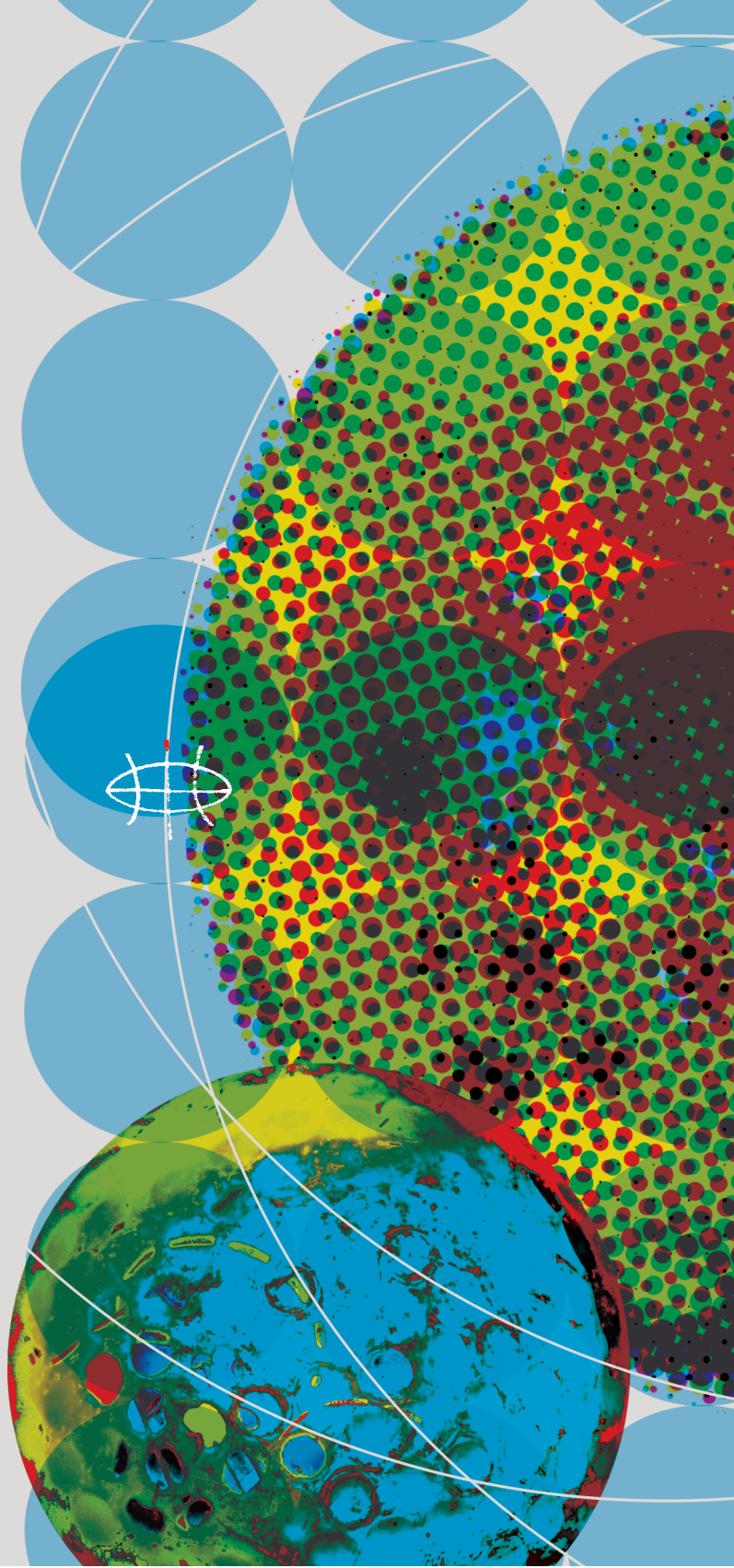
WIDGGEN, Jonas (2002)¹⁹⁶

«Le Trafic d'êtres Humains, une Activité en Pleine Croissance»; in «Les Migrations Internationales», *La Documentation Française*, 307, Mars-Avril

ZARIFIAN, Philippe & PALLOIX, Christian (1988)

La Société Post-Économique. Esquisse d'une Société Alternative Paris, Karmattan

¹⁹⁶ Agradeço à Doutora Conceição Ramos a indicação desta obra e de outra bibliografia sobre emigração clandestina.



Poucos conceitos como o de globalização possuem uma tamanha multiplicidade de sentidos.

Omnipresente, ela deixa a sua marca no quotidiano dos povos do mundo, interfere nas práticas dos políticos, motiva manifestações de rua, está patente na força das tecnologias e dos saberes e conjuga grandes fortunas com a dura realidade da fome. E, no entanto, apesar de tão visível nos novos espaços comunicacionais que a internet abriu, os seus meandros económicos mantêm-se obscuros, sobretudo no que às «economias subterrâneas» diz respeito.

Este livro confronta a globalização e as suas muitas faces com o conceito de «valor» entendido não somente como a importância (afectiva, social, económica, histórica) que damos às coisas, mas também seguindo uma leitura predominantemente económico-social, que permite questionar se a globalização e os valores estão de facto, ou não, em rota de colisão.

Globalização produção, capital fictício e redistribuição assume-se como um contributo para re-equacionar as relações entre o Homem e a Sociedade, a estrutura e a conjuntura, o determinismo e o livre arbítrio ou até as massas e a elite. Por outras palavras, para a transformação dialéctica do futuro.